

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Fazenda
Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

BALANÇO GERAL

2016

José Ivo Sartori

Governador do Estado

Giovani Batista Feltes

Secretário de Estado da Fazenda

Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin

Contador e Auditor-Geral do Estado

CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

Av. Mauá, 1155 - sala 404-A - Tel.: (51) 3214-5200

90030-080 - Porto Alegre - RS

SETOR EMPRESARIAL

DEMONSTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

SUMÁRIO

SETOR EMPRESARIAL

1 - Banco do Estado do RS, S.A. - BANRISUL	07
2 - BANRISUL S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	143
3 - BANRISUL S.A. - Administradora de Consórcios	171
4 - BANRISUL Cartões S.A.	201
5 - BANRISUL - Armazéns Gerais - BAGERGS	247
6 - Companhia de Abastecimento do RS - CEASA	285
7 - Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS - PROCERGS	299
9 - Companhia Riograndense de Mineração - CRM	323
10 - Companhia Operadora de Mineração - COM	369
11 - Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	381
12 - Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP	441
13 - Companhia de Gás do Estado do RS - SULGÁS	445
14 - Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	475
15 - Companhia Estadual de Geração e Distribuição de Energia Elétrica CEEE-GT	489
16 - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	603
17 - Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par	705
18 - Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR	811

**Banco do Estado do Rio
Grande do Sul, S.A.
BANRISUL**

MENSAGEM DO PRESIDENTE

As adversidades que se configuraram nos ambientes econômico, político e institucional em 2016 impactaram a confiança e o grau de previsibilidade dos agentes, refletindo no enfraquecimento do nível de atividade. Um ano de desafios, que exigiu prudência, criatividade, inovação e esforços na busca de alternativas para a preservação de negócios. Como resultado da estratégia que implementamos, o Banrisul encerrou o ano com lucro líquido de R\$659,7 milhões e resultado recorrente de R\$652,3 milhões.

As expectativas para o Brasil, em 2017, são de que a economia gradativamente inicie um ciclo de recuperação, embora persistam elementos de incerteza nos ambientes econômicos internacional e doméstico. Inflação e juros altos, que prevaleceram no País em 2016, já apresentam sinais de declínio. O cenário que se vislumbra deverá dissipar as dificuldades experimentadas no ano, cujos impactos podem transpor o referido exercício, e fortalecer estratégias de negócios que permitam a retomada do nível de atividade em condições mais favoráveis.

Ao longo de 2016, nos mobilizamos, no Banrisul, em torno de um mote: *Rumo aos 90 anos!* A Instituição completou 88 anos em setembro. E olhar para frente, neste momento, motivando o exercício da liderança, tem sido um importante elemento de gestão. O fortalecimento das relações e a confiança precisam ser cultivados na Instituição para que possamos consolidá-los junto aos nossos clientes e no ambiente externo de uma forma geral.

As iniciativas que levamos adiante em 2016 se pautaram exatamente por essas premissas. Firmamos, com o Governo do Rio Grande do Sul, no mês de junho, e com o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, em outubro, contrato de exclusividade na prestação de serviços relacionados à folha de pagamento dos servidores da administração direta do Estado e do Tribunal de Justiça. Ação comercial semelhante foi estabelecida com 177 prefeituras do Estado, para a prestação dos serviços de folha de pagamento aos servidores municipais. Esses movimentos destacam a importância que o segmento de servidores públicos exerce no modelo de negócios do Banrisul. Somos um banco de varejo e o segmento de pessoas físicas constitui-se em um dos pilares de sustentação da Instituição.

Como banco de varejo, precisamos evoluir para disponibilizar aos nossos clientes as melhores condições de acesso aos serviços bancários. Hoje, contamos com 1.237 pontos de atendimento, 1.448 correspondentes bancários e ampliamos a plataforma digital, tanto do Banrisul quanto da Banrisul Cartões, empresa que compõe o grupo econômico.

A evolução digital é um fenômeno que está alcançando toda a sociedade e com forte impacto no negócio bancário. Novas regras de engajamento e formas de interação estão sendo criadas. As instituições financeiras, atentas à necessidade de conectividade de seus clientes, levam adiante um movimento de tecnologia de orientação digital. No Banrisul, tecnologia tem sido um fator de diferenciação e de pioneirismo. No ano de 2016, aceleramos de forma dinâmica a inovação. Além dos canais digitais, desenvolvemos infraestrutura para suportar, internamente, o processamento da emissão e da aquisição de nossa *Rede Vero* e efetuamos a internalização de diversos processos de empresas controladas, visando à melhoria da eficiência, garantia de continuidade e utilização das melhores práticas.

Nossos canais digitais reúnem o *Home Banking*, o *Office Banking* e o *Mobile Banking*. Lançado em 2010, a utilização do *M-Banking*, para realização de consultas, serviços e transações financeiras via celular, já superou o *Home Banking*. Com a popularização dos *smartphones*, o *Mobile* evoluiu, em 2013, para um aplicativo de uso no celular. Em 2016, lançamos o *BanriSaque Digital*, aplicativo desenvolvido pelo Banrisul, instalável em *smartphone* ou *tablet*, que possibilita efetuar saques com um cartão virtualizado. Outras funcionalidades serão disponibilizadas para acesso via *mobile* em breve.

E se a tecnologia é fator de diferenciação, outra distinção são as pessoas. Qualificação profissional e o bem-estar dos empregados sempre foram prioridades da política de pessoal do Banco. Em 2016, celebramos um marco importante na Instituição: 50 anos de Educação Corporativa e três do Programa de Educação à Distância - EAD. Nos orgulhamos por contar com programas representados por linhas que reúnem a Escola de Líderes, Primeira Gerência, Desenvolvimento Gerencial, entre outras iniciativas, e por oportunizarmos especializações às equipes da área administrativa e treinamentos em negociação e outras capacitações específicas à rede de agências. O

EAD foi desenvolvido no Banco em parceria com universidade local, para qualificar instrutores, autores, revisores e tutores; já alcançamos 90 cursos nessa plataforma.

Assim, apesar das dificuldades do ambiente econômico, apresentamos ao mercado em 2016 um balanço sólido. O lucro líquido alcançado representa rentabilidade de 10,3% sobre o patrimônio líquido médio. O Banrisul possui R\$69,0 bilhões em ativos, dos quais R\$30,3 bilhões em operações de crédito. Nossos recursos captados e administrados somaram R\$56,4 bilhões em dezembro de 2016, com incremento de 8,4% em relação a dezembro de 2015. O patrimônio líquido registrou R\$6,4 bilhões ao final do exercício. O indicador de Basileia, que demonstra a capacidade do Banco de expandir seus ativos, alcançou 16,9%.

Na campanha de marketing anual, exploramos a palavra GRANDE que está no nome e na essência do nosso Estado para reforçar com nossos colaboradores, investidores e clientes a convicção de que esse adjetivo traduz bem a característica de banco regional, seja pelo volume de negócios, *market share*, ou capacidade de atendimento. Nossos parceiros responderam positivamente a essa mensagem. Assim, ao apresentarmos em detalhes os números alcançados em 2016, queremos manifestar nossa intenção de que os seus projetos, aprendizados, realizações e vitórias sejam grandes no ano que ora inicia.

Luiz Gonzaga Veras Mota

Presidente

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
PRESS RELEASE	9
FATOS RELEVANTES.....	11
DESTAQUES FINANCEIROS.....	11
DESTAQUES OPERACIONAIS	13
GUIDANCE	15
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	17
CENÁRIO ECONÔMICO	19
ESTRATÉGIA COMERCIAL.....	19
DESEMPENHO CONSOLIDADO.....	20
Lucro Líquido.....	20
Patrimônio Líquido.....	21
Ativo Total.....	21
Operações de Crédito	22
Recursos Captados e Administrados.....	23
PRODUTOS, SERVIÇOS E CANAIS	24
Vero	24
Cartão Banricompras	24
Cartões de Crédito	24
Seguros, Previdência e Capitalização	24
Canais Digitais	25
Ações com o Poder Público.....	25
REDE DE ATENDIMENTO BANRISUL.....	25
Correspondentes Banrisul - Banriponto.....	25
EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS.....	26
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	26
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	26
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	26
Banrisul Cartões S.A.	26
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	26
Banrisul Icatu Participações S.A.	27
AÇÕES BANRISUL.....	27
Governança Corporativa	27
Estrutura Acionária	27
Política de Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	27
CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE.....	27
GESTÃO DE RISCOS	28
Estrutura de Gestão de Riscos	28
Gerenciamento de Capital	28
Risco de Crédito	28
Risco de Mercado	29
Risco de Liquidez	29
Risco Operacional	30
Índice de Basileia	30
MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	30
RECURSOS HUMANOS	31
SUSTENTABILIDADE	31
RECONHECIMENTOS.....	32
AGRADECIMENTOS.....	32
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	33
BALANÇOS PATRIMONIAIS	35
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	39
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	40
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	41
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42

NOTAS EXPLICATIVAS	43
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL.....	45
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	45
NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	46
NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	52
NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	52
NOTA 06 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	52
NOTA 07 - CRÉDITOS VINCULADOS	55
NOTA 08 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CRÉDITO	56
NOTA 09 - OUTROS CRÉDITOS.....	59
NOTA 10 – OUTROS VALORES E BENS	60
NOTA 11 - PERMANENTE.....	60
NOTA 12 - DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	61
NOTA 13 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS.....	62
NOTA 14 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES.....	62
NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	63
NOTA 16 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	64
NOTA 17 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	66
NOTA 18 - RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS	66
NOTA 19 - DESPESAS DE PESSOAL.....	66
NOTA 20 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	66
NOTA 21 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	67
NOTA 22 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS.....	67
NOTA 23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANRISUL.....	67
NOTA 24 - COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTROS.....	69
NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	70
NOTA 26 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS	72
NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	80
NOTA 28 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	85
NOTA 29 - IMPACTO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE.....	88
NOTA 30 - EVENTOS SUBSEQUENTES	88
RELATÓRIOS	91
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	93
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	95
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	96
ANÁLISE DE DESEMPENHO.....	103
SUMÁRIO EXECUTIVO 2016.....	105
MERCADO COMPETITIVO	107
MARGEM ANALÍTICA	108
Desempenho da Intermediação Financeira	108
Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas	109
DESEMPENHO NO MERCADO ACIONÁRIO	111
EVOLUÇÃO PATRIMONIAL.....	113
Ativos Totais.....	113
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	114
Operações de Crédito	115
Índice de Cobertura	121
Índice de Inadimplência	122
Captação de Recursos	122
Recursos Administrados.....	123
Patrimônio Líquido.....	124
Índice de Basileia	124
EVOLUÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO.....	126
Lucro Líquido.....	126
Receitas da Intermediação Financeira	127
Receitas de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	128
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	130
Resultado de Operações de Câmbio	131

Resultado das Aplicações Compulsórias	132
Despesas da Intermediação Financeira.....	132
Despesas de Captação no Mercado	133
Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses	133
Custo de Captação	134
Despesas de Provisão para Operações de Crédito.....	135
Margem Financeira	136
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	136
Despesas Administrativas Recorrentes	137
Outras Receitas Operacionais Recorrentes.....	138
Outras Despesas Operacionais Recorrentes	139
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO RESUMIDO	140
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RESUMIDO	141

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Lucro Líquido	21
Gráfico 2: Evolução do Patrimônio Líquido	21
Gráfico 3: Evolução do Ativo Total.....	22
Gráfico 4: Evolução das Operações de Crédito	23
Gráfico 5: Estrutura Acionária.....	27
Gráfico 6: Volume Financeiro, Volume de Negócios e Quantidade de Ações	111
Gráfico 7: Ativo Total	113
Gráfico 8: Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	114
Gráfico 9: Relações Interfinanceiras e Interdependências	115
Gráfico 10: Operações de Crédito.....	115
Gráfico 11: Evolução das Operações de Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica	117
Gráfico 12: Carteira de Crédito por Níveis de Risco	120
Gráfico 13: Composição da Provisão para Operações de Crédito	120
Gráfico 14: Índice de Cobertura.....	121
Gráfico 15: Índice de Inadimplência.....	122
Gráfico 16: Recursos Captados e Administrados	123
Gráfico 17: Patrimônio Líquido	124
Gráfico 18: Índice de Basileia	125
Gráfico 19: Lucro Líquido	126
Gráfico 20: Índice de Eficiência Recorrente	127
Gráfico 21: Receitas da Intermediação Financeira.....	127
Gráfico 22: Receitas de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	128
Gráfico 23: Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	131
Gráfico 24: Resultado de Operações de Câmbio	131
Gráfico 25: Resultado das Aplicações Compulsórias.....	132
Gráfico 26: Despesas da Intermediação Financeira	132
Gráfico 27: Despesas de Captação no Mercado	133
Gráfico 28: Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses.....	134
Gráfico 29: Despesas de Provisão para Operações de Crédito	135
Gráfico 30: Margem Financeira.....	136
Gráfico 31: Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	137
Gráfico 32: Despesas Administrativas Recorrentes	138
Gráfico 33: Outras Receitas Operacionais Recorrentes	138
Gráfico 34: Outras Despesas Operacionais Recorrentes.....	139

Índice de Tabelas

Tabela 1: Indicadores Econômico-Financeiros.....	10
Tabela 2: Demonstrativo dos Principais Itens de Resultado	11
Tabela 3: Demonstrativo Lucro Líquido Contábil x Lucro Líquido Ajustado.....	13
Tabela 4: Demonstrativo da Evolução Patrimonial	13
Tabela 5: Demonstrativo da Carteira de Crédito	14
Tabela 6: Outros Indicadores	14
Tabela 7: Perspectivas Banrisul.....	16
Tabela 8: Indicadores Econômico-Financeiros.....	104
Tabela 9: Mercado Competitivo.....	107
Tabela 10: Margem Analítica	109
Tabela 11: Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas	110
Tabela 12: Ações de Comunicação e Relacionamento.....	111
Tabela 13: Classificação de Agências de <i>Rating</i>	112
Tabela 14: Composição do Crédito Pessoa Jurídica por Porte de Empresa	116
Tabela 15: Composição do Crédito por Setor de Atividade	116
Tabela 16: Composição do Crédito por Carteira	117
Tabela 17: Composição do Crédito Comercial Pessoa Física e Pessoa Jurídica	119
Tabela 18: Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento	119
Tabela 19: Saldo das Provisões para Perdas	121
Tabela 20: Composição de Recursos Captados por Produto	122
Tabela 21: Receitas do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica	129
Tabela 22: Taxas Médias Mensais do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica	130
Tabela 23: Custo de Captação	135
Tabela 24: Balanço Patrimonial Consolidado Resumido.....	140
Tabela 25: Demonstração de Resultado Resumido	141

Press Release

Este *Press Release* pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações não seriam apenas fatos históricos, mas refletiriam os desejos e as expectativas da direção da Companhia. As palavras “antecipa”, “deseja”, “espera”, “prevê”, “planeja”, “prediz”, “projeta”, “almeja” e similares pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos.

Riscos conhecidos incluem incertezas que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e serviços, aceitação dos serviços no mercado, transações de serviço da Companhia e de seus competidores, aprovação regulamentar, flutuação da moeda, mudanças no *mix* de serviços oferecidos e outros riscos descritos nos relatórios da Companhia. Este *Press Release* está atualizado até a presente data e o Banrisul poderá ou não atualizá-lo mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros.

TABELA 1: INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Principais Itens de Resultado - R\$ Milhões	2016	2015	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016 / 2015	4T16 / 3T16
Margem Financeira	5.169,2	4.414,0	1.341,0	1.290,3	1.269,4	1.268,4	1.192,9	17,1%	3,9%
Despesas com Provisão para Operações de Crédito	1.667,6	1.551,4	402,6	530,7	309,0	425,4	426,9	7,5%	-24,1%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.501,6	2.862,5	938,4	759,6	960,5	843,0	766,0	22,3%	23,5%
Receita da Intermediação Financeira	10.668,4	10.804,3	2.707,4	2.902,3	2.459,9	2.598,9	2.602,1	-1,3%	-6,7%
Despesa da Intermediação Financeira	7.166,9	7.941,8	1.769,0	2.142,6	1.499,4	1.755,8	1.836,0	-9,8%	-17,4%
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	1.700,3	1.444,6	430,7	441,6	426,6	401,4	399,3	17,7%	-2,5%
Despesas Administrativas Recorrentes ⁽¹⁾	3.461,8	3.032,3	951,8	876,6	860,2	773,2	827,3	14,2%	8,6%
Outras Despesas Operacionais Recorrentes	635,7	433,4	189,2	131,6	158,5	156,4	116,7	46,7%	43,7%
Outras Receitas Operacionais Recorrentes	406,0	612,9	100,1	115,5	95,6	94,8	73,6	-33,8%	-13,3%
Lucro Líquido Ajustado	652,3	758,5	157,6	105,0	201,5	188,1	148,9	-14,0%	50,1%
Lucro Líquido	659,7	848,8	165,0	105,0	201,5	188,1	149,5	-22,3%	57,2%
Principais Itens Patrimoniais - R\$ Milhões	Dez 2016	Dez 2015	Dez 2016	Set 2016	Jun 2016	Mar 2016	Dez 2015	Dez 2016 / Dez 2015	Dez 2016 / Set 2016
Ativos Totais	69.038,5	66.937,8	69.038,5	67.888,1	67.864,8	65.965,4	66.937,8	3,1%	1,7%
Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾	17.816,7	13.927,4	17.816,7	16.584,7	16.536,8	14.450,6	13.927,4	27,9%	7,4%
Carteira de Crédito Total	30.337,4	32.013,3	30.337,4	30.146,7	29.799,9	31.373,5	32.013,3	-5,2%	0,6%
Provisão para Operações de Crédito	2.638,6	2.252,5	2.638,6	2.539,5	2.311,1	2.389,7	2.252,5	17,1%	3,9%
Créditos em Atraso > 60 dias	1.708,2	1.601,1	1.708,2	1.995,6	1.690,9	1.883,7	1.601,1	6,7%	-14,4%
Créditos em Atraso > 90 dias	1.516,7	1.382,4	1.516,7	1.638,1	1.433,1	1.530,7	1.382,4	9,7%	-7,4%
Recursos Captados e Administrados	56.364,6	51.990,2	56.364,6	54.622,3	54.120,5	51.672,4	51.990,2	8,4%	3,2%
Patrimônio Líquido	6.443,4	6.208,6	6.443,4	6.472,1	6.445,6	6.322,8	6.208,6	3,8%	-0,4%
Patrimônio de Referência Conglomerado Prudencial	6.521,5	7.389,2	6.521,5	6.655,3	6.657,8	7.313,6	7.389,2	-11,7%	-2,0%
Patrimônio Líquido Médio	6.326,0	5.940,0	6.457,8	6.458,8	6.384,2	6.265,7	6.161,8	6,5%	0,0%
Ativo Total Médio	67.988,1	63.249,7	68.463,3	67.876,5	66.915,1	66.451,6	66.114,9	7,5%	0,9%
Ativos Rentáveis Médios	59.418,4	57.373,7	60.151,0	58.936,9	59.722,6	58.863,3	59.116,8	3,6%	2,1%
Principais Inf. do Mercado Acionário - R\$ Milhões	2016	2015	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016 / 2015	4T16 / 3T16
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos ⁽³⁾	264,8	356,4	30,1	78,1	80,4	76,2	101,5	-25,7%	-61,5%
Valor de Mercado	4.220,6	2.396,6	4.220,6	4.277,9	3.492,6	3.271,8	2.396,6	76,1%	-1,3%
Valor Patrimonial por Ação	15,76	15,18	15,76	15,83	15,76	15,46	15,18	3,8%	-0,4%
Preço Médio da Ação (R\$)	9,12	9,20	11,60	10,68	8,36	5,72	5,90	-0,9%	8,6%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	1,61	2,08	0,40	0,26	0,49	0,46	0,37	-22,6%	53,8%
Índices Financeiros	2016	2015	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15		
ROAA Recorrente Anualizado ⁽⁴⁾	1,0%	1,2%	0,9%	0,6%	1,2%	1,1%	0,9%		
ROAE Recorrente Anualizado ⁽⁵⁾	10,3%	12,8%	10,1%	6,7%	13,2%	12,6%	10,0%		
Índice de Eficiência Recorrente ⁽⁶⁾	52,1%	50,2%	52,1%	51,3%	49,9%	49,4%	50,2%		
Margem Financeira ⁽⁷⁾	8,70%	7,69%	9,22%	9,05%	8,78%	8,90%	8,32%		
Custo Operacional Recorrente	5,0%	4,5%	5,0%	4,9%	4,7%	4,7%	4,5%		
Índice de Inadimplência > 60 dias ⁽⁸⁾	5,63%	5,00%	5,63%	6,62%	5,67%	6,00%	5,00%		
Índice de Inadimplência > 90 dias ⁽⁹⁾	5,00%	4,32%	5,00%	5,43%	4,81%	4,88%	4,32%		
Índice de Cobertura 60 dias ⁽¹⁰⁾	154,5%	140,7%	154,5%	127,3%	136,7%	126,9%	140,7%		
Índice de Cobertura 90 dias ⁽¹¹⁾	174,0%	162,9%	174,0%	155,0%	161,3%	156,1%	162,9%		
Índice de Provisionamento ⁽¹²⁾	8,7%	7,0%	8,7%	8,4%	7,8%	7,6%	7,0%		
Índice de Basileia Conglomerado Prudencial	16,9%	17,8%	16,9%	17,1%	16,8%	18,3%	17,8%		
Indicadores Estruturais	Dez 2016	Dez 2015	Dez 2016	Set 2016	Jun 2016	Mar 2016	Dez 2015		
Agências	536	536	536	536	536	536	536		
Postos de Atendimento Bancário	200	202	200	199	203	203	202		
Pontos de Atendimento Eletrônico	501	541	501	499	511	519	541		
Colaboradores	11.214	11.098	11.214	11.255	11.283	11.051	11.098		
Indicadores Econômicos	2016	2015	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15		
Selic Efetiva Acumulada	14,02%	13,27%	3,24%	3,47%	3,36%	3,26%	3,36%		
Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - final de período)	3,26	3,90	3,26	3,25	3,21	3,56	3,90		
Variação Cambial (%)	-16,54%	47,01%	0,40%	1,13%	-9,81%	-8,86%	-1,71%		
IGP-M	7,19%	10,54%	0,67%	0,53%	2,86%	2,97%	3,95%		
IPCA	6,29%	10,67%	0,74%	1,04%	1,75%	2,62%	2,82%		

(1) Inclui despesas de pessoal e outras despesas administrativas.
(2) Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações compromissadas.
(3) Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e/ou provisionados (antes da retenção do Imposto de Renda).
(4) Lucro líquido sobre ativo total médio.
(5) Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.
(6) Índice de eficiência – acumulado no período dos últimos 12 meses. Despesas de pessoal + outras despesas administrativas / margem financeira + renda de prestação de serviços + (outras receitas operacionais – outras despesas operacionais).
(7) Margem financeira em percentual dos ativos rentáveis.
(8) Atrasos > 60 dias / carteira de crédito.
(9) Atrasos > 90 dias / carteira de crédito.
(10) Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 60 dias.
(11) Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 90 dias.
(12) Provisão para devedores duvidosos / carteira de crédito.

FATOS RELEVANTES

No exercício de 2016, a compra de **serviços de folha de pagamento de servidores públicos** constituiu-se em importante componente da estratégia mercadológica, ressalvados os direitos dos clientes quanto à portabilidade. Em 17/06/2016, o Banrisul firmou, com o Governo do Rio Grande do Sul, contrato de cessão onerosa dos serviços relacionados à folha de pagamento dos servidores ativos e inativos da administração direta do Estado; a operação foi firmada pelo valor de R\$1.250,6 milhões e prazo de 10 anos. Em 04/10/2016, o Banco estabeleceu, com o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, negociação semelhante para pagamento dos servidores do Tribunal de Justiça; a operação foi concluída pelo valor de R\$64,0 milhões e prazo de 5 anos, pagos em duas parcelas, nos meses de outubro/16 e abril/17. No que se refere à esfera municipal, a ação comercial priorizou, igualmente, a manutenção e o estabelecimento de novos contratos para pagamento dos servidores municipais. Até dezembro de 2016, foram concluídas 177 negociações.

Outro evento de caráter financeiro, concluído no início de 2016, foi a **liquidação de contratos de derivativos** utilizados como *hedge* da dívida subordinada e o **estabelecimento de novas operações de swap**. Os novos derivativos firmados foram referenciados em *notional* atualizado da obrigação. Essa operação gerou o ingresso de R\$1,2 bilhão de recursos em tesouraria e produziu efeito líquido positivo de R\$16,8 milhões sobre a receita de janeiro de 2016.

DESTAQUES FINANCEIROS

Apresentamos abaixo, de forma sintética, o desempenho do Banrisul no exercício de 2016 e no quarto trimestre do ano. A Análise de Desempenho, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas estão disponibilizadas no [site www.banrisul.com.br/ri](http://www.banrisul.com.br/ri).

TABELA 2: DEMONSTRATIVO DOS PRINCIPAIS ITENS DE RESULTADO

Resultado - R\$ Milhões	2016	2015	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016 / 2015	4T16 / 3T16
Margem Financeira Líquida	5.169,2	4.414,0	1.341,0	1.290,3	1.269,4	1.268,4	1.192,9	17,1%	3,9%
Despesas de Provisão p/ Operações de Crédito	1.667,6	1.551,4	402,6	530,7	309,0	425,4	426,9	7,5%	-24,1%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.501,6	2.862,5	938,4	759,6	960,5	843,0	766,0	22,3%	23,5%
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	1.700,3	1.444,6	430,7	441,6	426,6	401,4	399,3	17,7%	-2,5%
Despesas Administrativas Recorrentes	3.461,8	3.032,3	951,8	876,6	860,2	773,2	827,3	14,2%	8,6%
Resultado Operacional	1.104,9	1.038,3	233,8	203,7	355,0	312,3	197,0	6,4%	14,8%
Lucro Líquido Consolidado	659,7	848,8	165,0	105,0	201,5	188,1	149,5	-22,3%	57,2%
Lucro Líquido Ajustado a Eventos Não Recorrentes	652,3	758,5	157,6	105,0	201,5	188,1	148,9	-14,0%	50,1%

O **resultado recorrente** totalizou R\$652,3 milhões no ano de 2016, 14,0% ou R\$106,2 milhões abaixo do resultado recorrente de 2015. O **lucro líquido consolidado** alcançou R\$659,7 milhões em 2016, 22,3% ou R\$189,1 milhões abaixo do resultado contábil apurado no ano anterior. No 4T16, o resultado recorrente, R\$157,6 milhões, apresentou aumento de 5,9% ou R\$8,8 milhões frente ao resultado recorrente do 4T15 e incremento de 50,1% ou R\$52,6 milhões em relação ao lucro líquido do 3T16. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio, calculada com base no resultado recorrente, alcançou 10,3% no ano de 2016.

O **desempenho recorrente do Banrisul em 2016** reflete a expansão da margem financeira e de receitas com serviços e tarifas bancárias; o menor fluxo de outras receitas/despesas operacionais, favorecidas, em 2015, por receitas adicionais provenientes de operação de recompra parcial da dívida subordinada e da variação cambial; aumento de despesas administrativas, incluídas as de pessoal; maior fluxo de despesas com PDD, afetado pela rolagem da carteira por níveis de *rating* e pela renegociação de créditos do setor corporativo anteriormente baixadas a prejuízo; bem como maiores despesas com IR e CSLL, decorrentes do aumento da alíquota de CSLL.

Numa **visão gerencial**, o resultado do ano de 2016 superou em 33,8% o apurado em 2015, visto tratar-se de períodos em que determinados eventos, de natureza recorrente, afetaram o desempenho em diferentes sentidos. Além da recompra parcial da dívida subordinada, comentada acima, que agregou receitas ao desempenho de 2015, período base de comparação para 2016, dois outros eventos podem ser destacados: receitas (2015) ou despesas (2016) geradas pela variação cambial (desvalorização em 2015 e valorização em 2016) incidente sobre o valor do patrimônio de agências no exterior, ainda que a Instituição não detenha posições cambiais que incorram em riscos de exposição em moeda estrangeira. Outro evento refere-se aos

contratos de compra de serviços de folha de pagamento firmados em 2016, que geraram despesas de amortização, bem como perda de receitas financeiras, acumuladas a partir do segundo semestre de 2016. Somadas, as despesas adicionais afetaram o resultado de 2016 em R\$155,8 milhões e as receitas adicionais influenciaram o resultado de 2015 em R\$154,7 milhões.

No **último trimestre**, o **desempenho** foi, especialmente, impactado pela redução das despesas com provisões para perdas em crédito, num contexto de redução dos atrasos e de renegociação de operações, além de ampliação das despesas administrativas, impactadas pelos ajustes do acordo coletivo da categoria, e pela contribuição favorável da margem financeira, decorrente da redução das despesas com juros em volume maior que a retração das receitas com juros.

A **margem financeira**, R\$5.169,2 milhões, apurada no ano de 2016 apresentou crescimento de 17,1% ou R\$755,2 milhões frente àquela apurada no ano anterior. No 4T16, a margem financeira alcançou R\$1.341,0 milhões, com incremento de 3,9% ou R\$50,7 milhões em relação ao 3T16.

A **expansão da margem financeira** no ano proveio do maior fluxo de receitas de tesouraria, incluídas as aplicações compulsórias, e da expansão das receitas de crédito, minimizado pela ampliação das despesas de captação. No 3T16, a margem financeira foi favorecida conjuntamente pela redução das despesas de captação.

As **despesas de provisão** para perdas em operações de crédito, R\$1.667,6 milhões no ano de 2016, apresentaram expansão de 7,5% ou R\$116,2 milhões em relação às despesas acumuladas nos doze meses de 2015, face à rolagem da carteira por *rating* e à recuperação de créditos baixados a prejuízo. No 4T16, as despesas de PDD somaram R\$402,6 milhões, com redução de 24,1% ou R\$128,1 milhões frente às despesas do 3T16, impactada, especialmente, pela rolagem da carteira por *rating*, num contexto de redução dos créditos em atraso.

As **receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias**, R\$1.700,3 milhões no ano de 2016, foram positivamente influenciadas pelo desempenho da Banrisul Cartões e pelos negócios com seguros, previdência e capitalização. Do incremento de 17,7% ou R\$255,7 milhões em receitas de serviços e tarifas, R\$156,5 milhões são decorrentes da adquirência e com cartão de benefícios, R\$43,1 milhões relativos a tarifas bancárias de conta corrente e R\$30,5 milhões provenientes de seguros, previdência e capitalização. No 4T16, as receitas de serviços e tarifas alcançaram R\$430,7 milhões, com redução de 2,5% ou R\$10,9 milhões em relação ao 3T16.

A performance favorável de receitas de serviços e tarifas bancárias tem contribuído para a melhoria do **índice de cobertura de despesas de pessoal**, indicador que atingiu 93,6% no ano de 2016, 5,3 pp. acima do indicador apurado no ano de 2015.

As **despesas administrativas**, constituídas por despesas de pessoal e outras despesas administrativas, alcançaram R\$3.461,8 milhões no ano de 2016, com aumento de 14,2% ou R\$429,5 milhões frente às despesas recorrentes do ano de 2015. No último trimestre, as despesas administrativas cresceram 8,6% ou R\$75,2 milhões.

As **despesas de pessoal** apresentaram aumento de 11,1% ou R\$181,6 milhões comparados os fluxos de despesas recorrentes acumulados no ano de 2016 frente a 2015, devido ao efeito do acordo coletivo dos bancários, movimento minimizado pela saída de empregados no âmbito do Plano de Desligamento por Aposentadoria (PDA), implementado no segundo semestre de 2015. Na comparação com o 3T16, as despesas do 4T16 apresentaram aumento de 13,8% ou R\$63,2 milhões, influenciado pelo acordo coletivo da categoria.

Outras despesas administrativas registraram ampliação de 17,8% ou R\$247,9 milhões na comparação entre os anos de 2016 e 2015, performance proveniente, em especial, das despesas com a amortização sobre a compra da folha de pagamento dos servidores estaduais e do ágio de investimento e das despesas relacionadas ao negócio com cartões (adquirência e emissão). No último trimestre, outras despesas administrativas apresentaram aumento de 2,9% ou R\$12,0 milhões.

A **reconciliação entre lucro líquido e resultado recorrente** está apresentada na sequência, face à ocorrência de eventos extraordinários no ano de 2015 e de 2016. A reconciliação é utilizada para demonstração dos indicadores de retorno sobre patrimônio líquido, sobre ativos e de eficiência, calculados com base em resultado recorrente.

O **ROAE ajustado** alcançou 10,3%, 2,5 pp. abaixo do apurado no ano de 2015, afetado pelo menor fluxo de outras receitas/despesas operacionais, pelo incremento de despesas administrativas e crescimento de despesas com PDD, ainda que a ampliação da margem financeira e das receitas de serviços e tarifas bancárias tenham favorecido o resultado.

TABELA 3: DEMONSTRATIVO LUCRO LÍQUIDO CONTÁBIL X LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO

Eventos Extraordinários - R\$ Milhões	2016	2015	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
Lucro Líquido Ajustado	652,3	758,5	157,6	105,0	201,5	188,1	148,9
Eventos Extraordinários	7,4	90,3	7,4	-	-	-	0,6
Plano de Aposentadoria - PDA ⁽¹⁾	-	(48,5)	-	-	-	-	3,2
Convênio de Distribuição de Seguros ⁽²⁾	13,5	22,5	13,5	-	-	-	-
Efeitos Fiscais ⁽³⁾	(6,1)	10,7	(6,1)	-	-	-	(2,5)
Créditos Tributários – CSLL Lei 13.169/15 ⁽⁴⁾	-	105,5	-	-	-	-	-
Lucro Líquido Contábil	659,7	848,8	165,0	105,0	201,5	188,1	149,5
ROAA Ajustado	1,0%	1,2%	0,9%	0,6%	1,2%	1,1%	0,9%
ROAE Ajustado	10,3%	12,8%	10,1%	6,7%	13,2%	12,6%	10,0%
Índice de Eficiência Ajustado	52,1%	50,2%	52,1%	51,3%	49,9%	49,4%	50,2%

(1) Plano de Desligamento por Aposentadoria, implementado no segundo semestre de 2015.

(2) Complemento ao valor pago em 2014 relacionado ao acordo de distribuição de produtos de seguro de vida e previdência da Icatu Seguros nos canais Banrisul. Em 2015, foi finalizada a constituição da *holding* Banrisul Icatu Participações S.A., na qual o Banrisul detém 49,9% do capital.

(3) Benefício fiscal relacionado aos eventos PDA e Convênio de Distribuição de Seguros.

(4) Aplicação da MP nº 675/15, convertida na Lei nº 13.169/15, que estabelece aumento de 15% para 20% na alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), com vigência até dezembro de 2018.

O **Índice de eficiência**, calculado com base nos eventos recorrentes, alcançou 52,1% nos doze meses de 2016 frente aos 50,2% nos doze meses de 2015. A trajetória do indicador de eficiência reflete a base de comparação (o indicador dos doze meses de 2015 foi favorecido pela liquidação parcial da dívida subordinada e pela variação cambial), a compra da folha de pagamento de servidores públicos estaduais, que geraram maior fluxo de despesas administrativas, a ampliação da margem financeira e a elevação das receitas com serviços e tarifas bancárias.

DESTAQUES OPERACIONAIS

TABELA 4: DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Evolução Patrimonial - R\$ Milhões	Dez 2016	Set 2016	Jun 2016	Mar 2016	Dez 2015	Dez 2016/ Dez 2015	Dez 2016/ Set 2016
Ativos Totais	69.038,5	67.888,1	67.864,8	65.965,4	66.937,8	3,1%	1,7%
Operações de Crédito	30.337,4	30.146,7	29.799,9	31.373,5	32.013,3	-5,2%	0,6%
TVM + Aplicações Interfinanceiras - Obrigações Compromissadas	17.816,7	16.584,7	16.536,8	14.450,6	13.927,4	27,9%	7,4%
Recursos Captados e Administrados	56.364,6	54.622,3	54.120,5	51.672,4	51.990,2	8,4%	3,2%
Patrimônio Líquido	6.443,4	6.472,1	6.445,6	6.322,8	6.208,6	3,8%	-0,4%

Ao final de dezembro de 2016, os **ativos totais** alcançaram saldo de R\$69.038,5 milhões, com expansão de 3,1% ou R\$2.100,7 milhões em relação a dezembro de 2015 e aumento de 1,7% ou R\$1.150,3 milhões na comparação com setembro de 2016. O crescimento dos ativos nos doze meses reflete o incremento na captação de recursos, em especial, dos depósitos, em R\$3.841,3 milhões, parcialmente compensado pela redução da captação no mercado aberto em R\$1.735,4 milhões. No que se refere à alocação, destaca-se maior participação dos títulos e valores mobiliários - TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez, que apresentaram ampliação de R\$2.154,0 milhões, crescimento no saldo de depósitos compulsórios, em R\$1.535,1 milhões, aumento do ativo diferido, em R\$1.292,3 milhões, face à compra dos serviços de folha de pagamento dos servidores do RS, e redução da carteira de crédito em R\$1.675,8 milhões em doze meses. No último trimestre, a elevação dos ativos foi influenciada pelo incremento dos depósitos, em R\$1.722,1 milhões, minimizado pela redução das relações interfinanceiras e interdependências em R\$482,2 milhões. No que se refere à composição dos ativos, o saldo de TVM, somado às aplicações interfinanceiras de liquidez, aumentou R\$1.357,5 milhões.

Os **ativos de crédito** alcançaram R\$31.242,9 milhões no conceito ampliado, com redução de 6,5% nos doze meses. Descontadas as operações de coobrigação em garantias prestadas, o crédito apresentou diminuição de 5,2% ou R\$1.675,8 milhões nos doze meses, desempenho motivado, especialmente, pela redução de R\$1.860,3

milhões no crédito comercial pessoa jurídica e de R\$686,1 milhões nos financiamentos de longo prazo, parcialmente minimizada pela elevação de R\$809,3 milhões na carteira comercial pessoa física, face à reclassificação de valores a receber de cartões de crédito e débito. Em relação a setembro de 2016, a carteira apresentou crescimento de R\$190,8 milhões, motivado, especialmente, pela ampliação do crédito comercial pessoa física, face à reclassificação dos valores a receber de cartão de débito.

TABELA 5: DEMONSTRATIVO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Operações de Crédito – R\$ Milhões	Dez 2016	% Total Crédito	Set 2016	Jun 2016	Mar 2016	Dez 2015	Dez 2016/ Dez 2015	Dez 2016/ Set 2016
Câmbio	780,8	2,6%	792,6	848,0	862,5	910,3	-14,2%	-1,5%
Comercial	20.295,0	66,9%	20.028,1	19.554,8	21.034,7	21.346,1	-4,9%	1,3%
Pessoa Física	12.688,1	41,8%	11.936,5	11.216,6	12.208,6	11.878,9	6,8%	6,3%
Consignado	8.568,3	28,2%	8.194,7	8.208,2	8.254,7	8.309,8	3,1%	4,6%
Outros	4.119,8	13,6%	3.741,8	3.008,4	3.953,8	3.569,0	15,4%	10,1%
Pessoa Jurídica	7.606,9	25,1%	8.091,6	8.338,3	8.826,2	9.467,2	-19,6%	-6,0%
Capital de Giro	5.330,1	17,6%	5.788,3	6.101,9	6.396,6	6.970,4	-23,5%	-7,9%
Outros	2.276,8	7,5%	2.303,3	2.236,4	2.429,6	2.496,8	-8,8%	-1,2%
Financiamento de Longo Prazo	1.652,3	5,4%	1.766,8	1.941,4	2.164,7	2.338,4	-29,3%	-6,5%
Imobiliário	3.873,1	12,8%	3.880,3	3.860,3	3.836,4	3.829,1	1,1%	-0,2%
Rural ⁽¹⁾	2.564,5	8,5%	2.446,7	2.421,4	2.696,7	2.724,8	-5,9%	4,8%
Outros ⁽²⁾	1.171,7	3,9%	1.232,1	1.173,9	778,5	864,6	35,5%	-4,9%
Total Oper. com Caract. Concessão de Crédito	30.337,4	100,0%	30.146,7	29.799,9	31.373,5	32.013,3	-5,2%	0,6%

(1) Inclui créditos de securitização.

(2) Inclui *leasing*, créditos vinculados a operações adquiridas em cessão e setor público.

Os **títulos e valores mobiliários - TVM e as aplicações interfinanceiras de liquidez** totalizaram R\$23.270,1 milhões que, subtraídas das operações compromissadas, apresentaram saldo líquido de R\$17.816,7 milhões ao final de dezembro de 2016, com elevação de 27,9% ou R\$3.889,3 milhões em doze meses. Em relação a setembro de 2016, o saldo de TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez, descontadas as operações compromissadas, apresentou aumento de 7,4% ou R\$1.232,0 milhões. A trajetória das aplicações em tesouraria nos doze meses foi influenciada pela expansão dos depósitos, pela redução dos ativos de crédito, pelo aumento do ativo diferido e pelo crescimento dos recolhimentos compulsórios no Banco Central. Nos últimos três meses, o aumento dos depósitos e dos recolhimentos compulsórios influenciaram a trajetória do saldo de tesouraria.

Os **recursos captados e administrados**, constituídos por depósitos, recursos em letras, dívidas subordinadas e recursos de terceiros administrados, totalizaram R\$56.364,6 milhões, com expansão de 8,4% ou R\$4.374,4 milhões em doze meses, desempenho motivado pelo incremento de R\$3.841,3 milhões em depósitos e pelo aumento de R\$1.062,2 milhões em recursos de terceiros. Na comparação com setembro de 2016, os recursos captados e administrados apresentaram elevação de R\$1.742,3 milhões, influenciada, em especial, pelo incremento dos depósitos em R\$1.722,1 milhões.

O **patrimônio líquido** alcançou R\$6.443,4 milhões em dezembro de 2016, 3,8% ou R\$234,9 milhões acima da posição de dezembro de 2015 e R\$28,7 milhões abaixo do saldo de setembro de 2016. As evoluções refletem a incorporação dos resultados gerados, deduzidos os pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio, além do remensuramento do passivo atuarial do plano de benefícios pós-emprego ajustado pelo efeito tributário, conforme aplicação das regras contábeis previstas no CPC 33 (R1).

O Banrisul recolheu e provisionou R\$1.045,4 milhões em **impostos e contribuições** próprios no ano de 2016. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, somaram R\$897,7 milhões no período.

TABELA 6: OUTROS INDICADORES

Indicadores - %	2016	2015	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
Margem Financeira sobre Ativos Rentáveis	8,70%	7,69%	9,22%	9,05%	8,78%	8,90%	8,32%
Índice de Basileia Conglomerado Prudencial	16,9%	17,8%	16,9%	17,1%	16,8%	18,3%	17,8%
Carteira de Crédito Risco Normal/Carteira Total	87,0%	90,0%	87,0%	87,0%	88,5%	88,5%	90,0%
Carteira de Crédito Risco 1 e 2/Carteira Total	13,0%	10,0%	13,0%	13,0%	11,5%	11,5%	10,0%
Índice de Inadimplência 60 dias	5,63%	5,00%	5,63%	6,62%	5,67%	6,00%	5,00%
Índice de Inadimplência 90 dias	5,00%	4,32%	5,00%	5,43%	4,81%	4,88%	4,32%
Índice de Cobertura 60 dias	154,5%	140,7%	154,5%	127,3%	136,7%	126,9%	140,7%
Índice de Cobertura 90 dias	174,0%	162,9%	174,0%	155,0%	161,3%	156,1%	162,9%
Índice de Provisionamento	8,7%	7,0%	8,7%	8,4%	7,8%	7,6%	7,0%

A evolução da **margem financeira sobre ativos rentáveis**, comparados os anos de 2016 e 2015, reflete a política de *repricing* da carteira, bem como a estrutura de ativos rentáveis e de passivos onerosos. O menor fluxo de despesas e de receitas derivadas de variações de taxas, impactado pela substituição de contratos de *swap*, variação cambial e liquidação parcial da dívida subordinada em 2015, combinado com aumento de variações decorrentes de volumes de ativos rentáveis, num contexto de redução dos ativos de crédito, gerou aumento de margem sobre ativos rentáveis. Na comparação com o trimestre anterior, a margem relativa aumentou, devido, especialmente, à redução de despesas com juros.

O **índice de inadimplência de 60 dias** alcançou 5,63% em dezembro de 2016, com aumento de 0,63 pp. nos doze meses e redução de 0,99 pp. nos últimos três meses. O total de operações em atraso acima de 60 dias atingiu R\$1.708,2 milhões em dezembro de 2016, com acréscimo de R\$107,1 milhões em relação ao montante registrado em dezembro de 2015. O **índice de inadimplência de 90 dias** alcançou 5,00%, representado por R\$1.516,7 milhões de operações de crédito vencidas. O índice de atraso de 90 dias apresentou crescimento de 0,68 pp. em doze meses e diminuição de 0,43 pp. nos últimos três meses.

O **índice de cobertura** de dezembro de 2016 alcançou 154,5% em proporção das operações em atraso acima de 60 dias, frente 140,7% de dezembro de 2015 e 127,3% de setembro de 2016. O índice de 90 dias atingiu 174,0%, frente 162,9% de dezembro de 2015 e 155,0% de setembro de 2016. Nos doze meses, o indicador foi influenciado pelo aumento do montante de operações de crédito em atraso e pelo volume de provisões contabilizadas para a carteira de crédito. Nos últimos três meses, a redução dos créditos em atraso favoreceu o índice de cobertura.

O **índice de provisionamento** alcançou 8,7% do saldo de crédito em dezembro de 2016, 1,7 pp. e 0,3 pp. acima do indicador de dezembro de 2015 e de setembro de 2016 respectivamente. O saldo de provisão para operações de crédito apresentou aumento de R\$386,1 milhões nos doze meses, face à elevação da inadimplência, num contexto de ampliação das baixas a prejuízo e de redução no saldo dos ativos de crédito. A carteira de crédito classificada por *rating* apresentou redução de 3,0 pp. na proporção de operações classificadas como risco normal em relação ao total da carteira nos doze meses. Nos últimos três meses, o saldo de provisão registrou crescimento de R\$99,2 milhões e a representatividade da carteira de crédito de risco normal sobre a carteira total apresentou estabilidade.

GUIDANCE

O quadro de contração do nível de atividade que persistiu no País em 2016 afetou sobremaneira a capacidade financeira das empresas e os rendimentos das famílias, refletindo na redução da oferta de crédito e no aumento de provisões para perdas. Os riscos políticos e econômicos permanecem consideráveis para 2017, embora já se vislumbre gradual processo de recuperação da economia, a partir do distencionamento da inflação e dos juros.

As metas de negócios e de performance estabelecidas para 2016, divulgadas ao mercado em fevereiro, foram, por duas vezes - em junho e setembro - revisadas. Dos dez itens objeto de *Guidance* do Banrisul, seis foram alcançados, dois ficaram acima do intervalo previsto e dois fora dos patamares esperados.

No exercício de 2016, o Banrisul rebaixou, em junho, as expectativas de crescimento do crédito divulgadas ao mercado no início do ano. Concluído o período, vê-se que, em saldos médios, a redução alcançou 3,1% e, em saldos de posição, a diminuição foi de 2,6%, e teria sido maior não fossem as reclassificações de operações com cartões de crédito e de débito que passaram a compor o saldo da carteira no segundo semestre do ano. Tanto em saldos médios quanto em saldo de final de período, a operação de adiantamento do 13º salário dos servidores estaduais de 2015, contratada ao final daquele ano e liquidada em junho de 2016, foi retirada da base de informações consideradas para fins de *Guidance*.

O crescimento da carteira comercial pessoa física, 13,4% em saldos médios e 17,2% em saldo de final de dezembro, ficou acima do previsto, face às reclassificações de operações com cartões de crédito e de débito e ao esforço de ampliação da carteira de consignados, via rede de agências Banrisul e por meio dos correspondentes bancários. Já a contração do crédito comercial empresarial, prevista entre 19% e 15%, alcançou 16,9% em saldos médios e 19,6% em saldo de final de período, 0,6 pp. maior que o intervalo previsto para o ano, refletindo a política de ajuste da exposição aos riscos de conjuntura que marcaram o exercício. O incremento do crédito imobiliário, 1,1%, ficou dentro do intervalo de expectativa divulgada para o ano em junho de 2016.

Sobre os indicadores de provisionamento da carteira de crédito, revisados quando da publicação do balanço do 2T16 e 3T16, as despesas de PDD em proporção da carteira convergiram para o teto do intervalo esperado, 5,5%, enquanto o saldo de PDD em percentual da carteira alcançou em 8,7%, 0,2 pp. acima do teto previsto para o ano. No último trimestre, o saldo de provisão para perdas em crédito refletiu a rolagem da carteira por *rating*, num contexto de redução dos atrasos.

O *Guidance* de depósitos e de fundos de investimento foi alcançado. O Banrisul mantém elevada participação no mercado regional em depósitos a prazo, posição que lhe confere privilegiada condição pela sustentação de captação pulverizada junto a rede de agências.

A preservação de *spreads*, resultante da reprecificação da carteira, e a forte política de cobrança de créditos resultaram em indicadores de retorno e de margem sobre ativos rentáveis positivos: o ROAE ficou dentro do intervalo do *Guidance* e a margem acima do teto esperado para 2016. O indicador de eficiência, impactado especialmente pelas despesas adicionais decorrentes da amortização do ativo diferido proveniente da aquisição dos serviços da folha de pagamento dos servidores do Estado, fechou dentro da trajetória esperada.

O ano que inicia sinaliza lenta retomada da oferta de crédito, em decorrência do prolongado período de estagnação que implicou em severa elevação do risco. As metas de negócios para 2017 estão referenciadas em seletiva flexibilização do ajuste da exposição em risco de crédito, política que deverá refletir na convergência dos indicadores de provisionamento para os patamares esperados. O crescimento da captação deverá confirmar a expectativa de evolução histórica. Para os indicadores de performance - retorno, eficiência e margem, espera-se desempenhos favoráveis, decorrentes da estratégia de diversificação do crédito por cliente, com ênfase nas operações de menor prazo e de consignado.

TABELA 7: PERSPECTIVAS BANRISUL

Perspectivas Banrisul	Ano 2016				Ano 2017
	Projetado ⁽¹⁾	Revisado 1516	Revisado 9M16	Realizado	Projetado
Carteira de Crédito Total	0% a 4%	-4% a 0%	-4% a 0%	-2,6%	3% a 7%
Crédito Comercial Pessoa Física	0% a 4%	4% a 8%	4% a 8%	17,2%	5% a 9%
Crédito Comercial Pessoa Jurídica	0% a 4%	-19% a -15%	-19% a -15%	-19,6%	-2% a 2%
Crédito Imobiliário	4% a 8%	1% a 5%	1% a 5%	1,1%	1% a 5%
Despesa de Provisão Crédito / Carteira de Crédito	3,5% a 4,5%	3,5% a 4,5%	4,5% a 5,5%	5,5%	4,5% a 5,5%
Saldo de Provisão / Carteira de Crédito	6,5% a 7,5%	7,5% a 8,5%	7,5% a 8,5%	8,7%	8,5% a 9,5%
Captação Total	10% a 14%	10% a 14%	10% a 14%	10,3%	10% a 14%
Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio	14% a 17%	11% a 15%	9% a 12%	10,3%	9% a 12%
Índice de Eficiência	49% a 53%	49% a 53%	49% a 53%	52,1%	49% a 53%
Margem Financeira Líquida sobre Ativos Rentáveis	7,5% a 8,5%	7,5% a 8,5%	7,5% a 8,5%	8,7%	7,5% a 8,5%

(1) Divulgado no 4T15 e mantido no 1T16.

Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2017.



Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativo ao exercício de 2016, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Banco Central do Brasil.

CENÁRIO ECONÔMICO

A conjuntura internacional, ao longo do ano de 2016, foi determinada, em grande medida, pelo recrudescimento das incertezas quanto à condução das políticas econômicas nas principais economias do mundo e seus respectivos impactos sobre o ritmo de crescimento global, prevalecendo, no entanto, os efeitos do elevado nível de liquidez e da menor aversão ao risco, favoráveis, em particular, às economias emergentes. Apesar do cenário incerto, a melhora consistente do mercado de trabalho e a aceleração dos preços correntes e das expectativas inflacionárias nos EUA ampararam a retomada do processo de normalização das condições monetárias, com o início de um novo ciclo de elevação da taxa básica de juros. Na Europa, a despeito das instabilidades políticas, a atividade econômica da Região apresentou recuperação, acompanhada do aumento, ainda que modesto, da inflação corrente e também das expectativas inflacionárias, reduzindo os riscos de deflação no continente. Na China, as medidas de estímulo adotadas nos últimos períodos repercutiram na acomodação da atividade econômica local, atenuando, em parte, os efeitos contracionistas do programa de rebalanceamento em curso.

No Brasil, o cenário econômico manteve-se complexo, uma vez que, apesar das mudanças na condução da política econômica e dos avanços na aprovação de importantes medidas de ajuste, a atividade econômica permaneceu enfraquecida. Nesse ambiente, o PIB manteve trajetória de retração, com aumento da taxa de desemprego e queda dos rendimentos, contexto que contribuiu para a importante desaceleração inflacionária, abrindo espaço para o início de um processo de flexibilização monetária, mediante gradual redução da taxa básica de juros, que fechou 2016 em 13,75% aa.

Nesse horizonte, o mercado de crédito seguiu em movimento de contração, com queda das concessões com recursos livres e, principalmente, direcionados, retratando, de um lado, a maior cautela das instituições financeiras frente à persistência de elementos de incerteza e, de outro, a desalavancagem de famílias e empresas, em uma conjuntura na qual a confiança, tanto pessoal quanto corporativa, manteve-se enfraquecida, com reflexos adversos sobre o consumo e o investimento, os quais seguiram em queda e inferiores ao observado em anos anteriores. Na mesma linha, a severa distensão do mercado de trabalho e as condições de crédito mais apertadas refletiram no avanço da inadimplência de pessoas físicas e jurídicas. Adicionalmente, observou-se a continuidade do movimento de elevação dos *spreads* para pessoas jurídicas e, sobretudo, físicas, particularmente nas operações com recursos livres, que concentram maior nível de risco na comparação com as linhas direcionadas. Por outro lado, a relevante participação do crédito direcionado em relação à carteira total, em particular na modalidade financiamento imobiliário, mostrou-se determinante para atenuar, ao menos em parte, a conjuntura adversa do mercado de crédito.

Por sua vez, no Rio Grande do Sul, refletindo o quadro nacional, predominaram os efeitos do baixo dinamismo da atividade econômica ao longo desse período, apesar da ligeira melhora de indicadores de confiança. Nesse contexto, preponderaram os impactos adversos da deterioração do mercado de trabalho, especialmente sobre as performances da indústria e do comércio, e do arrefecimento das operações de crédito. Por outro lado, observou-se melhora do comércio exterior, favorecido pela manutenção do câmbio em patamar mais desvalorizado. Nesse sentido, no acumulado de 2016, a balança comercial gaúcha registrou superávit de US\$8,3 bilhões, ante saldo positivo de US\$7,5 bilhões em 2015, resultado atribuído, em grande medida, ao recuo das importações, que passaram de US\$10,0 bilhões para US\$8,3 bilhões no período, sendo que as exportações também exibiram queda nessa base de comparação, passando de US\$17,5 bilhões para US\$16,6 bilhões.

ESTRATÉGIA COMERCIAL

A estratégia de negócios, no exercício de 2016, centrou-se na ampliação da base de receitas com produtos e serviços, no incremento da captação de recursos de forma diversificada e na qualidade do crédito, com foco na pessoa física. Num ambiente de maior restrição ao crédito, as linhas priorizadas abrangeram o Crédito Consignado a servidores públicos e INSS e o Cartão Consignado INSS, por serem modalidades de menor risco. As ações comerciais promoveram também uma forte mobilização e treinamento das equipes para a cobrança e recuperação de créditos, face à inadimplência elevada decorrente do cenário econômico adverso.

No que se refere aos serviços, o Banrisul ampliou a utilização de canais eletrônicos como instrumentos de aproximação com seus clientes, tendo sido disponibilizadas novas opções, como o SMS Serviços e o SMS Segurança, que permitem o envio de avisos sobre a movimentação da conta corrente.

Como patrocinador, o Banrisul apoiou, em 2016, diversos projetos na capital e no interior do Estado, marcando presença em feiras, expofeiras, eventos culturais, esportivos, de cunho social, de sustentabilidade e de benefício à saúde e educação. Em parte desses projetos foram utilizados benefícios fiscais com base nas leis federais de incentivo à cultura e ao esporte. Dentre os projetos de maior expressão, destaca-se o patrocínio da 39ª Expointer, 31ª Festa da Uva, 17ª Expodireto, 44º Festival de Cinema de Gramado, Orquestra Jovem do Rio Grande do Sul, Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, Cinemateca Paulo Amorim, Projeto Cultural Casa de Cultura Mario Quintana, além de diversas modalidades esportivas, tais como futsal, tênis, canoagem, basquete e futebol, patrocínios que aproximam o Banco dos mais diversos públicos de seu interesse.

Uma nova campanha publicitária institucional e de produtos e serviços foi produzida e implementada no segundo semestre de 2016, sob o *slogan Banrisul o grande banco do sul*, tendo como mote a efetiva contribuição do Banco na vida das pessoas e no desenvolvimento das comunidades em que atua. A ampla divulgação da campanha, nos principais veículos de comunicação do Rio Grande do Sul, tem impactado fortemente a comunidade da capital e interior do Estado. Também foi objeto de divulgação o conceito de Banrisul Digital, conjunto de soluções tecnológicas disponibilizadas através de diferentes plataformas de acesso de modo a facilitar e agilizar a utilização de serviços bancários.

DESEMPENHO CONSOLIDADO

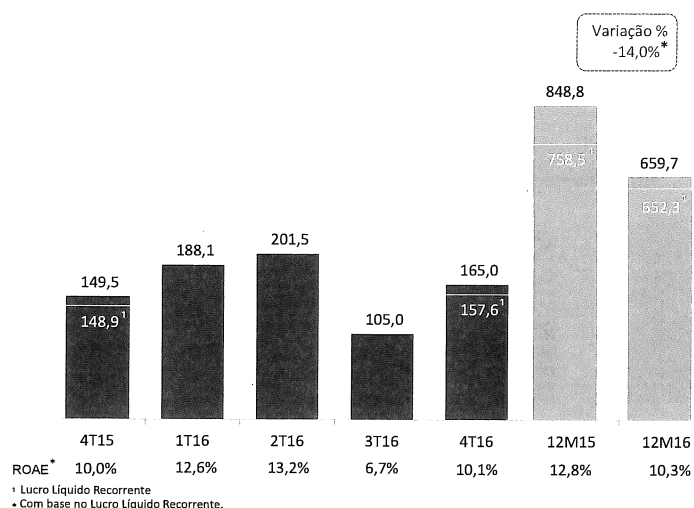
LUCRO LÍQUIDO

O resultado recorrente registrado no exercício de 2016 foi de R\$652,3 milhões, 14,0% abaixo do apurado em 2015 e rentabilidade de 10,3% sobre o patrimônio líquido médio. O lucro líquido totalizou R\$659,7 milhões no exercício. No quarto trimestre de 2016, o resultado recorrente alcançou R\$157,6 milhões, 5,9% acima do apurado no mesmo trimestre do ano anterior e 50,1% acima do registrado no terceiro trimestre de 2016.

O resultado recorrente alcançado em 2016 reflete a contribuição favorável da margem financeira e de receitas de serviços e tarifas, mas impactado pela expansão de despesas administrativas e pelo aumento de despesas com provisões para perdas de crédito decorrente do ambiente de elevado risco que prevaleceu em 2016. Sobre o desempenho de 2016 frente ao ano anterior cabe ressaltar o efeito de eventos que atuaram em diferentes sentidos, afetando ambos os períodos, entre os quais, (i) o impacto positivo proporcionado pela operação de recompra parcial da dívida subordinada, operação realizada em setembro de 2015; (ii) a variação cambial que produziu receitas adicionais em 2015 e despesas em 2016 e (iii) a compra dos serviços da folha de pagamento dos servidores da administração direta do Estado do Rio Grande do Sul, negociação concluída em junho de 2016, que gerou despesas de amortização, bem como perda de receitas financeiras a partir do segundo semestre de 2016.

Do resultado gerado, R\$248,1 milhões foram destinados para pagamentos de juros sobre capital próprio e R\$394,9 milhões foram os lucros retidos do período. A riqueza gerada pelo Banrisul, medida pelo conceito de valor adicionado, no acumulado de 2016, alcançou o total de R\$3.468,8 milhões, dos quais R\$1.664,6 milhões ou 48,0% foram para pagamento do quadro funcional, R\$1.045,4 milhões ou 30,1% para pagamento de impostos, taxas e contribuições, R\$98,6 milhões ou 2,9% para remuneração de capitais de terceiros e R\$660,2 milhões ou 19,0% para remuneração de capitais próprios.

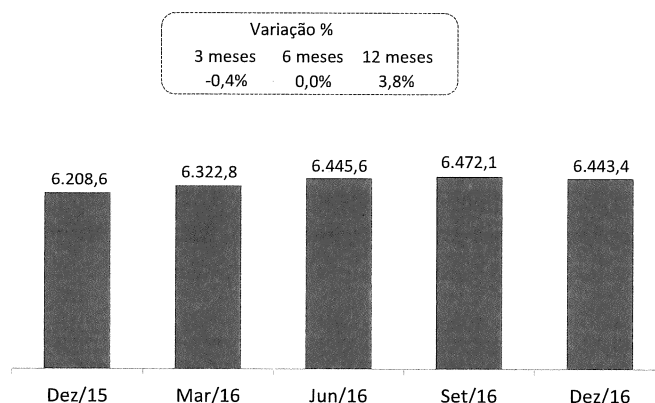
Gráfico 1: Lucro Líquido - R\$ Milhões



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido atingiu R\$6.443,4 milhões no final de dezembro de 2016. A expansão de R\$234,9 milhões ou 3,8% em um ano teve como origem a incorporação dos resultados gerados, deduzidos os pagamentos e provisionamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, além do remensuramento do passivo atuarial, referentes aos benefícios pós emprego (CPC 33 – R1).

Gráfico 2: Evolução do Patrimônio Líquido - R\$ Milhões



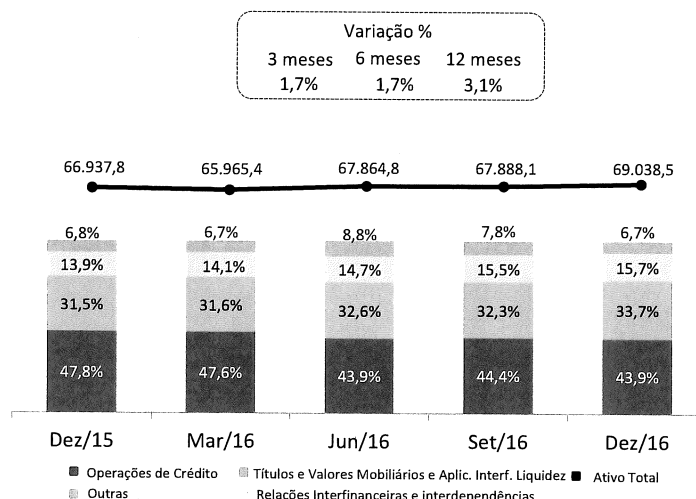
ATIVO TOTAL

Os ativos totais apresentaram saldo de R\$69.038,5 milhões em dezembro de 2016, com expansão de 3,1% em relação aos R\$66.937,8 milhões registrados em dezembro de 2015, ampliação proveniente, especialmente, do aumento dos depósitos. Na composição dos ativos, destaca-se a representatividade de 43,9% de operações de crédito, 33,7% de títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, 15,7% de relações interfinanceiras e interdependências e 6,7% por outros ativos.

Os títulos e valores mobiliários e as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentaram saldo de R\$23.270,1 milhões ao final de dezembro de 2016, com crescimento de 10,2% sobre a posição registrada em dezembro de 2015, evolução motivada pelo aumento da captação de depósitos, redução do direcionamento para ativos de crédito, incremento dos recolhimentos compulsórios e expansão do ativo diferido.

O Banrisul possui capacidade financeira, comprovada por meio de estudos técnicos desenvolvidos internamente, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil.

Gráfico 3: Evolução do Ativo Total - R\$ Milhões



OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de crédito, no conceito ampliado, alcançou R\$31.242,9 milhões em dezembro de 2016, valor que inclui coobrigação e riscos em garantias prestadas. Excluídas as garantias prestadas, o saldo das operações de crédito do Banrisul totalizou R\$30.337,4 milhões em dezembro de 2016, com decréscimo de R\$1.675,8 milhões ou 5,2% nos doze meses, face, especialmente, à carteira comercial, que registrou saldo de R\$20.295,0 milhões, com redução de R\$1.051,1 milhões ou 4,9% em um ano, refletindo a forte contração econômica. A partir do segundo semestre, os valores a receber de operações com cartões de crédito e débito, antes consideradas sem características de crédito, passaram a ser classificados na carteira de crédito, conforme determinação do Bacen. Desconsiderados os ajustes de reclassificação, o crédito total apresentou retração de 8,3% nos últimos doze meses.

Por níveis de risco, a classificação da carteira segue procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. No final de dezembro de 2016, as operações de Risco Normal, que abrangem os níveis AA até C, somaram R\$26.394,5 milhões, representando 87,0% do total da carteira. As operações classificadas como Risco 1, que incluem os níveis D a G, totalizaram R\$2.250,0 milhões, correspondendo a 7,4% da carteira. O Risco 2, formado exclusivamente por operações de nível H, somou R\$1.692,9 milhões ou 5,6% do total.

O crédito comercial às pessoas físicas alcançou R\$13.726,3 milhões, incluídas as transferências de ativos, contabilizadas conforme Carta Circular nº 3.543/12 do Bacen em créditos vinculados a operações adquiridas em cessão. A carteira comercial pessoa física cresceu R\$1.134,6 milhões ou 9,0%, evolução impactada pela reclassificação de operações com cartões de crédito e débito. Do saldo de crédito consignado - R\$9.606,6 milhões, R\$5.220,4 milhões referem-se a operações provenientes das agências do Banrisul, R\$3.258,1 milhões constituem-se de operações geradas pelos Correspondentes e R\$1.128,1 milhões são relativas a operações adquiridas de outras instituições.

Relativamente às operações de crédito com servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul, em janeiro de 2017, o Banrisul cumpriu liminares judiciais deferidas no âmbito de ações promovidas por entidades representantes das categorias, determinando o estorno de valores debitados das operações de Antecipação do 13º Salário de 2016. Do saldo existente, R\$170,8 milhões, no vencimento das operações, 20/12/2016, foi estornado R\$42,4 milhões. O Banrisul está adotando as medidas cabíveis para a reversão das liminares. Ainda assim, quando o Estado efetuar o pagamento do 13º Salário dos servidores, esses valores serão regularizados.

Em relação a dezembro de 2015, as operações de crédito comercial pessoa jurídica apresentaram retração de R\$1.860,3 milhões ou 19,6%, alcançando saldo de R\$7.606,9 milhões. A diminuição da carteira pessoa jurídica refletiu os ajustes na política de exposição em crédito, face ao ambiente de maior risco.

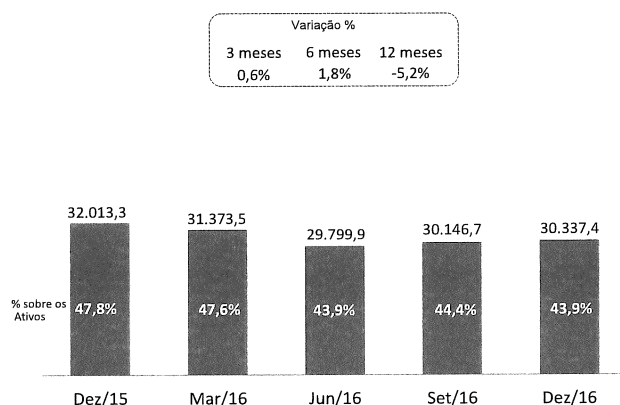
A carteira de crédito imobiliário totalizou R\$3.873,1 milhões em dezembro de 2016, com ampliação de R\$43,9 milhões ou 1,1% em relação a 2015. Desse montante, R\$3.143,3 milhões referem-se à carteira pessoa física. No ano de 2016 foram contratados 1.883 financiamentos imobiliários num total de R\$494,5 milhões.

No crédito rural, o saldo alcançou R\$2.564,5 milhões em dezembro de 2016, com retração de R\$160,3 milhões ou 5,9% em doze meses. Ao longo do ano de 2016, o Banrisul dispensou atenção especial ao atendimento das demandas do produtor rural, pessoa física. Para o Plano Agrícola da Safra 2016/2017, o Banco disponibilizou R\$2,1 bilhões de recursos aos produtores rurais do Rio Grande do Sul, distribuídos entre custeio, comercialização e investimento. Destaca-se ainda, a participação na 39ª Expoiner, que registrou crescimento de 36,0% no volume de negócios prospectados em relação à feira de 2015, alcançando R\$266,0 milhões.

A carteira de financiamento de longo prazo apresentou saldo de R\$1.652,3 milhões no final de dezembro de 2016, com diminuição de R\$686,1 milhões ou 29,3% em relação ao mesmo período de 2015. O saldo das operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACC) e de adiantamentos sobre cambiais entregues (ACE) atingiu R\$780,8 milhões em dezembro de 2016, com retração de R\$129,5 milhões ou 14,2% em relação a dezembro de 2015.

A carteira de microcrédito, em dezembro de 2016, apresentou saldo de R\$17,3 milhões. Durante o ano, algumas instituições de microcrédito conveniadas ao Banrisul e ao Programa Gaúcho de Microcrédito tiveram suas operações suspensas ou encerradas, o que requisitou a revisão de procedimentos para a operacionalização do Programa e do produto Microcrédito Banrisul.

Gráfico 4: Evolução das Operações de Crédito - R\$ Milhões



RECURSOS CAPTADOS E ADMINISTRADOS

Em dezembro de 2016, o total de recursos captados e administrados registrou saldo de R\$56.364,6 milhões. Os depósitos totais alcançaram R\$42.539,7 milhões no período, com incremento de 9,9% ou R\$3.841,3 milhões em doze meses. O Banco manteve política de captação pulverizada. Os depósitos a prazo, que compõem 56,1% dos recursos captados e administrados, apresentaram saldo de R\$31.597,9 milhões, com expansão de 16,1% ou R\$4.390,0 milhões em doze meses. Os depósitos de poupança, 13,5% da captação total, apresentaram relativa estabilidade, somando R\$7.608,2 milhões. Já os depósitos à vista, que compõem 5,3% do montante total de recursos, apresentaram redução de 5,4% ou R\$170,3 milhões em doze meses e registraram saldo de R\$3.003,6 milhões. Os recursos de letras, provenientes das letras financeiras e imobiliárias, que compõem 3,5% da captação total, apresentaram redução de 15,7% ou R\$369,8 milhões, face ao vencimento da segunda série de letras, alcançando R\$1.978,9 milhões em dezembro de 2016. As dívidas subordinadas, compondo 3,3% da captação total, registraram saldo de R\$1.832,4 milhões, com decréscimo de 8,0% ou R\$159,3 milhões. Os recursos de terceiros administrados somaram R\$10.013,6 milhões, 17,8% da captação total ao final de dezembro de 2016, com crescimento de 11,9% ou R\$1.062,2 milhões nos doze meses.

PRODUTOS, SERVIÇOS E CANAIS

VERO

Em 2016, destaca-se a implantação de nova solução de processamento das transações VISA e MasterCard, possibilitando agilidade no lançamento de produtos Vero, qualidade e autonomia na gestão das transações, independência tecnológica e redução nos custos e despesas com o processamento na aquisição. Além disso, dois novos produtos foram disponibilizados para os credenciados à Vero: (i) leitor de cartões MP10 para a solução Vero Mobile, que se conecta com o Smartphone pelo Bluetooth; e (ii) WPOS, equipamento POS móvel que faz uso exclusivamente de comunicação Wi-Fi. Destaca-se, também, a ampliação do portfólio de captura da Vero, que passou a aceitar os cartões da bandeira VR Benefícios, além dos cartões Visa, MasterCard, Banricompras, BanriCard e VerdeCard, conferindo mais atrativos ao credenciamento junto à Rede e novas oportunidades de negócios para os clientes.

A Vero encerrou 2016 com 124,6 mil equipamentos aptos a transacionar e 105,2 mil estabelecimentos credenciados ativos, aumento de 10,2% e 6,1%, respectivamente, em comparação ao apurado no final de 2015. No acumulado do ano, foram capturadas 302,5 milhões de transações, o que representa crescimento de 21,6% em relação ao ano anterior. A quantidade de transações na modalidade débito totalizou 191,7 milhões, alta de 22,4%, e na modalidade crédito 110,8 milhões, com incremento de 20,3% no período.

Em 2016, o volume financeiro transacionado totalizou R\$25,5 bilhões, refletindo crescimento de 22,4% quando comparado a 2015. Na modalidade débito, o volume financeiro transacionado foi de R\$12,6 bilhões, com elevação de 22,9%. Já em relação à modalidade crédito, o volume financeiro de transações processadas foi de R\$12,9 bilhões com alta de 21,9%.

CARTÃO BANRICOMPRAS

Produto exclusivo e gratuito do cliente Banrisul, que utiliza o cartão de conta corrente para efetuar o pagamento de suas compras em estabelecimentos credenciados. Por meio do cartão de débito da conta corrente, os clientes podem realizar compras à vista ou de forma pré-datada e parcelada, sem cobrança de anuidade ou de juros, com o diferencial de segurança associado à utilização de cartão com chip.

Durante o ano de 2016, as operações com o Banricompras totalizaram R\$9,8 bilhões, 10,0% acima do alcançado no ano anterior, registrando 116,5 milhões de transações, 9,2% acima do registrado em 2015.

CARTÕES DE CRÉDITO

Ao final do ano de 2016, a base de cartões de crédito nas bandeiras VISA e MasterCard chegou a 880 mil. De janeiro a dezembro de 2016, foram realizadas 45,6 milhões de transações de compras ou saques, totalizando R\$4,0 bilhões, expansão de 17,5% e 14,2% respectivamente. As receitas de crédito e tarifas com cartões de crédito pessoa física e as receitas com cartões BNDES somaram R\$349,4 milhões, 38,6% superiores ao alcançado no mesmo período de 2015.

Em dezembro, o Banrisul e a rede GNC Cinemas ampliaram a parceria que já oferecia desconto de 50% no valor do ingresso aos clientes Banricompras. Agora, os portadores de cartões de crédito Banrisul também contam com o benefício que é válido para qualquer sessão nas salas do RS e SC, inclusive sessões 3D.

SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO

Para oferecer soluções que atendam às necessidades dos clientes em termos de segurança, proteção e benefícios, durante 2016 o Banrisul investiu fortemente na ampliação e atualização de produtos, bem como realizou campanhas de vendas com foco em seguros de vida, proteção financeira e capitalização. No exercício, foram lançados ou remodelados o Seguro AP Premiável Mais, Proteção Financeira Rural, Banricap Vip, HDI Em Casa e o seguro de vida Proteção Total.

A estratégia de ampliar a receita com a prestação de serviços possibilitou ao Banrisul apresentar expansão na distribuição de produtos de seguridade, atingindo ao final de 2016, 2,1 milhões de operações ativas de seguros, previdência e capitalização, crescimento de 15,7% em relação a 2015. O faturamento atingiu R\$820,4 milhões,

apresentando crescimento de 21,5% em comparação a 2015. As receitas alcançaram R\$211,5 milhões, com incremento de 25,4% em relação ao ano anterior.

CANAIS DIGITAIS

Em 2016, os canais de *Internet* e *Mobile Banking* do Banrisul efetuaram 211,5 milhões de operações e movimentaram um montante de R\$259,1 bilhões. Em relação a 2015, a quantidade de transações apresentou crescimento de 16,8% e o valor movimentado expandiu 37,9%, com destaque para o *M-Banking*, com incremento de 147,2% no volume transacionado, reflexo da ampliação no uso de dispositivos móveis, da ênfase em divulgação e da facilidade de operação nos canais digitais. Entre as melhorias implementadas, estão o acesso do operador através do CPF e senha no *login* do *Office Banking* e a possibilidade dos clientes atualizarem seus dados de contato no *Home* e *Office Banking* e de autorizarem o envio de extratos e comunicados, referentes aos fundos de investimento, através do *Home*, *Office* e *M-Banking*, e a implementação do novo canal de *Mobile Banking* para o segmento empresarial, disponibilizado para testes junto a clientes.

No Banrifone, foram efetuados, em 2016, mais de 3,3 milhões de acessos no atendimento eletrônico e 321,7 mil no personalizado. Esse canal gerou uma movimentação financeira de R\$236,1 milhões. Destaca-se também o projeto *Compartilhamento de Informações - SAC*, que prevê reuniões com a participação das três áreas gestoras de reclamações de clientes ingressadas via canal SAC Banrisul; melhorias na Identificação Positiva dos canais Banrifone e SAC Banrisul, passando a ser composta por 2 questões cadastrais e 2 questões comportamentais, visando maior segurança para o cliente; a internalização da central de relacionamento com clientes captados por meio da Bem Promotora de Vendas e Serviços; e a implantação do atendimento via *chat* para agências, como uma opção de suporte aos usuários dos canais de *Internet Banking*.

AÇÕES COM O PODER PÚBLICO

A estratégia mercadológica do Banrisul concentrou-se fortemente, em 2016, em ações junto ao setor público visando à aquisição da prestação dos serviços de pagamento da folha. Do ponto de vista comercial, ressaltados os direitos de portabilidade dos servidores, a exclusividade no serviço preserva o relacionamento com importante segmento de clientes da Instituição.

O Banrisul assinou, em 17 de junho de 2016 com o Governo do Rio Grande do Sul, contrato de cessão onerosa dos serviços relacionados à folha de pagamento dos servidores ativos e inativos da administração direta do Estado; a operação foi firmada no valor de R\$1.250,6 milhões e prazo de 10 anos. Em 04 de outubro de 2016, o Banco concluiu, com o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, negociação semelhante para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores do Tribunal de Justiça; a operação foi firmada pelo valor de R\$64,0 milhões e prazo de 5 anos, pagos em duas parcelas, nos meses de outubro/16 e abril/17.

Com a esfera municipal, a ação comercial do Banrisul priorizou, também, a manutenção e o estabelecimento de contratos para a prestação de serviços de folha de pagamento aos servidores municipais. Até dezembro de 2016, foram negociados 177 contratos. No âmbito federal, visando à ampliação da participação da Instituição junto ao segmento, o Banrisul credenciou-se no SIAPE e no Exército Brasileiro, para realização dos serviços de folha dos servidores federais. No segundo semestre do ano, o Banrisul passou a atuar no cadastramento anual dos servidores federais.

REDE DE ATENDIMENTO BANRISUL

Em dezembro de 2016, a Rede de Atendimento Banrisul alcançou 1.237 pontos, distribuídos em 536 agências, das quais 491 no Rio Grande do Sul, 30 em Santa Catarina, 13 nos demais estados brasileiros e 2 no exterior, 200 Postos de Atendimento Bancário e 501 Pontos de Atendimento Eletrônico.

CORRESPONDENTES BANRISUL - BANRIPONTO

A rede de atendimento do Banrisul conta também com os correspondentes bancários. Ao final de dezembro de 2016, a rede estava constituída por 1.448 Banripontos ativos. Em 2016, foram efetuadas 61,7 milhões de transações, movimentando R\$21.464,4 milhões. Os Correspondentes de Negócios Banripontos responderam, no período, pelo encaminhamento de 2.459 propostas de crédito consignado, num montante de R\$15,7 milhões, e pela abertura de 368 contas correntes.

Durante o ano de 2016 as ações foram focadas: na segurança, aperfeiçoamento do sistema, análise das operações efetuadas e prospecção e qualificação do atendimento; na ação de conferência das rotinas de tratamento de numerário, com a conferência de mais de R\$39,0 milhões; no cadastramento de novos pontos; e na migração do suporte operacional à rede de agências para plataforma de *Chat Online*, com a segunda etapa da migração, que prevê o atendimento externo (Banriponto e Convênios) para o primeiro trimestre de 2017.

EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS

BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

A Banrisul Consórcios administra grupos de consórcios para a aquisição de imóveis, com prazo de até 186 meses, automóveis, com prazo de até 72 meses, caminhões e motocicletas. No término do ano de 2016, a Banrisul Consórcios contava com uma base de clientes ativos de 45,7 mil consorciados e R\$2,4 bilhões em volume de cartas de crédito. Durante o ano, ocorreram 7.641 contemplações, colocando à disposição volume de crédito de R\$338,5 milhões para aquisição de bens de consumo. O lucro líquido acumulado registrado no ano alcançou R\$34,8 milhões.

BANRISUL S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO

A Empresa opera no mercado de capitais como intermediadora na compra e venda de ações à vista, de opções, termo e futuro e objetiva, além de incrementar o portfólio de investimentos do Banco, oferecer produtos e ativos com qualidade e segurança, através de suporte técnico aos investidores, auxiliando-os na identificação das melhores oportunidades do mercado de capitais. Durante o ano de 2016, a Banrisul Corretora intermediou R\$1.529,1 milhões em operações, das quais R\$1.140,2 milhões ou 74,6% foram efetuadas via *Home Broker*. O lucro líquido acumulado de 2016 foi de R\$1,8 milhão.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

A Banrisul Armazéns Gerais atua como permissionária da Receita Federal, desenvolvendo atividades de armazéns gerais e como porto seco, bem como na prestação de serviços públicos de movimentação, armazenagem de mercadorias, digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos - GED. Durante 2016 foram implementados projetos e ações que incluem a aquisição de módulos complementares para o sistema integrado - *Enterprise Resource Planning* - ERP; internalização do ambiente de TI junto ao Banrisul; alienação do imóvel de Uruguaiana; ampliação da capacidade de armazenamento com a construção do armazém de lona; aquisição de equipamentos para o setor de GED; além de adequações e melhorias na infraestrutura dos armazéns. O lucro líquido acumulado registrado em 2016 alcançou R\$2,8 milhões.

BANRISUL CARTÕES S.A.

Em 2016, a estratégia da Banrisul Cartões esteve focada na melhoria da eficiência operacional e na ampliação de negócios, com atuação diversificada nos segmentos de pequenos e médios estabelecimentos e nos facilitadores. Durante o período, destaca-se a implantação de nova solução de processamento - internalizada pelo Banrisul - das transações Visa e MasterCard, possibilitando agilidade no lançamento de produtos, qualidade e autonomia na gestão das transações, independência tecnológica e redução nos custos e despesas com o processamento na aquisição. No que tange à ampliação de negócios, ressaltam-se as iniciativas de parcerias com novos facilitadores de pagamento, também chamados subadquirentes, e convênios com CDLs no RS para negócios com cartões BanriCard.

Em relação ao segmento de cartões de benefício, a Banrisul Cartões lançou o novo Portal BanriCard para facilitar as consultas de saldo, extrato de compras, créditos do cartão, relação de estabelecimentos comerciais credenciados, dentre outros recursos. Ao final de 2016, os cartões BanriCard alcançaram a marca de 8,2 mil clientes conveniados ativos. O faturamento totalizou R\$1,3 bilhão, aumento de 7,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. O lucro líquido acumulado da Banrisul Cartões foi de R\$206,2 milhões.

BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.

A Promotora de vendas atua na prestação de serviço de origemação de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e funcionários públicos federais. O saldo de operações de crédito do Banrisul, originadas

através da Rede Bem, atingiu R\$3.258,1 milhões ao final de dezembro de 2016. Em 2016, a Bem Promotora encerrou o exercício com resultado negativo de R\$343,2 mil.

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A.

Em 2015, foi formalizada a constituição da *holding* Banrisul Icatu Participações S.A., na qual o Banrisul detém 49,9% do capital, parceria que representa uma evolução no modelo de negócios praticado pelo Banco. Do grupo econômico, faz parte a Rio Grande Seguros e Previdência S.A., a nova seguradora do Banrisul, que tem por objetivo ampliar o *market share* e consolidar a marca Rio Grande como uma seguradora de confiança e credibilidade. Em julho de 2016, a Rio Grande Seguros iniciou as atividades junto à rede de agências Banrisul. O lucro líquido foi de R\$38,0 milhões no acumulado de 2016.

AÇÕES BANRISUL

GOVERNANÇA CORPORATIVA

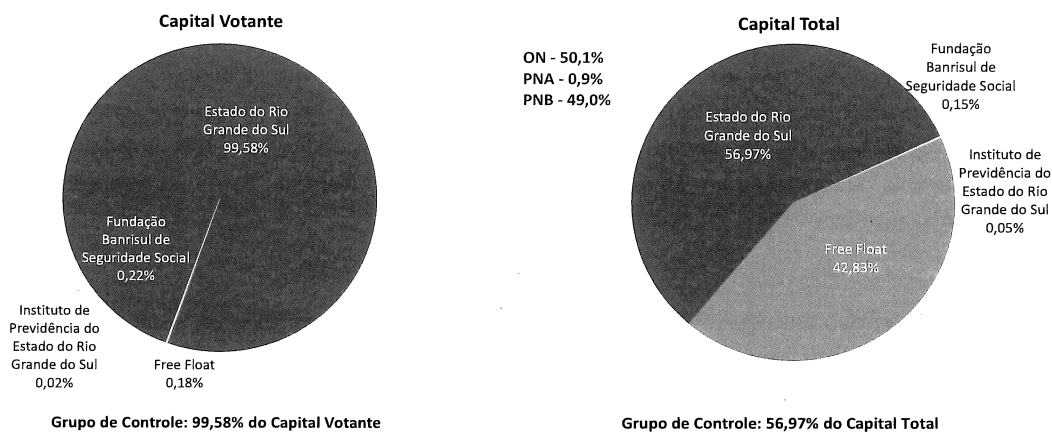
Listado no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, o Banrisul atende integralmente os requisitos desse nível de listagem e, em linha com as melhores práticas de mercado, também exigências dos demais níveis de Governança Corporativa, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, reforçando sua credibilidade e o interesse de investidores e clientes.

De acordo com a Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários, o Banrisul informa que a empresa KPMG Auditores Independentes, contratada em 2016, por meio de processo licitatório (Concorrência 586/2015), estabelecido pela Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no ano de 2016.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

O Banco apresenta dispersão acionária superior à exigida pelo Nível 1 de Governança Corporativa: 42,8% do total das ações do Banco são de titularidade de acionistas sem vínculos com a Instituição, enquanto que o mínimo exigido é de 25%. A estrutura acionária está apresentada a seguir.

Gráfico 5: Estrutura Acionária



POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO/DIVIDENDOS

O Banco mantém, desde o início de 2008, política de pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos superiores ao mínimo exigido. No período de janeiro a dezembro de 2016, líquidos de imposto de renda na fonte, foram pagos e/ou provisionados R\$250,7 milhões a título de juros sobre o capital próprio e dividendos.

CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

Em 2016, foram consolidadas as ações relacionadas ao processo de *Compliance* regulatório e iniciou-se um projeto para criação de um Painel de Monitoramento, visando ampliar o acompanhamento de processos

realizados pela área de Controles Internos e *Compliance* e elevar os padrões de conformidade, garantindo a tempestividade na identificação de ocorrências atípicas. Paralelamente a esse projeto, está sendo construída uma campanha institucional com o objetivo de reforçar conceitos e responsabilidades ao quadro funcional, aprimorando a cultura de gestão de riscos e controles.

Na área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo, está em fase de conclusão o processo licitatório para aquisição de novo sistema corporativo de monitoramento. Além disso, a equipe foi reforçada para monitorar, permanentemente, situações que possam configurar indícios de lavagem de dinheiro, bem como conduzir programas de capacitação sobre o tema para o quadro de empregados.

GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos é ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de identificação, classificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação de riscos possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, estando alinhadas aos objetivos, políticas e estratégias da Instituição.

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Instituição, abrangendo desde as unidades de negócios até o Conselho de Administração. O controle de riscos do Banrisul e das demais empresas integrantes do conglomerado prudencial (Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Cartões S.A.), assim como de sua controlada (Banrisul Armazéns Gerais S.A.) é centralizado na Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, independente das áreas de negócios, para que os processos sejam mapeados, classificados e consolidados de acordo com as características de exposições das operações e classificadas em conformidade com as recomendações dos órgãos reguladores.

ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCOS

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Banrisul é liderada pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo gerenciamento do capital e dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, e pelos Comitês de Gestão, que subsidiam a Diretoria e o Conselho de Administração no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Controle e Risco é responsável por esta Unidade e o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas relativas ao gerenciamento de riscos.

As estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional são revisadas com periodicidade mínima anual e estão disponíveis no *site* de Relação com Investidores, no caminho: *Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos*, bem como outros relatórios públicos relativos à Gestão de Riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco – RWA, do Patrimônio de Referência – PR e da Razão de Alavancagem – RA.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O processo de gerenciamento de capital contempla o monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais a instituição está sujeita, considerando seus objetivos estratégicos.

O requerimento mínimo de Patrimônio de Referência, que corresponde à aplicação do fator F ao montante total do RWA passou de 11% para 10,5%, considerando-se o 0,625% do Adicional de Capital Principal - ACP, válido para todo o ano de 2016. O cálculo e a remessa de informações em relação ao ACP também passaram a ser exigidos a partir de janeiro de 2016. Em 1º de janeiro de 2017 este adicional passa a ter a seguinte composição: i) Adicional de Conservação de Capital Principal (1,250% do montante do RWA); ii) Adicional Contracíclico de Capital Principal (no máximo 1,250% do montante do RWA); e iii) Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal (até 0,500% do montante do RWA).

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, à redução de ganhos

ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A estrutura de avaliação deste risco está alicerçada em metodologias estatísticas de *Application* e *Behaviour Score* e/ou no princípio da decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito e limites de risco correspondentes a diversos níveis decisórios. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a instituição está disposta a operar, atendendo ao binômio risco x retorno.

Considerando o cenário econômico de elevada inadimplência, o Banrisul buscou, ao longo do ano, reduzir esse índice através da adequação de metas e da atualização de políticas, e estimulou ações preventivas para disseminar o consumo consciente de crédito, viabilizando aos clientes com elevado endividamento e/ou dificuldades de adimplência alternativas para ajustar as responsabilidades em crédito à real capacidade de pagamento existente. Além disso, desenvolveu melhorias no processo de controle e gestão de garantias; disponibilizou ferramentas que garantem um processo mais seguro para registro das autorizações e averbação de margens; implementou alterações no processo de contratação de operações e; readequou parâmetros utilizados para geração de limites de crédito e de risco. Ainda, a fim de propiciar maior eficiência à contratação de linhas de crédito destinadas a negociação de dívidas, foram alteradas alçadas de aprovação das modalidades de crédito, proporcionando maior autonomia à rede de agências.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O gerenciamento do risco de mercado no Banrisul está segregado entre operações classificadas na carteira de negociação (*trading book*), ou seja, operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, ou destinados para revenda, e operações classificadas na carteira de não negociação (*banking book*), que compreende as operações das carteiras de crédito, de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósitos a prazo, depósitos de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

No período observado, foram realizadas melhorias na operacionalidade do recebimento das informações referente as subsidiárias do exterior. Também foram desenvolvidas outras melhorias no sistema de cálculo de risco de mercado. Visando a qualidade nas ações de gestão de risco de mercado para a Instituição, além de proporcionar maior confiabilidade na disponibilização das informações aos órgãos reguladores, foram automatizadas a geração do Demonstrativo Diário de Risco de Mercado - DDR e o Demonstrativo Mensal de Risco de Mercado - DRM.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de descasamentos de fluxo de caixa que resultem em falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos no vencimento ou, então, em função do risco de liquidez de mercado. Nesse caso, a instituição pode não conseguir negociar uma posição devido ao seu elevado tamanho em relação ao volume normalmente transacionado ou a transação é concretizada em preço abaixo daquele considerado justo em decorrência da falta de liquidez no mercado. A Instituição monitora o risco de liquidez através da projeção de fluxo de caixa diário e, também, através da análise de indicadores. Periodicamente, relatórios são enviados aos Comitês de Gestão, Diretoria e Conselho de Administração, contendo as análises e demais informações referentes ao gerenciamento do risco de liquidez, com a finalidade de garantir o monitoramento tempestivo do risco de liquidez por todas as partes relacionadas.

No período, vários projetos em conjunto com a área de tecnologia do Banco entraram em desenvolvimento e/ou conclusão, visando otimizar processos e sistemas de risco de liquidez, favorecendo a gestão do risco e promovendo o acesso mais dinâmico a novas informações, assim como um melhor tratamento dos dados e informações. Além disso, está em fase de conclusão o desenvolvimento do novo Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) do BACEN, para as instituições que não se enquadram no disposto no art. 3º da Resolução nº 4.401, de 27 de fevereiro de 2015, com previsão de início de envio a partir de janeiro de 2017.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O objetivo do seu gerenciamento é obter controle sobre os riscos, buscando minimizá-los para proteger a instituição e, consequentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses dos clientes, acionistas, empregados e demais partes interessadas.

No decorrer do ano de 2016 foram executados projetos e atividades que objetivaram contribuir para o contínuo aprimoramento e fortalecimento da cultura de gestão do risco operacional na Instituição. No quarto trimestre, concluiu-se mais um ciclo de análise de riscos operacionais, oportunidade em que todas as unidades e empresas do Grupo Banrisul foram demandadas a identificar, avaliar ou revisar os riscos operacionais sob sua gestão. Outro fato a destacar foi a conclusão da etapa de homologação do novo sistema de gestão de riscos operacionais, que entrará em produção no decorrer do primeiro trimestre de 2017.

ÍNDICE DE BASILEIA

Conforme previsto nas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN, a partir de 1º de janeiro de 2015 a apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco passou a ter como base o Conglomerado Prudencial. Dando prosseguimento à implantação das diretrizes de Basileia III, o Bacen divulgou a Circular nº 3.748/15, definindo a metodologia de cálculo da Razão de Alavancagem, que passou a vigorar em outubro de 2015. Ainda, divulgou alterações na Apuração dos Adicionais de Capital Principal, de acordo com normativos específicos, que passaram a ser exigidos a partir de janeiro de 2016.

O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial encerrou o ano de 2016 em R\$6.521,5 milhões, resultado do somatório do Nível I, R\$5.455,6 milhões, e do Nível II, R\$1.065,9 milhões. Em relação a dezembro de 2015, o Patrimônio de Referência apresentou redução de 11,7% ou R\$867,6 milhões, face ao incremento dos ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal (Ativo Intangível) decorrente da compra da folha de pagamento da administração direta do Estado do RS, da alteração dos percentuais de dedução dos ajustes prudenciais e instrumentos de dívida, de acordo com o cronograma de Basileia III, e do ajuste nos passivos atuariais.

A exposição total dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA_{TOTAL} atingiu R\$38.479,4 milhões em dezembro de 2016, apresentando retração de 7,4% ou R\$3.057,1 milhões em relação a dezembro de 2015. A parcela de risco de crédito - RWA_{CPAD} reduziu 13,0% ou R\$4.516,9 milhões, totalizando R\$30.172,6 milhões, impactada pela redução das operações de crédito e renovações das operações de *swap*. As demais parcelas encerraram em R\$1.051,6 milhões para o risco de mercado - RWA_{MPAD} , com crescimento de 3,9%, e em R\$7.255,3 milhões para o risco operacional - RWA_{OPAD} , com crescimento de 24,3% ou R\$1.420,2 milhões, face ao incremento das receitas líquidas no período. Cabe salientar que as parcelas de mercado e operacional foram impactadas pela alteração no Fator “F” de acordo com o cronograma de implementação de Basileia III.

Considerando-se os valores realizados do Patrimônio de Referência e dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA, o Índice de Basileia atingiu 16,9% em dezembro de 2016. Para o Capital Principal e Capital de Nível I, os índices foram de 14,2%, ambos superiores ao mínimo exigido. A Razão de Alavancagem calculada para o mês de dezembro de 2016 foi de 7,5%.

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Os investimentos em *hardware*, *software*, serviços e na aquisição e manutenção de bens patrimoniais somaram R\$272,7 milhões no ano de 2016. As estratégias de TI e de investimentos em estrutura de atendimento objetivam garantir performance, segurança e conforto no acesso aos serviços bancários. Uma ação de destaque no período foi a realização da 9ª edição do Fórum Internacional de TI, evento que recebeu mais de 3.300 inscritos e contou com grandes expoentes nacionais e internacionais da área de tecnologia e de negócios, abordando o tema *A TI Transformando Hábitos* e suas implicações na sociedade.

Relativamente aos aspectos de infraestrutura de TI, as iniciativas do Banrisul, em 2016, abrangeram a contratação de novas operadoras de Telecom para serviços de voz e dados, que resultou em redução de custo; substituição

de dois computadores de grande porte, o que proporcionou aumento da capacidade de processamento e economia de energia, além da ampliação dos sistemas de gerenciamento e monitoração dos Data Centers; internalização da infraestrutura de processamento de dados da Banrisul Armazéns Gerais, garantindo assim melhor performance e segurança em suas operações. Outro destaque foi a implantação da nova plataforma para processamento e autorização das transações das bandeiras MasterCard e VISA, através do próprio ambiente computacional do Banrisul, dando maior autonomia na operação e monitoração dos serviços.

Entre as ações relacionadas a projetos, com foco em inovação e modernização, destacam-se a implantação do Cartão Virtual e BanriSaque. O BanriSaque possibilita efetuar saque em espécie nos caixas eletrônicos (ATM), através do uso de técnicas de virtualização de cartões e tokenização (códigos de segurança), por meio de um aplicativo, desenvolvido no Banrisul, instalado no *smartphone* ou *tablet* do cliente. O Cartão Virtual foi desenvolvido para tecnologia *Mobile*, baseado em conceitos de certificação digital, possibilitando, através de *software* (virtualização do cartão), todos os requisitos de segurança e usabilidade dos cartões de conta corrente, que operam com tecnologia *chip*. Esses dois produtos exigiram definições de modelos de *software* e requisitos de segurança para uso do conceito *cartão virtual*; sua implantação agregou comodidade, agilidade e versatilidade aos clientes no uso da tecnologia *Mobile*, vindo ao encontro às tendências atuais de mercado.

A segurança bancária é outro pilar da política de investimentos. No ano de 2016, destacam-se como iniciativas importantes a criação de área própria para o monitoramento de transações da rede de captura, com vistas à mitigação de fraudes; adoção de novos padrões de mercado para certificados digitais nos servidores *Web*; automatização completa do ciclo de vida dos planos de continuidade de negócios; recertificação PCI DSS (*Payment Card Industry - Data Security Standards*) para o ambiente de Adquirência Vero (Banrisul Cartões); realização de uma campanha, dirigida aos clientes e empregados, de conscientização em consonância com a Campanha Mundial do *Dia da Internet Segura*, além de certificação na ISO 27002 alcançada por todos os empregados que compõem a equipe de segurança.

RECURSOS HUMANOS

Em 2016, o Banco iniciou as primeiras contratações de aprovados no concurso para o cargo de escriturário, cujas provas foram realizadas em dezembro de 2015. De abril a dezembro, foram admitidos 299 empregados. No exercício de 2016, a Instituição implementou a contratação de estagiários como política de reposição de pessoas que aderiram aos planos de incentivo à aposentadoria editados em anos recentes. Em 2016, foi realizada uma seleção pública com a aprovação de 1.264 candidatos. Ao final de dezembro de 2016, o Banrisul contava com um quadro de 11.214 empregados e 657 estagiários.

Em maio de 2016, a plataforma de Educação à Distância (EAD) do Banrisul completou três anos de atividade, representando um importante instrumento de largo alcance, com qualidade, velocidade e de baixo custo. No mês de agosto, a Educação Corporativa do Banrisul completou 50 anos, processo de desenvolvimento da cultura organizacional, com foco nos pilares econômico, social e de desenvolvimento. Através de projetos como a Escola de Líderes, o Programa Primeira Gerência, o Programa de Desenvolvimento Gerencial e o Programa de Incentivo à Qualificação Superior, são incentivados o desenvolvimento das pessoas e a qualificação profissional, refletindo nos níveis de motivação e de resultados coletivamente alcançados.

Durante o ano de 2016, foram efetuados 1.745 cursos de aperfeiçoamento e capacitação, com 54.637 participações. Para isso, o Banrisul investiu R\$8,7 milhões, dos quais R\$1,8 milhão foram direcionados a programas de pós-graduação, graduação e cursos de idiomas.

SUSTENTABILIDADE

Em 2016 foi publicada a Política de Responsabilidade Socioambiental Banrisul, instrumento que reforça o compromisso da Organização com a promoção da sustentabilidade, equilibra oportunidades de negócios com as perspectivas, econômica, ambiental, social e cultural, e contribui para o desenvolvimento sustentável nas regiões onde o Banco atua.

Na esfera ambiental, por meio do *Programa Sementes Banrisul*, a Instituição beneficiou mais de 600 famílias em 2016, através da distribuição gratuita de sementes agroecológicas. As ações e metas do Banco foram divulgadas no *Rio Grande Agroecológico* - Plano Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica (Pleapo). O Banrisul efetivou, também, a assinatura do Termo de Cooperação para Conservação do Solo e da Água, com ações no *Conservar para Produzir Melhor* - Programa Estadual de Conservação do Solo e da Água.

No âmbito social e cultural, o Banrisul ao longo de 2016 manteve seu compromisso com a Rede Lilás, visando promover o enfrentamento da violência contra mulheres e a promoção de sua autonomia; em parceria com a Fundação Projeto Pescar, contribuiu para a conclusão do curso de iniciação profissional, em auxiliar administrativo na Unidade Banrisul, de 18 jovens em situação de vulnerabilidade social; durante o inverno, a Instituição arrecadou, através do Programa Voluntariado Banrisul, cerca de 16 mil agasalhos, entregues à coordenação da Defesa Civil Estadual, em apoio à Campanha do Agasalho do Estado; realizou visitas técnicas ao Espaço Memória Banrisul para universitários de graduação, pós-graduação e para os novos empregados do Banco, evidenciando a importância da memória para a cultura institucional; realizou, em novembro de 2016, a exposição *Educação Corporativa 1966-2016: Jubileu de Ouro*, embasada em documentos históricos pertencentes ao Acervo do Museu Banrisul.

RECONHECIMENTOS

Março/2016. Banrisul é uma das marcas mais lembradas e preferidas no Rio Grande do Sul.

Maio/2016. Banrisul recebe premiação na área de recursos humanos - Prêmio ESARH.

Maio/2016. Banrisul se mantém líder no *ranking* Top of Mind/RS.

Setembro/2016. Banrisul está entre as maiores instituições do setor financeiro nacional.

Setembro/2016. Banrisul conquista prêmio Top Ser Humano.

Outubro/2016. Banrisul é destaque no estudo Empresas Mais.

Outubro/2016. Ações do Banrisul valorizaram mais de 100% em 2016.

Novembro/2016. Agência Central do Banrisul é premiada com Selo de Acessibilidade 2016.

Novembro/2016. *Ranking* corporativo aponta o Banrisul entre as maiores empresas do Estado e da Região Sul.

Dezembro/2016. Banrisul está entre os 200 maiores grupos econômicos do Brasil.

AGRADECIMENTOS

O exercício de 2016 consolidou-se como um período de inflexão em muitos sentidos. Nos períodos de contração, ficam ainda mais evidentes relações alicerçadas em confiança, comprometimento e dedicação. A Instituição agradece aos clientes, ao Governo do Estado, aos investidores privados, aos parceiros e aos empregados por apostarem na Instituição, contribuindo para fazer do *Banrisul o grande banco do sul*.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
ATIVO	2016	2015	2016	2015
CIRCULANTE	31.760.901	30.102.600	33.396.104	31.916.752
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	937.080	864.138	937.520	864.255
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 05)	1.782.724	507.814	1.808.192	530.218
Aplicações no Mercado Aberto	1.280.278	499.999	1.305.746	522.403
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	502.446	7.815	502.446	7.815
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 06)	5.513.573	4.092.656	5.825.254	4.410.264
Carteira Própria	3.558.669	1.544.374	4.027.676	1.933.633
Vinculados a Compromissos de Recompra	1.342.333	2.450.460	1.184.999	2.378.801
Instrumentos Financeiros Derivativos	133.341	97.822	133.341	97.822
Vinculados à Prestação de Garantias	479.230	-	479.230	-
Moedas de Privatização	-	-	8	8
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	9.910.649	8.384.697	9.910.649	8.384.697
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.404	2.037	2.404	2.037
Créditos Vinculados (Nota 07)				
Depósitos no Banco Central	9.873.898	8.338.816	9.873.898	8.338.816
Convênios	66	58	66	58
Correspondentes	34.281	43.786	34.281	43.786
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	56.811	74.476	56.811	74.476
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.432	1.632	1.432	1.632
Transferências Internas de Recursos	55.379	72.844	55.379	72.844
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 08)	9.612.687	12.477.043	9.612.687	12.459.548
Operações de Crédito				
Setor Público	11.519	12.648	11.519	12.648
Setor Privado	9.964.148	12.813.561	9.964.148	12.796.066
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	6.119	6.956	6.119	6.956
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(369.099)	(356.122)	(369.099)	(356.122)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 08)	23.452	26.769	23.452	26.769
Operações de Arrendamento a Receber				
Setor Público	2.925	2.436	2.925	2.436
Setor Privado	21.851	25.844	21.851	25.844
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(1.324)	(1.511)	(1.324)	(1.511)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 09)	3.824.865	3.586.273	5.121.957	5.077.337
Avais e Fianças Honrados	-	10.093	-	10.093
Carteira de Câmbio	735.190	1.009.493	735.190	1.009.493
Rendas a Receber	136.036	137.999	129.189	147.959
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	1.965	939
Créditos Específicos	-	-	211	116
Diversos	3.058.502	2.585.577	4.369.304	4.070.860
Provisão para Outros Créditos	(104.863)	(156.889)	(113.902)	(162.123)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	99.060	88.734	99.582	89.188
Outros Valores e Bens	2.648	3.128	2.736	3.216
Despesas Antecipadas	96.412	85.606	96.846	85.972

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
ATIVO (continuação)	2016	2015	2016	2015
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	34.034.080	34.708.448	34.058.906	34.731.332
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS				
DERIVATIVOS (Nota 06)	15.628.393	16.168.393	15.636.633	16.175.619
Carteira Própria	10.313.630	8.813.385	10.313.630	8.813.385
Vinculados a Compromissos de Recompra	4.275.690	4.826.046	4.275.690	4.826.046
Instrumentos Financeiros Derivativos	38.718	1.018.960	38.718	1.018.960
Vinculados ao Banco Central	606.632	531.949	606.632	531.949
Vinculados à Prestação de Garantias	393.723	978.053	401.963	985.279
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	893.657	821.415	893.657	821.415
Créditos Vinculados (Nota 07)				
Sistema Financeiro da Habitação	893.657	821.415	893.657	821.415
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 08)	15.026.651	15.775.209	15.026.651	15.775.209
Operações de Crédito				
Setor Público	67.700	79.713	67.700	79.713
Setor Privado	17.061.827	17.377.406	17.061.827	17.377.406
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	38.703	47.713	38.703	47.713
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(2.141.579)	(1.729.623)	(2.141.579)	(1.729.623)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 08)	24.144	26.317	24.144	26.317
Operações de Arrendamento a Receber				
Setor Público	1.201	976	1.201	976
Setor Privado	28.300	30.086	28.300	30.086
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(5.357)	(4.745)	(5.357)	(4.745)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 09)	2.352.219	1.765.864	2.368.805	1.781.522
Carteira de Câmbio	7.713	8.862	7.713	8.862
Diversos	2.409.363	1.809.580	2.425.949	1.825.238
Provisão para Outros Créditos	(64.857)	(52.578)	(64.857)	(52.578)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	109.016	151.250	109.016	151.250
Outros Valores e Bens	93.816	76.252	93.816	76.252
Provisão para Desvalorização	(32.861)	(24.511)	(32.861)	(24.511)
Despesas Antecipadas	48.061	99.509	48.061	99.509
PERMANENTE	2.451.964	969.676	1.583.476	289.706
INVESTIMENTOS (Nota 11 (a))	989.177	787.553	102.850	86.829
Participação em Coligadas e Controladas no País (Nota 02 (c))	982.448	780.824	96.029	79.537
Outros Investimentos	11.514	11.514	11.709	12.184
Provisão para Perdas	(4.785)	(4.785)	(4.888)	(4.892)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11 (b))	153.792	166.212	171.197	185.701
Imóveis de Uso	113.934	113.934	124.898	125.701
Outras Imobilizações de Uso	597.575	576.895	620.935	598.252
Depreciação Acumulada	(557.717)	(524.617)	(574.636)	(538.252)
INTANGÍVEL (Nota 11 (c))	1.308.995	15.911	1.309.429	17.176
Ativos Intangíveis	1.467.456	86.913	1.469.615	89.765
Amortização Acumulada	(158.461)	(71.002)	(160.186)	(72.589)
TOTAL DO ATIVO	68.246.945	65.780.724	69.038.486	66.937.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	2015	2016	2015
CIRCULANTE	26.959.106	29.134.203	27.746.170	30.286.177
DEPÓSITOS (Nota 12)	14.063.619	14.212.212	13.780.899	14.007.690
Depósitos à Vista	3.028.673	3.174.189	3.003.632	3.173.925
Depósitos de Poupança	7.608.229	7.573.671	7.608.229	7.573.671
Depósitos Interfinanceiros	174.508	171.706	174.508	171.706
Depósitos a Prazo	3.252.209	3.292.646	2.994.530	3.088.388
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 12)	5.610.523	7.260.188	5.453.373	7.188.736
Carteira Própria	5.610.523	7.260.188	5.453.373	7.188.736
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 12)	848.758	1.597.942	848.758	1.597.942
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	848.758	1.597.942	848.758	1.597.942
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.102	4.378	2.102	4.378
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2.102	4.377	2.102	4.377
Correspondentes	-	1	-	1
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	183.463	230.684	183.463	230.684
Recursos em Trânsito de Terceiros	183.449	230.683	183.449	230.683
Transferências Internas de Recursos	14	1	14	1
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	949.234	1.625.881	949.888	1.626.635
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	654	754
Empréstimos no Exterior (Nota 13)	949.234	1.625.881	949.234	1.625.881
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 14)	759.017	774.107	759.017	774.107
Tesouro Nacional	147.351	130.494	147.351	130.494
BNDES	403.527	418.793	403.527	418.793
CEF	5.942	5.809	5.942	5.809
FINAME	201.854	218.938	201.854	218.938
Outras Instituições Oficiais	343	73	343	73
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 14)	2.238	17.694	2.238	17.694
Repasse do Exterior	2.238	17.694	2.238	17.694
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 06 (d))	174.524	34.253	174.524	34.253
Instrumentos Financeiros Derivativos	174.524	34.253	174.524	34.253
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15)	4.365.628	3.376.864	5.591.908	4.804.058
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	62.977	53.441	63.005	53.441
Carteira de Câmbio	13.711	13.700	13.711	13.700
Sociais e Estatutárias	38.719	25.115	38.899	25.261
Fiscais e Previdenciárias	446.440	267.806	477.778	302.940
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	2.079	779
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	884.293	675.228	884.293	675.228
Dívidas Subordinadas	131.205	143.318	131.205	143.318
Diversas	2.788.283	2.198.256	3.980.938	3.589.391

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (continuação)	2016	2015	2016	2015
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	34.847.316	30.440.415	34.848.890	30.443.047
DEPÓSITOS (Nota 12)	28.758.766	24.690.639	28.758.766	24.690.639
Depósitos Interfinanceiros	155.406	571.105	155.406	571.105
Depósitos a Prazo	28.603.360	24.119.534	28.603.360	24.119.534
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 12)	1.130.180	750.827	1.130.180	750.827
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.130.180	750.827	1.130.180	750.827
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	2.650	6.641	4.029	9.003
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	1.379	2.362
Empréstimos no Exterior (Nota 13)	2.650	6.641	2.650	6.641
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 14)	1.853.709	2.078.176	1.853.709	2.078.176
Tesouro Nacional	-	537	-	537
BNDES	1.267.538	1.360.357	1.267.538	1.360.357
CEF	50.282	53.160	50.282	53.160
FINAME	533.676	663.344	533.676	663.344
Outras Instituições Oficiais	2.213	778	2.213	778
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 14)	5.625	9.418	5.625	9.418
Repasse do Exterior	5.625	9.418	5.625	9.418
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 06 (d))	424.046	123.698	424.046	123.698
Instrumentos Financeiros Derivativos	424.046	123.698	424.046	123.698
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15)	2.672.340	2.781.016	2.672.535	2.781.286
Fiscais e Previdenciárias	508.104	484.040	508.104	484.244
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	-	34.235	-	34.235
Dívidas Subordinadas	1.701.168	1.848.326	1.701.168	1.848.326
Diversas	463.068	414.415	463.263	414.481
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 23)	6.440.523	6.206.106	6.443.426	6.208.566
Capital Social de Domiciliados no País	4.500.000	4.250.000	4.500.000	4.250.000
Reservas de Capital	4.511	4.511	4.511	4.511
Reservas de Lucros	2.085.820	1.940.896	2.085.820	1.940.896
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(149.808)	10.699	(149.808)	10.699
Participação de Não Controladores	-	-	2.903	2.460
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	68.246.945	65.780.724	69.038.486	66.937.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016
(Valores em Milhares de Reais, exceto Lucro Líquido por Ação)

		Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2º Semestre 2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.581.453	10.616.325	10.768.133	10.668.417	10.804.344
Operações de Crédito	3.492.528	6.877.532	6.441.061	6.877.532	6.441.061
Operações de Arrendamento Mercantil	3.068	9.243	19.807	9.243	19.807
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.406.081	2.733.705	2.299.696	2.785.797	2.335.907
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(46.901)	(342.414)	623.503	(342.414)	623.503
Resultado de Operações de Câmbio	46.064	76.475	451.239	76.475	451.239
Resultado das Aplicações Compulsórias	620.502	1.167.861	841.025	1.167.861	841.025
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	60.111	93.923	91.802	93.923	91.802
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.930.192)	(7.203.318)	(7.970.852)	(7.166.854)	(7.941.802)
Operações de Captação no Mercado	(2.839.594)	(5.253.120)	(5.410.942)	(5.213.862)	(5.380.574)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(158.872)	(285.274)	(1.009.802)	(285.397)	(1.009.797)
Provisão para Operações de Crédito (Nota 08 (e))	(931.726)	(1.664.924)	(1.550.108)	(1.667.595)	(1.551.431)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.651.261	3.413.007	2.797.281	3.501.563	2.862.542
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.278.957)	(2.432.953)	(1.858.138)	(2.396.708)	(1.824.208)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 17)	74.734	148.738	148.469	296.984	249.014
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 18)	434.227	833.797	739.592	1.403.337	1.195.616
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(973.011)	(1.805.161)	(1.673.581)	(1.817.491)	(1.684.362)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(699.707)	(1.340.240)	(1.175.788)	(1.644.307)	(1.396.369)
Despesas Tributárias	(168.565)	(333.949)	(306.789)	(447.876)	(396.301)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	143.411	272.181	201.233	28.852	6.194
Outras Receitas Operacionais (Nota 21)	227.431	416.572	632.852	419.499	635.399
Outras Despesas Operacionais (Nota 22)	(317.477)	(624.891)	(424.126)	(635.706)	(433.399)
RESULTADO OPERACIONAL	372.304	980.054	939.143	1.104.855	1.038.334
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS SOBRE O LUCRO	372.304	980.054	939.143	1.104.855	1.038.334
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 25 (a))	(54.586)	(221.899)	15.677	(346.113)	(82.926)
Corrente	(262.593)	(507.797)	(377.282)	(632.486)	(475.516)
Diferido	208.007	285.898	392.959	286.373	392.590
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO RESULTADO	(47.652)	(98.466)	(106.050)	(98.466)	(106.161)
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	-	-	-	(587)	(477)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	270.066	659.689	848.770	659.689	848.770
Número de Ações em Circulação – Milhares (Nota 23 (a))	408.974	408.974	408.974	-	-
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Capital Social - R\$	660,35	1.613,03	2.075,36	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016
(Valores em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2016	01/01 a 31/12/2016	Banrisul 01/01 a 31/12/2015	Banrisul Consolidado 01/01 a 31/12/2016	Banrisul Consolidado 01/01 a 31/12/2015
Lucro Ajustado antes da Tributação e Participação dos Empregados	1.451.022	2.559.453	3.662.409	2.935.678	3.962.918
Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados	372.304	980.054	939.143	1.104.855	1.038.334
Ajustes ao Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados					
Depreciação e Amortização	93.808	144.631	50.292	148.234	53.065
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(143.411)	(272.181)	(201.233)	(28.852)	(6.194)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	81.533	(185.923)	1.124.173	(185.923)	1.124.173
Provisão para Operações de Crédito	931.726	1.664.924	1.550.108	1.667.595	1.551.431
Reversão de Provisão para Perdas de Securitização	(213)	(211)	(63)	(211)	(63)
Provisão para Contingências	115.275	228.159	199.989	229.980	202.172
Varição de Ativos e Obrigações	(506.354)	1.331.712	(1.174.134)	935.157	(1.470.018)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
(Aumento) em Aplicações de Depósitos Interfinanceiros	(189.999)	(432.758)	-	(432.758)	-
(Aumento) em Títulos para Negociação	(226.403)	(434.404)	(919.628)	(453.228)	(998.593)
(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	(76.200)	1.385.342	(414.544)	1.385.342	(414.544)
(Aumento) em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(1.365.484)	(1.630.026)	(2.718.527)	(1.630.026)	(2.718.527)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(390.367)	1.469.611	(2.614.921)	1.452.116	(2.597.426)
Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	3.060	4.328	17.955	4.328	17.955
(Aumento) Redução em Outros Créditos	127.247	(333.029)	(769.935)	(200.607)	(1.436.963)
Redução em Outros Valores e Bens	5.834	31.908	67.671	31.840	67.651
Aumento em Depósitos	2.802.316	3.919.534	4.600.018	3.841.336	4.562.885
Aumento (Redução) em Captação no Mercado Aberto	(116.636)	(1.649.665)	2.872.020	(1.735.363)	2.870.500
(Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(754.626)	(369.831)	(489.023)	(369.831)	(489.023)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(289.480)	(939.444)	336.068	(940.527)	335.386
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	295.363	814.278	(766.866)	601.629	(207.326)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(330.979)	(504.132)	(374.422)	(619.094)	(461.993)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	944.668	3.891.165	2.488.275	3.870.835	2.492.900
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas	519	53.234	35.424	53.234	35.424
(Aumento) em Títulos Disponíveis para Venda	(48.702)	(117.911)	(57.690)	(93.160)	(57.467)
(Aumento) em Títulos Mantidos até o Vencimento	(377.731)	(1.269.609)	(108.211)	(1.270.623)	(109.056)
Alienação de Investimentos	308	1.178	188	1.403	188
Alienação de Imobilizado de Uso	276	337	969	5.104	2.333
Aquisição de Investimentos	(10.011)	(14.325)	(22.937)	(14.325)	(22.340)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(14.131)	(26.959)	(42.357)	(32.414)	(45.545)
Aplicação no Intangível	(116.810)	(1.380.580)	(5.019)	(1.380.580)	(5.162)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(566.282)	(2.754.635)	(199.633)	(2.731.361)	(201.625)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dívidas Subordinadas	59.502	167.967	(374.569)	167.967	(374.569)
Pagamento de Juros e Recompra da Dívida Subordinada	(63.356)	(141.315)	(980.483)	(141.315)	(980.483)
Dividendos Pagos	-	-	(12.027)	-	(12.027)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(95.061)	(248.088)	(356.443)	(248.088)	(356.443)
Varição na Participação de Não Controladores	-	-	-	443	363
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(98.915)	(221.436)	(1.723.522)	(220.993)	(1.723.159)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	279.471	915.094	565.120	918.481	568.116
Disponibilidades	808.635	864.138	797.517	864.255	797.643
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 04)	1.198.940	507.814	9.315	530.218	28.714
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.007.575	1.371.952	806.832	1.394.473	826.357
Disponibilidades	937.080	937.080	864.138	937.520	864.255
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 04)	1.349.966	1.349.966	507.814	1.375.434	530.218
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.287.046	2.287.046	1.371.952	2.312.954	1.394.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016
(Valores em Milhares de Reais)

			Banrisul	Banrisul Consolidado	
	2º Semestre	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS (a)	5.386.867	10.352.351	10.737.975	11.122.485	11.331.979
Intermediação Financeira	5.582.201	10.618.168	10.767.170	10.670.260	10.803.381
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	508.961	982.535	888.061	1.700.321	1.444.630
Provisão para Operações de Crédito	(931.726)	(1.664.924)	(1.550.108)	(1.667.595)	(1.551.431)
Outras	227.431	416.572	632.852	419.499	635.399
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (b)	(2.998.466)	(5.538.394)	(6.420.744)	(5.499.259)	(6.390.371)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c)	(873.899)	(1.722.060)	(1.463.534)	(2.035.048)	(1.691.421)
Materiais, Energia e Outros	(629.184)	(1.236.143)	(976.500)	(1.303.215)	(1.044.271)
Serviços de Terceiros	(243.967)	(484.074)	(487.997)	(729.990)	(648.113)
Perda (Recuperação) de Valores Ativos	(748)	(1.843)	963	(1.843)	963
VALOR ADICIONADO BRUTO (d=a-b-c)	1.514.502	3.091.897	2.853.697	3.588.178	3.250.187
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (e)	(93.808)	(144.631)	(50.292)	(148.234)	(53.065)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (f=d-e)	1.420.694	2.947.266	2.803.405	3.439.944	3.197.122
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (g)	143.411	272.181	201.233	28.852	6.194
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	143.411	272.181	201.233	28.852	6.194
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (h=f+g)	1.564.105	3.219.447	3.004.638	3.468.796	3.203.316
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.564.105	3.219.447	3.004.638	3.468.796	3.203.316
Pessoal	887.756	1.653.031	1.543.513	1.664.572	1.553.793
Remuneração Direta	682.414	1.258.224	1.186.947	1.266.438	1.194.456
Benefícios	163.981	316.210	284.097	318.069	285.711
FGTS	41.361	78.597	72.469	80.065	73.626
Impostos, Taxas e Contribuições	356.058	806.444	527.230	1.045.374	715.957
Federais	330.620	755.389	480.642	956.705	639.216
Estaduais	63	136	18	165	63
Municipais	25.375	50.919	46.570	88.504	76.678
Remuneração de Capitais de Terceiros	50.225	100.283	85.125	98.574	84.319
Aluguéis	50.225	100.283	85.125	98.574	84.319
Remuneração de Capitais Próprios	270.066	659.689	848.770	660.276	849.247
Juros sobre o Capital Próprio	95.061	248.088	356.443	248.088	356.443
Dividendos	13.055	16.677	-	16.677	-
Lucros Retidos do Semestre/Exercício	161.950	394.924	492.327	394.924	492.327
Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	-	587	477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016
(Valores em Milhares de Reais)

	Reservas de Capital			Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial				Participação de Não Controladores	Total Banrisul Consolidado	
	Capital Social	Aumento de Capital	Subvenções para Investimentos	Legal	Estatutária	Para Expansão	Atualização de Títulos Patrimoniais em Controladas		Ajustes de Avaliação Atuarial (Nota 26 (d))				
							Disponíveis para Venda	Lucros Acumulados					
Em 01 de janeiro de 2015	4.000.000	-	4.511	348.549	1.205.402	144.618	-	(7.686)	(26.146)	-	5.669.248	2.097	5.671.345
Aumento de Capital (Nota 23 (a))	250.000	-	-	-	(105.382)	(144.618)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	69	1.216	43.246	-	44.531	-	44.531
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	363	363
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	848.770	848.770	-	848.770
Destinação do Lucro Líquido (Nota 23 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	42.438	212.192	237.697	-	-	-	(492.327)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(356.443)	(356.443)	-	(356.443)
Em 31 de dezembro de 2015	4.250.000	-	4.511	390.987	1.312.212	237.697	69	(6.470)	17.100	-	6.206.106	2.460	6.208.566
Em 01 de janeiro de 2016	4.250.000	-	4.511	390.987	1.312.212	237.697	69	(6.470)	17.100	-	6.206.106	2.460	6.208.566
Aumento de Capital (Nota 23 (a))	250.000	-	-	-	(12.303)	(237.697)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	(69)	3.785	(164.223)	-	(160.507)	-	(160.507)
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	443	443
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	659.689	659.689	-	659.689
Destinação do Lucro Líquido (Nota 23 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	32.984	164.923	197.017	-	-	-	(394.924)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(248.088)	(248.088)	-	(248.088)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.677)	(16.677)	-	(16.677)
Em 31 de dezembro de 2016	4.500.000	-	4.511	423.971	1.464.832	197.017	-	(2.685)	(147.123)	-	6.440.523	2.903	6.443.426
Em 01 de julho de 2016	4.250.000	250.000	4.511	410.468	1.397.315	116.087	(1)	(2.458)	16.925	-	6.442.847	2.710	6.445.557
Aumento de Capital (Nota 23 (a))	250.000	(250.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	1	(227)	(164.048)	-	(164.274)	-	(164.274)
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	193	193
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	270.066	270.066	-	270.066
Destinação do Lucro Líquido (Nota 23 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	13.503	67.517	80.930	-	-	-	(161.950)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(95.061)	(95.061)	-	(95.061)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.055)	(13.055)	-	(13.055)
Em 31 de dezembro de 2016	4.500.000	-	4.511	423.971	1.464.832	197.017	-	(2.685)	(147.123)	-	6.440.523	2.903	6.443.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, inclusive nas de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, cartões de crédito, seguros, previdência e capitalização. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros Derivativos e Imposto Diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

(b) As demonstrações financeiras individuais do Banrisul incluem as operações realizadas no país, bem como a consolidação de suas dependências no exterior (Miami e Grand Cayman). A soma dos ativos e dos passivos e os resultados gerados pelas dependências no exterior, antes das eliminações de consolidação, estão assim resumidos:

Ativo	2016	2015
Operações de Crédito	735.735	1.052.680
Operações com Sede no Brasil	581.596	782.564
Outras Operações de Crédito	154.139	270.116
Outros Ativos	243.098	192.117
Imobilizado de Uso	12	19
Total do Ativo	978.845	1.244.816
Passivo	2016	2015
Depósitos	232.031	221.244
Operações com Sede no Brasil	196.388	168.745
Outros Depósitos	35.643	52.499
Outras Obrigações	94	410
Outros Passivos	463.192	699.929
Patrimônio Líquido	283.528	323.233
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	978.845	1.244.816
Demonstração do Resultado	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receitas da Intermediação Financeira	38.558	45.312
Despesas da Intermediação Financeira	(981)	(1.532)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(23.832)	(30.016)
Lucro Líquido do Exercício	13.745	13.764

Os efeitos da variação cambial sobre as operações nas dependências no exterior estão distribuídos nas linhas da demonstração do resultado conforme a natureza das contas patrimoniais correspondentes.

(c) As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do Banrisul, das dependências no exterior, das empresas controladas e de fundo de investimento em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como foram

destacadas as parcelas do resultado do exercício e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

A tabela a seguir apresenta as empresas controladas e o fundo de investimento, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas.

		Participação Total	
	Atividade	2016	2015
Empresas Controladas			
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	99,50%	99,50%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%	99,68%
Banrisul Cartões S.A.	Cartões	99,78%	99,78%
Fundo de Investimento			
Banrisul Giro Fundo de Investimento Renda Fixa Curto Prazo	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

(d) As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente dos contratos no Balanço Patrimonial e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas, de forma agrupada, na rubrica Operações de Arrendamento Mercantil, na Demonstração do Resultado.

(e) As demonstrações financeiras elaboradas para o exercício apresentado foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banrisul em 07 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras foram:

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência.

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução nº 3.604/08 do CMN), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

(d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo os critérios de contabilização:

- **Títulos para Negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Títulos Disponíveis para Venda** - incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas, decorrentes das variações do valor de mercado e ainda não realizados, são reconhecidos em conta específica do

patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente, atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

(e) Instrumentos Financeiros Derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Banrisul adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* e designa os derivativos contratados para proteção da dívida subordinada (Nota 15) como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de risco de mercado).

O Banrisul documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. O Banrisul também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 06. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e, como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

Hedge de Risco de Mercado - são classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*.

O Banrisul considerou nesta categoria os derivativos contratados com objetivo de proteção da variação de moeda estrangeira oriunda da emissão da dívida denominada em US\$ com nominal de 523,185 milhões com vencimento em 02 de fevereiro de 2022, descrito na Nota 15. Na data de 31 de dezembro de 2016, os únicos derivativos vigentes referem-se aos *swaps*.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido (Nota 06 (d)). O ganho ou perda relacionado com essa operação é reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado Bruto da Intermediação Financeira".

(f) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito

Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 08.

As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após esse prazo, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas as operações.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução nº 2.682/99 do CMN, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

(g) Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e não apenas com base nos percentuais mínimos de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, quando da ocorrência de inadimplência.

O valor total da provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, conforme demonstrado na Nota 08, é superior ao valor mínimo que seria exigido considerando tão somente o *rating* das operações com base no número de dias em atraso previstos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, procedimento este adotado pela Administração desde a edição da referida norma para fazer face a possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes com base nas respectivas faixas de atraso.

(h) Outros Valores e Bens

Compostos basicamente por Bens Não Destinados a Uso, que correspondem a imóveis disponíveis para venda, próprios desativados e ou recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros, compostos basicamente por custo de originação de crédito - correspondentes bancários.

O Banrisul, a partir do exercício de 2015, optou pela adoção da alteração ocorrida na Resolução nº 4.294/13 do CMN, que regulamenta a forma de pagamento da remuneração sobre a contratação de correspondentes no País e a Circular nº 3.738/14 do Bacen que estabelece procedimentos para a contabilização da remuneração de correspondentes no País. Os efeitos dessa opção estão registrados nas Notas 10 e 20.

(i) Ativo Permanente

- **Investimentos** - os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas. O ágio corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos decorrente da expectativa de geração de ganhos econômicos futuros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*);

- **Imobilizado de Uso** - avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, considerando as taxas mínimas anuais divulgadas na Nota 11 (b); e

- **Intangível** – corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis estão compostos basicamente por aquisição de direitos para a prestação de serviços bancários (aquisição de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos, e softwares, amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada, taxas divulgadas na Nota 11 (c). Os ativos intangíveis são ajustados por provisão para perda por desvalorização (*impairment*), quando aplicável.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Instituição revisa anualmente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*). Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do exercício.

(k) Ativos e Passivos Denominados em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos das dependências no exterior, assim como os demais ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pelo Banrisul e suas controladas, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

(l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Empréstimos e Repasses e Fundo Financeiro e de Desenvolvimento

São demonstrados pelos valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul, quando solicitado, deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% dos depósitos judiciais efetuados por terceiros junto ao Banrisul (excetuando-se aqueles cuja parte litigante seja Município). A parcela não disponibilizada deverá constituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos judiciais. O montante de depósitos judiciais efetuados por terceiros no Banrisul é controlado em conta de compensação e a parcela retida é registrada na rubrica Outras Obrigações, conforme descrito na Nota 24 (a). As despesas com encargos sobre o saldo remanescente são registradas na rubrica de Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses.

(m) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciam a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

- **Provisões e Passivos Contingentes** - a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e nem a divulgação.

- **Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias** - são registradas como exigíveis independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda.

(n) Outros Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até doze meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

(o) Imposto de Renda e Contribuição Social

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes da seguinte forma: 15% até agosto de 2015, 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% a partir de 1º de janeiro de 2019 para Contribuição Social para as empresas financeiras e equiparadas e de 9% para as demais empresas. Para o Imposto de Renda sobre o lucro tributável a alíquota é de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, e na perspectiva de realização estimada para estes créditos no período de vigência destas alíquotas sobre as diferenças temporárias, e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do resultado do exercício. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da realização das diferenças temporárias e respectivas provisões constituídas.

(p) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

- **Obrigações de Aposentadoria** - o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs) que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

- **Planos de Previdência** - o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como Ajustes de Avaliação Patrimonial, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

- **Planos de Saúde** - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

O Banco oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

- **Prêmio Aposentadoria** - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

(q) Lucro por Ação

A Instituição efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação nº 636/10 da CVM.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Disponibilidades	937.080	864.138	937.520	864.255
Disponibilidades em Moeda Nacional	707.501	639.341	707.941	639.458
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	229.579	224.797	229.579	224.797
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.349.966	507.814	1.375.434	530.218
Aplicações no Mercado Aberto	1.280.278	499.999	1.305.746	522.403
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	69.688	7.815	69.688	7.815
Total	2.287.046	1.371.952	2.312.954	1.394.473

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Aplicações no Mercado Aberto	1.280.278	499.999	1.305.746	522.403
Revendas a Liquidar - Posição Bancada				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	930.219	-	930.219	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	350.059	499.999	350.059	499.999
Certificados de Depósito Bancário	-	-	2.075	1.525
Outros	-	-	23.393	20.879
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	502.446	7.815	502.446	7.815
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	502.446	7.815	502.446	7.815
Total	1.782.724	507.814	1.808.192	530.218

NOTA 06 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos tem a seguinte composição:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Títulos para Negociação	3.544.301	3.109.897	3.572.487	3.425.077
Títulos Disponíveis para Venda	793.152	671.525	1.076.647	673.953
Títulos Mantidos até o Vencimento	16.632.454	15.362.845	16.640.694	15.370.071
Instrumentos Financeiros Derivativos	172.059	1.116.782	172.059	1.116.782
Total	21.141.966	20.261.049	21.461.887	20.585.883

O valor de mercado, apresentado nos quadros a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima; Ações de Companhias Abertas é utilizado o preço médio da última negociação do dia; Cotas de Fundo de Investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota divulgada pelo Administrador; e para os títulos que não possuem preços divulgados o Banrisul adota metodologia de apuração de valor de mercado por modelo de precificação, que utiliza as Curvas Futuras divulgadas pela BMF Bovespa.

(a) Títulos para Negociação

Composição da Carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.544.301	3.109.897	3.544.301	3.109.897
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	-	19.727	310.644
Cotas de Fundo Referenciado	-	-	1.257	552
Outras Cotas de Fundos	-	-	7.202	3.984
Total	3.544.301	3.109.897	3.572.487	3.425.077

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Custo de Aquisição Atualizado	Banrisul	Custo de Aquisição Atualizado	Banrisul Consolidado
		Valor de Mercado		Valor de Mercado
Sem Vencimento	-	-	28.186	28.186
De 3 a 12 meses	19.750	19.749	19.749	19.749
De 1 a 3 anos	2.810.127	2.808.647	2.810.127	2.808.647
De 3 a 5 anos	716.903	715.905	716.903	715.905
Total em 2016	3.546.780	3.544.301	3.574.965	3.572.487
Total em 2015	3.110.548	3.109.897	3.425.728	3.425.077

De acordo com os normativos do Banco Central do Brasil, esses títulos foram classificados no Ativo Circulante e avaliados pelo seu valor de mercado.

(b) Títulos Disponíveis para Venda

Composição da Carteira de Títulos Disponíveis para Venda por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	2016	Banrisul	2016	Banrisul Consolidado
		2015		2015
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	765.106	660.569	765.106	660.569
Ações de Companhias Abertas	16.809	10.862	17.972	11.664
Certificados de Privatização	-	-	8	8
Cotas de Fundo de Renda Fixa	11.117	-	291.319	-
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	2.122	1.618
Outras Cotas de Fundos	120	94	120	94
Total	793.152	671.525	1.076.647	673.953

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Custo de Aquisição Atualizado	Banrisul	Custo de Aquisição Atualizado	Banrisul Consolidado
		Valor de Mercado		Valor de Mercado
Sem Vencimento	33.109	28.046	316.226	311.541
De 1 a 3 anos	765.244	765.106	765.244	765.106
Total em 2016	798.353	793.152	1.081.470	1.076.647
Total em 2015	682.581	671.525	685.716	673.953

(c) Títulos Mantidos até o Vencimento

A composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

	Custo de Aquisição Atualizado	Banrisul	Custo de Aquisição Atualizado	Banrisul Consolidado
		Valor de Mercado		Valor de Mercado
Títulos Públicos Federais				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.265.994	16.260.718	16.274.234	16.268.958
Títulos Públicos Federais - CVS	114.437	85.817	114.437	85.817
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI	24.518	22.641	24.518	22.641
Debêntures	50.966	54.141	50.966	54.141
Letras Financeiras	176.539	164.219	176.539	164.219
Total em 2016	16.632.454	16.587.536	16.640.694	16.595.776
Total em 2015	15.362.845	15.301.629	15.370.071	15.308.855

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	2016	Banrisul	2016	Banrisul Consolidado
		2015		2015
Até 3 meses	37.426	168.566	37.426	168.566
De 3 a 12 meses	1.770.459	705.415	1.770.459	705.415
De 1 a 3 anos	14.070.241	11.071.299	14.078.481	11.071.299
De 3 a 5 anos	633.147	2.739.524	633.147	2.746.750
De 5 a 15 anos	114.436	677.335	114.436	677.335
Acima de 15 anos	6.745	706	6.745	706
Total	16.632.454	15.362.845	16.640.694	15.370.071

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento.

(d) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da operação de captação externa efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 15, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos na modalidade *swap* são de longo prazo, acompanhando o fluxo e vencimento da captação externa, vencendo à medida que frações da captação externa são protegidas por *hedge* natural.

As operações baseiam-se em contratos de balcão registrados na CETIP S/A – Mercados Organizados, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O quadro a seguir demonstra a efetividade da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) desenvolvida pelo Banco, demonstrando o valor de curva, de mercado e ajuste a mercado do objeto (dívida subordinada) e do instrumento de *hedge* (*swaps*):

	Banrisul e Banrisul Consolidado				
				2016	2015
Derivativos Usados como <i>Hedge</i> de Valor Justo	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumento de <i>Hedge</i>					
Contratos de <i>Swap</i>	2.102.648	(498.053)	(426.511)	71.542	958.831
Moeda Estrangeira – Dólar	2.102.648	(498.053)	(426.511)	71.542	958.831
Objeto de <i>Hedge</i>					
Dívida Subordinada (Nota 15)	(917.665)	(1.756.894)	(1.828.036)	(71.142)	(1.986.992)
Moeda Estrangeira – Dólar	(917.665)	(1.756.894)	(1.828.036)	(71.142)	(1.986.992)

No segundo semestre de 2015 houve liquidação parcial de *swap* utilizado na proteção cambial da Dívida Subordinada, que foi equivalente ao montante da recompra efetuada em 15 de outubro de 2015, conforme operação descrita na Nota 15.

Em janeiro de 2016, o Banrisul contratou novas operações de *swap* em substituição às vigentes utilizadas como *hedge* da Dívida Subordinada. Estas operações estão casadas em termos de valor com nocional em US\$, prazos e taxas de juros com os termos dos compromissos do passivo em Dívidas Subordinadas emitidas no Exterior, permanecendo a proteção da dívida na estrutura de *hedge accounting*.

O quadro a seguir apresenta a composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrado pelo seu valor de curva e valor de mercado:

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	Valor de Referência	Valor de Curva a Receber/a Pagar ⁽¹⁾	Ajustes ao Valor de Mercado no Resultado ⁽¹⁾	Valor de Mercado ⁽¹⁾
Swaps				
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	(345.605)	70.998	(274.607)
Passivo				
% do CDI	(2.102.648)	(152.448)	544	(151.904)
Ajuste Líquido em 2016		(498.053)	71.542	(426.511)
Ajuste Líquido em 2015		1.101.284	(142.453)	958.831

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

O quadro a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento dos ajustes:

Swaps	Valor de Referência	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Banrisul e Banrisul Consolidado		
					De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
Ativo							
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	(274.607)	(9.395)	(9.216)	(34.533)	(30.140)	(191.323)
Passivo							
% do CDI	(2.102.648)	(151.904)	(12.406)	(10.166)	(31.094)	(23.680)	(74.558)
Ajuste Líquido em 2016		(426.511)	(21.801)	(19.382)	(65.627)	(53.820)	(265.881)
Ajuste Líquido em 2015		958.831	32.424	31.145	112.097	100.443	682.722

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

O Banrisul ou as contrapartes estão sujeitas à prestação e a eventuais suplementações de garantias reais, reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente.

A margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$313.036 e por Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$157.775.

O Banco utiliza-se da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) previstas nas normas do Banco Central do Brasil e a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 07 - CRÉDITOS VINCULADOS

Descrição	Forma de Remuneração	Banrisul e Banrisul Consolidado	
		2016	2015
Depósitos Compulsórios - Bacen		9.873.898	8.338.816
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	619.846	624.726
Exigibilidade Adicional	SELIC	2.785.108	2.289.338
Depósitos de Poupança	Poupança	1.541.489	1.556.681
Outros Depósitos	Sem Remuneração	26.294	30.952
Recursos a Prazo	SELIC	4.901.161	3.837.119
Créditos Vinculados ao SFH		893.657	821.415
Carteira Adquirida	Taxa Pré-fixada 14,07% a.a.	562.440	524.569
Carteira Adquirida	Taxa Referencial + Juros ⁽¹⁾	328.838	294.667
Carteira Própria	Taxa Referencial + Juros ⁽¹⁾	2.379	2.179
Correspondentes	Sem Remuneração	34.281	43.786
Convênios	SELIC	66	58
Total		10.801.902	9.204.075

(1) Refere-se a créditos junto ao FCVS atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo TR + 6,17% para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% para créditos oriundos de recursos do FGTS.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Adquirida - de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, quando da conversão em CVS, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de dezembro de 2016, os créditos estão avaliados pelo valor de custo e acrescidos dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras, no valor de R\$891.278 (2015 - R\$819.236). O seu valor de face é de R\$983.118 (2015 - R\$924.415). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, cujo processo encontra-se fora do prazo inicialmente previsto pela Administração, sendo os montantes já vencidos apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, os valores de mercado, no momento da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria - referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

NOTA 08 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CRÉDITO

(a) Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco:

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Banrisul e Banrisul Consolidado		Banrisul Consolidado	Banrisul Consolidado
										2016	2015	2015	2015
Empréstimos e Títulos Descontados	1.096.762	10.488.103	2.857.823	1.300.640	838.437	246.368	346.141	290.104	1.343.947	18.808.325	21.048.487	21.030.992	21.030.992
Financiamentos	289.675	527.673	608.263	175.654	66.403	57.090	5.273	10.793	87.894	1.828.718	2.649.657	2.649.657	2.649.657
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.472.513	471.700	314.749	117.181	59.706	7.534	5.951	6.368	108.621	2.564.323	2.724.612	2.724.612	2.724.612
Financiamentos Imobiliários	2.052.034	944.994	290.845	276.997	123.234	27.343	9.257	7.802	95.751	3.828.257	3.774.475	3.774.475	3.774.475
Créditos Vinculados a Cessão ⁽¹⁾	25.743	14.804	1.534	1.304	990	26	-	-	421	44.822	54.669	54.669	54.669
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	75.571	-	-	-	-	-	-	-	75.571	86.097	86.097	86.097
Subtotal de Operações de Crédito	4.936.727	12.522.845	4.073.214	1.871.776	1.088.770	338.361	366.622	315.067	1.636.634	27.150.016	30.337.997	30.320.502	30.320.502
Operações de Arrendamento Mercantil	4.179	13.349	21.905	5.663	2.097	1.371	611	98	5.004	54.277	59.342	59.342	59.342
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾	4.564	244.881	259.591	101.332	48.241	450	19.832	31.427	12.493	722.811	812.317	812.317	812.317
Outros Créditos ⁽³⁾	695.191	509.874	45.026	49.998	17.381	1.092	784	17.765	35.004	1.372.115	108.249	108.249	108.249
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão (Nota 09)	1.034.432	-	-	-	-	-	-	-	3.780	1.038.212	712.856	712.856	712.856
Total de Operações com Características de Crédito	6.675.093	13.290.949	4.399.736	2.028.769	1.156.489	341.274	387.849	364.357	1.692.915	30.337.431	32.030.761	32.013.266	32.013.266
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas ⁽⁴⁾	435.072	237.441	177.752	8.730	40.208	-	-	4.000	2.307	905.510	1.416.943	1.416.943	1.416.943
Total Geral em 2016	7.110.165	13.528.390	4.577.488	2.037.499	1.196.697	341.274	387.849	368.357	1.695.222	31.242.941	33.447.704	33.430.209	33.430.209
Total de Operações com Características de Crédito em 2015	6.295.797	13.966.895	6.309.295	2.262.892	931.055	290.813	247.063	327.880	1.399.071		32.030.761		

(1) Créditos Vinculados a Cessão - referem-se ao contrato de cessão de créditos com coobrigação onde o Banco cedeu à Cibrasec operações de crédito imobiliário.

(2) Composto por Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Rendimentos de Adiantamentos Concedidos, reclassificados de Outras Obrigações - Carteira de Câmbio/Outros Créditos.

(3) Outros Créditos - referem-se a cartões de crédito, créditos de securitização, créditos por avais e fianças honrados e a rendas a receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.

(4) Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas - contabilizados em contas de compensação. Para as operações de avais e fianças prestadas foi constituída a provisão conforme demonstrada nas Notas 15 e 22.

(b) Composição dos Clientes por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco:

	AA	Operações em Curso Normal ⁽¹⁾										Banrisul e Banrisul Consolidado	
												Banrisul Consolidado	
		A	B	C	D	E	F	G	H	2016	2015	2016	2015
Parcelas Vencidas	6.671.826	13.258.438	4.210.504	1.783.295	857.462	115.428	139.656	202.214	581.012	27.819.835	29.489.186	29.471.691	29.471.691
01 a 30 dias	634.210	973.620	383.094	198.820	58.068	8.698	2.766	4.203	17.114	2.280.593	1.657.067	1.639.572	1.639.572
31 a 60 dias	379.125	723.499	287.354	101.600	47.325	4.254	20.660	29.351	12.260	1.605.428	1.745.967	1.745.967	1.745.967
61 a 90 dias	301.016	660.587	305.851	92.485	48.796	3.824	3.062	16.312	13.881	1.445.814	1.603.396	1.603.396	1.603.396
91 a 180 dias	869.433	1.552.822	693.618	238.491	91.302	8.163	9.919	24.127	34.309	3.522.184	3.812.884	3.812.884	3.812.884
181 a 360 dias	667.245	1.950.330	773.025	237.655	113.396	17.485	18.931	20.276	47.410	3.845.753	5.209.486	5.209.486	5.209.486
Acima de 360 dias	3.820.797	7.397.580	1.767.562	914.244	498.575	73.004	84.318	107.945	456.038	15.120.063	15.460.386	15.460.386	15.460.386
Parcelas Vencidas	3.267	32.511	21.388	19.075	9.574	1.672	863	1.186	4.798	94.334	95.013	95.013	95.013
Até 14 dias	3.267	32.511	21.388	19.075	9.574	1.672	863	1.186	4.798	94.334	95.013	95.013	95.013
Subtotal	6.675.093	13.290.949	4.231.892	1.802.370	867.036	117.100	140.519	203.400	585.810	27.914.169	29.584.199	29.566.704	29.566.704
Operações em Curso Anormal ⁽¹⁾													
Parcelas Vencidas	-	-	125.284	147.840	226.397	163.085	118.613	92.771	556.405	1.430.395	1.541.329	1.541.329	1.541.329
01 a 30 dias	-	-	4.998	5.959	7.461	5.629	4.160	3.547	23.639	55.393	65.198	65.198	65.198
31 a 60 dias	-	-	4.547	5.564	7.266	5.571	4.145	3.554	19.508	50.155	61.807	61.807	61.807
61 a 90 dias	-	-	4.156	5.187	6.788	5.420	3.931	3.307	18.239	47.028	60.518	60.518	60.518
91 a 180 dias	-	-	11.700	13.874	16.960	15.011	10.987	9.396	49.587	127.515	164.995	164.995	164.995
181 a 360 dias	-	-	19.517	24.308	32.734	25.504	19.883	17.563	89.087	228.596	282.829	282.829	282.829
Acima de 360 dias	-	-	80.366	92.948	155.188	105.950	75.507	55.404	356.345	921.708	905.982	905.982	905.982
Parcelas Vencidas	-	-	42.560	78.559	63.056	61.089	128.717	68.186	550.700	992.867	905.233	905.233	905.233
01 a 14 dias	-	-	238	1.001	2.601	771	663	822	6.474	12.570	18.298	18.298	18.298
15 a 30 dias	-	-	41.522	57.271	10.710	7.221	5.482	3.717	19.656	145.579	105.024	105.024	105.024
31 a 60 dias	-	-	800	19.029	14.144	8.932	6.359	4.730	32.933	86.927	119.215	119.215	119.215
61 a 90 dias	-	-	-	1.258	33.441	17.703	6.620	5.404	34.156	98.582	105.320	105.320	105.320
91 a 180 dias	-	-	-	-	2.160	20.748	108.288	25.586	167.540	324.322	240.968	240.968	240.968
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	5.714	1.305	27.927	197.318	232.264	265.929	265.929	265.929
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	92.623	92.623	50.479	50.479	50.479
Subtotal	-	-	167.844	226.399	289.453	224.174	247.330	160.957	1.107.105	2.423.262	2.446.562	2.446.562	2.446.562
Total em 2016	6.675.093	13.290.949	4.399.736	2.028.769	1.156.489	341.274	387.849	364.357	1.692.915	30.337.431	32.030.761	32.013.266	32.013.266
Total em 2015	6.295.797	13.966.895	6.309.295	2.262.892	931.055	290.813	247.063	327.880	1.399.071				

(1) A carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.

(c) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	Banrisul	Banrisul Consolidado
	2016	2015	2015
Setor Público			
Governo - Administração Direta e Indireta	83.345	95.773	95.773
Total Setor Público	83.345	95.773	95.773
Setor Privado			
Rural	2.564.480	2.724.774	2.724.774
Indústria	3.829.713	5.311.785	5.311.785
Comércio	2.675.120	3.313.395	3.313.395
Serviços e Outros	3.574.615	4.160.244	4.142.749
Pessoa Física	13.737.079	12.595.646	12.595.646
Habitação	3.873.079	3.829.144	3.829.144
Total Setor Privado	30.254.086	31.934.988	31.917.493
Total	30.337.431	32.030.761	32.013.266

(d) Concentração das Operações de Crédito:

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	2016		2015	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
Principal Devedor	616.139	2,03	488.953	1,53
10 Maiores Devedores Seguintes	1.525.814	5,03	1.527.205	4,77
20 Maiores Devedores Seguintes	1.132.367	3,73	1.303.468	4,07
50 Maiores Devedores Seguintes	1.735.128	5,72	1.921.760	6,00
100 Maiores Devedores Seguintes	1.680.349	5,54	2.030.743	6,34

(e) Movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Saldo Inicial	2.252.481	1.693.995
Constituição Líquida do Período	1.664.924	1.550.108
Baixas para Contas de Compensação	(1.278.776)	(991.622)
Saldo Final	2.638.629	2.252.481
Provisão sobre Operações de Crédito	2.510.678	2.085.745
Provisão sobre Operações de Arrendamento Mercantil	6.681	6.256
Provisão sobre Outros Créditos com Característica de Crédito (Nota 09)	121.270	160.480

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não houve constituição de provisão para Outros Créditos – Títulos e Créditos a Receber sem característica de crédito no Banrisul, e no Consolidado foi constituído provisão no valor de R\$2.671 (2015 – R\$1.323).

(f) Composição da Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito por Níveis de Risco:

Níveis de Risco	Banrisul e Banrisul Consolidado				
	Carteira de Crédito	Provisionamento Mínimo Requerido pela Resolução nº 2.682/99	Provisão Mínima Requerida	Provisão Adicional (Nota 03(g))	Provisão Existente Total
AA	6.675.093	0,00%	-	-	-
A	13.290.949	0,50%	66.454	13.291	79.745
B	4.399.736	1,00%	43.997	8.800	52.797
C	2.028.769	3,00%	60.863	30.432	91.295
D	1.156.489	10,00%	115.649	23.130	138.779
E	341.274	30,00%	102.382	6.825	109.207
F	387.849	50,00%	193.925	7.757	201.682
G	364.357	70,00%	255.050	17.159	272.209
H	1.692.915	100,00%	1.692.915	-	1.692.915
Total em 2016	30.337.431		2.531.235	107.394	2.638.629
Total Banrisul em 2015	32.030.761		2.133.282	119.199	2.252.481
Total Banrisul Consolidado em 2015	32.013.266		2.133.282	119.199	2.252.481

(g) Recuperação e Renegociação de Créditos

As recuperações por recebimento das Operações de Crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Operações de Crédito e atingiram o montante de R\$364.963(2015 - R\$206.231) no exercício, líquidas das perdas geradas nessas recuperações.

Os valores de operações de crédito renegociadas no exercício totalizam R\$1.251.361 (2015 – R\$892.123), conforme Resolução nº 2.682/99 do CMN.

NOTA 09 - OUTROS CRÉDITOS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Avais e Fianças Honrados	-	10.093	-	10.093
Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	10.093	-	10.093
Carteira de Câmbio	742.903	1.018.355	742.903	1.018.355
Câmbio Comprado a Liquidar	717.606	993.776	717.606	993.776
Direitos sobre Vendas de Câmbio	8.480	11.001	8.480	11.001
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(4.689)	(8.887)	(4.689)	(8.887)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	21.506	22.465	21.506	22.465
Rendas a Receber	136.036	137.999	129.189	147.959
Dividendos e Bonificações em Dinheiro a Receber	60.567	48.190	-	-
Serviços Prestados a Receber	74.627	88.575	74.577	88.575
Rendas a Receber MDR (<i>Merchant Discount Rate</i>)	-	-	53.770	58.150
Outros	842	1.234	842	1.234
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	1.965	939
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	1.965	939
Créditos Específicos	-	-	211	116
Créditos Específicos	-	-	211	116
Diversos	5.467.865	4.395.157	6.795.253	5.896.098
Adiantamentos a Empregados	13.997	14.013	14.355	14.423
Adiantamentos para Pagamentos por Nossa Conta	8.189	4.262	9.062	4.967
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 25 (b))	2.076.502	1.572.657	2.081.025	1.575.600
Devedores por Depósito em Garantia (Nota 16 (b))	339.266	251.273	349.505	262.205
Impostos e Contribuições a Compensar	294	97	4.471	2.301
Pagamentos a Ressarcir	76.188	69.000	76.324	69.103
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	1.579	1.624	1.579	1.624
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾	1.192.632	1.164.212	2.488.841	2.646.207
Superávit Planos de Benefícios (Nota 26)	109.702	105.518	110.219	105.969
Transações com Cartões de Crédito	415.035	382.339	415.035	382.339
Devedores Diversos - País	196.269	117.306	206.625	118.504
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão (Nota 08 (a))	1.038.212	712.856	1.038.212	712.856
Provisão para Outros Créditos	(169.720)	(209.467)	(178.759)	(214.701)
Com Característica de Crédito (Nota 08 (e)) ⁽²⁾	(121.270)	(160.480)	(121.270)	(160.480)
Sem Característica de Crédito	(48.450)	(48.987)	(57.489)	(54.221)
Total de Outros Créditos	6.177.084	5.352.137	7.490.762	6.858.859

(1) Títulos e Créditos a Receber estão compostos principalmente por:

(a) Créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional. No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dação em pagamento, para quitação de empréstimos em atraso de empresas que pertenciam a um mesmo Grupo Econômico. O efetivo recebimento destes títulos depende do desfecho de ação judicial entre o Grupo Econômico e a União, e a liberação de depósitos judiciais que vem sendo efetuados pela União conforme fluxo de liquidação original dos precatórios. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses títulos, em 31 de dezembro de 2016, totalizavam R\$140.079 (2015 - R\$121.111) e são remunerados pela variação de índice de preços IPCA-E e juros.

(b) Outros Créditos sem Característica de Crédito, com o Setor Público Municipal, no valor de R\$64.437 (2015 - R\$68.920) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas, com remuneração de 1,00% a 9,37% a.a. e indexados à TR e ao IGP-M com vencimento até 2029.

(c) Cartões de Débitos e Adquirência - referem-se a direitos a receber dos usuários do Banricompras e emissões das bandeiras Visa, MasterCard e VerdeCard utilizados na rede de adquirência e créditos que foram parcelados pelos lojistas. Em 31 de dezembro de 2016 totalizava R\$908.365 (2015 - R\$864.770) e no Consolidado R\$2.200.983 (2015 - R\$2.341.328).

(2) Provisão para Outros Créditos Com Característica de Crédito - constituída sobre as operações de Créditos por Avais e Fianças Honrados, Cartões de Crédito e Débito, Carteira de Câmbio e Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão.

NOTA 10 – OUTROS VALORES E BENS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Outros Valores e Bens	96.464	79.380	96.552	79.468
Bens Não de Uso Próprio	93.816	76.252	93.904	76.340
Outros	2.648	3.128	2.648	3.128
Provisão para Desvalorização	(32.861)	(24.511)	(32.861)	(24.511)
Despesas Antecipadas	144.473	185.115	144.907	185.481
Custo de Originação de Crédito – Correspondentes Bancários ⁽¹⁾	122.535	164.487	122.535	164.487
Outros	21.938	20.628	22.372	20.994
Total	208.076	239.984	208.598	240.438

(1) Do montante de R\$122.535 (2015 – R\$164.487), R\$27.103 (2015 – R\$29.975) refere-se as operações contratadas a partir de 2015 conforme Circular nº 3.738/14 do Bacen.

NOTA 11 - PERMANENTE

(a) Investimentos

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Participações em Controladas e Coligadas no País	982.448	780.824	96.029	79.537
Participações em Controladas	886.419	701.287	-	-
Participações em Coligadas	76.688	42.103	76.688	42.103
Ágio na Aquisição de Investimentos ⁽¹⁾	19.341	37.434	19.341	37.434
Outros Investimentos	11.514	11.514	11.709	12.184
Provisão para Perdas	(4.785)	(4.785)	(4.888)	(4.892)
Total	989.177	787.553	102.850	86.829

(1) O ágio representa o benefício econômico futuro decorrente da aquisição da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., cujo valor está sendo amortizado no prazo de 10 anos.

	Patrimônio Líquido Ajustado		Resultado Líquido		Valor do Investimento	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Empresas Controladas	889.323	703.748	245.602	195.517	886.419	701.287
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	37.161	36.007	2.775	2.845	36.974	35.826
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	80.263	78.736	1.812	2.222	79.447	77.936
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	234.425	207.675	34.791	29.328	233.682	207.016
Banrisul Cartões S.A.	537.474	381.330	206.224	161.122	536.316	380.509
Empresas Coligadas	153.454	84.274	37.686	13.432	76.688	42.103
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	26.331	27.893	(343)	1.064	13.139	13.918
Banrisul Icatu Participações S.A.	127.123	56.381	38.029	12.368	63.549	28.185

(b) Imobilizado

Imobilizado de Uso	Taxa	Custo Original	Depreciação Acumulada	Banrisul	
				Saldo Líquido em 2016	Saldo Líquido em 2015
Imóveis de Uso	4%	113.934	(95.835)	18.099	18.439
Outras Imobilizações de Uso					
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	2.537	-	2.537	7.634
Instalações	10%	180.807	(126.723)	54.084	55.792
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	107.511	(71.347)	36.164	32.874
Outros					
Sistema de Comunicação	10%	7.301	(4.105)	3.196	1.194
Sistema de Processamento de Dados	20%	283.339	(247.579)	35.760	45.799
Sistema de Segurança	10%	12.456	(8.826)	3.630	4.008
Sistema de Transportes	20%	3.624	(3.302)	322	472
Total em 2016		711.509	(557.717)	153.792	
Total em 2015		690.829	(524.617)		166.212

Banrisul Consolidado					
Imobilizado de Uso	Taxa	Custo Original	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 2016	Saldo Líquido em 2015
Imóveis de Uso	4%	124.898	(100.392)	24.506	24.877
Outras Imobilizações de Uso					
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	2.537	-	2.537	7.634
Imobilizações em Curso	-	1.012	-	1.012	1.172
Instalações	10%	188.986	(130.140)	58.846	60.178
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	113.339	(74.686)	38.653	35.804
Outros					
Sistema de Comunicação	10%	12.121	(7.514)	4.607	3.853
Sistema de Processamento de Dados	20%	284.190	(248.266)	35.924	46.074
Sistema de Segurança	10%	12.456	(8.826)	3.630	4.008
Sistema de Transportes	20%	6.294	(4.812)	1.482	2.101
Total em 2016		745.833	(574.636)	171.197	
Total em 2015		723.953	(538.252)		185.701

(c) Intangível

Banrisul Consolidado							
Ativos Intangíveis	Taxa	Custo Original	Amortização Acumulada	Saldo Líquido em 2016	Banrisul Saldo Líquido em 2015	Banrisul Saldo Líquido em 2016	Banrisul Saldo Líquido em 2015
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento							
Setor Público ⁽¹⁾	10%	1.347.038	(76.705)	1.270.333	-	1.270.333	-
Setor Privado ⁽²⁾	20%	38.520	(25.009)	13.511	595	13.511	595
Aquisição de Software	20%	80.180	(56.079)	24.101	14.266	24.420	14.718
Outros	-	1.718	(668)	1.050	1.050	1.165	1.863
Total em 2016		1.467.456	(158.461)	1.308.995		1.309.429	
Total em 2015		86.913	(71.002)		15.911		17.176

(1) O saldo líquido de R\$1.270.333 está composto principalmente:

a) R\$1.177.684 referente ao contrato firmado relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, sua administração direta, autárquica e fundacional, pelo prazo de dez anos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício de *impairment* relacionado a esse ativo; e

b) R\$60.800 referente ao contrato firmado com o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores do Tribunal de Justiça, pelo prazo de 5 anos, no preço total de R\$64.000; tendo sido pago, em 06 de outubro de 2016, o montante de R\$30.000 e o restante, R\$34.000, será pago atualizado pela Taxa Selic, na data de 30 de abril de 2017. O contrato prevê também que o Judiciário deverá centralizar no Banco toda a sua movimentação financeira e aplicação de disponibilidades de caixa, salvo as aplicações de convênios com a União e que o Banrisul não fará jus à remuneração direta, oriunda dos cofres públicos estaduais, pela prestação dos serviços ao Judiciário, por quaisquer prestações de serviços bancários relacionados, a exemplo de tarifas bancárias. O Banrisul também disponibilizará ao Poder Judiciário certificados digitais e serviços correlatos.

(2) Referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

NOTA 12 - DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Banrisul						
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2016	2015
Depósitos						
À Vista ⁽¹⁾	3.028.673	-	-	-	3.028.673	3.174.189
Poupança ⁽¹⁾	7.608.229	-	-	-	7.608.229	7.573.671
Interfinanceiros	-	77.239	97.269	155.406	329.914	742.811
A Prazo ⁽²⁾	6.045	1.963.232	1.282.932	28.603.360	31.855.569	27.412.180
Total	10.642.947	2.040.471	1.380.201	28.758.766	42.822.385	38.902.851
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria ⁽³⁾	-	5.610.523	-	-	5.610.523	7.260.188
Total	-	5.610.523	-	-	5.610.523	7.260.188
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares ⁽⁴⁾	-	104.268	744.490	1.130.180	1.978.938	2.348.769
Total	-	104.268	744.490	1.130.180	1.978.938	2.348.769

	Banrisul Consolidado					
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2016	2015
Depósitos						
À Vista ⁽¹⁾	3.003.632	-	-	-	3.003.632	3.173.925
Poupança ⁽¹⁾	7.608.229	-	-	-	7.608.229	7.573.671
Interfinanceiros	-	77.239	97.269	155.406	329.914	742.811
A Prazo ⁽²⁾	6.045	1.963.232	1.025.253	28.603.360	31.597.890	27.207.922
Total	10.617.906	2.040.471	1.122.522	28.758.766	42.539.665	38.698.329
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria ⁽³⁾	-	5.453.373	-	-	5.453.373	7.188.736
Total	-	5.453.373	-	-	5.453.373	7.188.736
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares ⁽⁴⁾	-	104.268	744.490	1.130.180	1.978.938	2.348.769
Total	-	104.268	744.490	1.130.180	1.978.938	2.348.769

(1) Classificados como sem vencimento, pois não existe data de vencimento contratual.

(2) Considera os prazos estabelecidos nas aplicações.

As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados, os quais correspondem a 96,96% e 3,04% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 84,34% (2015 – 82,35%) da variação do CDI, e para os pré-fixados 9,29% (2015 – 9,27%) ao ano.

Do total de captações em depósito a prazo, 59,71% possuem registro de possibilidade de resgate antecipado, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(3) As captações por meio de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

(4) Do montante de R\$1.978.938 (2015 – R\$2.348.769), R\$31.852 (2015 – R\$955.165) referem-se as emissões de Letras Financeiras ocorridas em 01, 02 e 05 de agosto de 2013, realizadas em 3 séries, com vencimentos finais em 2, 3 e 4 anos respectivamente, contados da data da emissão. O percentual da taxa foi indexado ao DI, limitado à taxa de até 108%, 109% e 110% da variação acumulada da Taxa DI. Os Juros Remuneratórios das Letras Financeiras serão pagos semestralmente. As Letras Financeiras da primeira série foram liquidadas em agosto de 2015, no montante de R\$746.857 e da segunda série foram liquidadas em agosto de 2016, no montante de R\$934.443.

NOTA 13 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

No Exterior - são representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo à variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros as taxas entre 1,62% a 5,27% (2015 – 0,85% a 4,04%) ao ano, com vencimento máximo em até 1.584 dias (2015 – 1.601 dias), e apresenta saldo de R\$951.884 (2015 – R\$1.632.522).

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES

	Banrisul e Banrisul Consolidado					
	Repases do País - Instituições Oficiais		Repases do Exterior		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Até 3 meses	204.233	221.398	560	2	204.793	221.400
De 3 a 12 meses	554.784	552.709	1.678	17.692	556.462	570.401
De 1 a 3 anos	822.106	923.867	4.505	5.392	826.611	929.259
De 3 a 5 anos	513.330	554.653	1.120	4.026	514.450	558.679
Acima de 5 anos	518.273	599.656	-	-	518.273	599.656
Total	2.612.726	2.852.283	7.863	27.112	2.620.589	2.879.395

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, Caixa Econômica Federal e FINEP). Essas obrigações têm vencimentos mensais até janeiro de 2030, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,40% a 14,87% (2015 – 0,40% a 14,87%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, URTJ-01, Dólar, Cesta de Moedas, UPRD e SELIC), e nas obrigações pré-fixadas até 20,09% (2015 – 19,79%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes.

NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	62.977	53.441	63.005	53.441
Recebimento de Tributos Federais	62.712	53.176	62.740	53.176
Outros	265	265	265	265
Carteira de Câmbio	13.711	13.700	13.711	13.700
Câmbio Vendido a Liquidar	8.474	11.065	8.474	11.065
Importação Financiada Câmbio Contratado	(4.031)	(1.340)	(4.031)	(1.340)
Obrigações por Compras de Câmbio	721.559	816.292	721.559	816.292
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	(712.291)	(812.317)	(712.291)	(812.317)
Sociais e Estatutárias	38.719	25.115	38.899	25.261
Dividendos e Bonificações a Pagar	17.448	795	17.628	941
Gratificações e Participações a Pagar	21.271	24.320	21.271	24.320
Fiscais e Previdenciárias	954.544	751.846	985.882	787.184
Impostos e Contribuições a Recolher	86.647	94.810	97.969	106.251
Imposto de Renda e Contribuições sobre o Lucro	136.586	57.356	156.258	81.086
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 25 (b))	223.207	115.640	223.551	115.807
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 16 (b))	508.104	484.040	508.104	484.040
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	2.079	779
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	2.079	779
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	884.293	709.463	884.293	709.463
Obrigações para Fundo Financeiro e de Desenvolvimento (Nota 24(a))	669.957	637.967	669.957	637.967
Outros	214.336	71.496	214.336	71.496
Dívidas Subordinadas ⁽¹⁾	1.832.373	1.991.644	1.832.373	1.991.644
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota 06)	1.828.036	1.986.992	1.828.036	1.986.992
Ágio/Deságio e Encargos a Incorporar	4.337	4.652	4.337	4.652
Diversas	3.251.351	2.612.671	4.444.201	4.003.872
Credores por Recursos a Liberar	46.928	70.735	47.271	71.034
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	39.106	48.450	39.106	48.450
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	61.798	4.485	62.183	4.664
Obrigações por Convênios Oficiais	61.074	57.561	61.074	57.561
Obrigações de Lojistas a Pagar Adquirência	582.528	567.848	1.600.049	1.796.292
Provisões para Férias e Outros Encargos	317.210	285.093	301.388	271.428
Parcelamento do Déficit Atuarial da Fundação Banrisul (Nota 26)	71.756	70.980	71.756	70.980
Provisões para Ações Trabalhistas (Nota 16 (b))	331.809	274.110	337.650	279.256
Multas Câmbio Bacen (Nota 16 (b))	144.793	138.620	144.793	138.620
Provisão para Outros Riscos Fiscais (Nota 16 (b))	8.091	7.949	8.091	7.949
Provisão para Perdas de Securitização ⁽²⁾	1.632	1.842	1.632	1.842
Provisão Benefício Pós-Emprego	350.996	70.185	352.298	70.494
Provisão para Riscos Cíveis (Nota 16 (b))	184.080	133.690	185.229	134.798
Provisão Proveniente da Companhia União de Seguros Gerais (GESB)	14.108	16.904	14.108	16.904
Recursos de FGTS para Amortizações	7.284	6.288	7.284	6.288
Credores Diversos - País	167.433	98.584	341.590	263.689
Transações com Cartões a Pagar	682.433	595.335	682.433	595.335
Provisão para Garantias Prestadas Avais e Fianças (Nota 24 (b))	14.002	10.661	14.002	10.661
Outros	164.290	153.351	172.264	157.627
Total	7.037.968	6.157.880	8.264.443	7.585.344

(1) **Dívidas Subordinadas** – o Banrisul concluiu o processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, conforme descrito a seguir:

(a) Em 26 de janeiro de 2012, com volume total captado de US\$ 500 milhões (500 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 02 de fevereiro de 2012 e tem prazo de 10 anos, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 99,131% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 7,50% a.a.

(b) Em 26 de novembro de 2012, com volume total captado de US\$ 275 milhões (275 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 03 de dezembro de 2012, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 109,943% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 5,95% a.a.

Em 30 de setembro de 2015, ocorreu a recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US\$ 248,96 milhões (248,96 milhões de dólares norte-americanos) por 80% do valor de face, ou seja, US\$ 199,17 milhões (199,17 milhões de dólares norte-americanos).

Em decorrência desta recompra, em 30 de setembro de 2015, também ocorreu o pagamento de juros pactuados, acumulados até a data da liquidação, de US\$ 2,96 milhões (2,96 milhões de dólares norte-americanos), referente a parcela da Dívida Subordinada que foi recomprada, bem como a liquidação dos derivativos contratados respectivos a esta parcela recomprada.

Em 15 de outubro de 2015, ocorreu nova recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US\$ 2,85 milhões (2,85 milhões de dólares norte-americanos) por 77% do valor de face, ou seja, US\$ 2,2 milhões (2,2 milhões de dólares norte-americanos).

Conforme descrito na Nota 03 (e), o saldo remanescente da dívida denominada em US\$ com nocional de 523,185 milhões e os derivativos contratados para proteção do risco de variação de moeda estrangeira e taxas de juros, oriunda da emissão dessa dívida, foram designados como *hedge* de risco de mercado.

(2) A Administração do Banrisul mantém provisão relativa a coobrigações de créditos securitizados junto ao Tesouro Nacional que monta R\$8.522 (2015 - R\$9.238), controladas em conta de compensação, sendo de responsabilidade de mutuários do setor rural.

NOTA 16 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

(a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

(b) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. O Banrisul provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Banrisul Total
Saldo Inicial em 31/12/2015	491.989	274.110	133.690	138.620	1.038.409
Constituição e Atualização Monetária	24.461	124.479	73.046	6.173	228.159
Baixas por Pagamento	(255)	(66.780)	(22.656)	-	(89.691)
Saldo Final em 31/12/2016	516.195	331.809	184.080	144.793	1.176.877
Depósitos em Garantia (Nota 09)	8.578	204.802	125.886	-	339.266

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Banrisul Consolidado Total
Saldo Inicial em 31/12/2015	491.989	279.256	134.798	138.620	1.044.663
Constituição e Atualização Monetária	24.461	126.258	73.530	6.173	230.422
Reversão da Provisão	-	(13)	(429)	-	(442)
Baixas por Pagamento	(255)	(67.851)	(22.670)	-	(90.776)
Saldo Final em 31/12/2016	516.195	337.650	185.229	144.793	1.183.867
Depósitos em Garantia (Nota 09)	14.602	208.675	126.228	-	349.505

Ações Fiscais

Provisões de contingências fiscais referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, e são constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que dispõem dos respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. No momento da expedição do alvará de levantamento, em razão da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

As principais causas de natureza fiscal referem-se: (i) imposto de renda e contribuição social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no montante de R\$508.104 (2015 - R\$484.040), no qual o Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda; e (ii) notificação fiscal de débito junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, referente salário-educação classificada como provável pelos nossos assessores e com provisão no montante de R\$6.878 (2015 - R\$6.878). No Consolidado não há registro de ações fiscais dessa natureza.

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$72.992 (2015 - R\$63.538) e no Consolidado R\$100.087 (2015 - R\$107.092). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais e que de acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Ações Trabalhistas

Decorrem de processos, na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda do pedido é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$162.313 (2015 - R\$111.290) e no Consolidado R\$164.978 (2015 - R\$114.189). Adicionalmente, o valor de R\$42.489 (2015 - R\$33.135) e no Consolidado R\$43.697 (2015 - R\$34.042) foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$1.153.573 (2015 - R\$938.383) e no Consolidado R\$1.164.273 (2015 - R\$948.420), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis

Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos.

Registram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$125.886 (2015 - R\$96.046) e no Consolidado R\$126.228 (2015 - R\$96.214).

Existem ainda R\$1.847.852 (2015 – R\$1.667.730) e no Consolidado R\$1.853.365 (2015 – R\$1.673.305) relativos a processos movidos por terceiros contra a Instituição, cuja natureza destes processos refere-se principalmente a ações de danos morais, repetição do indébito, cadernetas de poupança e financiamento imobiliário, que a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras Ações

Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para possíveis perdas no montante de R\$144.793 (2015 - R\$138.620).

NOTA 17 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Administração de Fundos	81.823	84.279	81.823	84.279
Rendas de Cobrança e de Serviços de Custódia	61.162	58.833	61.142	58.833
Rendas de Garantias Prestadas	5.753	5.357	5.753	5.357
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	-	-	49.740	40.621
Rendas de Corretagens de Operações	-	-	3.196	2.209
Serviços de Administração Convênio Banricard	-	-	7.132	6.768
Serviços de Administração Rede de Adquirência Vero	-	-	77.119	34.529
Outras Receitas de Serviços	-	-	11.079	16.418
Total	148.738	148.469	296.984	249.014

NOTA 18 - RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Rede de Adquirência Vero	-	-	529.169	416.269
Tarifas de Cartões de Benefícios	-	-	40.371	39.755
Devolução de Cheques	23.519	19.299	23.519	19.299
Débitos em Conta	50.551	41.847	50.551	41.847
Serviços de Arrecadação	48.903	47.009	48.903	48.796
Comissões de Seguridade	156.030	129.979	156.030	128.192
Transações com Cheques	19.481	16.775	19.481	16.775
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	443.886	400.738	443.886	400.738
Cartão de Crédito	41.751	29.277	41.751	29.277
Tarifas de Saques	7.566	7.147	7.566	7.147
Tarifas de Uso da Agência Virtual	3.334	4.786	3.334	4.786
Tarifas de Fiança Bancária	10.489	12.307	10.489	12.307
Outras Receitas de Tarifas	28.287	30.428	28.287	30.428
Total	833.797	739.592	1.403.337	1.195.616
Pessoas Físicas	423.308	369.416	432.391	376.577
Pessoas Jurídicas	410.489	370.176	970.946	819.039

NOTA 19 - DESPESAS DE PESSOAL

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Remuneração Direta ⁽¹⁾	1.010.928	942.739	1.018.896	949.232
Benefícios	308.466	277.994	310.310	279.592
Encargos Sociais ⁽¹⁾	478.023	446.744	480.526	449.420
Treinamentos	7.744	6.104	7.759	6.118
Total	1.805.161	1.673.581	1.817.491	1.684.362

(1) Nas despesas de Remuneração Direta e Encargos Sociais está incluído, em 2015, o montante de R\$48.463, referente aos incentivos concedidos e provisionados no âmbito do PDA – Plano de Desligamento por Aposentadoria com os respectivos encargos.

NOTA 20 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Comunicações	78.427	76.215	79.034	76.775
Processamento de Dados	115.098	106.216	151.884	151.207
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	141.033	132.817	141.033	132.817
Amortização e Depreciação	144.631	50.292	148.234	53.065
Aluguéis e Condomínios	109.026	93.477	107.318	92.671
Materiais	15.238	16.619	21.833	22.229
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	441.699	418.618	686.445	578.281
Serviços Técnicos Especializados	42.375	69.379	43.545	69.832
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽²⁾	84.116	51.996	90.511	55.126
Manutenção e Conservação	49.921	45.059	50.480	45.281
Água, Energia e Gás	26.525	24.947	27.290	25.633
Serviços do Sistema Financeiro	42.911	38.247	43.300	38.398
Outras	49.240	51.906	53.400	55.054
Total	1.340.240	1.175.788	1.644.307	1.396.369

(1) Do montante de R\$441.699 (2015 – R\$418.618), R\$194.065 (2015 – R\$223.550) são provenientes de despesas dos serviços com origemação de crédito consignado através do canal Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., sendo deste valor R\$58.589 (2015 – R\$29.796) referente as operações contratadas em 2016, já sob as regras emanadas na Resolução nº 4.294/13 do CMN e Circular nº 3.738/14 do Bacen.

(2) É composto principalmente por R\$34.152 (2015 - R\$10.860) de despesa com propaganda institucional e R\$39.075 (2015 - R\$31.977) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

NOTA 21 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Recuperação de Encargos e Despesas	134.813	107.799	45.293	39.152
Reversão de Provisões Operacionais para:				
Trabalhistas	-	-	13	823
Cíveis	-	541	429	559
Fiscais	-	372	-	372
Outros	5.646	4.469	5.646	4.469
Securitização	213	76	213	76
Tarifas Interbancárias	27.978	23.998	27.978	23.998
Ajuste Cambial - Dependências no Exterior	4.081	98.956	4.081	98.956
Títulos de Créditos a Receber	18.968	7.457	18.968	7.457
Fundo de Reserva - Depósito Judicial - Lei nº 12.069/04	50.982	47.031	50.982	47.031
Comissão e Taxa de Administração sobre Colocação de Seguros	12.476	22.736	12.476	22.736
Receitas Diversas com Cartões	73.794	68.111	73.794	68.111
Lucros na Venda de Bens	227	7.869	306	7.869
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	22.026	10.061	22.150	10.061
Receitas de Adquirência - Antecipação Operações Performadas	-	-	74.697	57.638
Receita Pacto Contratual Icatu ⁽¹⁾	13.472	22.521	13.472	22.521
Ganho na Liquidação Antecipada da Dívida Subordinada	-	173.768	-	173.768
Outras Receitas Operacionais	51.896	37.087	69.001	49.802
Total	416.572	632.852	419.499	635.399

(1) Refere-se a complemento de valor relativo ao convênio celebrado entre o Banrisul e Icatu Seguros na distribuição, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 20 anos, de produtos de Seguros de Pessoas e Previdência nos canais Banrisul, sendo o pagamento e a celebração do acordo realizados em 11 de dezembro de 2014, após ter sido aprovado pelo CADE e o Bacen.

NOTA 22 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Descontos Concedidos em Renegociações	159.068	37.920	159.068	37.920
Despesas com Provisões Trabalhistas (Nota 16)	124.479	122.681	126.258	124.922
Despesas com Provisões de Imóveis - Bens não de Uso	8.350	3.911	8.350	3.911
Despesas com Provisões para Perdas de Securitização	2	13	2	13
Despesas com Provisões para Ações Cíveis (Nota 16)	73.046	49.030	73.530	49.813
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	8.836	6.716	8.836	6.716
Despesas com Atualização da Provisão para Riscos Fiscais (CS/IR) (Nota 16)	24.461	23.437	24.461	23.437
Atualização Monetária Multas Câmbio - Bacen (Nota 16)	6.173	5.754	6.173	5.754
Atualização Monetária da Dívida Contratada da Fundação Banrisul	9.018	11.066	9.018	11.070
Despesas com Provisão para Dívidas Assumidas junto ao GESB	2.313	7.193	2.313	7.193
Ajuste Cambial - Dependências no Exterior	57.531	-	57.531	-
Despesas com Cartões	30.219	28.879	30.219	28.879
Incentivo à Migração - Planos FBSS ⁽¹⁾	842	2.796	842	2.796
Despesas com Provisões de Garantias Prestadas pelo Banrisul	12.785	10.661	12.785	10.661
Outras Despesas Operacionais	107.768	114.069	116.320	120.314
Total	624.891	424.126	635.706	433.399

(1) Refere-se aos incentivos oferecidos pelo Banco aos participantes do Plano de Benefícios PBI que migraram suas reservas para o Plano de Benefícios Saldado ou Plano de Benefícios FBPREV II.

NOTA 23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANRISUL

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul em 31 de dezembro de 2016 é de R\$4.500.000, subscrito e integralizado, representado por 408.974 mil ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	204.199.859	99,58	2.721.484	77,38	26.086.957	13,02	233.008.300	56,97
Fundação Banrisul de Seguridade Social	449.054	0,22	158.983	4,52	-	-	608.037	0,15
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	44.934	0,02	168.612	4,79	-	-	213.546	0,05
Outros	361.058	0,18	467.762	13,31	174.315.774	86,98	175.144.594	42,83
Total	205.054.905	100,00	3.516.841	100,00	200.402.731	100,00	408.974.477	100,00

No período, houve a conversão de ações, principalmente entre PNA e ON, no montante de 3.377 ações, em virtude das solicitações dos acionistas.

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 29 de abril de 2016, aprovou aumento de capital mediante aproveitamento de Reservas de Lucro, no montante de R\$250.000, sem emissão de novas ações, homologado pelo Bacen em 20 de julho de 2016.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

- (i) Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
- (ii) Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
- (iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
- (iv) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Ações Preferenciais Classe B:

- (i) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
- (ii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Distribuição de Resultado

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; (ii) 25% para constituição de Reserva Estatutária; e (iii) Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Reserva Estatutária terá por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado.

A Reserva de Expansão tem como finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

Em 29 de abril de 2016, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2016 no percentual equivalente a 15% do Lucro Líquido Ajustado, perfazendo o total de 40%.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação nº 207/96 da CVM e Política de Pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$248.088, referente aos juros sobre o capital próprio do exercício de 2016 (2015 - R\$356.443), imputado aos dividendos, líquido do imposto de renda retido na fonte.

O pagamento desses juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$111.640 (2015 - R\$152.329).

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está assim representada:

	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	659.689	848.770
Ajuste		
Reserva Legal	(32.984)	(42.438)
Base de Cálculo dos Dividendos	626.705	806.332
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	156.676	201.583
Dividendo Adicional 15%	94.005	120.950
Juros sobre Capital Próprio Pagos Complementares	-	12.596
Total dos Dividendos	250.681	335.129
A) Juros sobre Capital Próprio Pagos	234.004	335.129
Ações Ordinárias (R\$606,61168 por lote de mil ações)	124.381	178.706
Ações Preferenciais A (R\$606,61168 por lote de mil ações)	2.142	3.077
Ações Preferenciais B (R\$606,61168 por lote de mil ações)	121.565	174.660
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio	(14.084)	(21.314)
B) Dividendos Provisionados	16.677	-
Ações Ordinárias (R\$40,77547 por lote de mil ações)	8.361	-
Ações Preferenciais A (R\$40,77547 por lote de mil ações)	144	-
Ações Preferenciais B (R\$40,77547 por lote de mil ações)	8.172	-
Total de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (A+B)	250.681	335.129

NOTA 24 - COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTROS

(a) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul, quando solicitado, deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% dos depósitos judiciais efetuados por terceiros junto ao Banrisul (excetuando-se aqueles cuja parte litigante seja Município). A parcela não disponibilizada deverá constituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2016, o montante de depósitos judiciais efetuados por terceiros no Banrisul, atualizado pela variação da TR acrescida de juros de 6,17% a.a. até a data do balanço totalizava R\$10.360.235 (2015 - R\$10.316.914), dos quais R\$9.674.878 (2015 - R\$9.664.812) foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação, e baixado das respectivas contas patrimoniais. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do fundo anteriormente mencionado, administrado pelo Banrisul, está registrado na rubrica Obrigações para Fundo Financeiro e de Desenvolvimento (Nota 15).

(b) Avais e fianças prestados a clientes montam R\$776.284 (2015 - R\$1.348.686), estão sujeitos a encargos financeiros e contam com garantias dos beneficiários. Para estes riscos existe provisão para possíveis perdas no montante de R\$14.002 (2015 - R\$10.661).

(c) O Banrisul é responsável pela custódia de 829.708 mil títulos de clientes (2015 - 774.564 mil).

(d) O Banrisul possui créditos abertos para importação e créditos de exportação confirmados no valor de R\$120.704 (2015 - R\$59.019) e coobrigações em cessões de crédito no valor de R\$8.522 (2015 - R\$9.238).

(e) O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	2016	2015
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	9.204.795	8.062.092
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos	134.665	198.242
Fundos de Ações	53.588	44.182
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	18.083	18.130
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	49.402	178.079
Carteiras Administradas	602.488	628.813
Total	10.063.021	9.129.538

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(f) A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 164 grupos (176 em 2015) de consórcios distribuídos entre imóveis, motos, veículos e tratores que reúnem 45.728 consorciados ativos (43.109 em 2015).

(g) O Banrisul aluga imóveis, principalmente utilizados para instalação de agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste. O total dos pagamentos mínimos futuros dos aluguéis contratados não canceláveis em 31 de dezembro de 2016 é de R\$328.119, sendo R\$86.638 com vencimento até um ano, R\$190.588 de um a cinco anos e R\$50.893 acima de cinco anos. Os pagamentos de aluguéis reconhecidos como despesas no exercício totalizaram R\$100.024 (2015 - R\$85.125).

NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Reconciliação da Despesa/Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro do Período antes da Tributação e Participações	980.054	939.143	1.104.855	1.038.334
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(245.014)	(234.786)	(276.214)	(259.583)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 9%	-	-	(32.963)	(26.127)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 15% até Agosto de 2015 e 20% a partir de Setembro de 2015	(196.011)	(158.480)	(147.721)	(149.606)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Vigentes	(441.025)	(393.266)	(456.898)	(435.316)
Efeito da Lei 13.169/15 nos Tributos Diferidos ⁽¹⁾	(2.884)	109.414	(2.884)	109.437
Ajuste Multa Câmbio	(2.778)	(2.404)	(2.778)	(2.404)
Participação dos Empregados nos Resultados	44.310	44.508	44.310	44.508
Juros sobre o Capital Próprio	111.640	152.329	111.640	152.329
Resultado de Equivalência e Variação Cambial de Agências	104.614	130.624	(24.052)	40.605
Outras Adições, Líquidas das Exclusões	(35.776)	(25.528)	(15.451)	7.915
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(221.899)	15.677	(346.113)	(82.926)
Corrente	(507.797)	(377.282)	(632.486)	(475.516)
Diferido	285.898	392.959	286.373	392.590

(1) A lei 13.169 de 06 de outubro de 2015, alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do setor financeiro elevando-a de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. Este aumento da alíquota impactou também os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias existentes nos tributos diferidos.

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

- Créditos Tributários

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Banrisul Saldo em 31/12/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.053.322	725.014	483.289	1.295.047
Provisão para Riscos Trabalhistas	118.096	49.792	28.252	139.636
Provisão para Riscos Fiscais	123.975	11.007	115	134.867
Outras Provisões Temporárias	277.287	236.122	6.434	506.975
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.572.680	1.021.935	518.090	2.076.525
Créditos não Registrados	(23)	-	-	(23)
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 09)	1.572.657	1.021.935	518.090	2.076.502
Obrigações Fiscais Diferidas	(115.640)	(107.567)	-	(223.207)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.457.017	914.368	518.090	1.853.295

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Banrisul Consolidado Saldo em 31/12/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.053.563	725.718	483.289	1.295.992
Provisão para Riscos Trabalhistas	119.844	50.665	28.715	141.794
Provisão para Riscos Fiscais	124.145	11.177	115	135.207
Outras Provisões Temporárias	278.071	236.418	6.434	508.055
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.575.623	1.023.978	518.553	2.081.048
Créditos não Registrados	(23)	-	-	(23)
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 09)	1.575.600	1.023.978	518.553	2.081.025
Obrigações Fiscais Diferidas	(115.807)	(107.744)	-	(223.551)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.459.793	916.234	518.553	1.857.474

A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

				Banrisul	Banrisul Consolidado
Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Totais Registrados	Totais Registrados
2017	529.642	416.605	946.247	946.247	946.737
2018	297.097	238.291	535.388	535.388	535.878
2019	147.179	89.663	236.842	236.842	237.332
2020	125.841	75.504	201.345	201.345	201.835
2021	39.228	23.537	62.765	62.765	63.255
2022 a 2024	38.137	22.882	61.019	61.019	62.398
2025 a 2026	20.560	12.336	32.896	32.896	33.590
Após 2026	14	9	23	-	-
Total em 31/12/2016	1.197.698	878.827	2.076.525	2.076.502	2.081.025
Total em 31/12/2015	909.813	662.867	1.572.680	1.572.657	1.575.600

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$1.708.530, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

- Obrigações Fiscais Diferidas

Os saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos estão representados por:

	2016	Banrisul 2015	2016	Banrisul Consolidado 2015
Superveniência de Depreciação	(15.302)	(14.776)	(15.302)	(14.776)
Títulos Próprios Disponíveis para Venda	(371)	23	(371)	23
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	(158.168)	(53.404)	(158.336)	(53.418)
Superávit Atuarial	(49.366)	(47.483)	(49.542)	(47.636)
Total	(223.207)	(115.640)	(223.551)	(115.807)

NOTA 26 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

O Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nºs 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda (anteriormente Ministério do Trabalho e da Previdência Social – MTPS), como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução de nº 3.792/09 do CMN, alterada por Resolução Bacen nº 3.846 de 25 de março de 2010, Resolução Bacen nº 4.275, de 31 de outubro de 2013 em que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos – AETQ, Resolução Bacen nº 4.449 de 20 de novembro de 2015 e Resolução Bacen nº 4.469 de 25 de maio de 2016.

Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banco se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios – ARPB.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de “benefício definido”) e dos Planos FBPREV e FBPREV II (modalidade de “contribuição variável”), conforme determina a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, e as suas alterações posteriores conforme Resolução MPS/CNPC nº 9/2012, Resolução MPS/CNPC nº 15/2014 e Resolução MPS/CNPC nº 22/2015.

Em 31 de dezembro de 2016, o Banrisul dispõe de parcela remanescente da dívida contratada no montante de R\$71.756 (2015 – R\$70.980), distribuída da seguinte forma: Plano de Benefícios I (PBI) o valor de R\$40.671, Plano de Benefícios Saldado (PBS) o valor de R\$18.305 e Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) o valor de R\$12.780, registrado na rubrica Outras Obrigações (Nota 15). Essa dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna – (IGP-DI), por meio de atualizações e pagamentos mensais, com prazo final em 2028.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram calculadas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses Econômicas	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de Desconto Nominal	11,14% a.a.	12,60% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,85% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial Futuro	8,58% a.a.	8,74% a.a.
Taxa de Crescimento dos Benefícios da Previdência Social e dos Limites	4,85% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	5,85% a.a.	6,00% a.a.

Hipóteses Demográficas	31/12/2016	31/12/2015
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT-2000, segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 10%	AT-2000, segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB 1983 desagravada em 50%	RRB 1983 desagravada em 50%
Tábua de Entrada em Invalidez	<i>Light Forte</i> , específica por sexo, desagravada em 60%	<i>Light Forte</i> , desagravada em 50%
Tábua de Rotatividade	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência dos patrocinadores agravada em 125%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência dos patrocinadores agravada em 125%

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação nº 695/12 da CVM e Resolução nº 4.424/15 do CMN, a qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Em conformidade com a Instrução MPS/Previc nº 12, de 13 de outubro de 2014, alterada pelas Instruções Previc nº 22, de 15 de abril de 2015 e nº 24, de 08 de setembro de 2015, combinadas com a Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015, com a Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015 e Portaria Previc nº 30 de 20 de janeiro de 2016, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a uma importância mensal equivalente ao produto da aplicação das seguintes taxas:

- (i) Um percentual geral fixado em 3% (três por cento) aplicável ao salário de participação;
- (ii) Um primeiro percentual adicional igual a 2% (dois por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre a metade do maior salário de benefício da Previdência Social; e
- (iii) Um segundo percentual adicional igual a 7% (sete por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre o maior salário de benefício da Previdência Social.

O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano de Benefícios Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano de Benefícios FBPREV II - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% e 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 15% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Benefícios FBPREV - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 1% a 3% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 15% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento - o Banrisul oferece planos de saúde e odontológico e auxílio-medicamento, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Varição na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, preparados com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2016 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo) Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2016	31/12/2015
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	284.311	62.702
Plano de Benefícios Saldado (PBS)	37.556	-
Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II)	-	8.647
Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV)	1.055	598
Planos de Saúde, Odontológico e Medicamento	(110.219)	(105.969)
Prêmio Aposentadoria ⁽¹⁾	157.812	120.490
Total	370.515	86.468

(1) A esse montante deverá ser considerado o valor de R\$60.975 (2015 – R\$47.264) referente à complementação de encargos incidentes sobre a provisão de prêmio de aposentadoria, totalizando R\$218.480 (2015 – R\$167.508).

O reconhecimento contábil registrado no Patrimônio Líquido como Ajustes de Avaliação Patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$(164.223) (2015-R\$43.246) decorre dos ganhos e perdas atuariais apurados no remensuramento do laudo atuarial no montante de R\$(277.553) (2015 – R\$79.051), líquido dos efeitos tributários no montante de R\$113.330 (2015 – R\$(35.805)).

A composição do ativo/(passivo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2016 e 2015 de acordo com o CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2016						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(2.098.547)	(1.096.231)	(82.791)	(9.887)	(184.223)	(157.812)
Valor Justo dos Ativos	1.814.236	1.058.675	85.108	8.856	294.442	-
Superávit/(Déficit)	(284.311)	(37.556)	2.317	(1.031)	110.219	(157.812)
Teto do Ativo	-	-	(2.317)	(24)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(284.311)	(37.556)	-	(1.055)	110.219	(157.812)

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2015						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(1.717.126)	(884.797)	(61.135)	(6.730)	(142.680)	(120.490)
Valor Justo dos Ativos	1.654.424	900.890	52.539	6.137	248.649	-
Superávit/(Déficit)	(62.702)	16.093	(8.596)	(593)	105.969	(120.490)
Teto do Ativo	-	(16.093)	(51)	(5)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(62.702)	-	(8.647)	(598)	105.969	(120.490)

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2016						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais em 1º de Janeiro	1.717.126	884.797	61.135	6.730	142.680	120.490
Custo de Serviço Corrente	99	-	601	973	1.325	3.932
Custo Financeiro	202.871	106.426	7.533	842	17.601	12.421
Contribuições dos Participantes do Plano	66.057	6.054	838	812	-	-
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Experiência	67.223	56.148	15.032	894	7.185	13.428
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Demográficas	(2.644)	(5.552)	(4.334)	(1.068)	-	-
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Financeiras	263.599	120.697	6.975	830	22.664	9.413
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(215.784)	(72.339)	(4.989)	(126)	(4.167)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(2.982)	(1.872)
Valor Presente das Obrigações Atuariais no Final do Período	2.098.547	1.096.231	82.791	9.887	184.306	157.812

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2015						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais em 1º de Janeiro	1.834.273	913.080	46.146	4.120	133.635	123.532
Custo de Serviço Corrente	1.043	-	2.515	1.232	1.385	(13.368)
Custo Financeiro	193.713	97.893	5.016	457	14.668	11.595
Contribuições dos Participantes do Plano	41.374	6.049	888	888	-	-
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Experiência	65.344	30.381	13.116	1.546	14.071	9.319
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Demográficas	201	-	-	-	-	-
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Financeiras	(227.407)	(99.663)	(3.392)	(1.425)	(14.894)	(7.621)
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(191.415)	(62.943)	(3.154)	(88)	(3.612)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(2.573)	(2.967)
Valor Presente das Obrigações Atuariais no Final do Período	1.717.126	884.797	61.135	6.730	142.680	120.490

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2016						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	1.654.424	900.890	52.539	6.137	248.649	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	200.966	109.536	6.627	860	30.584	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	36.404	104.038	27.797	504	15.209	-
Contribuições do Empregador	72.169	10.496	2.296	669	-	-
Contribuições dos Empregados	66.057	6.054	838	812	-	-
Benefícios Pagos	(215.784)	(72.339)	(4.989)	(126)	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	1.814.236	1.058.675	85.108	8.856	294.442	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2015						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	1.723.544	906.217	53.933	3.862	219.556	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	186.044	98.680	6.359	563	24.002	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	(150.077)	(57.407)	(7.614)	112	5.091	-
Contribuições do Empregador	44.954	10.294	2.127	800	-	-
Contribuições dos Empregados	41.374	6.049	888	888	-	-
Benefícios Pagos	(191.415)	(62.943)	(3.154)	(88)	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	1.654.424	900.890	52.539	6.137	248.649	-

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2016						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(62.702)	-	(8.647)	(598)	105.969	(120.490)
Custo dos Serviços Correntes	(99)	-	(601)	(973)	(1.325)	(3.932)
Juros sobre o Passivo/(Ativo) do Benefício Líquido	(1.905)	1.081	(913)	17	12.983	(12.421)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	(291.774)	(49.133)	7.865	(170)	(14.557)	(22.841)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	2.982	-
Contribuições do Empregador	72.169	10.496	2.296	669	4.167	1.872
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(284.311)	(37.556)	-	(1.055)	110.219	(157.812)

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2015						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(110.729)	(7.149)	144	(265)	85.921	(123.532)
Custo dos Serviços Correntes	(1.043)	-	(2.515)	(1.232)	(1.385)	13.368
Juros sobre o Passivo/(Ativo) do Benefício Líquido	(7.669)	755	489	106	9.334	(11.595)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	11.785	(3.900)	(8.892)	(7)	5.914	(1.698)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	6.169	2.967
Contribuições do Empregador	44.954	10.294	2.127	800	16	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(62.702)	-	(8.647)	(598)	105.969	(120.490)

Custo Estimado do Benefício Definido para o Exercício de 2017						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo dos Serviços Correntes	(89)	-	1.257	997	1.894	4.918
Juros Líquido sobre o Passivo/(Ativo) Atuarial	24.913	3.175	(86)	64	2.934	14.701
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	24.824	3.175	1.171	1.061	4.828	19.619

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Período do Pagamento Estimado	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2017	230.683	88.719	4.309	107	10.255	51.697
2018	228.036	93.996	4.484	113	10.655	9.882
2019	235.639	98.655	4.658	119	11.729	9.233
2020	243.062	102.724	4.835	125	12.572	8.278
2021	250.389	107.354	5.007	146	14.298	11.898
2022 a 2026	1.360.257	607.988	27.531	811	93.386	126.544

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2016	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	638	1.262	4.999	4.924	4.944	11.300
Aposentados	3.551	1.514	-	-	4.842	-
Assistidos	-	-	280	15	-	-
Pensionistas	923	350	-	-	944	-
Total	5.112	3.126	5.279	4.939	10.730	11.300

Quantidade de Participantes em 31/12/2015	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	732	1.470	5.287	4.677	5.477	11.482
Aposentados	3.609	1.327	153	11	4.574	-
Pensionistas	957	336	29	3	934	-
Total	5.298	3.133	5.469	4.691	10.985	11.482

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) – 31/12/2016			Impacto em %
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	+ 0,5%	-4,23%
Taxa de Desconto	11,14%	- 0,5%	4,59%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	10% acréscimo	-1,94%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	10% decréscimo	2,11%

Plano de Benefícios Saldado (PBS) – 31/12/2016			Impacto em %
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	+ 0,5%	-4,67%
Taxa de Desconto	11,14%	- 0,5%	5,09%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	10% acréscimo	-1,63%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	10% decréscimo	1,76%

Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) – 31/12/2016			Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Valor da Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% aumento	79.821
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% redução	86.002
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT -2000 ⁽²⁾	10% aumento	83.154
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT -2000 ⁽²⁾	10% redução	82.487

Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV) – 31/12/2016			Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Valor da Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% aumento	9.535
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% redução	10.266
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT -2000 ⁽¹⁾	10% aumento	10.200
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT -2000 ⁽¹⁾	10% redução	9.574

Plano de Saúde – 31/12/2016			Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% aumento	(2.897)
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% redução	3.141
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾	10% aumento	(1.050)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾	10% redução	1.143

Auxílio Medicamento – 31/12/2016			Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% aumento	(6.653)
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% redução	7.417
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽³⁾	10% aumento	(3.257)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽³⁾	10% redução	3.656

Prêmio Aposentadoria – 31/12/2016			Impacto em %
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	+ 0,5%	-2,50%
Taxa de Desconto	11,14%	- 0,5%	2,70%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	10% acréscimo	-0,20%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	10% decréscimo	0,20%

(1) AT – 2000 Basic segregada por sexo suavizada em 10%.

(2) AT – 2000 Basic suavizada em 10%.

(3) AT – 2000 Suavizada em 10%.

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

A gestão de capital e de riscos corporativos, intrínsecos à área financeira, é ferramenta estratégica e fundamental para o Banrisul. Este gerenciamento é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, a qual é responsável por executar e atualizar anualmente as Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão de Capital e de Riscos Corporativos do Banrisul. O constante aperfeiçoamento nos processos de identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação de riscos possibilitam tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos, políticas e estratégias da Instituição.

Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A estrutura de avaliação de risco de crédito está alicerçada em metodologias estatísticas de *Application e Behaviour Score* e/ou no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde a extensa rede de agências, em suas diversas categorias de porte, até as esferas diretivas e seus Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral, Diretoria e Conselho de Administração. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição esteja disposta a operar com cada cliente, seja Pessoa Física (PF) ou Pessoa Jurídica (PJ), atendendo ao binômio risco x retorno.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização dos controles das informações cadastrais por meio de um modelo de certificação, intensificam e fortalecem as avaliações. A adoção e o aprimoramento dos sistemas de *Application e Behaviour Score* oportunizam o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos, que são mais atrativos para manejo com crédito massificado.

Para o segmento *Corporate*, o Banrisul adota estudos técnicos efetuados por área interna de análise de riscos, que avaliam as empresas sob o prisma financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões periódicas, observando ainda os cenários econômicos, com a inserção das empresas nesses ambientes. A gestão da exposição ao risco de crédito tem como diretriz a postura seletiva e conservadora da Instituição, seguindo estratégias definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(a) Mensuração do Risco de Crédito

Operações de Crédito - o Banrisul avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística e opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, por meio da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

A exposição à inadimplência baseia-se nos montantes que podem ser devidos ao Banrisul no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo, é o valor nominal.

(b) Controle do Limite de Risco e Políticas de Mitigação

O Banrisul administra, limita e controla concentrações de risco de crédito. Dentre os procedimentos adotados, pode-se destacar:

(i) A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores e a segmentos da indústria. Esses riscos

são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais, ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, se for o caso;

(ii) A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial. As exposições reais, de acordo com os limites estabelecidos, são controladas mensalmente; e

(iii) A exposição ao risco de crédito é também administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado.

(c) Compromissos Relacionados a Crédito

Compromissos de crédito, não canceláveis incondicional e unilateralmente pela Instituição, representam porções não utilizadas pela contraparte de limites contratados, tipicamente atribuídos a modalidades de capital de giro, cheque especial, cartões de crédito, entre outros.

O valor contratual representa o risco de crédito máximo nessas modalidades, no caso de a contraparte efetivamente utilizar o recurso disponível. Contudo, a exposição a perdas resultantes desses contratos é inferior ao total de compromissos a liberar, visto que uma parte destes expira sem a sua completa utilização, seja por decisão do cliente, seja por determinação do Banrisul, que adota critérios para a disponibilização desses recursos, conforme exigência de cumprimento de determinadas cláusulas contratuais.

(d) Créditos a Liberar

Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos a operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionadas ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas. O valor da exposição relativa aos créditos a liberar corresponde ao somatório das parcelas de operações de crédito a liberar em até 360 dias.

Risco de Mercado

O Banrisul está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de perda financeira por oscilação dos preços e taxas de juros de mercados das suas operações, em razão do descasamento de prazos entre ativos e passivos, moedas e indexadores.

O Banrisul está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moeda estrangeira, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre da operação de captação externa descrito na Nota 15. Para administrar seu risco cambial, o Banrisul usa contratos de derivativos como instrumento de proteção (*hedge* de risco de mercado), conforme descrito na Nota 03 (e).

O gerenciamento do Risco de Mercado no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de mercado do Banrisul, estabelecer limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco, identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

O risco de mercado é apurado tanto para as operações classificadas na carteira de negociação quanto para as operações não classificadas na carteira de negociação. A Carteira *Trading* compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem. A Carteira *Banking* compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Na mensuração do risco de mercado da Carteira *Trading* utilizamos a metodologia *Value at Risk* (VaR) para a apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros pré-fixadas. O VaR é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários sob condições normais de mercado, em um horizonte de tempo

determinado de dez dias, com um nível de probabilidade de 99%, utilizado para mensurar as exposições sujeitas a risco de mercado. Para a apuração das exposições nos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*.

A apuração do risco das operações da Carteira *Banking* é realizada por meio de modelo próprio da Instituição e a metodologia utilizada é o VaR.

A Instituição também realiza trimestralmente análise de sensibilidade com base em cenários específicos para cada fator de risco. O objetivo é mensurar o impacto das oscilações de mercado sobre as carteiras da Instituição e a sua capacidade de recuperação em um eventual agravamento de crise.

Análise de Sensibilidade da Carteira *Trading* - buscando aprimorar a gestão de riscos e estar em conformidade com as práticas e governança corporativa e atender as exigências da Instrução Normativa nº 475/08 da CVM, o Banrisul realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação (*Trading Book*) sem considerar os instrumentos financeiros derivativos. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Carteira de Negociação - para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa nº 475/08 da CVM, no qual seriam as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2016.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2016.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2016.

O quadro a seguir apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$3,2591 de 31/12/2016 (PTAX – Venda – Bacen).

As análises de sensibilidade a seguir identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Teste de Sensibilidade: Carteira *Trading*

Cenários		Fatores de Risco			Total
		Taxa de Juros	Moedas	Ações	
1	1%	6	1.899	178	2.083
2	25%	150	47.471	4.445	52.066
3	50%	296	94.942	8.891	104.129

Definições:

Taxa de Juros – exposições sujeitas a variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros.

Moeda Estrangeira – exposições sujeitas à variação cambial.

Renda Variável – exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Analisando os resultados, identifica-se no Fator de Risco “Moedas Estrangeiras” a maior perda esperada, que representa aproximadamente 91,18% de toda a perda esperada para os três cenários. Observamos que a perda esperada no Cenário 2 foi 25 vezes maior que no Cenário 1. Do Cenário 2 para o Cenário 3, a variação é de 100%. A maior perda esperada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade, ocorre no Cenário 3 (65,79%), no valor total de R\$104.129.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos - o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading*) e das operações de captação externa efetuada pelo Banrisul no valor total de US\$523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na Carteira *Banking* (Nota 15). Estas captações externas possuíam o valor original de US\$775 milhões (775 milhões de dólares norte-americanos), contudo, em 30 de setembro de 2015, o Banrisul recomprou US\$248,96 milhões (248,96 milhões de dólares norte-americanos), e em 15 de outubro de 2015 recomprou mais US\$2,85 (2,85 milhões de dólares norte-americanos), permanecendo o saldo de US\$ 523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos Cenários I, II e III.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira “Dólar – US\$” considera a cotação de R\$3,2591 de 31/12/2016 (PTAX - Bacen).

O Cenário I é o mais provável e considera as variações esperadas pelo Banrisul em relação às curvas de referência de mercado (BM&FBovespa), utilizadas para efetuar a marcação desses instrumentos financeiros. Os Cenários II e III são definidos de acordo com a Instrução nº 475/08 da CVM, que determina que os cenários de alta devam contemplar variações de +25% e +50% e os cenários de queda variações de -25% e -50%.

Portanto, o Cenário I é definido pela alta de 1% do cupom de dólar, o Cenário II pela alta de 25% do cupom de dólar e o Cenário III pela alta de 50% do cupom de dólar de acordo com a posição do Banrisul, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2016.

As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31/12/2016.

O quadro a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading* ou para negociação) e no instrumento objeto de proteção (Carteira *Banking* ou mantidos até o vencimento) em 31/12/2016.

Carteira *Trading* e *Banking*

Operação	Carteira	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
<i>Swap</i>	<i>Trading</i>	Alta do Cupom de US\$	(4.167)	(98.022)	(184.724)
Item Objeto de Proteção					
<i>Dívida I</i>	<i>Banking</i>	Alta do Cupom de US\$	4.167	98.023	184.727
Efeito Líquido			-	1	3

Cupom de Dólar Americano (USD): Todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar americano e da taxa de juros em dólar americano.

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela Instituição.

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Risco de Liquidez

A definição de Risco de Liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos – esperados e inesperados, correntes e futuros – num horizonte de tempo definido, e também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

O risco de liquidez dos negócios bancários pode ter a sua origem no momento em que estes são gerados, ocasionado pela dificuldade na captação de recursos necessários para financiar ativos, o que conduz, normalmente, a acréscimos nos custos de captação; ou pelas dificuldades de liquidação das obrigações para com terceiros, induzidas por descasamentos nos prazos de vencimento de ativos e passivos.

O Banrisul estabelece limites operacionais para o Risco de Liquidez consistente com as estratégias de negócios do Banco, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros de grandeza são analisados regularmente pelos Comitês de Riscos Corporativos e de Gestão Bancária e submetidos a instâncias diretivas, visando a garantir sua operacionalidade de forma eficaz pelos gestores.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez do Banco.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, tanto em cenário normal como em cenário de crise, com adoção de ações corretivas, caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas da Instituição sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também as necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada, cumprindo os níveis mínimos exigidos pelos requerimentos regulatórios.

No âmbito de Contingência de Liquidez, a Instituição tem como objetivo identificar antecipadamente e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Periodicamente, relatórios são enviados aos Comitês, Comissões, Diretoria e Conselho de Administração, contendo as análises do gerenciamento do risco de liquidez. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, é proposta ao Conselho de Administração, a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, contendo as diretrizes para a gestão do risco, considerando o orçamento, o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A metodologia de gestão do Risco Operacional prevê a realização de ciclos de análise para identificação, avaliação e tratamento dos riscos operacionais aos quais o Banco está exposto.

No que tange à mensuração, os riscos são avaliados qualitativamente de acordo com os critérios de Frequência e Impacto, para sua classificação inerente e residual. De modo a avaliar quantitativamente o risco operacional, o Banrisul também monitora e coleta eventos, consolidando-os na Base de Dados Interna de Risco Operacional.

Os resultados dos ciclos de análise são submetidos à Diretoria e ao Conselho de Administração para deliberação. Adicionalmente, os registros da Base de Dados Interna de Risco Operacional são reportados trimestralmente ao Comitê de Riscos Corporativos e semestralmente à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Índice de Basileia

Conforme previsto na Resolução nº 4.192/13 do CMN, a partir de 1º de janeiro de 2015 a apuração do Capital Regulamentar deve ter como base o Conglomerado Prudencial, o que deu início a uma nova série de informações.

A Resolução nº 4.193/13 do CMN definiu os limites mínimos para o Capital Principal, para Capital de Nível I e para o Patrimônio de Referência, além da introdução do Adicional de Capital Principal. A Resolução nº 4.443/15 do CMN alterou a apuração do Adicional de Capital Principal, que ficou definido como o somatório de três parcelas: ACP_{Conservação}, ACP_{Contracíclico} e ACP_{Sistêmico}.

Em dezembro de 2016, os limites mínimos de capital exigidos foram de 10,50% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 6,63% para o Índice de Nível I e de 5,13% para o Índice de Capital Principal. Como medida complementar de risco, a partir de 10/2015 iniciou-se a apuração da Razão de Alavancagem, ainda sem definição de valor mínimo.

Os Índices calculados para o Conglomerado Prudencial em dezembro de 2016 estão demonstrados na tabela a seguir e apresentam folgas em relação aos mínimos exigidos pelo Bacen:

Banrisul Conglomerado Prudencial	2016
Patrimônio de Referência	6.521.525
Nível I	5.455.580
Capital Principal	5.455.580
Capital Social	4.506.303
Reserva de Capital, Reavaliação e de Lucros	2.091.237
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	154.300
Avaliação Patrimonial e TVM	149.810
Ações em Tesouraria e Outros Instrumentos de Emissão Própria	4.490
Ajustes Prudenciais	987.660
Exceto Participações não Consolidadas e Crédito Tributário	852.377
Créditos Tributários de Diferença Temporária e Investimentos Superiores	135.283
Nível II	1.065.945
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	1.065.945
Ativos Ponderados pelo Risco – RWA	38.479.411
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	30.172.550
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	1.051.603
Risco de Juros (RWA _{JUR1})	929
Risco de Ações (RWA _{ACS})	28.810
Risco de Taxa de Câmbio (RWA _{CAM})	1.021.864
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	7.255.258
Carteira <i>Banking</i> (RBAN)	296.581
Margem sobre o PR considerando Rban	2.425.102
Índice de Basileia %	16,95%
Índice de Nível I %	14,18%
Índice de Capital Principal %	14,18%
Índice de Imobilização %	12,59%
Razão de Alavancagem ⁽¹⁾	7,51%

(1) Com a edição da Circular nº 3.748/15 do Bacen, foi definida a metodologia de apuração da Razão de Alavancagem, com vigência a partir de outubro de 2015.

NOTA 28 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642/10 da CVM e Resolução nº 3.750/09 do CMN.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Governo do Estado e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por esse órgão, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução nº 3.750/09 do CMN. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

O Banrisul realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e contratos de prestação de serviços. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

(i) Estado do Rio Grande do Sul - em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou, com o Estado, sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo Estado, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário, mantida com o Banco, para o crédito de vencimentos e salários a servidores, empregados públicos civis e militares do Estado, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo o preço no montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços ao Estado e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias;

(ii) Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), Companhia de Gás do Rio Grande do Sul (SULGÁS), Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA), Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA), Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS – empresas controladas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul;

(iii) Coligadas: Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. que atua na geração de crédito consignado; e Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR), *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada;

(iv) Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS), entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;

(v) Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs) é uma associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e

(vi) Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Banrisul.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Banrisul	
	2016	2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(505.285)	(520.717)	(33.527)	(44.336)
Outros Créditos ⁽¹⁾	15.294	16.864	-	-
Depósitos à Vista	(452.595)	(350.395)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽²⁾	(49.402)	(178.079)	(31.963)	(42.779)
Outras Obrigações ⁽³⁾	(18.582)	(9.107)	(1.564)	(1.557)
Empresas Controladas e Fundo de Investimento	(963.199)	(780.716)	48.536	37.057
Operações de Crédito	-	17.495	-	-
Outros Créditos	71.190	59.814	91.514	70.686
Depósitos à Vista	(25.042)	(264)	-	-
Depósitos a Prazo	(257.678)	(204.257)	(33.995)	(21.594)
Captações no Mercado Aberto ⁽²⁾	(157.275)	(71.453)	(5.678)	(9.565)
Outras Obrigações	(594.394)	(582.051)	(3.305)	(2.470)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(72.643)	(71.755)	(18.909)	(17.180)
Outras Obrigações	(72.643)	(71.755)	(18.909)	(17.180)
Total	(1.541.127)	(1.373.188)	(3.900)	(24.459)

(1) O montante de R\$15.294 refere-se aos funcionários cedidos.

(2) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(3) Do montante de R\$18.582, R\$8.962 refere-se aos funcionários adidos.

	Banrisul Consolidado			
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2016	2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(479.719)	(498.970)	(30.826)	(41.787)
Disponibilidades	23.393	20.879	2.640	2.484
Outros Créditos ⁽¹⁾	17.467	17.732	61	65
Depósitos à Vista	(452.595)	(350.395)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽²⁾	(49.402)	(178.079)	(31.963)	(42.779)
Outras Obrigações ⁽³⁾	(18.582)	(9.107)	(1.564)	(1.557)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(72.643)	(71.755)	(18.909)	(17.180)
Outras Obrigações	(72.643)	(71.755)	(18.909)	(17.180)
Total	(552.362)	(570.725)	(49.735)	(58.967)

(1) Do montante de R\$17.467, R\$15.294 refere-se aos funcionários cedidos.

(2) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(3) Do montante de R\$18.582, R\$8.962 refere-se aos funcionários adidos.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Comitê de Remuneração, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	7.249	5.369
Remuneração	5.704	4.297
Encargos Sociais	1.545	1.072
Benefícios Pós-emprego	560	371
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	560	371
Total	7.809	5.740

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e pagou prêmio de seguro no montante de R\$720.

(c) Outras Informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas que participem com capital de mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banrisul empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(d) Participação Acionária

Os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Remuneração têm, em conjunto, a seguinte participação acionária no Banrisul em 31 de dezembro de 2016:

Ações	Quantidade
Ações Ordinárias	356
Ações Preferenciais	720
Total de Ações	1.076

NOTA 29 - IMPACTO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Durante o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Atualmente as instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central devem adotar os seguintes pronunciamentos:

- Pronunciamento Conceitual Básico (R1);
- Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01(R1));
- Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03(R2));
- Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05(R1));
- Pagamento Baseado em Ações (CPC 10(R1));
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Eventos Subsequentes (CPC 24);
- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); e
- Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1)).

A Resolução nº 3.786/09 do CMN e as Circulares nº 3.472/09 e nº 3.516/10 do Bacen, estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O Banrisul, em 11 de março de 2016, disponibilizou no site www.banrisul.com.br/ri assim como, na CVM (www.cvm.gov.br), as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

NOTA 30 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2017, o Banrisul cumpriu liminares judiciais deferidas no âmbito de ações promovidas por entidades representantes de categorias de servidores estaduais do Estado do Rio Grande do Sul, determinando o estorno dos valores debitados das operações de crédito de Antecipação do 13º Salário de 2016, com vencimento em 20 de dezembro de 2016.

As operações de Antecipação do 13º Salário de 2016 apresentavam saldo de R\$170.794 na data de vencimento contratual. Os estornos totalizaram R\$42.357, abrangendo 19.274 clientes. O Banrisul está adotando as medidas cabíveis para a reversão das liminares. Ainda assim, quando o Estado efetuar o pagamento do 13º Salário dos servidores, esses valores serão regularizados.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Presidente

IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
Vice-Presidente

JORGE FERNANDO KRUG SANTOS
JORGE LUIZ OLIVEIRA LOUREIRO
JÚLIO FRANCISCO GREGORY BRUNET
OBERDAN CELESTINO DE ALMEIDA
OSMAR PAULO VIECELI
RICARDO RICHINITI HINGEL
SUZANA FLORES COGO
Diretores

Conselho de Administração

LUIZ ANTÔNIO BINS
Presidente

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente

CARLOS ANTÔNIO BÚRIGO
DILIO SERGIO PENEDO
FLÁVIO POMPERMAYER
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
JOÃO CARLOS BRUM TORRES
JOÃO GABBARDOS DOS REIS
JOÃO VERNER JUENEMANN
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º SEMESTRE DE 2016

Para atender à Resolução nº 3.081, de 29 de maio de 2003, modificada pela Resolução nº 3.170 de 30 de janeiro de 2004, ambas do Conselho Monetário Nacional, a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., realizada em 29 de abril de 2004, criou o Comitê de Auditoria do Banco. Em sua atual composição, o Comitê foi reeleito pelo Conselho de Administração em 09 de maio de 2016 para um mandato de dois anos, tendo sua aprovação pelo Banco Central do Brasil em 12 de dezembro de 2016.

O funcionamento do Comitê é regido pela Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e modificações posteriores. De acordo com essa Resolução, o Comitê deve elaborar semestralmente relatório que contenha, no mínimo, a descrição de suas atividades no período, a avaliação da efetividade dos controles internos e das auditorias interna e independente. Deve avaliar, ainda, a qualidade das demonstrações contábeis, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil, evidenciando as deficiências encontradas. O presente documento é o resumo daquele relatório, elaborado para publicação com as demonstrações contábeis (art. 17, § 2º, da citada resolução).

O Comitê de Auditoria tem a competência de zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela integridade e qualidade das demonstrações contábeis da instituição e de suas controladas, pela eficácia e efetividade da atuação das auditorias independente e interna, pelo acompanhamento permanente da qualidade dos controles internos e da gestão de riscos, e pela recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, além de regulamentos e códigos internos.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis das empresas que compõem o Grupo Banrisul, observada a diretriz de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos.

À KPMG Auditores Independentes, auditor externo, cabe assegurar que as demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Grupo Banrisul, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a legislação societária brasileira e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Atividades Desenvolvidas

Os integrantes do Comitê participaram de 23 reuniões no 2º semestre de 2016 com as diversas áreas de negócios, de controle, bem como de gestão de riscos, de tecnologia da informação, de política de crédito e de análise de risco. Destacam-se as reuniões com a Auditoria Interna, a Auditoria Externa, o Banco Central do Brasil, a Controladoria, a Contabilidade, a Gestão de Pessoas e a Ouvidoria, bem como com o Conselho de Administração e os componentes da Diretoria do Banco e das empresas do Grupo Banrisul.

No tocante à educação continuada, os seus membros participaram de vários seminários, congressos e cursos relacionados às suas áreas de competência, totalizando 80 horas no ano.

O Comitê atualizou-se, também, quanto ao andamento e conclusão do processo de negociação da cessão onerosa dos serviços relacionados à folha de pagamento dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul.

No que tange à prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis e financeiras, inclusive consolidadas, do Banco, de suas controladas e dos fundos de investimento administrados pelo Banrisul, considerando que o contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., encerrou em março de 2016, o Comitê acompanhou a elaboração e o andamento do Edital do processo de licitação da nova empresa de

Auditoria Independente a ser contratada, recomendando a revisão de algumas exigências, no tocante à modalidade técnica e preço e a reavaliação da pontuação pretendida no tocante ao aspecto técnico. Tendo em vista esse processo, o Comitê recomendou à Diretoria a homologação do julgamento da Comissão de Licitações, para contratar a KPMG Auditores Independentes em 01/04/2016 pelo período de até o máximo de cinco anos. O planejamento dos trabalhos foi discutido com o Comitê e, no decorrer do exercício, houve apresentação do conjunto dos relatórios produzidos das etapas desenvolvidas, dos principais aspectos e aperfeiçoamento da estrutura de controles internos. Salienta-se que previamente às divulgações das informações trimestrais (ITRs) e dos balanços semestrais e anual, os integrantes do Comitê reuniram-se com a KPMG para avaliar os aspectos do ambiente de controle na geração dos números a serem divulgados e da independência dos auditores.

O coordenador do Comitê, que integra o Conselho de Administração, representou o órgão nas reuniões daquele colegiado, relatando regularmente suas atividades e recomendando ao mesmo, quando necessário, a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Conclusões

A análise dos relatórios da Auditoria Interna e da Controladoria, que acompanham os apontamentos do Banco Central do Brasil e os da Auditoria Independente, permitem assegurar ao Comitê a eficiência e a eficácia do controle interno, permitindo concluir que, ponderadas as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, não há elementos que comprometem a efetividade desse sistema.

A auditoria independente, no âmbito de sua responsabilidade de expressar opinião sobre a situação patrimonial e financeira do Banco e apresentar recomendações para o aprimoramento do sistema contábil, está desempenhando seu trabalho em padrões compatíveis com o porte, características e complexidade do Banrisul.

O exame regular das demonstrações financeiras, o contato frequente com a Contabilidade, a Auditoria Interna e a Auditoria Independente, permitem ao Comitê avaliar a qualidade dessas demonstrações e afirmar que elas estão livres de distorções relevantes.

Diante do que foi exposto, é possível afirmar que as demonstrações financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – data-base 31 de dezembro de 2016 – foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Sendo assim, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações contábeis auditadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2017.

Antoninho Scottá

João Verner Juenemann

João Carlos Bona Garcia

Coordenador

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e, no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II, III e VII do Artigo 163, da Lei 6.404/76, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração, Orçamento de Capital e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Com base nesses exames, no Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, ambos emitidos nesta data, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2017.

Claudio Morais Machado
Presidente

Urbano Schmitt
Vice-Presidente

Jorge Irani da Silva
Fernando Ferrari Filho
Massao Fábio Oya
Conselheiros

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), identificadas como Banrisul e Banrisul Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banrisul em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banrisul e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Banrisul e Banrisul Consolidado)**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3(g) e 8, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banrisul, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa está suportada na classificação do risco do cliente, em função da análise periódica de sua qualidade e não apenas nos percentuais mínimos da Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Devido à relevância das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos de contratos de câmbio e dos outros créditos com características de concessão de crédito e ao

grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chaves e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pelo Banrisul na definição das principais premissas utilizados na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e para o atendimento aos requerimentos previstos na Resolução 2.682/99 do CMN, relacionados a apuração da provisão para devedores duvidosos e as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

- **Provisões e passivos contingentes – trabalhistas, cíveis, fiscais e administrativas (Banrisul e Banrisul Consolidado)**

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3(f e g) e 16, o Banrisul possui demandas judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais e demandas administrativas, para as quais são reconhecidas provisão nas demonstrações contábeis quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas e as perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação. A mensuração, reconhecimento e a divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativa a esses processos judiciais e administrativos requer julgamento profissional do Banrisul e de seus assessores jurídicos. Devido à relevância dos valores e julgamentos envolvidos na avaliação e mensuração das Provisões e Passivos Contingentes, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos julgados como chaves relacionados aos processos de cadastro, mensuração e registro contábil das provisões e passivos contingentes. Para os processos que o Banrisul é representado por consultores externos, solicitamos e analisamos as cartas-respostas de confirmação desses consultores em relação a existência das ações judiciais e administrativas. Com base em uma amostra e com a utilização de nossos assessores jurídicos avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pelo Banrisul para definição da probabilidade de êxito e definição dos valores envolvidos nas ações judiciais e administrativas. Adicionalmente, avaliamos as divulgações efetuadas pelo Banrisul nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento para passivos contingentes e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

- **Cessão onerosa dos serviços relacionados à folha de pagamento dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul e Banrisul Consolidado)**

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3(i) e 11(c) e 28 (a.i), o Banrisul firmou neste exercício com o Estado do Rio Grande do Sul contrato relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de parte da folha de pagamento do Estado, lançados em conta bancária

de titularidade do servidor ou beneficiário, mantida com o Banrisul, para o crédito de vencimentos e salários, bem como dos benefícios e proventos concedidos pelo Regime Próprio de Previdência aos aposentados e pensionistas, servidores, empregados públicos civis e militares do Estado. Por se tratar de uma transação relevante no exercício e que envolve alto grau de julgamento do Banrisul em razão das premissas envolvidas na avaliação da realização desses valores, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos do Banrisul relacionados à aprovação e avaliação dessa transação assim como os procedimentos utilizados para o seu registro contábil. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas analisamos a razoabilidade dos valores envolvidos na transação, com base na metodologia e premissas utilizadas, especialmente relativas a dados históricos do Banrisul e de mercado aplicados nos estudos preparados para determinação dos valores da transação e de recuperabilidade econômica financeira dos valores envolvidos. Avaliamos, ainda, as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequadas a mensuração e o valor recuperável desse ativo, bem como as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

• Obrigações com Benefício de longo prazo pós-emprego (Banrisul e Banrisul Consolidado)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3(p) e 26, o Banrisul é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários e dependentes. Parte relevante dos planos de aposentaria dessas entidades são classificados como “planos de benefício definido”. As obrigações desses planos são calculadas com referência a premissas atuariais, incluindo, entre outras, taxa de desconto, taxa de inflação e tábua de mortalidade. Por se tratar de uma obrigação relevante e que envolve alto grau de julgamento do Banrisul na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuarias dos planos de benefício definido e de saúde complementar, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos do Banrisul relacionados ao processo de determinação das premissas a serem utilizadas nos cálculos atuariais. Com base em amostragem validamos a precisão das bases de dados utilizadas nos cálculos das obrigações e com auxílio de nossos especialistas atuariais analisamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas, tais como tabua de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial e efetuamos teste de recálculo das obrigações atuarias do plano de benefício definido de maior representatividade. Avaliamos, ainda, as divulgações efetuadas pelo Banrisul nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados a mensuração das obrigações com Benefício de longo prazo pós-emprego e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banrisul, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições

financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banrisul. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banrisul para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 4 de fevereiro de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banrisul é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banrisul continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banrisul e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banrisul e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banrisul e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banrisul e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banrisul e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2017.



KPMG Auditores Independentes
CRC 1SP014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0



Análise de Desempenho

Apresentamos a Análise de Desempenho do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativa ao ano de 2016 e quarto trimestre de 2016.

TABELA 8: INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Principais Itens de Resultado - R\$ Milhões	2016	2015	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016 / 2015	4T16 / 3T16
Margem Financeira	5.169,2	4.414,0	1.341,0	1.290,3	1.269,4	1.268,4	1.192,9	17,1%	3,9%
Despesas com Provisão para Operações de Crédito	1.667,6	1.551,4	402,6	530,7	309,0	425,4	426,9	7,5%	-24,1%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.501,6	2.862,5	938,4	759,6	960,5	843,0	766,0	22,3%	23,5%
Receita da Intermediação Financeira	10.668,4	10.804,3	2.707,4	2.902,3	2.459,9	2.598,9	2.602,1	-1,3%	-6,7%
Despesa da Intermediação Financeira	7.166,9	7.941,8	1.769,0	2.142,6	1.499,4	1.755,8	1.836,0	-9,8%	-17,4%
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	1.700,3	1.444,6	430,7	441,6	426,6	401,4	399,3	17,7%	-2,5%
Despesas Administrativas Recorrentes ⁽¹⁾	3.461,8	3.032,3	951,8	876,6	860,2	773,2	827,3	14,2%	8,6%
Outras Despesas Operacionais Recorrentes	635,7	433,4	189,2	131,6	158,5	156,4	116,7	46,7%	43,7%
Outras Receitas Operacionais Recorrentes	406,0	612,9	100,1	115,5	95,6	94,8	73,6	-33,8%	-13,3%
Lucro Líquido Ajustado	652,3	758,5	157,6	105,0	201,5	188,1	148,9	-14,0%	50,1%
Lucro Líquido	659,7	848,8	165,0	105,0	201,5	188,1	149,5	-22,3%	57,2%
Principais Itens Patrimoniais - R\$ Milhões	Dez 2016	Dez 2015	Dez 2016	Set 2016	Jun 2016	Mar 2016	Dez 2015	Dez 2016 / Dez 2015	Dez 2016 / Set 2016
Ativos Totais	69.038,5	66.937,8	69.038,5	67.888,1	67.864,8	65.965,4	66.937,8	3,1%	1,7%
Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾	17.816,7	13.927,4	17.816,7	16.584,7	16.536,8	14.450,6	13.927,4	27,9%	7,4%
Carteira de Crédito Total	30.337,4	32.013,3	30.337,4	30.146,7	29.799,9	31.373,5	32.013,3	-5,2%	0,6%
Provisão para Operações de Crédito	2.638,6	2.252,5	2.638,6	2.539,5	2.311,1	2.389,7	2.252,5	17,1%	3,9%
Créditos em Atraso > 60 dias	1.708,2	1.601,1	1.708,2	1.995,6	1.690,9	1.883,7	1.601,1	6,7%	-14,4%
Créditos em Atraso > 90 dias	1.516,7	1.382,4	1.516,7	1.638,1	1.433,1	1.530,7	1.382,4	9,7%	-7,4%
Recursos Captados e Administrados	56.364,6	51.990,2	56.364,6	54.622,3	54.120,5	51.672,4	51.990,2	8,4%	3,2%
Patrimônio Líquido	6.443,4	6.208,6	6.443,4	6.472,1	6.445,6	6.322,8	6.208,6	3,8%	-0,4%
Patrimônio de Referência Conglomerado Prudencial	6.521,5	7.389,2	6.521,5	6.655,3	6.657,8	7.313,6	7.389,2	-11,7%	-2,0%
Patrimônio Líquido Médio	6.326,0	5.940,0	6.457,8	6.458,8	6.384,2	6.265,7	6.161,8	6,5%	0,0%
Ativo Total Médio	67.988,1	63.249,7	68.463,3	67.876,5	66.915,1	66.451,6	66.114,9	7,5%	0,9%
Ativos Rentáveis Médios	59.418,4	57.373,7	60.151,0	58.936,9	59.722,6	58.863,3	59.116,8	3,6%	2,1%
Principais Inf. do Mercado Acionário - R\$ Milhões	2016	2015	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016 / 2015	4T16 / 3T16
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos ⁽³⁾	264,8	356,4	30,1	78,1	80,4	76,2	101,5	-25,7%	-61,5%
Valor de Mercado	4.220,6	2.396,6	4.220,6	4.277,9	3.492,6	3.271,8	2.396,6	76,1%	-1,3%
Valor Patrimonial por Ação	15,76	15,18	15,76	15,83	15,76	15,46	15,18	3,8%	-0,4%
Preço Médio da Ação (R\$)	9,12	9,20	11,60	10,68	8,36	5,72	5,90	-0,9%	8,6%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	1,61	2,08	0,40	0,26	0,49	0,46	0,37	-22,6%	53,8%
Índices Financeiros	2016	2015	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15		
ROAA Recorrente Anualizado ⁽⁴⁾	1,0%	1,2%	0,9%	0,6%	1,2%	1,1%	0,9%		
ROAE Recorrente Anualizado ⁽⁵⁾	10,3%	12,8%	10,1%	6,7%	13,2%	12,6%	10,0%		
Índice de Eficiência Recorrente ⁽⁶⁾	52,1%	50,2%	52,1%	51,3%	49,9%	49,4%	50,2%		
Margem Financeira ⁽⁷⁾	8,70%	7,69%	9,22%	9,05%	8,78%	8,90%	8,32%		
Custo Operacional Recorrente	5,0%	4,5%	5,0%	4,9%	4,7%	4,7%	4,5%		
Índice de Inadimplência > 60 dias ⁽⁸⁾	5,63%	5,00%	5,63%	6,62%	5,67%	6,00%	5,00%		
Índice de Inadimplência > 90 dias ⁽⁹⁾	5,00%	4,32%	5,00%	5,43%	4,81%	4,88%	4,32%		
Índice de Cobertura 60 dias ⁽¹⁰⁾	154,5%	140,7%	154,5%	127,3%	136,7%	126,9%	140,7%		
Índice de Cobertura 90 dias ⁽¹¹⁾	174,0%	162,9%	174,0%	155,0%	161,3%	156,1%	162,9%		
Índice de Provisionamento ⁽¹²⁾	8,7%	7,0%	8,7%	8,4%	7,8%	7,6%	7,0%		
Índice de Basileia Conglomerado Prudencial	16,9%	17,8%	16,9%	17,1%	16,8%	18,3%	17,8%		
Indicadores Estruturais	Dez 2016	Dez 2015	Dez 2016	Set 2016	Jun 2016	Mar 2016	Dez 2015		
Agências	536	536	536	536	536	536	536		
Postos de Atendimento Bancário	200	202	200	199	203	203	202		
Pontos de Atendimento Eletrônico	501	541	501	499	511	519	541		
Colaboradores	11.214	11.098	11.214	11.255	11.283	11.051	11.098		
Indicadores Econômicos	2016	2015	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15		
Selic Efetiva Acumulada	14,02%	13,27%	3,24%	3,47%	3,36%	3,26%	3,36%		
Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - final de período)	3,26	3,90	3,26	3,25	3,21	3,56	3,90		
Variação Cambial (%)	-16,54%	47,01%	0,40%	1,13%	-9,81%	-8,86%	-1,71%		
IGP-M	7,19%	10,54%	0,67%	0,53%	2,86%	2,97%	3,95%		
IPCA	6,29%	10,67%	0,74%	1,04%	1,75%	2,62%	2,82%		

(1) Inclui despesas de pessoal e outras despesas administrativas.

(2) Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações compromissadas.

(3) Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e/ou provisionados (antes da retenção do Imposto de Renda).

(4) Lucro líquido sobre ativo total médio.

(5) Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

(6) Índice de eficiência – acumulado no período dos últimos 12 meses. Despesas de pessoal + outras despesas administrativas / margem financeira + renda de prestação de serviços + (outras receitas operacionais – outras despesas operacionais).

(7) Margem financeira em percentual dos ativos rentáveis.

(8) Atrasos > 60 dias / carteira de crédito.

(9) Atrasos > 90 dias / carteira de crédito.

(10) Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 60 dias.

(11) Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 90 dias.

(12) Provisão para devedores duvidosos / carteira de crédito.

SUMÁRIO EXECUTIVO 2016

Apresentamos abaixo, de forma sintética, o desempenho do Banrisul no 4T16 e no acumulado do ano de 2016.

- 1 O Banrisul apurou **resultado recorrente de R\$652,3 milhões** no ano de 2016, 14,0% ou R\$106,2 milhões abaixo do resultado recorrente de 2015. O **lucro líquido consolidado, R\$659,7 milhões em 2016**, apresentou redução de 22,3% ou R\$189,1 milhões frente ao lucro de 2015. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio, calculada com base no resultado recorrente, alcançou 10,3%. No **4T16, o resultado recorrente somou R\$157,6 milhões**, 5,9% ou R\$8,8 milhões acima do resultado recorrente apurado no mesmo trimestre do ano anterior e 50,1% ou R\$52,6 milhões maior que o alcançado no trimestre imediatamente anterior. O desempenho de 2016 reflete o aumento de margem financeira e das receitas de tarifas e serviços; menor fluxo de outras receitas/despesas operacionais, favorecidas, em 2015, por receitas adicionais provenientes da operação de recompra parcial da dívida subordinada e da variação cambial; aumento de despesas administrativas, incluídas as de pessoal; elevação das despesas com PDD; além de maiores despesas com IR e CSLL. A evolução do resultado no quarto trimestre decorreu, especialmente, da redução de despesas com provisões para perdas em operações de crédito, da ampliação da margem financeira, além do aumento das despesas administrativas, incluídas as de pessoal.
- 2 Numa **visão gerencial**, o resultado do ano de 2016 superou em 33,8% o apurado em 2015, visto tratar-se de períodos em que eventos, de natureza recorrente, afetaram o desempenho em diferentes sentidos. Além da recompra parcial da dívida subordinada, que agregou receitas ao desempenho de 2015, período base para 2016, dois outros eventos podem ser destacados: receitas (2015) ou despesas (2016) geradas pelo impacto da desvalorização (2015) ou valorização (2016) da moeda brasileira incidente sobre o valor do patrimônio de agências do Banrisul no exterior. Outro evento refere-se aos contratos de compra de folhas de pagamento firmados em 2016, que geraram despesas de amortização, bem como perda de receitas financeiras, acumuladas a partir do segundo semestre de 2016. Somadas, as despesas adicionais afetaram o resultado de 2016 em R\$155,8 milhões e as receitas adicionais influenciaram o resultado de 2015 em R\$154,7 milhões.
- 3 Entre os eventos financeiros que marcaram o ano de 2016, destacam-se a **compra dos serviços de folha de pagamento dos servidores públicos do Estado** do Rio Grande do Sul e a **substituição de contratos de swap**, derivativos utilizados como *hedge* da dívida subordinada. A liquidação de contratos de *swap* e o estabelecimento de novos derivativos referenciados em *notional* atualizado da obrigação, no início do ano, gerou o ingresso de recursos em tesouraria e produziu efeito líquido positivo sobre a receita de janeiro de 2016. Em junho de 2016, o Banrisul firmou contrato com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul de cessão onerosa dos serviços da folha de pagamento da administração direta do Estado; em outubro de 2016, estabeleceu, com o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, contrato de compra dos serviços da folha de pagamento dos servidores do Tribunal de Justiça; e, ao longo do ano, foram estabelecidas negociações relacionadas aos serviços de folha de pagamento de servidores municipais.
- 4 A **margem financeira** apurada em 2016, R\$5.169,2 milhões, apresentou crescimento de 17,1% ou R\$755,2 milhões frente ao ano de 2015, performance relacionada à elevação das receitas com juros - receitas de tesouraria, incluídas as receitas decorrentes de aplicações compulsórias, e de crédito em níveis superiores ao aumento das despesas com juros, num contexto de redução dos ativos de crédito. No último trimestre, a margem foi favorecida, pela redução das despesas com juros.
- 5 As **despesas de provisão para perdas em operações de crédito**, R\$1.667,6 milhões no ano de 2016, apresentaram expansão de 7,5% ou R\$116,2 milhões em relação às despesas de 2015, face à rolagem da carteira por *rating* e à provisão relacionada à recuperação de operações anteriormente baixadas a prejuízo. No que se refere ao 4T16, essas despesas alcançaram R\$402,6 milhões, com redução de 24,1% ou R\$128,1 milhões na comparação com o 3T16, impactadas, especialmente, pela rolagem da carteira por *rating*, num contexto de redução dos créditos em atraso.

- 6 As **receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias**, R\$1.700,3 milhões em 2016, foram positivamente influenciadas pelo desempenho da Banrisul Cartões e pelos negócios com seguros, previdência e capitalização. Frente ao 3T16, as receitas de serviços e de tarifas bancárias do 4T16 apresentaram redução de 2,5% ou R\$10,9 milhões. O índice de cobertura de despesas de pessoal com receitas de tarifas e serviços apresentou melhora, alcançando 93,6% no ano de 2016, 5,3 pp. acima do indicador apurado em 2015.
- 7 As **despesas administrativas**, constituídas por despesas de pessoal e outras despesas administrativas, alcançaram R\$3.461,8 milhões no ano de 2016, com aumento de 14,2% ou R\$429,5 milhões em relação às despesas de 2015; despesas de pessoal registraram expansão de 11,1% ou R\$181,6 milhões em 2016 vs 2015 e outras despesas administrativas cresceram 17,8% ou R\$247,9 milhões no mesmo período. Em relação ao 3T16, as despesas administrativas do 4T16 registraram aumento de 8,6% ou R\$75,2 milhões, motivadas, em especial, pelo incremento de 13,8% ou R\$63,2 milhões das despesas de pessoal.
- 8 O incremento de **despesas de pessoal** no ano de 2016 frente a 2015 reflete o acordo coletivo da categoria, efeito minimizado pela saída de empregados no âmbito do Plano de Desligamento por Aposentadoria (PDA), implementado no segundo semestre de 2015. A evolução do fluxo de **outras despesas administrativas** proveio, em especial, do maior fluxo de despesas com a amortização sobre a compra das folhas de pagamento dos servidores estaduais e do ágio de investimento, bem como do aumento das despesas relacionadas ao negócio com cartões (adquirência e emissão). Nos últimos três meses, a expansão de despesas de pessoal foi afetada pelo acordo coletivo dos bancários.
- 9 O **índice de eficiência**, calculado com base nos eventos recorrentes, alcançou 52,1% no ano de 2016 frente aos 50,2% no ano de 2015. A trajetória do indicador de eficiência reflete a base de comparação (o indicador dos doze meses de 2015 foi favorecido pela liquidação parcial da dívida subordinada e pela variação cambial), a compra da folha de pagamento dos servidores públicos estaduais, que gerou maior fluxo de despesas administrativas, a ampliação da margem financeira e a elevação das receitas com serviços e tarifas bancárias.
- 10 Os **ativos totais** alcançaram saldo de R\$69.038,5 milhões em dezembro de 2016, com expansão de 3,1% ou R\$2.100,7 milhões em relação a dezembro de 2015 e aumento de 1,7% ou R\$1.150,3 milhões frente a setembro de 2016. Os **ativos de crédito** alcançaram R\$31.242,9 milhões no conceito ampliado. Descontadas as operações de coobrigação em garantias prestadas, o saldo de operações de crédito apresentou redução de 5,2% em doze meses e relativa estabilidade no último trimestre. O desempenho do crédito, em doze meses, foi motivado pela redução do crédito comercial pessoa jurídica e dos financiamentos de longo prazo, trajetória minimizada pela expansão do crédito comercial pessoa física, face à reclassificação de valores a receber dos cartões de crédito e débito.
- 11 O **patrimônio líquido** alcançou R\$6.443,4 milhões em dezembro de 2016, 3,8% ou R\$234,9 milhões acima da posição de dezembro de 2015 e R\$28,7 milhões abaixo do saldo de setembro de 2016. Os **recursos captados e administrados** totalizaram R\$56.364,6 milhões, com elevação de 8,4% ou R\$4.374,4 milhões em doze meses, desempenho motivado, especialmente, pelo incremento de R\$3.841,3 milhões em depósitos. Na comparação com setembro de 2016, os recursos captados e administrados apresentaram ampliação de R\$1.742,3 milhões, influenciada, em especial, pelo incremento dos depósitos em R\$1.722,1 milhões.

MERCADO COMPETITIVO

No mercado competitivo, a Instituição ocupava, em setembro de 2016, a 10ª posição em ativos totais entre os bancos que compõem o Sistema Financeiro Nacional (SFN), 10ª posição em patrimônio líquido, 7ª posição em depósitos totais e 6ª em número de agências, conforme *ranking* divulgado pelo Banco Central do Brasil, excluído o BNDES.

O Banrisul registrou, nos doze meses, ganhos de *market share* de 0,1083 pp. na captação de depósitos a prazo no mercado financeiro nacional, reflexo da variação positiva desses depósitos em 16,1%, frente à expansão de 13,6% verificada no Sistema Financeiro Nacional no mesmo período. Em relação aos depósitos à vista, a representatividade do Banrisul nesses recursos, no mercado nacional, alcançou 1,9634% em dezembro de 2016, redução de 0,1794 pp. frente ao indicador de dezembro de 2015, 2,1428%; nos depósitos de poupança, o Banrisul apresentou relativa estabilidade nos doze meses, com a representatividade no saldo desses recursos alcançando 1,1442% em dezembro de 2016, frente aos 1,1493% registrados em dezembro de 2015. No saldo total de crédito, o Banco apresentou retração de 5,2% nos doze meses, frente à diminuição de 3,5% das instituições do SFN no mesmo período; a representatividade da Instituição, no saldo de operações de crédito do SFN, atingiu, em dezembro de 2016, 0,9766%, frente à participação de 0,9944% em dezembro de 2015.

No mercado regional, o Banrisul apresentou ampliação na participação dos depósitos a prazo em 0,6849 pp. nos doze meses, alcançando 47,4117% em setembro de 2016, redução de 0,6308 pp. nos depósitos à vista e retração de 0,5387 pp. nos depósitos de poupança no mesmo período. A representatividade do saldo de operações de crédito do Banco no mercado do Rio Grande do Sul alcançou 17,4435% em setembro de 2016, com crescimento de 0,3322 pp. frente à representatividade de setembro de 2015.

TABELA 9: MERCADO COMPETITIVO

	Brasil		Rio Grande do Sul	
	Dez/16 ⁽¹⁾	Dez/15	Set/16 ⁽²⁾	Set/15
Depósito à Vista	1,9634%	2,1428%	26,0805%	26,7113%
Poupança	1,1442%	1,1493%	13,9822%	14,5209%
Depósito a Prazo	5,0366%	4,9283%	47,4117%	46,7268%
Operações de Crédito	0,9766%	0,9944%	17,4435%	17,1113%
Nº de Agências	2,3684%	2,3394%	28,0571%	27,5998%

(1) Última informação divulgada.

(2) Última informação disponível.

MARGEM ANALÍTICA

DESEMPENHO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A margem analítica apresentada foi apurada com base nos saldos médios de ativos e passivos, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os respectivos períodos analisados. A tabela apresenta os ativos geradores de receitas e os passivos onerosos, os correspondentes valores de receitas da intermediação financeira sobre ativos e despesas da intermediação financeira sobre passivos, bem como as taxas médias efetivas geradas.

As operações de crédito incluem adiantamentos de contratos de câmbio e operações de arrendamento mercantil, que são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas.

Os saldos médios das aplicações interfinanceiras de liquidez, os recursos aplicados ou captados no mercado interbancário correspondem ao valor de resgate, deduzidos das receitas ou despesas a apropriar equivalentes a períodos futuros. Os saldos médios dos depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses incluem os encargos exigíveis até a data de encerramento das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata die*. No que se refere às despesas vinculadas a essas rubricas, àquelas relativas a depósitos incluem as despesas pelas contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

A trajetória da margem sobre ativos rentáveis foi crescente no ano de 2016 em relação ao observado no ano de 2015. Os ativos médios rentáveis cresceram 3,6% e os passivos onerosos apresentaram crescimento de 4,5%. A margem do ano de 2016 apresentou expansão de 17,1% e a margem relativa aumentou 1,01 pp. frente à apurada em 2015.

O crescimento da Taxa Selic efetiva no período refletiu no aumento das taxas dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos, trajetória absorvida pela variação cambial do período. Além dos juros básicos da economia que referenciam as operações no setor financeiro, a estrutura de ativos e passivos e também os prazos de contratação são fatores determinantes na formação da margem auferida a cada período.

A representatividade dos ativos de crédito no total de ativos médios rentáveis apresentou diminuição de 4,1 pp. na comparação entre 2016 e 2015, atingindo 47,8%. As operações de tesouraria apresentaram ampliação de 0,6 pp. na participação no total de ativos rentáveis, passando de 34,6% em 2015 para 35,2% no ano de 2016. Os compulsórios ampliaram a representatividade no total de ativos rentáveis em 3,0 pp., alcançando 15,1% no ano de 2016.

Em relação aos passivos onerosos, o saldo médio dos depósitos a prazo representou 56,2% desses passivos no ano de 2016 frente aos 50,0% de 2015. Os depósitos de poupança apresentaram retração de 0,9 pp. na representatividade sobre os passivos onerosos, atingindo 14,5% em 2016. A captação no mercado aberto alcançou participação de 11,1% dos passivos onerosos no ano de 2016, com crescimento de 0,3 pp. na comparação com o ano de 2015. Dentre os outros passivos onerosos, os recursos por aceite e emissão de títulos apresentaram retração de 0,7 pp., alcançando participação de 4,5% em 2016.

Os resultados dessas variações em conjunto ocasionaram aumento de 0,72 pp. no *spread*, que atingiu 7,65% no ano de 2016.

TABELA 10: MARGEM ANALÍTICA - R\$ MILHÕES

	2016			2015			2014		
	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média
Ativos Rentáveis	59.418,4	10.668,4	17,95%	57.373,7	10.804,3	18,83%	52.315,0	8.196,7	15,67%
Operações de Créditos	28.410,6	7.057,2	24,84%	29.762,4	7.003,9	23,53%	27.311,5	5.486,8	20,09%
Compromissos de Revendas	958,1	144,1	15,04%	554,4	64,7	11,66%	225,9	33,1	14,67%
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	19.940,0	2.271,7	11,39%	19.299,0	2.894,2	15,00%	17.741,4	2.036,3	11,48%
Depósitos Interbancários	265,0	27,6	10,40%	6,8	0,2	3,39%	133,6	9,9	7,45%
Outros Ativos Rentáveis	9.844,8	1.167,9	11,86%	7.751,2	841,3	10,85%	6.902,6	630,4	9,13%
Compulsórios	8.984,6	1.095,4	12,19%	6.961,3	774,2	11,12%	6.153,1	571,0	9,28%
Outros	860,1	72,5	8,42%	789,8	67,2	8,50%	749,5	59,4	7,93%
Ativos Não Rentáveis	8.145,3	-	-	6.323,4	-	-	5.370,3	-	-
Ativos Totais	67.563,8	10.668,4	15,79%	63.697,1	10.804,3	16,96%	57.685,3	8.196,7	14,21%
Passivos Onerosos	51.813,4	(5.499,3)	10,61%	49.588,4	(6.390,4)	12,89%	44.904,0	(4.406,8)	9,81%
Depósitos Interfinanceiros	447,8	(53,7)	12,00%	886,4	(85,7)	9,67%	434,4	(38,8)	8,93%
Poupança	7.515,6	(587,4)	7,82%	7.643,9	(575,8)	7,53%	7.411,7	(493,5)	6,66%
Depósitos a Prazo	29.111,4	(3.485,2)	11,97%	24.815,4	(2.761,7)	11,13%	21.161,1	(1.923,5)	9,09%
Captações no Mercado Aberto	5.727,0	(807,0)	14,09%	5.363,1	(679,6)	12,67%	5.857,1	(619,4)	10,58%
Dívida Subordinada	1.898,5	(2,9)	0,15%	2.384,9	(961,3)	40,31%	1.947,9	(513,9)	26,38%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.914,9	(172,8)	4,41%	4.458,0	(817,1)	18,33%	3.710,3	(371,3)	10,01%
No País	2.760,7	(134,2)	4,86%	2.799,5	(132,8)	4,74%	2.429,6	(102,6)	4,22%
Exterior	1.154,2	(38,6)	3,35%	1.658,4	(684,3)	41,26%	1.280,6	(268,8)	20,99%
Outros	3.198,2	(390,2)	12,20%	4.036,8	(509,2)	12,61%	4.381,5	(446,3)	10,19%
Passivos Não Onerosos	9.318,1	-	-	8.166,8	-	-	7.433,2	-	-
Patrimônio Líquido	6.432,3	-	-	5.941,9	-	-	5.348,1	-	-
Passivos e PL	67.563,8	(5.499,3)	8,14%	63.697,1	(6.390,4)	10,03%	57.685,3	(4.406,8)	7,64%
Spread			7,65%			6,93%			6,57%
Margem		5.169,2	8,70%		4.414,0	7,69%		3.789,8	7,24%

VARIAÇÕES NAS RECEITAS E DESPESAS DE JUROS: VOLUMES E TAXAS

A tabela a seguir apresenta a alocação das variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos: (i) 2016 vs 2015, (ii) 2015 vs 2014 e (iii) 2014 vs 2013.

As variações no volume e na taxa de juros foram calculadas com base nas movimentações dos saldos médios durante o período e nas variações das taxas médias de juros sobre os ativos geradores de receitas e passivos onerosos. A variação de taxa foi calculada pela oscilação na taxa de juros no período multiplicada pela média dos ativos geradores de receitas ou pela média dos passivos onerosos no segundo período. A variação de volume foi computada como a diferença entre o volume de juros do período mais recente e o anterior.

A variação negativa das receitas geradas pelos ativos rentáveis no ano de 2016, em R\$135,9 milhões, está associada à redução provocada por variações de taxas, em R\$320,3 milhões, em especial nas receitas de tesouraria, face ao efeito da recompra parcial das dívidas subordinadas, substituição dos contratos de *swap*, marcação a mercado e variação cambial, embora a variação do volume médio dos ativos rentáveis tenha apresentado incremento de R\$184,4 milhões, minimizado pela variação negativa de volume de crédito.

A retração das despesas geradas pelos passivos onerosos no ano de 2016 em relação ao ano de 2015, em R\$891,1 milhões, está vinculada, principalmente, às variações decorrentes de taxas, que motivou a queda das despesas, em R\$921,8 milhões, em especial das dívidas subordinadas e das obrigações por empréstimos e repasses. O aumento das despesas relacionadas à variação de volume médio de captação de recursos, em R\$30,7 milhões, foi motivado, principalmente, pela ampliação das despesas dos depósitos a prazo, minimizada pelas reduções da dívida subordinada e das obrigações por empréstimos e repasses. A variação nas despesas foi influenciada pela liquidação parcial das dívidas subordinadas, bem como pela marcação a mercado e variação cambial da obrigação e pelo vencimento da segunda série das letras financeiras.

O ganho gerado com o aumento do volume médio dos ativos rentáveis reduzido pelo ônus imputado às variações decorrentes de volumes dos passivos onerosos alcançou R\$153,7 milhões. A redução no volume das despesas incorridas pela redução das taxas médias dos passivos onerosos em valor mais expressivo que a retração na variação das taxas médias dos ativos rentáveis gerou um ganho de R\$601,5 milhões. O fluxo do ano de 2016 gerou ampliação da margem analítica em R\$755,2 milhões.

TABELA 11: VARIAÇÕES NAS RECEITAS E DESPESAS DE JUROS: VOLUMES E TAXAS - R\$ MILHÕES

	2016/2015			2015/2014			2014/2013		
	Aumento / Redução Devido a Variação em:			Aumento / Redução Devido a Variação em:			Aumento / Redução Devido a Variação em:		
	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida
Ativos Rentáveis									
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	(238,9)	292,1	53,3	521,4	995,7	1.517,1	588,8	90,2	679,0
Compromissos de Revendas	56,8	22,6	79,4	36,7	(5,2)	31,5	(257,4)	89,0	(168,4)
Operações com TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	93,3	(715,8)	(622,5)	191,0	666,9	857,9	142,5	662,0	804,5
Depósitos Interbancários	25,9	1,4	27,4	2,6	(12,4)	(9,7)	3,1	(0,4)	2,7
Compulsórios	241,3	80,0	321,3	80,9	122,2	203,1	233,1	71,7	304,8
Outros	5,9	(0,6)	5,3	3,3	4,4	7,7	3,1	(1,7)	1,4
Total de Ativos Rentáveis	184,4	(320,3)	(135,9)	835,9	1.771,8	2.607,7	713,2	910,9	1.624,1
Passivos Onerosos									
Depósitos Interfinanceiros	49,3	(17,3)	32,0	(43,5)	(3,5)	(46,9)	(4,4)	(10,8)	(15,2)
Depósitos de Poupança	9,4	(21,0)	(11,6)	(15,9)	(66,5)	(82,4)	(62,4)	(56,9)	(119,3)
Depósitos a Prazo	(503,3)	(220,2)	(723,5)	(364,6)	(473,5)	(838,1)	(178,4)	(425,2)	(603,5)
Captações no Mercado Aberto	(48,1)	(79,4)	(127,4)	44,6	(104,7)	(60,1)	(82,0)	(117,9)	(199,9)
Dívida Subordinada	246,3	712,1	958,4	(133,5)	(313,9)	(447,5)	(20,2)	(281,7)	(301,9)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	114,0	530,3	644,3	(87,0)	(358,8)	(445,8)	(59,2)	(70,3)	(129,5)
Outros	101,7	17,4	119,0	31,0	(93,9)	(62,9)	(27,0)	(104,4)	(131,4)
Total de Passivos Onerosos	(30,7)	921,8	891,1	(568,8)	(1.414,8)	(1.983,6)	(433,6)	(1.067,2)	(1.500,8)

DESEMPENHO NO MERCADO ACIONÁRIO

O Banrisul aderiu ao Nível 1 de Governança, em julho de 2007, reforçando o seu comprometimento com as boas práticas de governança corporativa. Além disso, o Banco adotou voluntariamente determinadas regras dos demais níveis diferenciados de Governança Corporativa, fortalecendo e consolidando relação de transparência com clientes e investidores, construída pela disseminação de dados e informações ao mercado, proporcionando oportuno conhecimento sobre os negócios do Banco.

O capital social do Banrisul, em dezembro de 2016, era de R\$4.500,0 milhões, representado por 408.974.477 ações, sendo 205.054.905 ações ordinárias e 203.919.572 ações preferenciais, na forma escritural e sem valor nominal. O maior acionista do Banco é o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que detém diretamente 99,6% do capital votante e 57,0% do capital total.

Em 31 de dezembro de 2016, havia 62.061 acionistas com domicílio no Brasil (99,4% do total de acionistas e 64,5% do total das ações) e 401 acionistas residentes no exterior (0,6% dos acionistas e 35,5% das ações).

No total, o Banrisul faz parte da composição de oito índices da BM&FBovespa. No final do mês de dezembro de 2016, a ação PNB (BRSR6) estava entre as 100 ações mais negociadas na BM&FBovespa, listada na 87ª posição do *ranking* de 12 meses.

O Banrisul participa de eventos para divulgação, tais como os promovidos pela APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais), mantendo comunicação ágil e equânime para atender investidores, acionistas e interessados. Também participa de conferências e *roadshows* nacionais e internacionais com investidores institucionais. Nos doze meses de 2016, foram realizadas 111 reuniões, teleconferências e eventos no exterior, com a participação de 992 interessados, que promoveram oportunidades de interação com analistas de mercado, investidores e acionistas pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiros.

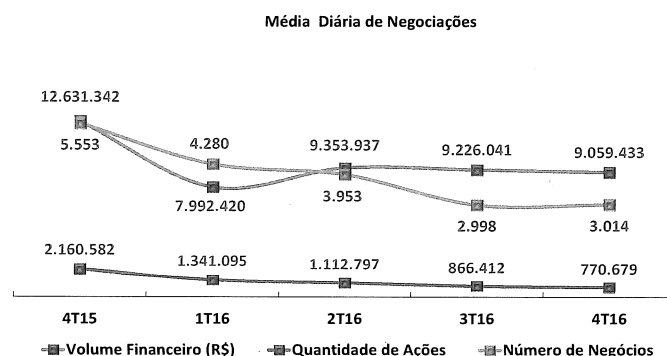
TABELA 12: AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
Reuniões	1	3	2	2	15
Teleconferências	6	21	23	22	27
Eventos no Exterior ⁽¹⁾	16	-	-	12	16
Reuniões APIMEC	3	-	-	-	3
Total	26	24	25	36	61

(1) 2015 e 2016: Nova Iorque.

No 4T16, o volume financeiro médio negociado diariamente apresentou queda de 28,3% em relação ao apurado no 4T15; no mesmo período, o número de negócios médio diário diminuiu 45,7%. Em comparação ao último trimestre, o volume financeiro médio apresentou retração de 1,8%, enquanto o número médio de negócios aumentou 0,5%.

Gráfico 6: Volume Financeiro, Volume de Negócios e Quantidade de Ações



Em dezembro de 2016, o valor de mercado do Banrisul atingiu R\$4.220,6 milhões, apresentando crescimento de 76,1% na comparação com dezembro de 2015 e diminuição de 1,3% em relação a setembro de 2016. Estimativas sobre a ação do Banrisul, elaboradas de forma independente por corretoras e bancos de investimento, estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores (www.banrisul.com.br/ri).

Desde meados de 2015, a partir dos rebaixamentos do *rating* soberano do Brasil pelas principais agências, as avaliações relativas às instituições financeiras brasileiras vêm sofrendo ajustes no mesmo sentido. Em dezembro de 2016, a Fitch Ratings rebaixou os *ratings* do Banrisul para B+ na escala global e A-(bra) na escala nacional, anteriormente BB- e A+(bra) respectivamente. A S&P, também em dezembro de 2016, publicou relatório reafirmando os *ratings* do Banco.

TABELA 13: CLASSIFICAÇÃO DE AGÊNCIAS DE RATING

Fitch Ratings						
Viabilidade	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
b+	B+	B	B+	B	A- (bra)	F2 (bra)
Moody's Investors Service						
Avaliação de Risco da Contraparte	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Ba2(cr)/NP(cr)	Ba3	NP	Ba3	NP	A1.br	BR-1
Standard & Poor's						
Perfil de Crédito Individual	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	
bb-	BB-	-	BB-	-	brA-	

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

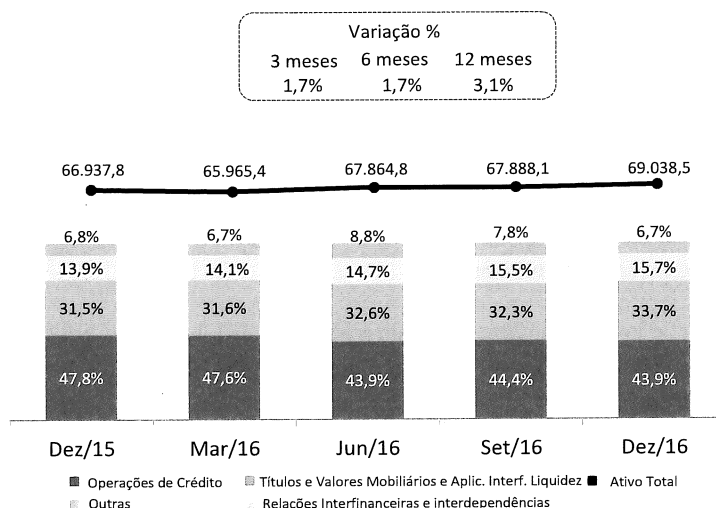
ATIVOS TOTAIS

Os ativos totais somaram R\$69.038,5 milhões em dezembro de 2016 e estão compostos por (i) 43,9% de operações de crédito, (ii) 33,7% de títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, (iii) 15,7% de relações interfinanceiras e interdependências e (iv) 6,7% de outros ativos. Quanto à tempestividade, os ativos com vencimento até 360 dias estão constituídos por relações interfinanceiras e interdependências (29,8%), operações de crédito e arrendamento mercantil (28,9%) e títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez (22,9%). No que se refere aos ativos de longo prazo (acima de 360 dias), destaca-se a participação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (45,9%) e de operações de crédito e arrendamento mercantil (44,2%).

Em doze meses, os ativos totais apresentaram aumento de 3,1% ou R\$2.100,7 milhões, refletindo o crescimento na captação de recursos. Na composição dos ativos, destaca-se maior representatividade da tesouraria, de recursos em compulsório, redução dos ativos de crédito e aumento do ativo diferido, face à aquisição da folha de pagamento de servidores do Estado. A expansão dos ativos no período proveio, principalmente, do aumento de R\$3.841,3 milhões nos depósitos, evolução parcialmente minimizada pela redução de R\$1.735,4 milhões na captação em mercado aberto e de R\$940,5 milhões nas obrigações por empréstimos e repasses. Quanto à alocação, a tesouraria registrou aumento de R\$2.154,0 milhões; as relações interfinanceiras apresentaram ampliação de R\$1.598,2 milhões, decorrente do aumento de depósitos compulsórios no Banco Central; o ativo diferido apresentou elevação de R\$1.292,3 milhões; e a carteira de crédito apresentou redução de R\$1.675,8 milhões, refletindo maior seletividade na concessão de operações.

No último trimestre, os ativos apresentaram expansão de 1,7% ou R\$1.150,3 milhões. A evolução no período proveio, especialmente, da ampliação de R\$1.722,1 milhões nos depósitos, movimento minimizado em parte pela redução de R\$482,2 milhões nas relações interfinanceiras e interdepartamentais, face à retração de saldo nos serviços de compensação e nos recursos em trânsito de terceiros. Em termos de alocação, os recursos foram direcionados para tesouraria, que apresentou crescimento de R\$1.357,5 milhões, para relações interfinanceiras, que apresentaram aumento de R\$331,3 milhões; a carteira de crédito cresceu R\$190,8 milhões, favorecida pela reclassificação dos valores provenientes de cartão de débito.

Gráfico 7: Ativo Total - R\$ Milhões



TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

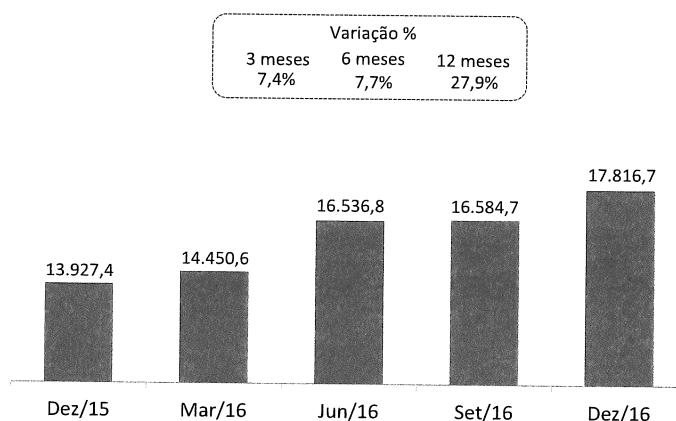
As aplicações em títulos e valores mobiliários, incluídos os instrumentos financeiros derivativos, somadas às aplicações interfinanceiras de liquidez e deduzidas das obrigações por operações compromissadas, totalizaram R\$17.816,7 milhões em dezembro de 2016, com incremento de 27,9% ou R\$3.889,3 milhões em relação a dezembro de 2015 e de 7,4% ou R\$1.232,0 milhões na comparação com setembro de 2016.

Nos doze meses, a evolução do saldo de tesouraria, líquida das obrigações compromissadas, foi influenciada pelo acréscimo dos depósitos, num contexto de aumento dos recolhimentos compulsórios e do ativo diferido, face à aquisição da folha de pagamento de servidores estaduais, e de redução da carteira de crédito.

No último trimestre, o saldo de TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez, líquida das obrigações compromissadas, foi afetado pela expansão dos depósitos, parcialmente compensada pela retração das relações interfinanceiras e interdependências, além de maior volume de recursos para recolhimentos compulsórios.

Em relação à composição das aplicações em tesouraria, 71,5% são de títulos mantidos até o vencimento, no montante de R\$16.640,7 milhões, 15,4% de títulos mantidos para negociação, no montante de R\$3.572,5 milhões, 7,8% em aplicações interfinanceiras de liquidez, que atingiram R\$1.808,2 milhões, 4,6% de títulos disponíveis para venda, que somaram R\$1.076,6 milhões, e 0,7% de instrumentos financeiros derivativos, cujo saldo alcançou R\$172,1 milhões, totalizando R\$23.270,1 milhões em ativos de tesouraria. Quanto aos emissores dos títulos que compõem a tesouraria, são, em sua maioria, de papéis públicos federais, que, somados, representam 94,4% das aplicações em tesouraria.

Gráfico 8: Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾ - R\$ Milhões



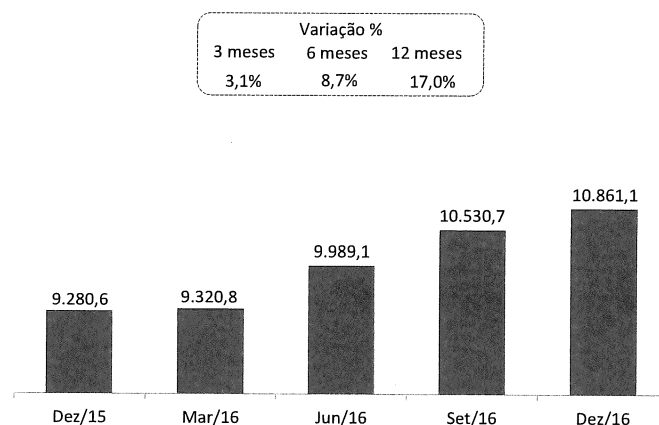
(1) Deduzidos de obrigações compromissadas.

Relações Interfinanceiras e Interdependências

As relações interfinanceiras e interdependências totalizaram R\$10.861,1 milhões em dezembro de 2016, com acréscimo de 17,0% ou R\$1.580,5 milhões em relação a dezembro de 2015 e de 3,1% ou R\$330,4 milhões na comparação com setembro de 2016.

Nos dois períodos de comparação, o saldo das relações interfinanceiras e interdependências apresentou crescimento influenciado pelo aumento dos créditos vinculados aos depósitos compulsórios no Banco Central, face à expansão do saldo dos depósitos a prazo.

Gráfico 9: Relações Interfinanceiras e Interdependências - R\$ Milhões

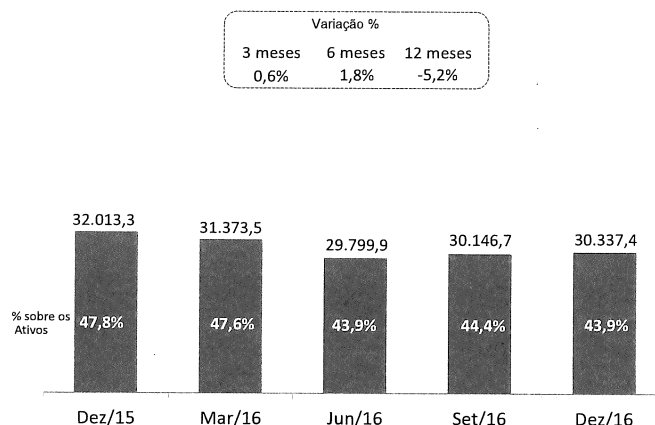


OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de crédito do Banrisul totalizou R\$30.337,4 milhões em dezembro de 2016, saldo 5,2% ou R\$1.675,8 milhões abaixo do alcançado em dezembro de 2015 e R\$190,8 milhões acima da posição de setembro de 2016. A carteira de crédito ampliada, que inclui coobrigações e riscos em garantias prestadas, apresentou redução de 6,5% ou R\$2.187,3 milhões em relação a dezembro de 2015 e relativa estabilidade, com retração de R\$147,7 milhões na comparação com setembro de 2016.

No segundo semestre, os valores a receber com cartões de crédito e de débito, passaram a ser classificados como operações com característica de crédito, conforme determinação do Bacen. Ajustados os períodos anteriores para fins de comparabilidade, a evolução efetiva do crédito total foi negativa, em 8,3% ou R\$2.740,3 milhões, nos doze meses e, em 1,1% ou R\$329,2 milhões, no último trimestre.

Gráfico 10: Operações de Crédito - R\$ Milhões



Nos doze meses, a retração do saldo de crédito proveio, especialmente, das diminuições da carteira comercial pessoa jurídica, em R\$1.860,3 milhões, dos financiamentos de longo prazo, em R\$686,1 milhões, e do crédito rural, em R\$160,3 milhões, trajetória, parcialmente, compensada pela ampliação do crédito comercial pessoa física, em R\$809,3 milhões, incremento decorrente da reclassificação no 3T16 e no 4T16, respectivamente, dos valores a receber com cartões de crédito e de débito, e dos créditos vinculados a operações adquiridas em cessão, em R\$325,4 milhões.

Nos últimos três meses, a expansão do saldo do crédito foi motivada, especialmente, pelo crescimento do crédito comercial pessoa física, em R\$751,6 milhões, face, especialmente, à reclassificação do cartão de débito, efeito minimizado pela retração da carteira comercial pessoa jurídica em R\$484,7 milhões.

Composição do Crédito por Porte de Empresa

As operações de crédito ao segmento empresarial totalizaram R\$11.706,6 milhões em dezembro de 2016, compondo 38,6% da carteira total de crédito. Do montante de crédito aplicado na pessoa jurídica, 60,2% estão alocados em crédito às micro, pequenas e médias empresas.

Na comparação com dezembro de 2015, o saldo de crédito às micro, pequenas e médias empresas apresentou redução de R\$1.518,1 milhões, bem como o saldo de crédito às grandes empresas, que registrou redução de R\$1.248,1 milhões.

Nos últimos três meses, observou-se diminuição de 5,5% ou R\$407,4 milhões no crédito aplicado às médias, pequenas e microempresas.

TABELA 14: COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO PESSOA JURÍDICA POR PORTE DE EMPRESA - R\$ MILHÕES

Porte	Dez 2016			Set 2016			Dez 2015			Dez 2016/ Set 2016	Dez 2016/ Dez 2015
	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total		
Grandes Empresas	4.654,1	39,8%	15,3%	4.843,1	39,4%	16,1%	5.902,2	40,8%	18,4%	-3,9%	-21,1%
Total Média/Pequena/Micro	7.052,5	60,2%	23,2%	7.459,9	60,6%	24,7%	8.570,6	59,2%	26,8%	-5,5%	-17,7%
Médias Empresas	5.221,9	44,6%	17,2%	5.530,5	45,0%	18,3%	6.428,4	44,4%	20,1%	-5,6%	-18,8%
Pequenas Empresas	1.450,6	12,4%	4,8%	1.544,2	12,6%	5,1%	1.785,2	12,3%	5,6%	-6,1%	-18,7%
Microempresas	380,0	3,2%	1,3%	385,2	3,1%	1,3%	357,1	2,5%	1,1%	-1,4%	6,4%
Total PJ	11.706,6	100,0%	38,6%	12.303,0	100,0%	40,8%	14.472,9	100,0%	45,2%	-4,8%	-19,1%

O critério utilizado foi: Faturamento médio mensal: Microempresas até R\$30 mil, Pequenas até R\$300 mil, Médias até R\$25 milhões. Para Grandes empresas: faturamento médio mensal acima de R\$25 milhões ou Ativo Total acima de R\$240 milhões.

Composição do Crédito por Setor de Atividade

Na segmentação da carteira de crédito por atividade, o setor privado atingiu 99,7% dos ativos de crédito em dezembro de 2016. A carteira de crédito por setor de atividade é composta, especialmente, por pessoa física, 45,3% do total, por habitação, 12,8% do crédito total, e por indústria, que representa 12,6% dos ativos de crédito do Banco.

Em relação a dezembro de 2015, destaca-se a redução das operações de crédito à indústria, ao setor do comércio e destinada a serviços, compensada, em parte, pelo aumento das operações de crédito destinadas à pessoa física, face à reclassificação, para a carteira de crédito, dos valores a receber com cartão de crédito e débito. No último trimestre, destaca-se a expansão do crédito à pessoa física, face à reclassificação dos valores a receber de operações com cartão de débito, minimizada pela retração das operações de crédito à indústria.

TABELA 15: COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO POR SETOR DE ATIVIDADE - R\$ MILHÕES

	Dez 2016	Set 2016	Jun 2016	Mar 2016	Dez 2015	Dez 2016/ Set 2016	Dez 2016/ Dez 2015
Setor Privado	30.254,1	30.062,8	29.711,4	31.280,8	31.917,5	0,6%	-5,2%
Rural	2.564,5	2.446,7	2.421,4	2.696,7	2.724,8	4,8%	-5,9%
Indústria	3.829,7	4.207,5	4.466,9	4.856,6	5.311,8	-9,0%	-27,9%
Comércio	2.675,1	2.844,7	2.948,8	3.122,0	3.313,4	-6,0%	-19,3%
Serviços e Outros	3.574,6	3.642,9	3.758,9	3.925,7	4.142,7	-1,9%	-13,7%
Pessoa Física	13.737,1	13.040,6	12.255,1	12.843,5	12.595,6	5,3%	9,1%
Habitação	3.873,1	3.880,3	3.860,3	3.836,4	3.829,1	-0,2%	1,1%
Setor Público	83,3	83,8	88,5	92,8	95,8	-0,6%	-13,0%
Total	30.337,4	30.146,7	29.799,9	31.373,5	32.013,3	0,6%	-5,2%

Composição do Crédito por Carteira

A composição por carteira demonstra os recursos livres e direcionados aplicados em ativos de crédito. A carteira comercial, o arrendamento mercantil, os créditos vinculados a operações adquiridas em cessão e o setor público têm como origem recursos livres de depósitos e capital próprio, e representavam 70,8% do total da carteira de crédito em dezembro de 2016. As carteiras de financiamento de longo prazo, rural, imobiliário e câmbio, provêm, em sua maioria, de fontes específicas de recursos, compondo os créditos direcionados, e participavam com 29,2% do saldo em dezembro de 2016.

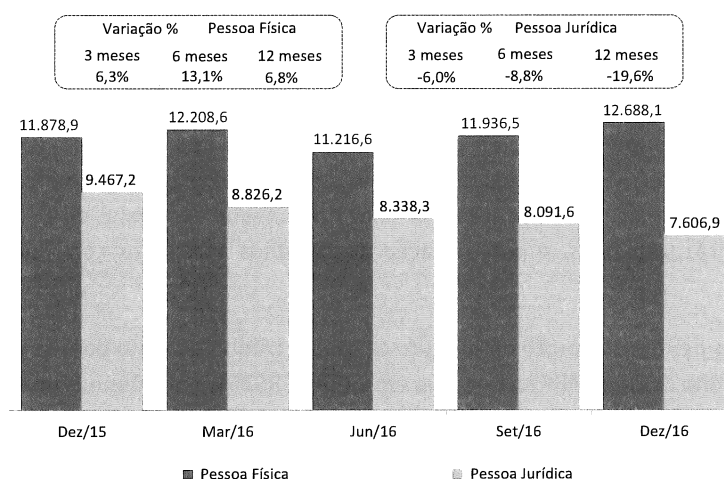
TABELA 16: COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO POR CARTEIRA - R\$ MILHÕES

Operações de Crédito	Dez 2016	Set 2016	Jun 2016	Mar 2016	Dez 2015	Dez 2016/ Set 2016	Dez 2016/ Dez 2015
Sector Privado	30.254,1	30.062,8	29.711,4	31.280,8	31.917,5	0,6%	-5,2%
Câmbio	780,8	792,6	848,0	862,5	910,3	-1,5%	-14,2%
Comercial	20.295,0	20.028,1	19.554,8	21.034,7	21.346,1	1,3%	-4,9%
Pessoa Física	12.688,1	11.936,5	11.216,6	12.208,6	11.878,9	6,3%	6,8%
Pessoa Jurídica	7.606,9	8.091,6	8.338,3	8.826,2	9.467,2	-6,0%	-19,6%
Financiamento de Longo Prazo	1.652,3	1.766,8	1.941,4	2.164,7	2.338,4	-6,5%	-29,3%
Imobiliário	3.873,1	3.880,3	3.860,3	3.836,4	3.829,1	-0,2%	1,1%
Leasing	50,2	54,8	52,7	54,0	55,9	-8,5%	-10,3%
Rural ⁽¹⁾	2.564,5	2.446,7	2.421,4	2.696,7	2.724,8	4,8%	-5,9%
Créditos Vinculados a Op. Adquiridas Cessão	1.038,2	1.093,4	1.032,7	631,8	712,9	-5,1%	45,6%
Sector Público	83,3	83,8	88,5	92,8	95,8	-0,6%	-13,0%
Total Oper. com Caract. Concessão de Crédito	30.337,4	30.146,7	29.799,9	31.373,5	32.013,3	0,6%	-5,2%
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas	905,5	1.244,0	1.233,5	1.377,6	1.416,9	-27,2%	-36,1%
Total	31.242,9	31.390,6	31.033,4	32.751,1	33.430,2	-0,5%	-6,5%

(1) Inclui créditos de securitização.

A carteira comercial totalizou R\$20.295,0 milhões em dezembro de 2016, compondo 66,9% do saldo total de operações de crédito do Banco. Em relação à composição do crédito comercial, o segmento pessoa física corresponde a 62,5% do saldo da carteira comercial e 41,8% do total das operações de crédito do Banco em dezembro de 2016. O segmento empresarial representa, no mesmo período, 37,5% do saldo do crédito comercial e 25,1% do montante total de crédito.

Gráfico 11: Evolução das Operações de Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica - R\$ Milhões



A carteira de crédito imobiliário alcançou o montante de R\$3.873,1 milhões em dezembro de 2016, com ampliação de 1,1% ou R\$43,9 milhões em doze meses e relativa estabilidade, com redução de R\$7,2 milhões no último trimestre. O crédito imobiliário representava 12,8% dos ativos de crédito do Banco em dezembro de 2016. No montante de crédito imobiliário está incluído o valor de R\$44,8 milhões referente à operação de cessão de crédito imobiliário com coobrigação.

O saldo do crédito rural totalizou R\$2.564,5 milhões em dezembro de 2016 e apresentou retração de 5,9% ou R\$160,3 milhões na comparação com dezembro de 2015 e crescimento de 4,8% ou R\$117,7 milhões em relação ao último trimestre. O crédito rural representava 8,5% da carteira de crédito do Banco em dezembro de 2016.

Os financiamentos de longo prazo atingiram R\$1.652,3 milhões em dezembro de 2016, com decréscimos de 29,3% ou R\$686,1 milhões em doze meses e de 6,5% ou R\$114,5 milhões na comparação com o último trimestre.

A carteira de câmbio alcançou R\$780,8 milhões em dezembro de 2016, com retrações de 14,2% ou R\$129,5 milhões em relação a dezembro de 2015 e de 1,5% ou R\$11,8 milhões na comparação com setembro de 2016.

Crédito Comercial

O crédito comercial pessoa física atingiu saldo de R\$12.688,1 milhões em dezembro de 2016, com aumento de 6,8% ou R\$809,3 milhões na comparação com dezembro de 2015 e acréscimo de 6,3% ou R\$751,6 milhões em relação a setembro de 2016.

O crédito consignado totalizou R\$8.568,3 milhões em dezembro de 2016, perfazendo 67,5% da carteira comercial pessoa física e 42,2% do crédito comercial, e apresentou ampliação de 3,1% ou R\$258,5 milhões em doze meses e de 4,6% ou R\$373,7 milhões no último trimestre.

Somado às transferências de ativos, contabilizadas conforme Carta Circular nº 3.543 de 26/03/12 do Banco Central do Brasil em créditos vinculados a operações adquiridas em cessão, o crédito comercial pessoa física totalizou R\$13.726,3 milhões e o crédito consignado atingiu R\$9.606,6 milhões em dezembro de 2016. Do montante de crédito consignado, 54,4%, R\$5.220,4 milhões, corresponde ao saldo gerado na rede Banrisul, 33,9%, R\$3.258,1 milhões, refere-se ao crédito originado pelos correspondentes e 11,7%, R\$1.128,1 milhões, são oriundos de crédito adquirido com coobrigação.

A carteira comercial pessoa física, incluídas as transferências de ativos, apresentou incremento de 9,0% ou R\$1.134,6 milhões nos doze meses, influenciado, especialmente, pelos crescimentos do saldo do cartão de crédito e débito, em R\$1.419,3 milhões, face à reclassificação das compras a faturar com cartão de crédito (R\$737,1 milhões em dezembro de 2016), bem como dos valores a receber de cartão de débito (R\$576,8 milhões em dezembro de 2016), do crédito consignado próprio, em R\$414,0 milhões, e de créditos adquiridos com coobrigação, em R\$291,1 milhões, face a compra de carteira de crédito consignado, e minimizado pela redução do saldo do crédito pessoal em R\$863,1 milhões, face à liquidação da operação de adiantamento do 13º salário de 2015 dos servidores estaduais.

No último trimestre, a ampliação da carteira comercial pessoa física somada às transferências de ativos, em 5,3% ou R\$696,4 milhões, decorreu do aumento do produto cartão de crédito e débito, em R\$637,4 milhões, face à nova classificação do cartão de débito, e pelo crescimento do crédito consignado próprio em R\$400,8 milhões, movimento minimizado em parte pela redução dos saldos do cheque especial e do crédito pessoal, que em conjunto retraíram R\$241,6 milhões, e pela retração dos créditos adquiridos com coobrigação em R\$57,1 milhões.

Considerados os ajustes de reclassificação do produto cartão de crédito e débito para os períodos anteriores, a evolução efetiva do crédito comercial PF foi negativa em 2,0% ou R\$255,2 milhões nos doze meses e positiva em 1,9% ou R\$231,7 milhões no último trimestre.

O crédito comercial pessoa jurídica alcançou R\$7.606,9 milhões em dezembro de 2016, com decréscimos de 19,6% ou R\$1.860,3 milhões em relação a dezembro de 2015 e de 6,0% ou R\$484,7 milhões frente ao trimestre anterior. A carteira comercial do segmento empresarial está composta, principalmente, por linhas de capital de giro, 70,1% do crédito comercial à pessoa jurídica e 26,3% do total do crédito comercial.

A trajetória da carteira comercial pessoa jurídica foi influenciada, especialmente, pela retração de saldo das linhas de capital de giro, em R\$1.640,3 milhões nos doze meses e em R\$458,2 milhões no último trimestre.

TABELA 17: COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO COMERCIAL PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA - R\$ MILHÕES

	Dez 2016	Set 2016	Jun 2016	Mar 2016	Dez 2015	Dez 2016/ Set 2016	Dez 2016/ Dez 2015
Pessoa Física	12.688,1	11.936,5	11.216,6	12.208,6	11.878,9	6,3%	6,8%
Crédito Pessoal - Consignado	8.537,8	8.158,7	8.166,2	8.206,7	8.255,1	4,6%	3,4%
Aquisição Bens - Consignado	30,6	36,0	42,0	48,0	54,8	-15,0%	-44,2%
Aquisição Bens - Outros Bens	3,9	4,1	4,2	4,6	4,9	-4,7%	-19,5%
Aquisição Bens - Veículos	34,9	40,1	45,6	51,8	57,5	-13,0%	-39,4%
Cheque Especial	542,1	667,2	624,7	680,4	538,5	-18,8%	0,7%
Crédito 1 Minuto	369,5	400,8	418,5	422,8	412,5	-7,8%	-10,4%
Crédito Pessoal Automático	153,6	179,1	196,6	209,7	220,2	-14,2%	-30,3%
Crédito Pessoal - Não Consignado	580,6	697,1	699,4	1.623,3	1.443,7	-16,7%	-59,8%
Cartão de Crédito e Débito ⁽¹⁾	1.536,1	898,7	206,2	177,6	116,7	70,9%	1.215,9%
Outros - PF	899,1	854,8	813,1	783,7	775,0	5,2%	16,0%
Pessoa Jurídica	7.606,9	8.091,6	8.338,3	8.826,2	9.467,2	-6,0%	-19,6%
Aquisição Bens - Outros Bens	11,5	14,1	16,7	20,4	22,2	-18,4%	-48,1%
Aquisição Bens - Veículos	30,9	32,7	35,2	39,6	43,6	-5,4%	-29,0%
Capital de Giro - CEB	4.723,1	5.065,0	5.201,8	5.288,9	5.669,2	-6,8%	-16,7%
Capital de Giro - CGB	607,0	723,3	900,1	1.107,6	1.301,1	-16,1%	-53,4%
CDCI	8,7	9,6	10,4	11,3	12,8	-9,4%	-32,1%
Comprar	46,2	50,6	53,9	78,7	84,4	-8,9%	-45,3%
Conta Devedora Caução - CCC	174,4	182,3	187,2	230,6	245,5	-4,3%	-29,0%
Conta Garantida	639,7	788,7	828,6	866,1	823,6	-18,9%	-22,3%
Desconto de Recebíveis	199,7	213,6	225,8	273,2	285,9	-6,5%	-30,1%
Vendor	51,5	50,3	47,5	46,8	68,1	2,4%	-24,5%
Crédito no Exterior	154,1	176,6	170,3	223,9	270,1	-12,7%	-42,9%
Outros - PJ	960,1	784,9	661,0	639,0	640,5	22,3%	49,9%
Total	20.295,0	20.028,1	19.554,8	21.034,7	21.346,1	1,3%	-4,9%

(1) Do saldo de R\$1.536,1 milhões, R\$222,1 milhões referem-se ao Cartão de Crédito - rotativo.

Composição da Concessão por Linhas de Financiamento

Em 2016, a concessão de crédito totalizou R\$41.570,1 milhões, com retração de 11,5% ou R\$5.405,9 milhões frente ao volume concedido em 2015. No 4T16, a concessão de crédito alcançou R\$11.376,9 milhões, com redução de 6,0% ou R\$722,7 milhões na comparação com o 4T15 e aumento de 13,5% ou R\$1.349,8 milhões em relação ao 3T16.

TABELA 18: COMPOSIÇÃO DOS VOLUMES CONCEDIDOS DE CRÉDITO POR LINHAS DE FINANCIAMENTO - R\$ MILHÕES

Operações de Crédito	2016	2015	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	4T16/ 3T16	2016/ 2015
Câmbio	1.091,0	1.403,6	194,5	272,5	369,2	254,8	287,2	-28,6%	-22,3%
Comercial ⁽¹⁾	37.695,3	41.212,2	10.353,2	9.058,6	9.833,6	8.449,9	10.851,1	14,3%	-8,5%
Cheque Especial	9.829,1	9.528,4	2.529,9	2.491,9	2.469,5	2.337,7	2.426,4	1,5%	3,2%
Crédito Pessoal	7.725,9	8.005,6	2.500,5	1.746,3	2.101,6	1.377,5	2.354,1	43,2%	-3,5%
Conta Garantida	9.957,4	10.392,6	2.437,0	2.486,4	2.534,3	2.499,7	2.618,3	-2,0%	-4,2%
Capital de Giro	4.926,4	7.729,5	1.521,5	1.025,1	1.429,2	950,5	2.080,2	48,4%	-36,3%
Desconto de Recebíveis	1.651,7	2.211,5	372,6	399,3	421,4	458,5	514,9	-6,7%	-25,3%
Outros	3.604,9	3.344,7	991,7	909,5	877,6	826,1	857,2	9,0%	7,8%
Financiamento de Longo Prazo	672,1	1.340,6	146,8	124,4	189,1	211,9	345,7	18,0%	-49,9%
Financiamento Imobiliário	494,5	977,0	176,7	143,4	107,6	66,8	158,3	23,2%	-49,4%
Leasing	15,6	7,7	2,3	9,1	2,6	1,6	1,7	-74,6%	102,4%
Financiamento Rural	1.601,6	2.034,9	503,4	419,1	428,1	250,9	455,7	20,1%	-21,3%
Total	41.570,1	46.976,0	11.376,9	10.027,1	10.930,1	9.235,9	12.099,6	13,5%	-11,5%

(1) O volume concedido não inclui valores a receber de cartões de crédito e débito.

Na comparação anual, a retração do volume concedido proveio, principalmente, da diminuição da carteira comercial, em 8,5% ou R\$3.516,9 milhões, em especial nas linhas de capital de giro, desconto de recebíveis e conta garantida, e das reduções dos financiamentos de longo prazo, em 49,9% ou R\$668,4 milhões, dos financiamentos imobiliários, em 49,4% ou R\$482,5 milhões, e do financiamento rural em 21,3% ou R\$433,3 milhões.

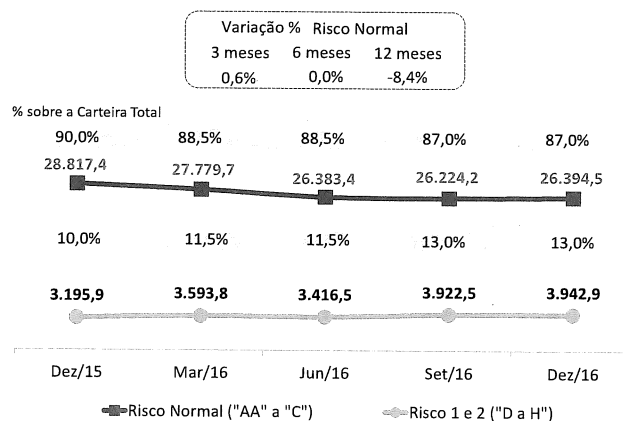
No comparativo entre 4T16 vs 4T15, a trajetória da concessão de crédito proveio, especialmente, do decréscimo do volume concedido na carteira comercial em 4,6% ou R\$497,8 milhões, especialmente nas linhas de capital de giro, e ao financiamento de longo prazo em 57,5% ou R\$198,9 milhões.

Em relação ao último trimestre, a ampliação da concessão de crédito reflete, principalmente, a expansão da carteira comercial, motivada pelos acréscimos nas linhas de crédito pessoal e capital de giro.

Composição do Crédito por Rating

As operações de crédito de risco normal classificadas de AA a C, segundo normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, representavam 87,0% da carteira de crédito em dezembro de 2016. O indicador apresentou redução de 3,0 pp. frente à posição registrada em dezembro de 2015 e estabilidade na comparação com setembro de 2016.

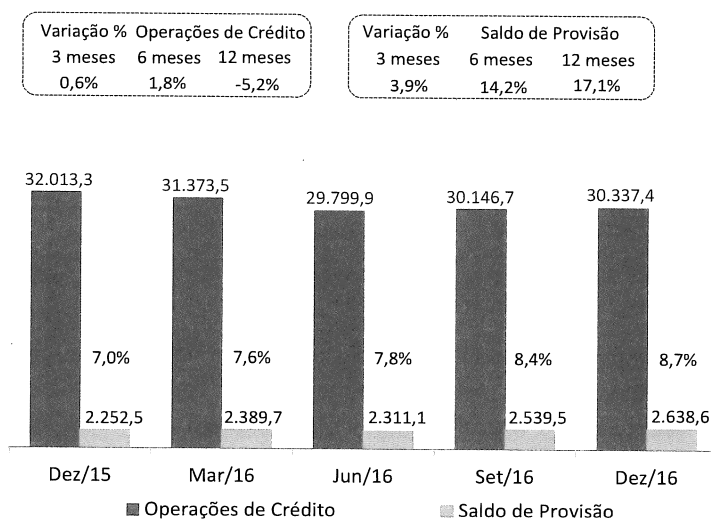
Gráfico 12: Carteira de Crédito por Níveis de Risco (%)



Provisão para Operações de Crédito

As provisões para perdas com operações de crédito alcançaram R\$2.638,6 milhões em dezembro de 2016, representando 8,7% da carteira de crédito. O indicador aumentou 1,7 pp. frente ao índice de dezembro de 2015 e 0,3 pp. em relação a setembro de 2016. A variação no saldo de provisões para operações de crédito nos doze meses reflete a ampliação do volume de crédito em atraso e dos créditos baixados a prejuízo, num contexto de redução da carteira de crédito. Em relação a setembro de 2016, o crescimento foi impactado pela rolagem da carteira por *rating*, num contexto de redução do saldo de operações de crédito em atraso.

Gráfico 13: Composição da Provisão para Operações de Crédito - R\$ Milhões



A provisão para perdas com créditos, em dezembro de 2016, apresentava a seguinte composição, segundo critérios da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, e complementos:

(i) R\$1.255,2 milhões para operações com parcelas vencidas há mais de 60 dias;

(ii) R\$1.276,1 milhões para contratos vincendos ou que apresentavam parcelas vencidas há menos de 60 dias;

(iii) R\$107,4 milhões referentes à provisão excedente ao mínimo exigido pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional, constituída em função da análise periódica da qualidade do cliente efetuada pela administração, com vistas à cobertura de possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes.

TABELA 19: SALDO DAS PROVISÕES PARA PERDAS - R\$ MILHÕES

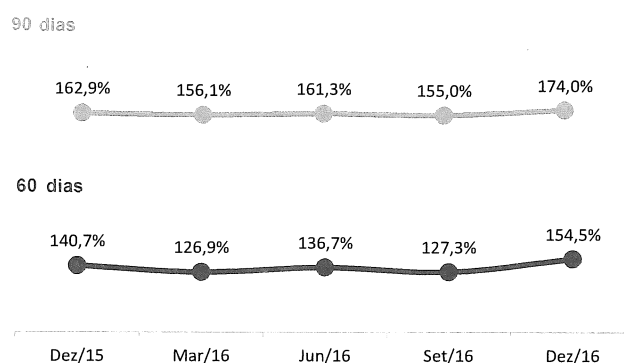
Níveis de Risco	Provisão Requerida %	Carteira Total	Participação Relativa Acumulada %	Créditos Vencidos	Créditos a Vencer	Provisão Mínima		Provisão Adicional	Provisão Total	Provisão sobre a Carteira %
						Vencidos	A Vencer			
AA	0,00%	6.675,1	22,00%	-	6.675,1	-	-	-	-	0,00%
A	0,50%	13.290,9	65,81%	-	13.290,9	-	66,5	13,3	79,7	0,60%
B	1,00%	4.399,7	80,32%	-	4.399,7	-	44,0	8,8	52,8	1,20%
C	3,00%	2.028,8	87,00%	31,2	1.997,5	0,9	59,9	30,4	91,3	4,50%
D	10,00%	1.156,5	90,82%	150,3	1.006,1	15,0	100,6	23,1	138,8	12,00%
E	30,00%	341,3	91,94%	194,5	146,8	58,3	44,0	6,8	109,2	32,00%
F	50,00%	387,8	93,22%	224,0	163,9	112,0	81,9	7,8	201,7	52,00%
G	70,00%	364,4	94,42%	131,1	233,2	91,8	163,3	17,2	272,2	74,71%
H	100,00%	1.692,9	100,00%	977,1	715,8	977,1	715,8	-	1.692,9	100,00%
Total		30.337,4		1.708,2	28.629,2	1.255,2	1.276,1	107,4	2.638,6	8,70%

ÍNDICE DE COBERTURA

O índice de cobertura representa a relação entre provisão para perdas com créditos e o saldo das operações vencidas que não geram receitas, evidenciando a capacidade das provisões em cobrir a inadimplência.

Em dezembro de 2016, o índice de cobertura das operações em atraso acima de 60 dias atingiu 154,5%, indicador 13,8 pp. superior ao registrado em dezembro de 2015 e 27,2 pp. acima do índice de setembro de 2016. Considerando o índice de 90 dias, a cobertura das provisões em relação às operações atrasadas alcançou 174,0%, maior que os indicadores de dezembro de 2015 e de setembro de 2016. Em relação a dezembro de 2015 os índices demonstram a expansão do saldo de provisões, refletindo a rolagem da carteira por *rating* e o aumento no montante de operações de crédito em atraso. O aumento do indicador em relação ao trimestre anterior reflete o crescimento do saldo de provisões, requisitado em função da rolagem da carteira por *rating*, num contexto de redução no montante de operações de crédito em atraso.

Gráfico 14: Índice de Cobertura



ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

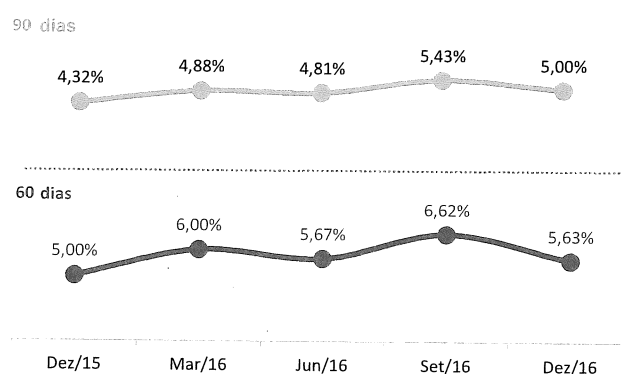
O índice de inadimplência representa o volume de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias e há mais de 90 dias em relação ao volume total de operações de crédito ativas.

A inadimplência acima de 60 dias do Banrisul atingiu 5,63% das operações de crédito em dezembro de 2016, com expansão de 0,63 pp. em doze meses e redução de 0,99 pp. em relação ao último trimestre. O montante de operações de crédito em atraso superior a 60 dias totalizou R\$1.708,2 milhões em dezembro de 2016, com incremento de 6,7% em relação a dezembro de 2015 e retração de 14,4% na comparação com setembro de 2016.

A inadimplência acima de 90 dias alcançou 5,00% em dezembro de 2016, com incremento de 0,68 pp. em doze meses e redução de 0,43 pp. no último trimestre. O saldo de operações de crédito vencidas há mais de 90 dias somou R\$1.516,7 milhões, com crescimento de 9,7% na comparação com dezembro de 2015 e queda de 7,4% em relação ao trimestre anterior.

O montante referente às parcelas vencidas das operações adquiridas do Banco Cruzeiro do Sul, ora em falência, representava, em dezembro de 2016, 3,7% do saldo de operações vencidas há mais de 60 dias e 4,1% do valor vencido há mais de 90 dias do Banrisul. Os índices de inadimplência de 60 dias e de 90 dias do Banrisul alcançariam, respectivamente, 5,42% e 4,79%, caso não fossem considerados os atrasos específicos dessa operação.

Gráfico 15: Índice de Inadimplência



CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos captados, constituídos por depósitos, recursos em letras e dívidas subordinadas, alcançaram R\$46.351,0 milhões em dezembro de 2016, com incremento de 7,7% ou R\$3.312,2 milhões nos doze meses e de 4,1% ou R\$1.829,0 milhões em três meses. A trajetória do saldo de recursos captados, nos doze meses, foi influenciada pela expansão dos depósitos e pelo decréscimo da captação em letras.

TABELA 20: COMPOSIÇÃO DE RECURSOS CAPTADOS POR PRODUTO - R\$ MILHÕES

	Dez 2016	Set 2016	Jun 2016	Mar 2016	Dez 2015	Dez 2016/ Set 2016	Dez 2016/ Dez 2015
Depósitos Totais	42.539,7	40.817,5	39.770,5	37.580,0	38.698,3	4,2%	9,9%
Depósitos a Prazo	31.597,9	30.333,9	28.991,7	27.151,6	27.207,9	4,2%	16,1%
Depósitos à Vista	3.003,6	2.482,4	2.649,4	2.605,3	3.173,9	21,0%	-5,4%
Depósitos de Poupança	7.608,2	7.521,8	7.525,3	7.466,6	7.573,7	1,1%	0,5%
Depósitos Interfinanceiros	329,9	479,4	604,1	356,5	742,8	-31,2%	-55,6%
Recursos em Letras ⁽¹⁾	1.978,9	1.862,2	2.733,6	2.671,0	2.348,8	6,3%	-15,7%
Dívida Subordinada	1.832,4	1.842,3	1.754,7	1.941,0	1.991,6	-0,5%	-8,0%
Total	46.351,0	44.522,0	44.258,7	42.192,0	43.038,7	4,1%	7,7%
Recursos Administrados	10.013,6	10.100,3	9.861,8	9.480,4	8.951,5	-0,9%	11,9%
Total Recursos Captados e Administrados	56.364,6	54.622,3	54.120,5	51.672,4	51.990,2	3,2%	8,4%

(1) Letras Financeiras e Imobiliárias.

Depósitos Totais

Os depósitos totais somaram R\$42.539,7 milhões em dezembro de 2016, posição 9,9% ou R\$3.841,3 milhões acima do saldo de dezembro de 2015 e 4,2% ou R\$1.722,1 milhões superior ao saldo de setembro de 2016. Nos comparativos dos dois períodos, a expansão dos depósitos foi influenciada, especialmente, pelo crescimento dos depósitos a prazo.

Depósitos à Vista

Os depósitos à vista alcançaram R\$3.003,6 milhões em dezembro de 2016, com retração de 5,4% ou R\$170,3 milhões nos doze meses e ampliação de 21,0% ou R\$521,2 milhões nos últimos três meses. A trajetória ascendente dos depósitos à vista no último trimestre foi influenciada pela sazonal ampliação da renda ao final do ano, refletindo no aumento dos recursos em conta corrente.

Depósitos de Poupança

Os depósitos de poupança somaram R\$7.608,2 milhões em dezembro de 2016, com relativa estabilidade, ou expansão de R\$34,6 milhões em relação ao saldo de dezembro de 2015 e crescimento de 1,1% ou R\$86,4 milhões na comparação com setembro de 2016.

Depósitos a Prazo

Os depósitos a prazo são o principal instrumento de captação do Banco. Em dezembro de 2016, o montante captado em depósitos a prazo alcançou R\$31.597,9 milhões, com crescimento de 16,1% ou R\$4.390,0 milhões em relação a dezembro de 2015 e de 4,2% ou R\$1.264,0 milhões na comparação com setembro de 2016.

Dívida Subordinada

As dívidas subordinadas totalizaram R\$1.832,4 milhões em dezembro de 2016, com decréscimo de 8,0% ou R\$159,3 milhões nos doze meses e relativa estabilidade, com redução de R\$9,9 milhões nos três meses, refletindo a variação cambial ocorrida nos períodos.

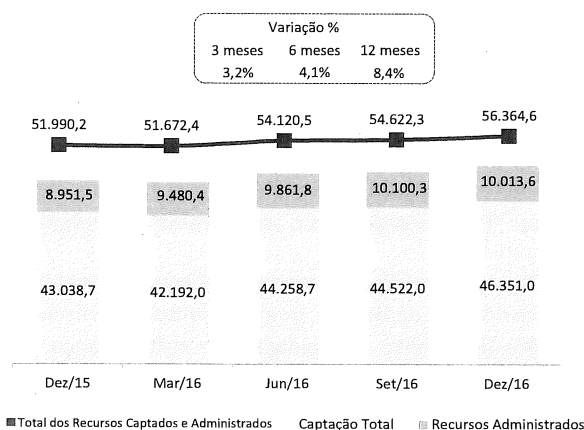
Recursos em Letras

O saldo de letras financeiras e imobiliárias alcançou R\$1.978,9 milhões em dezembro de 2016, com redução de 15,7% ou R\$369,8 milhões nos doze meses e expansão de 6,3% ou R\$116,7 milhões nos últimos três meses. A trajetória das letras financeiras e imobiliárias nos doze meses reflete o vencimento da segunda série de emissões feitas em agosto de 2013, no valor de R\$934,4 milhões.

RECURSOS ADMINISTRADOS

Os recursos de terceiros administrados alcançaram R\$10.013,6 milhões em dezembro de 2016, com aumento de 11,9% ou R\$1.062,2 milhões na comparação com dezembro de 2015 e relativa estabilidade, com redução de R\$86,7 milhões em relação a setembro de 2016. Face à volatilidade dos mercados, o Banrisul adotou estratégia conservadora na gestão dos recursos de terceiros sob sua administração ao longo do ano, primando pela liquidez das carteiras.

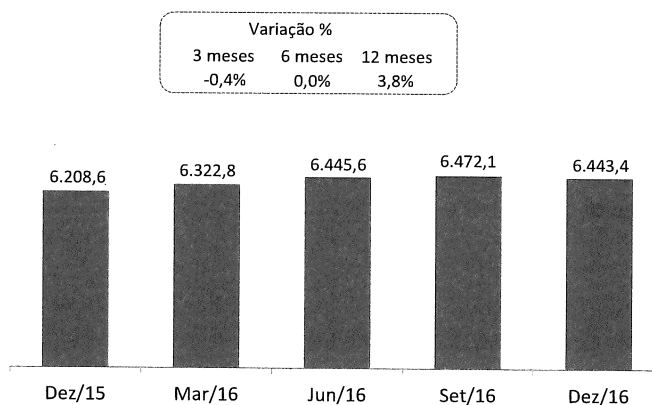
Gráfico 16: Recursos Captados e Administrados - R\$ Milhões



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido do Banrisul totalizou R\$6.443,4 milhões ao final de dezembro de 2016, com expansão de 3,8% ou R\$234,9 milhões em relação a dezembro de 2015 e relativa estabilidade, com retração de R\$28,7 milhões na comparação com setembro de 2016. As variações do patrimônio líquido estão relacionadas à incorporação de resultados gerados, deduzidos os pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio, além do remensuramento do passivo atuarial, referente aos benefícios pós emprego (CPC 33 - R1), que gerou ajuste negativo de R\$277,6 milhões em 2016, cujo impacto, líquido do efeito tributário, foi de R\$164,0 milhões.

Gráfico 17: Patrimônio Líquido - R\$ Milhões



ÍNDICE DE BASILEIA

Conforme previsto nas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN, a partir de 1º de janeiro de 2015, a apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco passou a ter como base o Conglomerado Prudencial. Dando prosseguimento à implantação das diretrizes de Basileia III, o Bacen divulgou a Circular nº 3.748/15, com definição da metodologia de cálculo da Razão de Alavancagem, vigente a partir de outubro de 2015. Em janeiro de 2016, o Bacen passou a exigir a apuração dos Adicionais de Capital Principal, calculados conforme disposto na Resolução nº 4.193/13 do CMN.

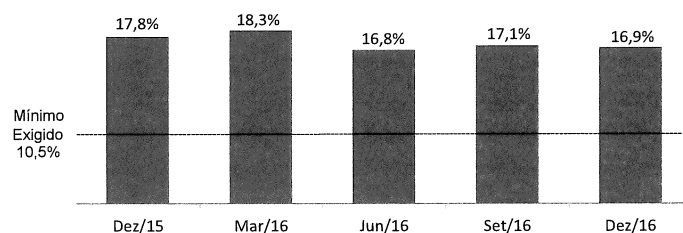
O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial encerrou o ano de 2016 em R\$6.521,5 milhões, resultado do somatório do Nível I, R\$5.455,6 milhões, e do Nível II, R\$1.065,9 milhões. Em relação a dezembro de 2015, o Patrimônio de Referência apresentou redução de 11,7% ou R\$867,6 milhões, impactada pelo incremento dos ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal (Ativo Intangível) decorrente da compra da folha de pagamento do Estado do RS, da alteração dos percentuais de dedução dos ajustes prudenciais e instrumentos de dívida, de acordo com o cronograma de Basileia III, e do ajuste nos passivos atuariais. Na comparação com setembro de 2016, o Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial apresentou retração de 2,0% ou R\$133,8 milhões, reflexo, principalmente, do ajuste nos passivos atuariais.

A exposição total dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA_{TOTAL} atingiu R\$38.479,4 milhões, com destaque para a parcela de risco de crédito - RWA_{CPAD} que foi de R\$30.172,6 milhões. As demais parcelas encerraram em R\$1.051,6 milhões para o risco de mercado - RWA_{MPAD} e em R\$7.255,3 milhões para o risco operacional - RWA_{OPAD} . Na comparação anual, o RWA_{TOTAL} apresentou retração de 7,4% ou R\$3.057,1 milhões, influenciada principalmente pela redução de 13,0% ou R\$4.516,9 milhões na parcela do RWA_{CPAD} , em decorrência da retração das operações de crédito e das renovações de operações de *swap* no ano. A parcela do RWA_{MPAD} apresentou expansão de 3,9% ou R\$39,6 milhões e a parcela do RWA_{OPAD} , ampliação de 24,3% ou R\$1.420,2 milhões, face ao incremento das receitas líquidas no período. Cabe ressaltar que as parcelas de mercado e operacional foram impactadas pela alteração no Fator "F" de acordo com o cronograma de implementação de Basileia III.

Já em relação a setembro de 2016, os Ativos Ponderados pelo Risco apresentaram queda de 1,2% ou R\$452,1 milhões, verificada essencialmente no risco de crédito, que apresentou decréscimo de 1,7% ou R\$507,8 milhões, reflexo da redução nas operações de crédito e liquidação de cartas fiança. O risco de mercado registrou incremento de 5,6% ou R\$55,7 milhões, refletindo a expansão de 5,8% ou R\$55,8 milhões da Parcela da Exposição Cambial, em decorrência da posição líquida comprada em dólar e da oscilação do dólar no período, e o risco operacional, cujo cálculo é semestral, permaneceu inalterado.

Considerando os valores realizados do Patrimônio de Referência e dos Ativos Ponderados pelo Risco, o Índice de Basileia atingiu 16,9% em dezembro de 2016, com decréscimo de 0,9 pp. em relação a dezembro de 2015 e de 0,2 pp. na comparação com setembro de 2016. Os índices de Capital Principal e de Capital de Nível I apresentaram decréscimo de 0,2 pp. no trimestre, encerrando dezembro de 2016 com índice de 14,2%, ambos superiores ao mínimo exigido. A Razão de Alavancagem calculada para o mês de dezembro de 2016 foi de 7,5%, cabendo destacar que ainda não existe definição de percentual mínimo a ser atendido no Brasil.

Gráfico 18: Índice de Basileia



EVOLUÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO

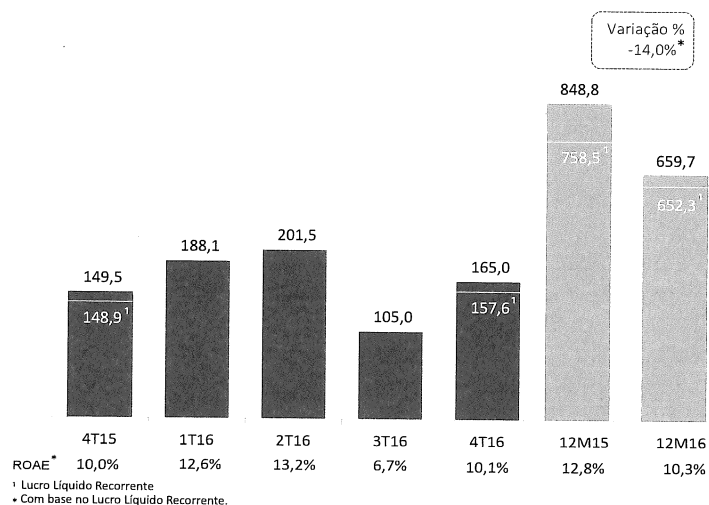
LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido consolidado totalizou R\$659,7 milhões no ano de 2016. O resultado recorrente apurado em 2016 somou R\$652,3 milhões, com decréscimo de 14,0% ou R\$106,2 milhões frente ao lucro recorrente alcançado em 2015, decorrente dos seguintes fatores: (i) crescimento da margem financeira em R\$755,2 milhões, face à ampliação de receitas e de despesas com juros; (ii) incremento das despesas administrativas, incluídas as de pessoal, em R\$429,5 milhões, refletindo, em especial, o acordo coletivo da categoria e o crescimento das despesas com serviços de terceiros; (iii) evolução negativa de outras receitas/despesas operacionais recorrentes, em R\$409,2 milhões, devido ao evento da recompra parcial da dívida subordinada ocorrido em 2015, que gerou, na época, receitas adicionais de R\$173,8 milhões, ao ajuste cambial e aos descontos concedidos em renegociações; (iv) expansão das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias em R\$255,7 milhões, motivada, especialmente, pelo crescimento das receitas de aquisição e com cartões de benefícios; (v) elevação das despesas de provisão para perdas em operações de crédito em R\$116,2 milhões, refletindo a rolagem da carteira por níveis de *rating* e o provisionamento de créditos renegociados, relativos a operações anteriormente baixadas a prejuízo; (vi) aumento do IR e CSLL em R\$140,9 milhões, impactado pela variação cambial e pela elevação da alíquota de CSLL (de 15% para 20%).

O resultado recorrente do 4T16 alcançou R\$157,6 milhões, 5,9% ou R\$8,8 milhões acima do resultado recorrente registrado no 4T15. O desempenho está associado a (i) expansão da margem financeira, em R\$148,0 milhões, impactada pela ampliação de receitas e despesas com juros; (ii) incremento de despesas administrativas, incluídas as de pessoal, em R\$124,5 milhões; (iii) crescimento das outras despesas operacionais em R\$72,4 milhões; (iv) elevação das receitas com tarifas e serviços, em R\$31,4 milhões; (v) redução das despesas com provisões para crédito, em R\$24,3 milhões, face à rolagem da carteira por *rating*.

Em relação ao trimestre anterior, o lucro líquido recorrente do 4T16 apresentou expansão de 50,1% ou R\$52,6 milhões, face à (i) retração das despesas com provisões para crédito, em R\$128,1 milhões, refletindo a rolagem das operações por *rating* e a redução no volume de recuperação de operações de crédito baixadas a prejuízo; (ii) ampliação das despesas administrativas, incluídas as de pessoal, em R\$75,2 milhões, face, especialmente, ao acordo coletivo da categoria; (iii) crescimento das outras despesas operacionais, em R\$57,5 milhões; (iv) aumento da margem financeira, em R\$50,7 milhões, impactado pela redução das despesas com juros, minimizada pela retração das receitas com juros.

Gráfico 19: Lucro Líquido - R\$ Milhões



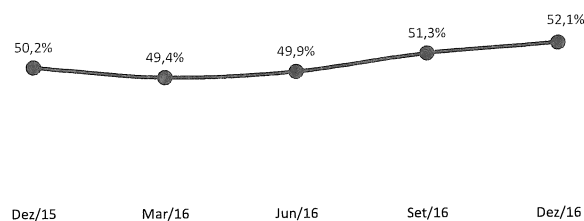
Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio atingiu 10,3%, 2,5 pp. abaixo do retorno registrado em 2015, refletindo um cenário que associa (i) menor fluxo de outras receitas/despesas operacionais; (ii) incremento de despesas administrativas; (iii) crescimento de despesas com PDD; e (iv) ampliação da margem financeira e das receitas de serviços e tarifas bancárias.

Índice de Eficiência Recorrente

O índice de eficiência mede, em percentual, o volume de receitas consumidas na cobertura das despesas administrativas. Esse indicador, quanto menor, melhor. O Índice de eficiência, calculado com base nos eventos recorrentes, alcançou 52,1% no ano de 2016 frente aos 50,2% no ano de 2015. A trajetória da eficiência reflete a base de comparação (o indicador dos doze meses de 2015 foi favorecido pela liquidação parcial da dívida subordinada e pela variação cambial); a compra da folha de pagamento dos servidores públicos estaduais, que gerou maior fluxo de despesas administrativas; a ampliação da margem financeira e a elevação das receitas com serviços e tarifas bancárias.

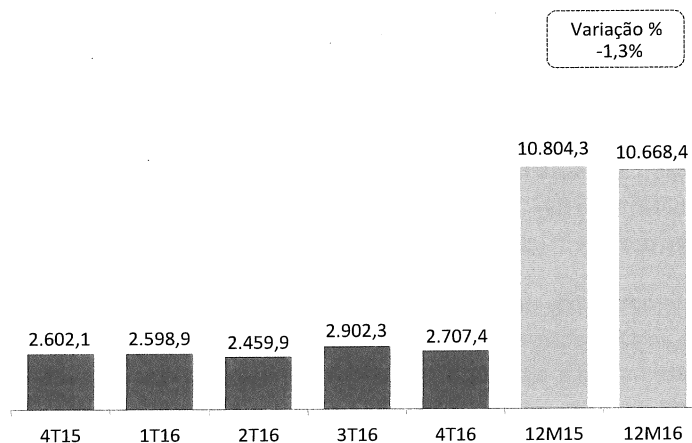
Gráfico 20: Índice de Eficiência Recorrente



RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

No ano de 2016, as receitas da intermediação financeira, R\$10.668,4 milhões, apresentaram retração de 1,3% ou R\$135,9 milhões em relação ao ano de 2015. No 4T16, o total das receitas da intermediação financeira alcançou R\$2.707,4 milhões, com ampliação de 4,0% ou R\$105,3 milhões frente ao fluxo do 4T15 e redução de 6,7% ou R\$194,9 milhões na comparação com o 3T16.

Gráfico 21: Receitas da Intermediação Financeira - R\$ Milhões



A trajetória decrescente das receitas da intermediação financeira no ano de 2016 em relação ao ano de 2015 proveio das reduções do resultado de operações de câmbio, em R\$374,8 milhões, e do resultado de TVM e derivativos, líquido do resultado de aplicações compulsórias, em R\$189,2 milhões, impactados pela variação cambial do período, movimento compensado, parcialmente, pela ampliação das receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros em R\$428,0 milhões.

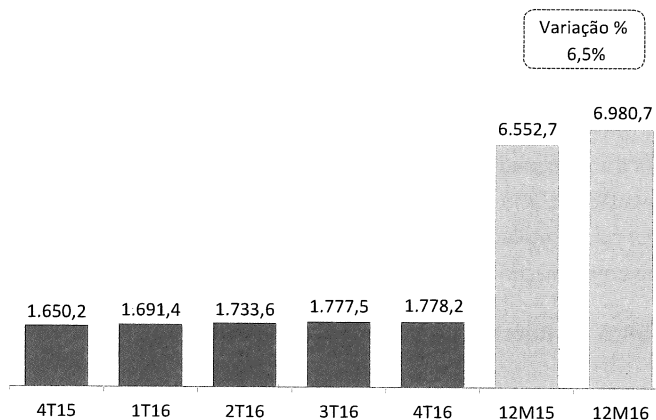
Na comparação entre 4T16 e 4T15, a ampliação das receitas da intermediação financeira decorreu do crescimento das receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros, em R\$128,1 milhões, e acréscimo do resultado de operações de câmbio, em R\$32,8 milhões, minimizado pela retração do resultado de TVM e derivativos, líquido do resultado de aplicações compulsórias, em R\$55,5 milhões.

A retração das receitas da intermediação financeira no último trimestre foi influenciada, especialmente, pelo decréscimo do resultado de tesouraria, incluídas as receitas de aplicações compulsórias, em R\$194,4 milhões.

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E VENDA OU TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

As receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros totalizaram R\$6.980,7 milhões no ano de 2016, 6,5% ou R\$428,0 milhões acima do montante contabilizado em 2015. No 4T16, as receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros alcançaram R\$1.778,2 milhões, expansão de 7,8% ou R\$128,1 milhões na comparação com o 4T15 e estabilidade, com incremento de R\$739,1 mil em relação ao 3T16.

Gráfico 22: Receitas de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Venda ou Transferência de Ativos Financeiros - R\$ Milhões



O aumento das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros nos doze meses proveio, principalmente, da expansão das receitas do crédito comercial, em R\$526,1 milhões, em especial do crédito destinado à pessoa física, e das recuperações de créditos baixados a prejuízo, em R\$158,7 milhões, e do crédito imobiliário em R\$42,0 milhões, movimento em parte minimizado pela redução das receitas de financiamentos de longo prazo, em R\$280,9 milhões, em especial nos financiamentos em moeda estrangeira.

A trajetória das receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros do 4T16 frente ao 4T15 apresentou expansão proveniente, principalmente, do acréscimo das receitas com recuperação de créditos baixados a prejuízo, em R\$69,1 milhões, e do crédito comercial, em R\$33,5 milhões, em especial na pessoa física.

A estabilidade das receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros em relação ao trimestre anterior foi influenciada (i) pela redução da Taxa Selic efetiva (3,24% no 4T16

frente 3,47% no 3T16), que refletiu, especialmente, na retração de preços das operações da PJ, por serem operações pós-fixadas; (ii) estabilidade nas taxas médias mensais do crédito comercial; bem como (iii) pela estabilidade no saldo da carteira de crédito. No período, as receitas do crédito comercial pessoa física apresentaram expansão de R\$19,6 milhões, movimento parcialmente minimizado pelo decréscimo da recuperação de créditos baixados para prejuízo, em R\$16,6 milhões.

Receitas do Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica

No ano de 2016, as receitas geradas pelo crédito comercial totalizaram R\$5.847,2 milhões, 9,9% ou R\$526,1 milhões acima do montante registrado em 2015. No 4T16, as receitas do crédito comercial alcançaram R\$1.451,0 milhões, com crescimento de 2,4% ou R\$33,5 milhões em relação ao fluxo do 4T15 e relativa estabilidade, com expansão de R\$8,0 milhões na comparação com o 3T16.

TABELA 21: RECEITAS DO CRÉDITO COMERCIAL - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA - R\$ MILHÕES

	2016	2015	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016/ 2015
Pessoa Física	3.762,4	3.292,9	946,6	927,0	966,1	922,8	868,3	14,3%
Crédito Pessoal - Consignado	1.901,0	1.785,5	488,6	475,8	474,7	461,9	466,3	6,5%
Aquisição Bens - Consignado	7,5	11,9	1,5	1,7	2,0	2,3	2,5	-37,2%
Aquisição Bens - Outros Bens	1,3	1,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	-7,6%
Aquisição Bens - Veículos	9,5	13,3	2,0	2,2	2,5	2,7	3,0	-28,7%
Cheque Especial	840,0	727,4	212,1	210,4	214,0	203,4	187,8	15,5%
Crédito 1 Minuto	249,9	198,7	65,9	62,9	62,9	58,1	54,7	25,8%
Crédito Pessoal Automático	117,2	124,2	27,1	29,3	30,4	30,3	30,8	-5,7%
Crédito Pessoal - Não Consignado	327,0	219,7	66,0	63,3	102,4	95,3	64,6	48,9%
Cartão de Crédito ⁽¹⁾	165,3	99,7	43,1	44,1	42,0	36,1	27,9	65,9%
Outros - PF	143,8	111,2	39,9	36,8	34,7	32,3	30,4	29,3%
Pessoa Jurídica	2.084,7	2.028,1	504,4	516,0	528,6	535,7	549,2	2,8%
Aquisição Bens - Outros Bens	3,4	5,2	0,7	0,8	1,0	1,0	1,1	-33,5%
Aquisição Bens - Veículos	7,8	9,5	1,8	1,8	2,0	2,2	2,3	-18,1%
Capital de Giro - CEB	1.068,8	1.007,8	268,3	262,8	268,4	269,4	277,6	6,1%
Capital de Giro - CGB	212,7	297,5	39,5	48,4	57,8	67,1	77,2	-28,5%
CDCI	3,8	5,3	0,8	0,9	1,0	1,1	1,2	-28,1%
Compror	13,9	23,1	2,9	3,0	3,9	4,1	5,3	-40,0%
Conta Devedora Caução - CCC	56,9	65,5	12,6	13,9	14,5	16,0	16,5	-13,1%
Conta Garantida	514,5	421,7	123,1	135,6	131,3	124,5	115,5	22,0%
Desconto de Recebíveis	96,1	109,1	21,8	22,8	24,4	27,3	29,1	-11,9%
Vendor	11,6	16,0	3,0	2,9	2,8	2,9	4,3	-27,6%
Crédito no Exterior	10,2	12,6	2,3	2,3	2,5	3,0	3,0	-19,5%
Outros - PJ	85,0	54,7	27,8	20,9	19,1	17,2	16,1	55,4%
Total	5.847,2	5.321,0	1.451,0	1.443,0	1.494,7	1.458,5	1.417,5	9,9%

(1) Refere-se à receita do Cartão de Crédito - rotativo.

A trajetória ascendente das receitas do crédito comercial pessoa física nos doze meses de 2016 em relação aos doze meses de 2015 proveio, especialmente, da ampliação das receitas de cheque especial, da expansão das receitas do crédito consignado e do acréscimo das receitas do crédito pessoal. No que se refere às receitas do crédito comercial ao segmento empresarial, o aumento proveio das rendas de operações da conta garantida, minimizado, em parte, pela redução das receitas de capital de giro e de desconto de recebíveis. O incremento das receitas de crédito comercial foi influenciado pelo aumento da Taxa Selic efetiva, que refletiu, especialmente, no aumento de preços das operações do segmento empresarial, por serem pós-fixadas, e pela reprecificação das novas operações.

O 4T16 comparado ao 4T15 apresentou ampliação da receita do crédito comercial pessoa física influenciada, principalmente, pelo incremento das rendas de cheque especial, das receitas do crédito consignado, das rendas do cartão de crédito e das receitas do crédito 1 minuto. A redução das receitas do crédito comercial ao segmento empresarial, proveio, em especial, da retração das receitas de operações de capital de giro, das rendas de desconto de recebíveis, compensado, em parte, pelo aumento das rendas da conta garantida.

No último trimestre, o acréscimo da receita do crédito comercial pessoa física foi afetado pela ampliação das receitas do crédito consignado. As receitas do crédito comercial ao segmento empresarial apresentaram retração, influenciada, principalmente, pela queda das receitas da conta garantida, face à redução do saldo no período.

TABELA 22: TAXAS MÉDIAS MENSAIS DO CRÉDITO COMERCIAL - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA

	2016	2015	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
Pessoa Física	2,89%	2,63%	2,99%	2,99%	2,84%	2,75%	2,71%
Crédito Pessoal - Consignado	2,05%	1,97%	2,08%	2,06%	2,04%	2,02%	2,00%
Aquisição Bens - Consignado	1,50%	1,46%	1,51%	1,50%	1,49%	1,48%	1,47%
Aquisição Bens - Outros Bens	2,66%	2,38%	2,71%	2,69%	2,65%	2,59%	2,52%
Aquisição Bens - Veículos	1,79%	1,68%	1,84%	1,81%	1,77%	1,74%	1,71%
Cheque Especial	11,64%	10,17%	11,97%	11,53%	11,54%	11,53%	10,80%
Crédito 1 Minuto	5,52%	4,16%	6,16%	5,52%	5,34%	5,05%	4,64%
Crédito Pessoal Automático	5,65%	4,61%	6,05%	5,78%	5,53%	5,23%	4,93%
Crédito Pessoal - Não Consignado	2,67%	2,69%	3,15%	3,19%	2,27%	2,07%	2,69%
Cartão de Crédito ⁽¹⁾	10,26%	10,10%	9,51%	9,69%	10,33%	11,50%	11,46%
Outros - PF	1,56%	1,25%	1,61%	1,59%	1,56%	1,49%	1,41%
Pessoa Jurídica	2,15%	1,84%	2,16%	2,21%	2,17%	2,06%	1,99%
Aquisição Bens - Outros Bens	1,83%	1,67%	1,91%	1,86%	1,82%	1,72%	1,71%
Aquisição Bens - Veículos	1,94%	1,73%	2,02%	1,97%	1,91%	1,85%	1,80%
Capital de Giro - CEB	1,78%	1,55%	1,84%	1,81%	1,79%	1,69%	1,68%
Capital de Giro - CGB	1,96%	1,73%	2,00%	1,99%	1,98%	1,88%	1,85%
CDCI	3,07%	3,11%	2,91%	3,03%	3,16%	3,17%	3,05%
Comprar	1,98%	1,45%	2,09%	2,07%	1,99%	1,79%	1,60%
Conta Devedora Caução - CCC	2,41%	2,04%	2,33%	2,55%	2,34%	2,41%	2,23%
Conta Garantida	5,39%	4,44%	5,47%	5,66%	5,33%	5,10%	4,73%
Desconto de Recebíveis	2,64%	2,15%	2,64%	2,65%	2,66%	2,62%	2,44%
Vendor	1,88%	1,46%	1,93%	1,95%	1,88%	1,75%	1,61%
Outros - PJ	1,12%	0,94%	1,14%	1,17%	1,10%	1,08%	1,07%
Total	2,58%	2,26%	2,65%	2,66%	2,56%	2,45%	2,39%

(1) Refere-se à taxa média mensal do Cartão de Crédito - rotativo.

As taxas médias mensais do crédito comercial apresentaram aumento de 0,32 pp. no comparativo 2016 vs 2015. Os produtos do crédito comercial à pessoa jurídica apresentaram incremento de 0,31 pp. nas taxas médias mensais nos doze meses, e as taxas médias mensais dos produtos do crédito comercial à pessoa física apresentaram crescimento de 0,26 pp. no mesmo período.

As taxas médias mensais do crédito comercial ao segmento empresarial são influenciadas, em especial, pela trajetória da taxa básica de juros e pelas condições de competitividade, enquanto as taxas médias mensais da pessoa física carregam o efeito do estoque de operações pré-fixadas. As mesmas condicionantes influenciaram as taxas médias mensais na comparação entre o 4T16 e 4T15, período no qual as taxas médias mensais do crédito comercial apresentaram ampliação de 0,26 pp.

No último trimestre, as taxas médias mensais do crédito comercial apresentaram relativa estabilidade, com redução de 0,01 pp., impactadas pela retração, em 0,05 pp., das taxas médias do crédito comercial à pessoa jurídica. As taxas médias do crédito comercial à pessoa física não apresentaram variação no período.

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

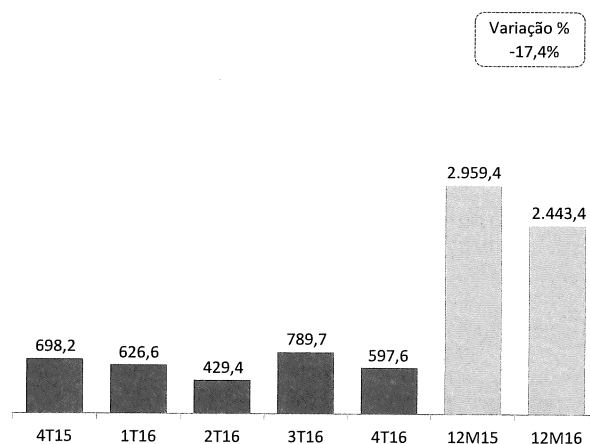
O resultado de operações com títulos e valores mobiliários (TVM) e instrumentos financeiros derivativos alcançou R\$2.443,4 milhões no acumulado dos doze meses de 2016, 17,4% ou R\$516,0 milhões abaixo do montante contabilizado em 2015. No 4T16, o resultado de tesouraria somou R\$597,6 milhões, com redução de 14,4% ou R\$100,6 milhões frente ao resultado apurado no 4T15 e de 24,3% ou R\$192,1 milhões em relação ao 3T16.

A trajetória do resultado de tesouraria nos doze meses de 2016 em relação aos doze meses de 2015 proveio da retração do resultado de instrumentos financeiros derivativos, face ao efeito da troca de contratos de *swap* ocorrida em janeiro de 2016, à variação cambial e à marcação a mercado dos contratos de *swap*, conforme metodologia de *hedge accounting* implementada para a minimização do impacto da variação cambial sobre a captação externa, minimizada em parte pela elevação do resultado de TVM, devido ao aumento da Taxa Selic efetiva acumulada, bem como pelo aumento do saldo de operações no período.

No 4T16, o resultado de tesouraria comparado ao valor registrado no 4T15 proveio da redução do resultado de instrumentos financeiros derivativos, em R\$174,2 milhões, não compensado pelo aumento das receitas de TVM em R\$73,6 milhões.

A diminuição do resultado de tesouraria na comparação com o trimestre anterior proveio, principalmente, do decréscimo no resultado de derivativos, em R\$164,3 milhões, face à variação cambial do período e à marcação a mercado, e da retração do resultado de TVM em R\$27,8 milhões, motivada pela redução da Taxa Selic efetiva no período.

Gráfico 23: Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos - R\$ Milhões

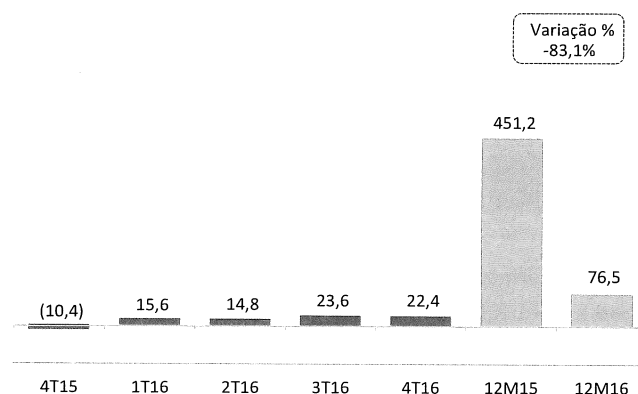


RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO

O resultado de operações de câmbio totalizou R\$76,5 milhões no ano de 2016, R\$374,8 milhões abaixo do montante contabilizado em 2015. No 4T16, o resultado de câmbio alcançou R\$22,4 milhões, com expansão de R\$32,8 milhões na comparação com o 4T15 e redução de R\$1,2 milhão em relação ao 3T16. As operações de câmbio no Banrisul são casadas com *funding* em moeda estrangeira, logo, a variação nas receitas é compensada, proporcionalmente, por variação nas despesas com obrigações de empréstimos e repasses em moeda estrangeira.

A trajetória do resultado de câmbio em doze meses reflete a desvalorização cambial de 47,01% em 2015 frente a valorização cambial de 16,54% ocorrida em 2016. No 4T16 vs 4T15, o aumento decorreu da valorização cambial de 1,71% no 4T15 frente a desvalorização de 0,40% no 4T16. No 3T16, o resultado de câmbio foi afetado pela desvalorização cambial de 1,13%.

Gráfico 24: Resultado de Operações de Câmbio - R\$ Milhões

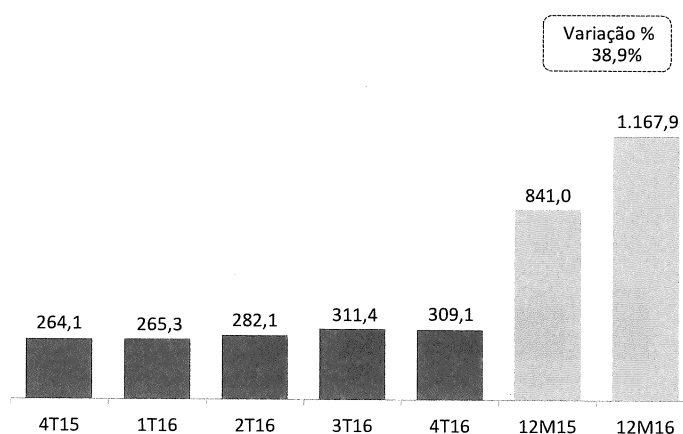


RESULTADO DAS APLICAÇÕES COMPULSÓRIAS

O resultado das aplicações compulsórias alcançou R\$1.167,9 milhões em 2016, 38,9% ou R\$326,8 milhões acima do valor registrado em 2015. No 4T16, o resultado de aplicações compulsórias atingiu R\$309,1 milhões, com crescimento de 17,0% ou R\$45,0 milhões na comparação com o 4T15 e relativa estabilidade, com redução de R\$2,3 milhões em relação ao 3T16.

A ampliação do resultado das aplicações compulsórias na comparação anual e na análise do 4T16 vs 4T15 proveio, especialmente, do crescimento das receitas vinculadas aos recursos a prazo e do incremento das rendas de créditos vinculados à exigibilidade adicional, motivado pelo aumento do saldo de depósitos. Já a trajetória do 4T16 vs 3T16 foi impactada, principalmente, pela retração das rendas de créditos vinculados à exigibilidade adicional, face à redução da Taxa Selic efetiva no período.

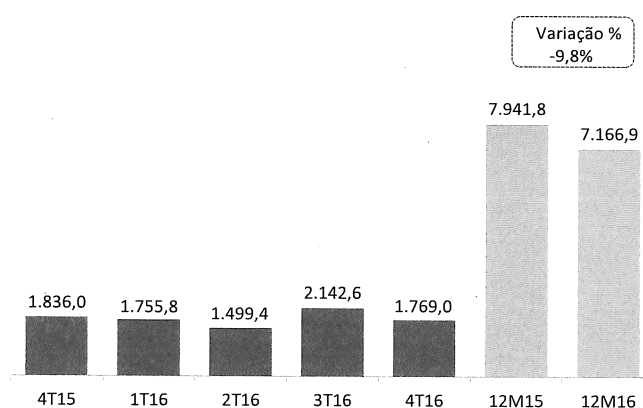
Gráfico 25: Resultado das Aplicações Compulsórias - R\$ Milhões



DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

As despesas da intermediação financeira somaram R\$7.166,9 milhões no ano de 2016, com decréscimo de 9,8% ou R\$774,9 milhões sobre o fluxo de 2015. No 4T16, as despesas da intermediação financeira alcançaram R\$1.769,0 milhões, com redução de 3,7% ou R\$67,1 milhões na comparação com o 4T15 e de 17,4% ou R\$373,6 milhões em relação ao 3T16.

Gráfico 26: Despesas da Intermediação Financeira - R\$ Milhões



A diminuição das despesas da intermediação, em doze meses, decorreu da retração das despesas com empréstimos, cessões e repasses, em R\$724,4 milhões, principalmente nos repasses em moeda estrangeira, afetada pela variação cambial; do decréscimo das despesas de captação no mercado, em R\$166,7 milhões, impactado pela liquidação parcial da dívida subordinada no segundo semestre de 2015, variação cambial e marcação a mercado da obrigação, minimizado pelo aumento do saldo de depósitos a prazo e elevação da Taxa Selic; e da elevação das despesas de provisão para operações de crédito em R\$116,2 milhões, face ao crescimento dos atrasos superiores a 60 dias e à rolagem das operações de crédito por *rating*.

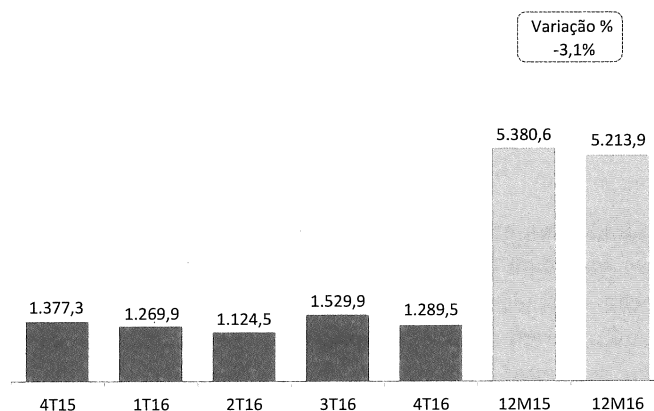
A redução das despesas da intermediação financeira no comparativo 4T16 vs 4T15 proveio do decréscimo das despesas de captação no mercado, em R\$87,8 milhões, da redução do fluxo de despesas com provisões para operações de crédito, em R\$24,3 milhões, parcialmente compensada pelo crescimento das despesas com empréstimos, cessões e repasses em R\$45,0 milhões.

No último trimestre, o decréscimo das despesas da intermediação financeira decorreu da redução das despesas de captação no mercado, em R\$240,3 milhões, das despesas de provisão para operações de crédito, em R\$128,1 milhões, e das despesas com empréstimos, cessões e repasses em R\$5,2 milhões.

DESPESAS DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

As despesas de captação no mercado atingiram R\$5.213,9 milhões nos doze meses de 2016, 3,1% ou R\$166,7 milhões abaixo do montante de 2015. No 4T16, as despesas de captação no mercado somaram R\$1.289,5 milhões, 6,4% ou R\$87,8 milhões inferior ao registrado no 4T15 e 15,7% ou R\$240,3 milhões menor que o alcançado no 3T16.

Gráfico 27: Despesas de Captação no Mercado - R\$ Milhões



A diminuição das despesas de captação no mercado na comparação dos doze meses proveio, especialmente, do efeito da liquidação parcial da dívida subordinada, da variação cambial e marcação a mercado da obrigação, em R\$958,4 milhões, movimento compensado em parte pelo crescimento das despesas com depósitos a prazo, em R\$717,5 milhões, e das operações compromissadas, em R\$127,4 milhões, face ao crescimento do saldo de depósitos a prazo e do aumento da Taxa Selic efetiva, que passou de 13,27% em 2015 para 14,02% em 2016.

Na comparação entre 4T16 vs 4T15, o decréscimo foi influenciado, principalmente, pela redução nas despesas da dívida subordinada, em R\$133,3 milhões e nas despesas de operações compromissadas, em R\$42,3 milhões, compensada em parte pelo maior volume das despesas com depósitos a prazo em R\$120,3 milhões, face à expansão do saldo.

No último trimestre, a trajetória decrescente das despesas de captação no mercado decorreu, especialmente, da variação cambial e marcação a mercado da dívida subordinada, que apresentou redução de R\$170,2 milhões, e da retração de R\$36,3 milhões nas despesas de depósitos a prazo, face à diminuição da Taxa Selic efetiva.

DESPESAS DE EMPRÉSTIMOS, CESSÕES E REPASSES

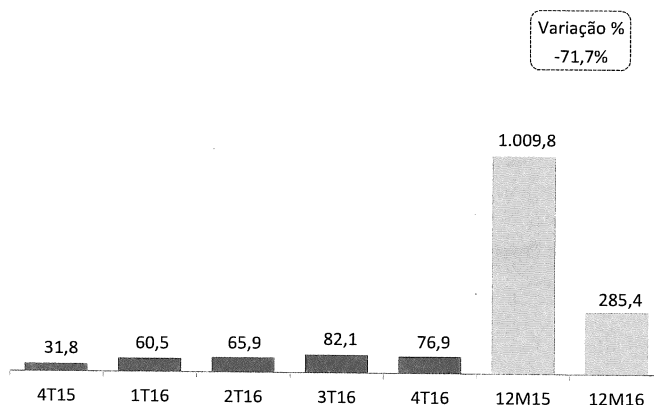
As despesas de empréstimos, cessões e repasses somaram R\$285,4 milhões no ano de 2016, 71,7% ou R\$724,4 milhões abaixo do montante registrado em 2015. No 4T16 as despesas de empréstimos, cessões e repasses totalizaram R\$76,9 milhões, R\$45,0 milhões superior ao 4T15 e 6,3% ou R\$5,2 milhões abaixo do valor registrado no 3T16.

O decréscimo das despesas de empréstimos, cessões e repasses no comparativo anual decorreu, especialmente, da retração das despesas de repasses em moeda estrangeira, impactada pela valorização cambial do período.

A trajetória das despesas de empréstimos, cessões e repasses no comparativo entre o 4T16 vs 4T15 foi influenciada, principalmente, pela expansão das despesas de repasses em moeda estrangeira, afetados pela variação cambial ocorrida no período (valorização cambial de 1,71% no 4T15 e desvalorização cambial de 0,40% no 4T16).

No último trimestre, o decréscimo das despesas de empréstimos, cessões e repasses foi influenciado, especialmente, pela redução no saldo de repasses no país e pela variação cambial do período.

Gráfico 28: Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses - R\$ Milhões



CUSTO DE CAPTAÇÃO

O custo de captação foi apurado com base nos saldos médios dos recursos captados, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os períodos analisados, vinculados aos correspondentes valores das despesas efetivas de captação, ajustados pelo resultado de instrumentos financeiros derivativos, gerando as taxas médias. Entre os passivos, foram agrupados como produtos de captação, os depósitos, a captação no mercado aberto, os recursos de aceites e emissão de títulos e as dívidas subordinadas líquidas do resultado gerado pela marcação a mercado do *swap*, associados, diretamente, às respectivas despesas para o cálculo do custo médio.

O preço médio da captação alcançou 2,74% no 4T16, acima da taxa de 2,68% do 4T15 e abaixo dos 2,96% do 3T16, em linha com as oscilações da Taxa Selic efetiva, que referencia a maioria da captação. Os itens de maior relevância na composição dos custos foram os depósitos a prazo, operações compromissadas e poupança. O indicador de custo médio em relação à Taxa Selic alcançou 84,46% no 4T16, redução de 0,85 pp. na comparação com o índice do 3T16 e ampliação de 4,79 pp. frente ao indicador obtido no 4T15.

O custo médio dos depósitos a prazo, cujo saldo representa 61,0% do conjunto de rubricas demonstradas na tabela a seguir, alcançou 2,87% no 4T16, com redução de 0,23 pp. em relação ao 3T16 e de 0,03 pp. na comparação com o 4T15. A proporcionalidade dos custos dos depósitos a prazo em relação à Taxa Selic atingiu 88,57% no 4T16, retração de 0,61 pp. frente ao registrado no 3T16 e crescimento de 2,31 pp. na comparação com o 4T15.

O custo médio da dívida subordinada, ajustado pelo resultado de instrumentos derivativos associados, alcançou 5,21% no 4T16, 0,37 pp. abaixo do registrado no 3T16 e 2,43 pp. superior ao custo obtido no 4T15, influenciado pela operação de recompra parcial de notas da dívida subordinada (setembro e outubro de 2015) e pela substituição dos contratos de *swap* (janeiro de 2016), que constituem *hedge* da operação de dívida subordinada, bem como pela variação cambial e marcação a mercado dos contratos.

TABELA 23: CUSTO DE CAPTAÇÃO - R\$ MILHÕES E %

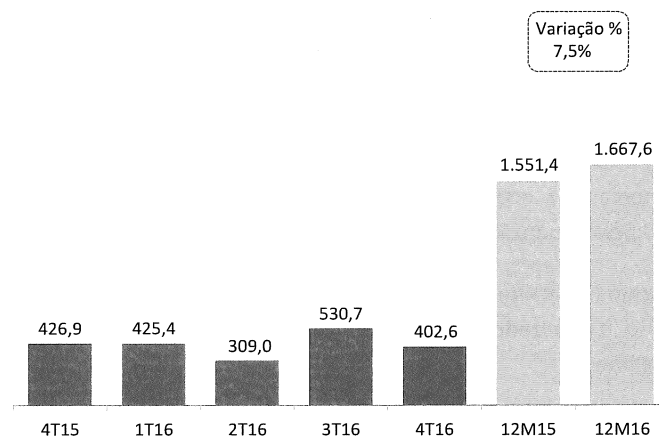
	4T16			3T16			4T15		
	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio
Depósitos à Vista	2.681,9	-	-	2.451,7	-	-	2.898,6	-	-
Depósitos de Poupança	7.560,5	(145,9)	1,93%	7.522,1	(152,0)	2,02%	7.527,9	(147,5)	1,96%
Depósitos a Prazo	31.036,8	(892,0)	2,87%	29.972,5	(928,2)	3,10%	26.593,5	(771,6)	2,90%
Depósitos Interfinanceiros	405,2	(10,1)	2,49%	515,6	(15,0)	2,92%	886,4	(22,4)	2,53%
Despesas de Contribuição FGC	-	(15,7)	-	-	(15,2)	-	-	(14,1)	-
Operações Compromissadas	5.446,5	(182,6)	3,35%	5.183,3	(190,5)	3,68%	6.714,8	(225,0)	3,35%
Obrigação Depósito Especial de Fundos e Programas	5,5	(0,0)	0,34%	5,3	(0,0)	0,47%	5,9	(0,0)	0,39%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.932,7	(53,2)	2,75%	2.190,1	(68,7)	3,14%	2.234,0	(73,3)	3,28%
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	1.836,3	(95,7)	5,21%	1.819,2	(101,5)	5,58%	1.973,7	(54,8)	2,78%
Saldo Médio Total / Despesa Total	50.905,4	(1.395,2)	2,74%	49.659,8	(1.471,2)	2,96%	48.834,7	(1.308,7)	2,68%
Selic			3,24%			3,47%			3,36%
Custo Médio / Selic			84,46%			85,31%			79,67%
Custo Depósito a Prazo / Selic			88,57%			89,18%			86,26%

(1) Ajustada pelos ganhos e perdas de instrumentos de *hedge* (swap).

DESPESAS DE PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As despesas de provisão para operações de crédito somaram R\$1.667,6 milhões no ano de 2016, 7,5% ou R\$116,2 milhões acima do alcançado em 2015. No 4T16, as despesas de provisão para operações de crédito atingiram R\$402,6 milhões, com redução de 5,7% ou R\$24,3 milhões em relação ao 4T15 e de 24,1% ou R\$128,1 milhões na comparação com o 3T16.

Gráfico 29: Despesas de Provisão para Operações de Crédito - R\$ Milhões



O crescimento das despesas de provisão para operações de crédito, na comparação anual, foi impactado por provisão relacionada à recuperação de créditos baixados a prejuízo de operações do segmento corporativo, por meio da renegociação dessas operações - que passam a compor novamente a carteira de crédito, exigindo provisão (R\$157,6 milhões), e pela rolagem da carteira por *rating*, num contexto de redução dos ativos de crédito e de ampliação dos atrasos acima de 60 dias.

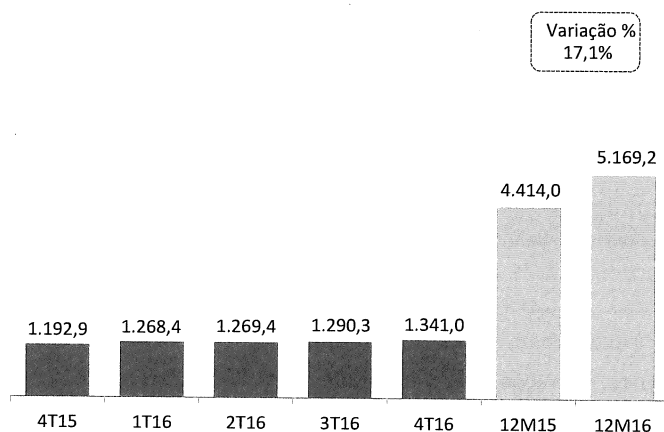
A redução das despesas de provisão para operações de crédito, comparando-se 4T16 vs 4T15, foi impactada, principalmente, pela rolagem da carteira por níveis de *rating*.

Em relação ao último trimestre, a evolução das despesas de provisão para operações de crédito foi influenciada, especialmente, pela rolagem da carteira por *rating*, num contexto de diminuição dos atrasos acima de 60 dias e de redução do volume de recuperação de operações de crédito baixadas a prejuízo.

MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira totalizou R\$5.169,2 milhões no ano de 2016, fluxo superior ao registrado no ano de 2015 em 17,1% ou R\$755,2 milhões. No 4T16, a margem financeira somou R\$1.341,0 milhões, 12,4% ou R\$148,0 milhões acima do valor registrado no 4T15 e aumento de 3,9% ou R\$50,7 milhões no último trimestre.

Gráfico 30: Margem Financeira - R\$ Milhões



Os principais fatores que influenciaram a margem financeira, na comparação entre 2016 vs 2015, numa visão gerencial, excluídas as linhas afetadas por variação cambial - financiamentos e repasses em moeda estrangeira, resultado de câmbio, dívida subordinada e instrumentos financeiros derivativos, foram: (i) crescimento do resultado de TVM somado ao de aplicações compulsórias, em R\$776,8 milhões; (ii) ampliação das receitas de crédito, arrendamento mercantil e com venda ou transferência de ativos financeiros em R\$702,5 milhões; movimento minimizado por (iii) ampliação das despesas de captação em R\$791,6 milhões.

Comparados 4T16 vs 4T15, a expansão da margem financeira gerencial reflete: (i) crescimento do resultado de TVM e de aplicações compulsórias, que somados cresceram R\$118,6 milhões; (ii) ampliação das receitas de crédito e arrendamento mercantil e com venda ou transferência de ativos financeiros em R\$118,3 milhões; movimento minimizado (iii) pela expansão das despesas com captação em R\$45,5 milhões.

Em relação ao 3T16, a margem financeira gerencial do 4T16 reflete: (i) retração das despesas com captação, em R\$70,2 milhões; movimento minimizado pela (ii) redução do resultado de TVM somado ao de aplicações compulsórias em R\$30,1 milhões.

RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS

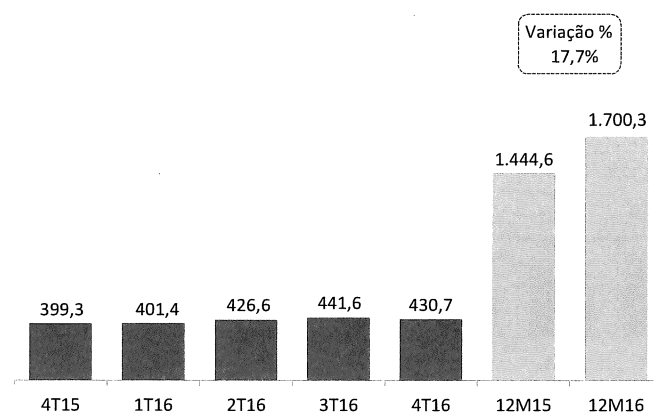
As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias somaram R\$1.700,3 milhões no ano de 2016, 17,7% ou R\$255,7 milhões acima do montante de 2015. No 4T16, as receitas de serviços e tarifas alcançaram R\$430,7 milhões, com incremento de 7,9% ou R\$31,4 milhões em relação ao 4T15 e retração de 2,5% ou R\$10,9 milhões no último trimestre.

A trajetória crescente das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias no acumulado de doze meses foi influenciada, especialmente, pelo crescimento das receitas do negócio adquirência e com cartões de benefícios, em R\$156,5 milhões, de tarifas bancárias de conta corrente, em R\$43,1 milhões, e de seguros, previdência e capitalização em R\$30,5 milhões.

Na comparação entre 4T16 vs 4T15, o crescimento foi influenciado, principalmente, pela ampliação das receitas de tarifas bancárias de conta corrente, em R\$12,6 milhões, pela expansão das receitas de seguros, previdência e capitalização em R\$6,9 milhões, e pelo aumento das rendas de tarifas com a rede de adquirência e com cartões de benefícios, em R\$6,4 milhões.

No último trimestre, o decréscimo foi motivado, especialmente, pela diminuição das rendas da rede multibandeiras em R\$12,8 milhões.

Gráfico 31: Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias - R\$ Milhões



DESPESAS ADMINISTRATIVAS RECORRENTES

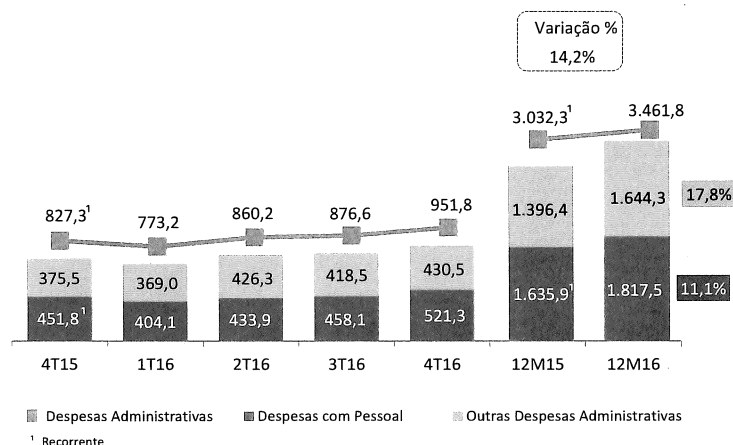
As despesas administrativas alcançaram R\$3.461,8 milhões no ano de 2016, valor 14,2% ou R\$429,5 milhões acima das despesas recorrentes de 2015. No 4T16, as despesas administrativas somaram R\$951,8 milhões, com incremento de 15,0% ou R\$124,5 milhões em relação às despesas recorrentes do 4T15 e de 8,6% ou R\$75,2 milhões na comparação com as despesas do 3T16.

As despesas de pessoal totalizaram R\$1.817,5 milhões em 2016. Comparadas às despesas recorrentes de 2015, apresentaram elevação de 11,1% ou R\$181,6 milhões, impactadas pelo acordo coletivo da categoria, de 8% acrescido do abono de R\$3,5 mil por empregado, efeito minimizado pela saída de empregados no Plano de Desligamento por Aposentadoria - PDA. Outras despesas administrativas alcançaram R\$1.644,3 milhões no ano de 2016, com expansão de 17,8% ou R\$247,9 milhões frente às despesas apuradas em 2015, influenciada pelo maior fluxo de despesas com serviços de terceiros, em R\$108,2 milhões, face ao crescimento das despesas com o negócio de aquisição; com amortização e depreciação, em R\$95,2 milhões, refletindo o reconhecimento de despesas com a compra dos serviços da folha de pagamento dos servidores públicos estaduais e ágio em investimento; com propaganda, promoções e publicidade em R\$35,4 milhões, devido, principalmente, à estratégia de presença na mídia.

No 4T16, as despesas de pessoal somaram R\$521,3 milhões, com crescimento de 15,4% ou R\$69,5 milhões em relação às despesas de pessoal recorrentes do 4T15, devido ao pagamento de abono no âmbito do acordo coletivo do ano de 2016. Outras despesas administrativas somaram R\$430,5 milhões, com acréscimo de 14,6% ou R\$55,0 milhões no comparativo com o 4T15 influenciado, principalmente, pelo incremento de despesas com amortização e depreciação, em R\$36,9 milhões, com serviços de terceiros, em R\$25,6 milhões, e com propaganda, promoções e publicidade em R\$10,4 milhões, minimizado pela redução de despesas com processamento de dados em R\$15,6 milhões.

Na comparação com o trimestre anterior, as despesas de pessoal registraram expansão de 13,8% ou R\$63,2 milhões, face ao acordo coletivo da categoria, incluído o pagamento do abono. Outras despesas administrativas apresentaram ampliação de 2,9% ou R\$12,0 milhões, motivada, especialmente, pelo acréscimo das despesas com serviços de terceiros, em R\$3,9 milhões, com amortização e depreciação, em R\$2,8 milhões, e com propaganda, promoções e publicidade em R\$2,6 milhões.

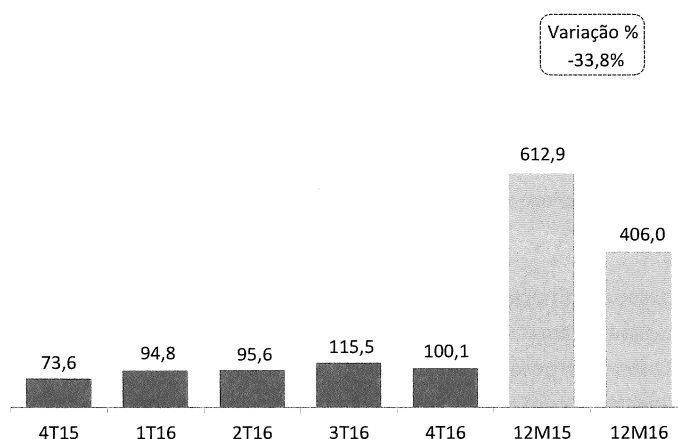
Gráfico 32: Despesas Administrativas Recorrentes - R\$ Milhões



OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS RECORRENTES

Outras receitas operacionais recorrentes somaram R\$406,0 milhões no ano de 2016, 33,8% ou R\$206,9 milhões abaixo das receitas recorrentes registradas em 2015. No 4T16, outras receitas operacionais recorrentes atingiram R\$100,1 milhões, com expansão de 35,9% ou R\$26,5 milhões na comparação com as receitas recorrentes do 4T15 e redução de 13,3% ou R\$15,4 milhões em relação às outras receitas operacionais do 3T16.

Gráfico 33: Outras Receitas Operacionais Recorrentes - R\$ Milhões



A retração de outras receitas operacionais na comparação entre 2016 vs 2015 proveio, especialmente, do evento da recompra parcial da dívida subordinada ocorrido em 2015, que gerou, na época, receitas adicionais de R\$173,8 milhões e da redução das receitas com ajuste cambial em R\$94,9 milhões, influenciada pela valorização cambial de 2016 frente a desvalorização cambial de 2015.

A trajetória crescente de outras receitas operacionais no 4T16 vs 4T15 foi influenciada, principalmente, pela atualização de direitos classificados em títulos e créditos a receber, em R\$11,2 milhões, e das receitas com ajuste cambial em R\$6,5 milhões.

No último trimestre, a redução de outras receitas operacionais recorrentes decorreu, especialmente, da retração das receitas com recuperações de encargos e despesas com cartões, em R\$5,8 milhões, e de ajuste cambial em R\$1,9 milhão, face à variação cambial do período.

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS RECORRENTES

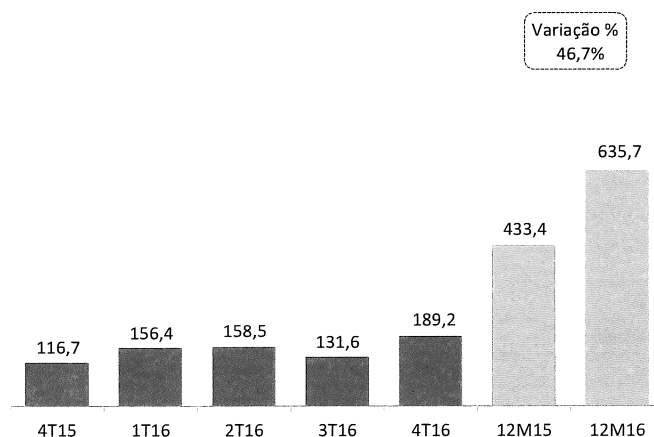
Outras despesas operacionais alcançaram R\$635,7 milhões no ano de 2016, 46,7% ou R\$202,3 milhões acima do valor registrado em 2015. No 4T16, outras despesas operacionais somaram R\$189,2 milhões, 62,1% ou R\$72,4 milhões superior ao valor contabilizado no 4T15 e crescimento de 43,7% ou R\$57,5 milhões na comparação com o valor registrado no 3T16.

O acréscimo de outras despesas operacionais comparando-se 2016 vs 2015 proveio, especialmente, da expansão dos descontos concedidos em renegociações, em R\$121,1 milhões, de despesas com ajuste cambial, em R\$57,5 milhões, face à valorização cambial do período, e de despesas com provisões para ações cíveis, em R\$23,7 milhões.

No comparativo 4T16 vs 4T15, o crescimento das outras despesas operacionais proveio, especialmente, da ampliação dos descontos concedidos em renegociações, em R\$88,5 milhões, minimizado, em parte, pela diminuição, em R\$9,8 milhões, das despesas com provisões trabalhistas.

No último trimestre, a expansão das outras despesas operacionais decorreu, especialmente, do acréscimo dos descontos concedidos em renegociações, em R\$81,0 milhões, parcialmente minimizado pela redução das despesas com provisões trabalhistas em R\$19,5 milhões.

Gráfico 34: Outras Despesas Operacionais Recorrentes - R\$ Milhões



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO RESUMIDO

TABELA 24: BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO RESUMIDO – R\$ MILHARES

Ativo	Dez 2016	Set 2016	Jun 2016	Mar 2016	Dez 2015	Dez 2016/ Set 2016	Dez 2016/ Dez 2015
Circulante e Realizável a Longo Prazo	67.455.010	66.378.362	66.335.998	65.666.712	66.648.084	1,6%	1,2%
Disponibilidades	937.520	840.833	808.713	851.660	864.255	11,5%	8,5%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.808.192	1.072.095	1.464.921	725.096	530.218	68,7%	241,0%
Títulos e Val. Mobiliários e Inst. Financ. Derivativos	21.461.887	20.840.524	20.642.141	20.096.295	20.585.883	3,0%	4,3%
Relações Interfinanceiras e Interdependências	10.861.117	10.530.724	9.989.140	9.320.779	9.280.588	3,1%	17,0%
Operações de Crédito	27.150.016	27.530.571	27.849.648	29.807.995	30.320.502	-1,4%	-10,5%
Provisão para Operações de Crédito	(2.510.678)	(2.409.308)	(2.152.484)	(2.214.393)	(2.085.745)	4,2%	20,4%
Operações de Arrendamento Mercantil	54.277	59.324	57.558	59.295	59.342	-8,5%	-8,5%
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil	(6.681)	(8.310)	(7.595)	(6.756)	(6.256)	-19,6%	6,8%
Outros Créditos	7.669.521	7.892.675	7.676.876	7.031.400	7.073.560	-2,8%	8,4%
Provisão para Outros Créditos	(178.759)	(178.684)	(207.683)	(224.838)	(214.701)	0,0%	-16,7%
Outros Valores e Bens	208.598	207.918	214.763	220.179	240.438	0,3%	-13,2%
Permanente	1.583.476	1.509.782	1.528.821	298.699	289.706	4,9%	446,6%
Investimentos	102.850	91.828	83.269	99.212	86.829	12,0%	18,5%
Imobilizado de Uso	171.197	173.046	178.906	181.660	185.701	-1,1%	-7,8%
Intangível	1.309.429	1.244.908	1.266.646	17.827	17.176	5,2%	7.523,6%
Total do Ativo	69.038.486	67.888.144	67.864.819	65.965.411	66.937.790	1,7%	3,1%
Passivo	Dez 2016	Set 2016	Jun 2016	Mar 2016	Dez 2015	Dez 2016/ Set 2016	Dez 2016/ Dez 2015
Circulante e Exigível a Longo Prazo	62.595.060	61.416.053	61.419.262	59.642.581	60.729.224	1,9%	3,1%
Depósitos	42.539.665	40.817.529	39.770.471	37.579.954	38.698.329	4,2%	9,9%
Depósitos à Vista	3.003.632	2.482.398	2.649.375	2.605.262	3.173.925	21,0%	-5,4%
Depósitos de Poupança	7.608.229	7.521.849	7.525.266	7.466.567	7.573.671	1,1%	0,5%
Depósitos Interfinanceiros	329.914	479.387	604.122	356.497	742.811	-31,2%	-55,6%
Depósitos a Prazo	31.597.890	30.333.895	28.991.708	27.151.628	27.207.922	4,2%	16,1%
Captação no Mercado Aberto	5.453.373	5.327.878	5.570.292	6.370.779	7.188.736	2,4%	-24,1%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.978.938	1.862.197	2.733.564	2.671.037	2.348.769	6,3%	-15,7%
Relações Interfinanceiras e Interdependências	185.565	667.761	679.072	620.765	235.062	-72,2%	-21,1%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.574.506	3.694.510	3.864.658	4.104.270	4.515.033	-3,2%	-20,8%
Instrumentos Financeiros Derivativos	598.570	497.647	604.629	280.202	157.951	20,3%	279,0%
Outras Obrigações	8.264.443	8.548.531	8.196.576	8.015.574	7.585.344	-3,3%	9,0%
Cobrança e Arrecad. de Tributos e Assemelhados	63.005	178.866	189.314	196.717	53.441	-64,8%	17,9%
Carteira de Câmbio	13.711	66.131	39.356	79.094	13.700	-79,3%	0,1%
Sociais e Estatutárias	38.899	81.932	59.522	25.920	25.261	-52,5%	54,0%
Fiscais e Previdenciárias	985.882	1.321.811	1.075.809	988.330	787.184	-25,4%	25,2%
Negociação e Intermediação de Valores	2.079	2.971	4.602	3.212	779	-30,0%	166,9%
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	884.293	882.342	839.419	814.823	709.463	0,2%	24,6%
Dívida Subordinada	1.832.373	1.842.286	1.754.694	1.941.038	1.991.644	-0,5%	-8,0%
Diversas	4.444.201	4.172.192	4.233.860	3.966.440	4.003.872	6,5%	11,0%
Patrimônio Líquido	6.443.426	6.472.091	6.445.557	6.322.830	6.208.566	-0,4%	3,8%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	69.038.486	67.888.144	67.864.819	65.965.411	66.937.790	1,7%	3,1%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RESUMIDO

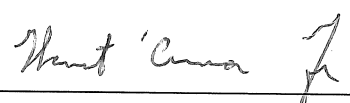
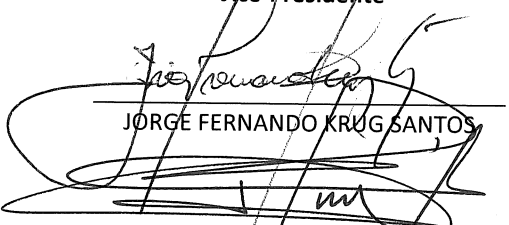
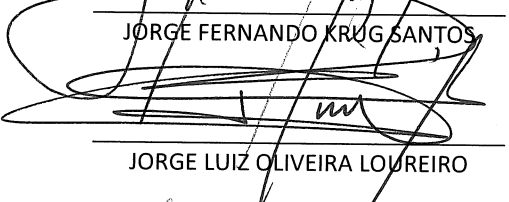
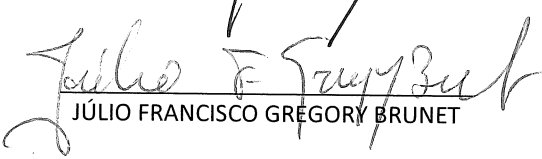
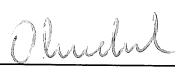
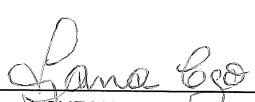
TABELA 25: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RESUMIDO – R\$ MILHARES

	2016	2015	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	4T16/3T16	2016/2015
Receitas da Intermediação Financeira	10.668.417	10.804.344	2.707.379	2.902.260	2.459.890	2.598.888	2.602.075	-6,7%	-1,3%
Receita de Crédito e Arrendamento Mercantil	6.886.775	6.460.868	1.747.534	1.748.062	1.717.195	1.673.984	1.630.102	0,0%	6,6%
Resultado de Operações com TVM	2.785.797	2.335.907	703.245	731.022	714.869	636.661	629.625	-3,8%	19,3%
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(342.414)	623.503	(105.616)	58.715	(285.454)	(10.059)	68.568	-279,9%	-154,9%
Resultado de Operações de Câmbio	76.475	451.239	22.427	23.637	14.844	15.567	(10.363)	-5,1%	-83,1%
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.167.861	841.025	309.101	311.401	282.071	265.288	264.081	-0,7%	38,9%
Operações de Venda ou Transf. de Ativos Financeiros	93.923	91.802	30.688	29.423	16.365	17.447	20.062	4,3%	2,3%
Despesas da intermediação Financeira	(7.166.854)	(7.941.802)	(1.768.980)	(2.142.626)	(1.499.409)	(1.755.839)	(1.836.033)	-17,4%	-9,8%
Operações de Captação no Mercado	(5.213.862)	(5.380.574)	(1.289.543)	(1.529.892)	(1.124.509)	(1.269.918)	(1.377.304)	-15,7%	-3,1%
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(285.397)	(1.009.797)	(76.867)	(82.060)	(65.932)	(60.538)	(31.841)	-6,3%	-71,7%
Provisão para Operações de Créditos	(1.667.595)	(1.551.431)	(402.570)	(530.674)	(308.968)	(425.383)	(426.888)	-24,1%	7,5%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.501.563	2.862.542	938.399	759.634	960.481	843.049	766.042	23,5%	22,3%
Margem Financeira	5.169.158	4.413.973	1.340.969	1.290.308	1.269.449	1.268.432	1.192.930	3,9%	17,1%
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(2.410.180)	(1.798.266)	(718.076)	(555.951)	(605.433)	(530.720)	(572.213)	29,2%	34,0%
Receitas de Prestação de Serviços /Tarifas Bancárias	1.700.321	1.444.630	430.729	441.607	426.607	401.378	399.280	-2,5%	17,7%
Despesas de Pessoal	(1.817.491)	(1.635.899)	(521.302)	(458.135)	(433.910)	(404.144)	(451.802)	13,8%	11,1%
Outras Despesas Administrativas	(1.644.307)	(1.396.369)	(430.514)	(418.497)	(426.264)	(369.032)	(375.521)	2,9%	17,8%
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	28.852	6.194	6.564	5.184	4.124	12.980	4.934	26,6%	365,8%
Outras Receitas Operacionais	406.027	612.878	100.107	115.527	95.634	94.759	73.635	-13,3%	-33,8%
Despesas Tributárias	(447.876)	(396.301)	(114.511)	(110.021)	(113.130)	(110.214)	(106.028)	4,1%	13,0%
Outras Despesas Operacionais	(635.706)	(433.399)	(189.149)	(131.616)	(158.494)	(156.447)	(116.711)	43,7%	46,7%
Resultado Operacional	1.091.383	1.064.276	220.323	203.683	355.048	312.329	193.829	8,2%	2,5%
Resultado Antes da Tributação s/ Lucro	1.091.383	1.064.276	220.323	203.683	355.048	312.329	193.829	8,2%	2,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(340.051)	(199.123)	(41.631)	(71.750)	(127.734)	(98.936)	(19.997)	-42,0%	70,8%
Participações dos Empregados no Resultado	(98.466)	(106.161)	(20.909)	(26.743)	(25.624)	(25.190)	(24.832)	-21,8%	-7,2%
Participações Minoritárias no Resultado	(587)	(477)	(147)	(170)	(144)	(126)	(131)	-13,5%	23,1%
Lucro Líquido Recorrente	652.279	758.515	157.636	105.020	201.546	188.077	148.869	50,1%	-14,0%
Plano de Aposentadoria – PDA	-	(48.463)	-	-	-	-	3.169	-	-
Convênio de Distribuição de Seguros	13.472	22.521	13.472	-	-	-	-	-	-40,2%
Efeitos Fiscais	(6.062)	10.678	(6.062)	-	-	-	(2.530)	-	-156,8%
Créditos Tributários - CSLL Lei 13.169/15	-	105.519	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	659.689	848.770	165.046	105.020	201.546	188.077	149.508	57,2%	-22,3%

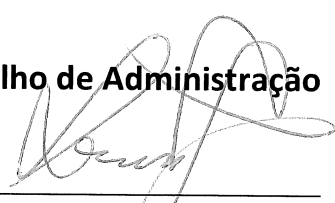
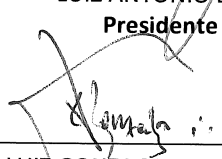
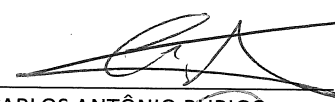
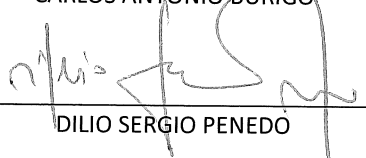
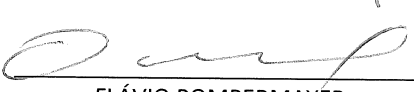
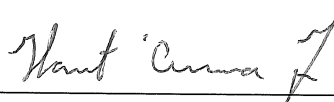
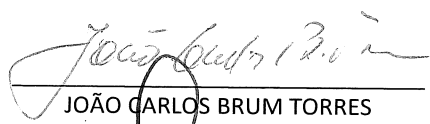
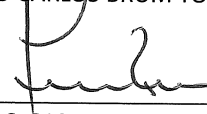
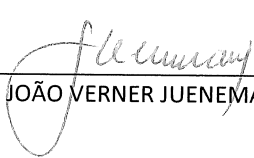
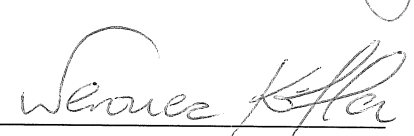
**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria


LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Presidente
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
Vice-Presidente
JORGE FERNANDO KRUG SANTOS
JORGE LUIZ OLIVEIRA LOUREIRO
JÚLIO FRANCISCO GREGORY BRUNET
OBERDAN CELESTINO DE ALMEIDA
OSMAR PAULO VIECELI
RICARDO RICHINITI HINGEL
SUZANA FLORES COGO

Conselho de Administração


LUIZ ANTÔNIO BINS
Presidente
LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente
CARLOS ANTÔNIO BÚRIGO
DILIO SERGIO PENEDO
FLÁVIO POMPERMAYER
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
JOÃO CARLOS BRUM TORRES
JOÃO GABBARDO DOS REIS
JOÃO VERNER JUENEMANN
WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA

Presidente

IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR

Vice-Presidente

JORGE FERNANDO KRUG SANTOS

JORGE LUIZ OLIVEIRA LOUREIRO

JÚLIO FRANCISCO GREGORY BRUNET

OBERDAN CELESTINO DE ALMEIDA

OSMAR PAULO VIECELI

RICARDO RICHINITI HINGEL

SUZANA FLORES COGO

Diretores

Conselho de Administração

LUIZ ANTÔNIO BINS

Presidente

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA

Vice-Presidente

CARLOS ANTÔNIO BÚRIGO

DILIO SERGIO PENEDO

FLÁVIO POMPERMAYER

IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR

JOÃO CARLOS BRUM TORRES

JOÃO GABBARDO DOS REIS

JOÃO VERNER JUENEMANN

Conselheiros

WERNER KÖHLER

Contador CRCRS 38.534

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 142, item V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2017.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

The block contains several handwritten signatures in black ink. The signatures are written in a cursive, flowing style. One signature at the top left is partially obscured by the stamp. Below it, there are several other signatures, some of which are more legible than others. The signatures are scattered across the lower half of the page, below the stamp and the date.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: WERNER KOHLER
REGISTRO.....	: RS-038534/O-2
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 421.602.270-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 03.03.2017 as 09:29:22.

Válido até: 01.06.2017.

Código de Controle: 246920.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul S.A. - Corretora
de Valores Imobiliários e
Câmbio**

Missão:

Oferecer à sociedade intermediação de títulos e valores mobiliários em consonância com as diretrizes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, contribuindo com o fortalecimento do mercado de capitais e o desenvolvimento do Estado.

Visão:

Ser reconhecida como a corretora gaúcha mais eficiente e de maior crescimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Princípios:

Ética, patrimônio a preservar;
Transparência como filosofia;
Segurança como diferencial competitivo;
Responsabilidade, compromisso com as pessoas;
Rentabilidade, questão de sobrevivência;
Satisfação do cliente como resultado.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Corretora"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Desempenho Financeiro e Operacional - Em 31 de dezembro de 2016, os ativos totais da Corretora alcançaram o montante de R\$85,2 milhões, com expansão de R\$3,1 milhões, em relação ao montante de R\$82,1 milhões, registrado no exercício de 2015. O Patrimônio Líquido atingiu R\$80,2 milhões, representando um aumento de 1,9% decorrente dos resultados gerados. O volume total das operações realizadas em 2016 alcançou R\$1.529,1 milhões, representando um aumento de 59,9% em relação ao volume de R\$956,5 milhões registrados no exercício de 2015.

Gestão de Risco - A Corretora está inserida na estrutura organizacional do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), seu controlador. A administração e a estrutura de gerenciamento de riscos são desenvolvidas de forma consolidada com o Banrisul, abrangendo os riscos operacionais, de mercado, de crédito, de liquidez e gestão de capital, em atendimento aos normativos do BACEN.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site <http://www.banrisul.com.br>, na rota "Relação com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos", e são revisadas com periodicidade mínima anual.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(em milhares de reais)

Ativo	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	36.437	72.779
Disponibilidades	7	9
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	33.721	71.453
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	1.170	810
Carteira própria	1.170	810
Outros créditos (Nota 6)	1.537	503
Negociação e intermediação de valores	1.965	938
(-) Provisão para outros créditos	(545)	(545)
Diversos	117	110
Outros valores e bens	2	4
Despesas antecipadas	2	4
Não Circulante	48.800	9.331
Realizável a longo prazo	48.423	7.759
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	47.768	7.226
Carteira própria	39.528	-
Vinculados à prestação de garantia	8.240	7.226
Outros créditos (Nota 6)	655	533
Diversos	655	533
Permanente	377	1.572
Investimentos	74	545
Imobilizado de uso	239	263
Intangíveis	64	764
Total do ativo	85.237	82.110
Passivo	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	4.851	3.308
Outras obrigações	4.851	3.308
Sociais e estatutárias (Nota 7 (a))	434	531
Fiscais e previdenciárias (Nota 7 (b))	1.419	946
Negociação e intermediação de valores (Nota 7 (c))	2.079	779
Diversas (Nota 7 (d))	919	1.052
Não Circulante	123	66
Exigível a longo prazo	123	66
Outras obrigações	123	66
Diversas (Nota 7 (d))	123	66
Patrimônio líquido (Nota 9)	80.263	78.736
Capital social	70.000	70.000
Reservas de lucros	14.957	13.575
Ajuste de avaliação patrimonial	(204)	(349)
Ações em tesouraria	(4.490)	(4.490)
Total do passivo	85.237	82.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
Receitas da intermediação financeira	<u>5.537</u>	<u>10.804</u>	<u>9.621</u>
Resultado de títulos e valores mobiliários	5.537	10.804	9.621
Receitas/despesas da intermediação financeira	=	=	<u>30</u>
Reversão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	-	30
Resultado da intermediação financeira	5.537	10.804	9.651
Receitas (despesas) operacionais	<u>(3.988)</u>	<u>(7.058)</u>	<u>(5.914)</u>
Receitas de prestação de serviços (Nota 12)	2.084	3.775	2.771
Despesas de pessoal (Nota 8 (b))	(826)	(1.435)	(796)
Outras despesas administrativas (Nota 13)	(4.545)	(8.568)	(7.557)
Despesas tributárias	(486)	(908)	(737)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(215)	78	405
Resultado operacional	1.549	3.746	3.737
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.549	3.746	3.737
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	<u>(789)</u>	<u>(1.934)</u>	<u>(1.514)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.051)	(2.199)	(1.530)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	262	265	16
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>760</u>	<u>1.812</u>	<u>2.223</u>
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercícios - R\$	<u>0,025</u>	<u>0,061</u>	<u>0,074</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reservas de Lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	Ações em tesouraria	Total
	Capital Social	Atualização de títulos patrimoniais	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Expansão	Títulos disponíveis para venda	Atualização de títulos patrimoniais				
Em 01 de janeiro de 2015	70.000	1	4.041	6.235	1.604	(341)	-	-	-	(4.490)	77.050
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(78)	-	-	-	-	(78)
Outros Eventos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualização de títulos patrimoniais	-	(1)	-	-	-	-	70	-	-	-	69
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.223	-	-	2.223
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	111	556	1.028	-	-	(1.695)	-	-	-
Dividendos propostos (Nota 9 (c))	-	-	-	-	-	-	-	(528)	-	-	(528)
Em 31 de dezembro de 2015	70.000	-	4.152	6.791	2.632	(419)	70	-	-	(4.490)	78.736
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	215	-	-	-	-	215
Outros Eventos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	8
Baixa de títulos patrimoniais	-	-	-	-	-	-	(78)	-	-	-	(78)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.812	-	-	1.812
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	91	453	838	-	-	(1.382)	-	-	-
Dividendos propostos (Nota 9 (c))	-	-	-	-	-	-	-	(430)	-	-	(430)
Em 31 de dezembro de 2016	70.000	-	4.243	7.244	3.470	(204)	-	-	-	(4.490)	80.263
Em 01 de julho de 2016	70.000	-	4.205	7.053	3.119	(345)	-	-	-	(4.490)	79.542
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	141	-	-	-	-	141
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	760	-	-	760
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	38	191	351	-	-	(580)	-	-	-
Dividendos propostos (Nota 9 (c))	-	-	-	-	-	-	-	(180)	-	-	(180)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	70.000	-	4.243	7.244	3.470	(204)	-	-	-	(4.490)	80.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(em milhares de reais)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas	7.468	14.786	12.905
Intermediação financeira	5.537	10.804	9.621
Prestação de serviços	2.084	3.775	2.771
Reversão de outros créditos	-	-	30
Outras	(153)	207	483
Insumos adquiridos de terceiros	(4.591)	(8.659)	(7.252)
Serviços de terceiros	(4.355)	(8.180)	(6.810)
Aluguéis	-	(1)	(1)
Água, energia e gás	(27)	(64)	(59)
Comunicações	(207)	(411)	(376)
Materiais	(2)	(3)	(6)
Valor adicionado bruto	2.877	6.127	5.653
Depreciação e amortização	(16)	(38)	(48)
Valor adicionado a distribuir	2.861	6.089	5.605
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	699	1.206	971
Remuneração (Nota 8(b))	666	1.146	931
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	33	60	40
Impostos, taxas e contribuições	1.402	3.071	2.411
Federais	1.298	2.882	2.272
Municipais	104	189	139
Remuneração de capitais próprios	760	1.812	2.223
Lucros retidos	580	1.382	1.695
Dividendos	180	430	528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(em milhares de reais)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	<u>1.275</u>	<u>2.353</u>	<u>2.236</u>
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>760</u>	<u>1.812</u>	<u>2.223</u>
Ajustes do lucro líquido	<u>515</u>	<u>541</u>	<u>13</u>
Depreciação e amortização	<u>16</u>	<u>38</u>	<u>48</u>
(Reversão) para outros créditos de liquidação duvidosa	-	-	(30)
Créditos tributários	<u>(262)</u>	<u>(265)</u>	<u>(16)</u>
Provisão para passivos contingentes	<u>50</u>	<u>57</u>	<u>11</u>
Provisão para perdas em ativos intangíveis	<u>711</u>	<u>711</u>	-
Variação nos ativos e obrigações	<u>895</u>	<u>749</u>	<u>370</u>
Redução em outros créditos	<u>3.496</u>	<u>11</u>	<u>744</u>
(Aumento) redução em outros valores e bens	<u>4</u>	<u>2</u>	<u>(2)</u>
Aumento (redução) em outras obrigações	<u>(2.112)</u>	<u>1.638</u>	<u>297</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(493)</u>	<u>(902)</u>	<u>(669)</u>
Caixa líquido proveniente/aplicado nas atividades operacionais	<u>2.170</u>	<u>3.102</u>	<u>2.606</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Aumento) redução em títulos disponíveis para venda	<u>(94)</u>	<u>(215)</u>	<u>122</u>
(Aumento) em títulos mantidos até o vencimento	<u>(3.242)</u>	<u>(40.542)</u>	<u>(846)</u>
Alienação de investimentos	-	<u>471</u>	-
Atualização de título patrimonial - TVM	-	-	(69)
Aquisição de mobilizado de uso	-	<u>(5)</u>	-
(Aumento) em outros ativos intangíveis	<u>(19)</u>	<u>(19)</u>	<u>(15)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(3.355)</u>	<u>(40.310)</u>	<u>(808)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	-	<u>(526)</u>	<u>(279)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	<u>(526)</u>	<u>(279)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.185)</u>	<u>(37.734)</u>	<u>1.519</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	<u>34.913</u>	<u>71.462</u>	<u>69.943</u>
Disponibilidades	<u>12</u>	<u>9</u>	<u>11</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>34.901</u>	<u>71.453</u>	<u>69.932</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	<u>33.728</u>	<u>33.728</u>	<u>71.462</u>
Disponibilidades	<u>7</u>	<u>7</u>	<u>9</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>33.721</u>	<u>33.721</u>	<u>71.453</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.185)</u>	<u>(37.734)</u>	<u>1.519</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Corretora") tem como atividade preponderante a compra e venda de ações, por conta própria e/ou de terceiros, no mercado à vista, de opções, termo e futuro, intermediação de operações em ouro, captação e venda de cotas para a produção de filmes (Lei de Incentivo à Cultura), intermediação de operações de produtos agrícolas na Bolsa Brasileira de Mercadorias, coordenação da emissão de debêntures no mercado de capitais, intermediando a compra e venda desses papéis junto aos investidores.

Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, controladas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e com as normas do Banco Central do Brasil, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A diretoria da Corretora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 27 de janeiro de 2017.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3. Principais práticas contábeis

a) Resultado das operações - As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez - As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil - BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata temporis”, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

e) Negociação e intermediação de valores - Representa a intermediação de operações realizadas na bolsa de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

f) Permanente - O imobilizado de uso é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo de aquisição, com base nas taxas anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens, as quais sejam: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, imóveis de uso - 4% e sistemas de processamento de dados - 20%.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo - Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do BACEN e pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião dos consultores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

i) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - São computados pela aplicação das alíquotas vigentes da seguinte forma: 15% até agosto de 2015, 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% a partir de 1º de janeiro de 2019 para Contribuição Social. Para o imposto de renda sobre o lucro tributável a alíquota é de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) apurado no período, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários foram calculados com base nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração, o total dos créditos tributários está registrado na rubrica “Outros créditos - diversos” no grupo do ativo realizável a longo prazo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.

j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) - O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 do Conselho Monetário Nacional – CMN, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

l) Lucro por ação - A Corretora efetua os cálculos do lucro utilizando o número de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação durante o período correspondente ao resultado.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representadas exclusivamente por aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com compromisso de revenda para o dia imediatamente subsequente à data das demonstrações financeiras.

5. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	2.016	2.015
Disponível para venda	1.170	810
Mantidos até o vencimento	47.768	7.226
Total da carteira	48.938	8.036
Circulante	1.170	810
Não circulante	47.768	7.226

a) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	2016		2015
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado
Sem vencimento			
Ações de companhias abertas	1.617	1.162	802
Certificados de privatização	8	8	8
Total	1.625	1.170	810

Os efeitos decorrentes do ajuste valor de mercado em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$455 (2015 – R\$814), foram levados à conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários de R\$182 (2015 – R\$326).

Durante o exercício de 2012 algumas ações classificadas como “Para Negociação” foram reclassificadas para a categoria “Disponíveis para Venda”. O ajuste de marcação a mercado destes ativos na data da reclassificação era de R\$69, líquido dos efeitos tributários, registrados no resultado daquele exercício.

b) Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento

	2016		2015
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo
Vencimento de um a cinco anos			
Letras financeiras	39.528	39.528	-
Letras financeiras do tesouro - (LFT) -			
Vinculados a prestação de garantia	8.240	8.239	7.226
Total	47.768	47.767	7.226

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento.

A Corretora adota o preço unitário por meio das taxas divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA), para a marcação a mercado dos títulos públicos e o preço de fechamento das negociações no último dia útil do período para a marcação a mercado das ações de companhias abertas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

6. Outros créditos

	<u>2.016</u>	<u>2.015</u>
a) Negociação e intermediação de valores:	<u>1.420</u>	<u>393</u>
Caixa de registro e liquidação	977	-
Devedores - Conta liquidações pendentes	443	393
Outros	545	545
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(545)	(545)
b) Diversos:	<u>772</u>	<u>643</u>
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 11 (b))	715	594
Impostos e contribuições a compensar	6	6
Outros	51	43
Total - Outros créditos	<u>2.192</u>	<u>1.036</u>
Circulante	1.537	503
Não circulante	655	533

7. Outras obrigações

	<u>2.016</u>	<u>2.015</u>
a) Sociais e estatutárias:	<u>434</u>	<u>531</u>
Dividendos e bonificações a pagar	434	531
b) Fiscais e previdenciárias:	<u>1.419</u>	<u>946</u>
Impostos e contribuições sobre o lucro	1.274	839
Impostos e contribuições a recolher	145	107
c) Negociação e intermediação de valores:	<u>2.079</u>	<u>779</u>
Caixa de registro e liquidação	-	205
Comissões e corretagens a pagar	25	23
Credores - Conta liquidações pendentes	2.054	551
d) Diversas:	<u>1.042</u>	<u>1.118</u>
Credores diversos - País	-	465
Obrigações por aquisição de bens e direitos	919	587
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	123	66
Total geral das outras obrigações	<u>4.974</u>	<u>3.374</u>
Circulante	4.851	3.308
Não circulante	123	66

8. Operações com partes relacionadas

a) Os saldos com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. podem ser assim sumariados:

	<u>Ativos (Passivos)</u>		<u>Receitas (Despesas)</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Disponibilidades	7	9	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez - mercado aberto	33.721	71.453	5.262	8.775
Letras financeiras	39.528	-	4.528	-
Convênio prestação de serviços	(529)	(404)	(5.797)	(5.072)
Dividendos	(424)	(520)	-	-

A Corretora não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, pois toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banrisul.

Os custos são suportados pela Corretora por meio de convênio de prestação de serviços.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/09 do CMN. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

	<u>2.016</u>	<u>2.015</u>
Remuneração	1.146	931
Encargos Sociais	289	200
Total	1.435	1.131

A Corretora remunerou seus administradores durante o exercício de 2016 em R\$1.435 (R\$1.131 em 2015, sendo R\$796 em despesa de pessoal e R\$335 em outras despesas administrativas).

Não há outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos.

A Corretora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

9. Patrimônio Líquido

a) Capital social - O capital social em 31 de dezembro de 2016 é R\$70.000, e está dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações, no valor de R\$1,75 cada uma, sendo 20.000.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas e 20.000.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas.

b) Ações em tesouraria - Encontra-se em tesouraria a quantidade de 10.000.000 ações ordinárias nominativas e 80.000 preferenciais nominativas com o objetivo de futura colocação ou cancelamento.

c) Distribuição de resultados - Do Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: **(i)** 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; **(ii)** 25% para constituição de Reserva Estatutária; e **(iii)** Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

d) Reserva Estatutária - Tem por finalidade o pagamento de dividendos ou bonificações aos acionistas, aumento do capital social e absorção de eventuais prejuízos.

e) Reserva para Expansão - A Corretora manterá Reserva para Expansão, visando amparar planos de investimento, absorção de prejuízos acumulados e aumento de capital social.

f) Dividendos - Será distribuído o dividendo prioritário devido aos titulares de ações preferenciais de 6% a.a., calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações, limitado ao dividendo legal de 25% (vinte e cinco por cento).

Se houver sobras, depois de pago o dividendo prioritário acima referido, serão também distribuídos dividendos não superiores àquele aos titulares das ações ordinárias.

Verificando-se, ainda, a existência de sobras, depois desses pagamentos, será distribuído a todos os acionistas um dividendo complementar, até o "quantum" necessário para perfazer, somando as parcelas anteriores, uma distribuição total de dividendos correspondentes a vinte e cinco por cento (25%) do lucro líquido ajustado na forma da lei e o saldo, se houver, terá a destinação que Assembleia Geral determinar.

Os dividendos propostos foram calculados da seguinte forma:

	<u>2.016</u>	<u>2.015</u>
Lucro líquido do exercício	1.812	2.223
Constituição de reservas		
Legal	(91)	(111)
Base de cálculo de dividendos	1.721	2.112
Dividendos propostos - 25%	430	528

10. Limites operacionais

Conforme previsto nas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN, a partir de 1º de janeiro de 2015 a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), devem ter como base o Conglomerado Prudencial. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2016 é de 16,95%.

11. Imposto de renda e contribuição social**a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:**

	<u>2.016</u>	<u>2.015</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>3.746</u>	<u>3.762</u>
Adições (exclusões) - permanentes - IRPJ e CSLL	<u>611</u>	24
Adições (exclusões) - temporárias - IRPJ e CSLL	<u>647</u>	(19)
(=) Base do IRPJ	<u>5.004</u>	<u>3.767</u>
Outras adições (exclusões) permanentes – CSLL	-	(27)
(=) Base da CSLL	<u>5.004</u>	<u>3.740</u>
Imposto de renda – corrente	<u>(1.227)</u>	(918)
Contribuição social – corrente ⁽¹⁾	<u>(1.001)</u>	(627)
Incentivos fiscais	<u>29</u>	15
Total IRPJ e CSLL - correntes	<u>(2.199)</u>	<u>(1.530)</u>
IRPJ e CSLL diferidos ⁽¹⁾	<u>265</u>	16
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(1.934)</u>	<u>(1.514)</u>

(1) A lei 13.169 de 06 de outubro de 2015, alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do setor financeiro elevando-a de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2016, a Corretora possuía imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos sobre as diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição (Realização)</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	242	-	<u>242</u>	242
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	326	(144)	<u>182</u>	326
Provisão outros ativos intangíveis	-	242	<u>242</u>	-
Outras provisões temporárias	<u>26</u>	<u>23</u>	<u>49</u>	<u>26</u>
Total do ativo fiscal diferido	<u>594</u>	<u>121</u>	<u>715</u>	<u>594</u>

c) Expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

Ano	<u>Contribuição Social</u>	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Total</u>
2017	27	34	61
2018	19	24	43
2019	47	58	105
2020	12	21	33
2021	194	279	473
Total 31.12.2016	<u>299</u>	<u>416</u>	<u>715</u>
Total 31.12.2015	<u>237</u>	<u>357</u>	<u>594</u>

O valor presente dos créditos tributários é de R\$449, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Receitas de prestação de serviços

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendas corretagens em operações em bolsas	1.777	3.196	2.209
Rendas de comissões	2	4	4
Rendas de outros serviços	305	575	558
Total	2.084	3.775	2.771

13. Outras despesas administrativas

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Comunicações	207	411	377
Processamentos de dados	374	709	651
Serviços do sistema financeiro	205	334	264
Convenio prestação serviços (Nota 8)	3.102	5.797	5.072
Comissões de intermediação financeira	183	368	196
Serviços técnicos especializados	228	471	371
Publicações	73	152	142
Outras	173	326	484
Total	4.545	8.568	7.557

14. Gerenciamento de riscos

A Corretora aderiu a estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento às Resoluções nº 3.380/06 e nº 3.464/07, respectivamente, ambas do Banco Central do Brasil. A Corretora utiliza a estrutura implementada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., líder do conglomerado financeiro.

15. Provisão para contingências

A Corretora figura como parte em processos judiciais de natureza fiscais e cíveis. Em 31 de dezembro de 2016 há R\$123 (2015 – R\$66) classificados como perda provável, que foram integralmente provisionados. Referentes a processos de natureza cível há em 2016 R\$183 (2015 – R\$13), que de acordo com os assessores jurídicos a probabilidade de perda nestes processos é considerada como possível, e desta forma não foram provisionados.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificação, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 01 de fevereiro de 2017.

Claudio Antonio Pasa
Presidente

Fernando Antonio Viana Imenes
Conselheiro

Marcus Vinicius Berthier de Araujo Góes
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Acionistas da

Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (Banrisul Corretora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Corretora em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Banrisul Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício e semestre anterior

As demonstrações contábeis da Banrisul Corretora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 29 de janeiro de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Banrisul Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Banrisul Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Corretora a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de janeiro de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRC 1SP014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

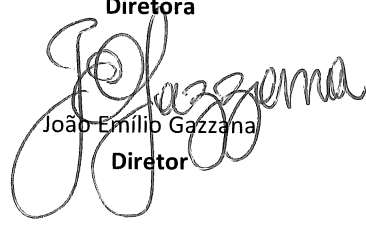
Secretaria da Fazenda
Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Diretoria


Nilvo Reinaldo Friës
Diretor - Presidente


Carmem Paludo

Diretora


João Emilio Gazzana

Diretor

Conselho de Administração

Jair Antonio Pauletto
Presidente

Antônio Ávila da Silva
Fernando Castro Martins
Leonardo Maranhão Busatto
Márcio Machado Irion
Paulo Ricardo Fernandes Gomes
Conselheiros


Onilda Maria Petró Dutra

Contadora CRCRS - 063884/O-9



KPMG Auditores Independentes

Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar

90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil

Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil

Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores e Acionistas da

Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (Banrisul Corretora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Corretora em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Banrisul Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis



adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício e semestre anterior

As demonstrações contábeis da Banrisul Corretora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 29 de janeiro de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Banrisul Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Banrisul Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis



Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

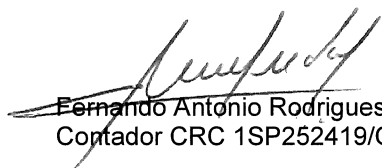
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Corretora a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

KPMG Auditores Independentes
CRC 1SP014428/F-7



Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificação, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 01 de fevereiro de 2017.



Claudio Antonio Pasa



Fernando Antonio Viana Imenes



Marcus Vinicius Berthier de Araujo Góes

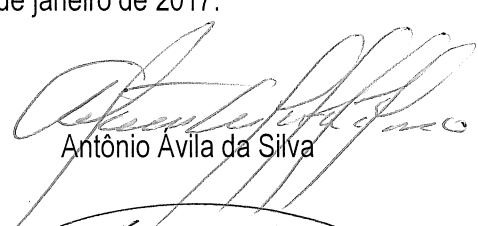
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 27 de janeiro de 2017.



Jair Antonio Pauletto



Antônio Ávila da Silva



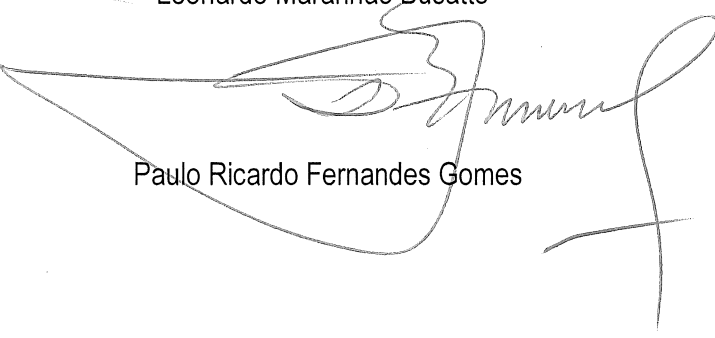
Fernando Castro Martins



Leonardo Maranhão Busatto



Márcio Machado Irion



Paulo Ricardo Fernandes Gomes

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ONILDA MARIA PETRO DUTRA
REGISTRO.....	: RS-063884/O-9
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 238.343.310-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 13.03.2017 as 10:36:48.

Válido até: 11.06.2017.

Código de Controle: 247517.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul S.A. - Administradora
de Consórcios**

Missão:

Promover a integração de pessoas físicas e jurídicas em grupos fechados, proporcionando a aquisição segura de bens e serviços, através de uma gestão comprometida com os nossos valores.

Visão:

Ser referência na administração de grupos de consórcios, buscando sempre a realização de sonhos.

Valores:

Comprometimento

Transparência

Excelência

Eficiência

Ética

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Clientes:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício encerrado em 31.12.2016, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios tem como objetivo administrar grupos de consórcios, principalmente de imóveis e automóveis, oportunizando a clientes e não clientes do Banrisul a aquisição de bens e até mesmo a construção ou reforma de seu imóvel residencial ou comercial.

Em 31.12.2016 a empresa administrava 164 grupos de consórcios com uma base de clientes ativos de 45.728 consorciados, sendo que, no ano de 2016, ocorreram 7.641 contemplações. No período, apresentou lucro líquido de R\$34.791 mil (18,6 % superior ao mesmo período de 2015).

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e conselheiros pela confiança e credibilidade; ao nosso controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio recebido; aos nossos colaboradores, pela dedicação e profissionalismo com que conduziram suas atividades.

A ADMINISTRAÇÃO.

2. BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores em Milhares de Reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo		
Circulante	<u>167.789</u>	<u>117.029</u>
Disponibilidades	<u>137</u>	<u>63</u>
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	<u>160.735</u>	<u>113.295</u>
Carteira própria	160.735	113.295
Outros créditos - diversos (Nota 6)	<u>6.917</u>	<u>3.671</u>
Realizável a longo prazo	<u>93.411</u>	<u>108.990</u>
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	<u>86.313</u>	<u>101.347</u>
Carteira própria	86.313	101.347
Outros créditos - diversos (Nota 6)	<u>7.098</u>	<u>7.643</u>
Permanente	<u>389</u>	<u>451</u>
Imobilizado de uso	389	451
Outras imobilizações de uso	640	629
Depreciações acumuladas	(251)	(178)
Total do ativo	<u>261.589</u>	<u>226.470</u>
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	<u>27.092</u>	<u>18.591</u>
Outras obrigações	<u>27.092</u>	<u>18.591</u>
Sociais e estatutárias (Nota 7)	8.282	6.979
Fiscais e previdenciárias (Nota 8)	8.463	5.478
Diversas	10.347	6.134
Exigível a longo prazo	<u>72</u>	<u>204</u>
Outras obrigações	<u>72</u>	<u>204</u>
Passivos Contingentes (Nota 9)	72	204
Patrimônio líquido	<u>234.425</u>	<u>207.675</u>
Capital social (Nota 10)	192.100	172.600
Reservas de lucros	42.077	35.048
Ajuste de avaliação patrimonial	248	27
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>261.589</u>	<u>226.470</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016.

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	<u>2º Semestre</u> <u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas da intermediação financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16.162	31.016	24.396
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>16.162</u>	<u>31.016</u>	<u>24.396</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>10.485</u>	<u>21.263</u>	<u>19.817</u>
Receitas de prestação de serviços	26.392	49.740	40.621
Outras despesas administrativas (Nota 11)	(11.495)	(20.625)	(14.471)
Despesas tributárias	(4.577)	(8.710)	(6.558)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	165	858	225
Resultado operacional	<u>26.647</u>	<u>52.279</u>	<u>44.213</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)	(8.792)	(17.488)	(14.884)
Valores correntes	(8.911)	(17.617)	(15.032)
Valores diferidos	119	129	148
Lucro líquido do semestre/exercício	<u>17.855</u>	<u>34.791</u>	<u>29.329</u>
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercício - R\$	<u>0,20</u>	<u>0,39</u>	<u>0,32</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto dividendos propostos por ação)

	Reservas de Lucros					Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	155.600	6.904	5.875	16.906	(57)	-	-	185.228
Capital integralizado	17.000	-	(94)	(16.906)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	29.329	29.329
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	84	-	-	84
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas (Nota 10)	-	1.467	1.467	19.429	-	(22.363)	-	-
Dividendos propostos (R\$ 0,08 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(6.966)	-	(6.966)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	172.600	8.371	7.248	19.429	27	-	-	207.675
Capital integralizado (Nota 10)	19.500	-	(71)	(19.429)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	34.791	34.791
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	221	-	-	221
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas (Nota 10)	-	1.740	1.740	23.049	-	(26.529)	-	-
Dividendos propostos (R\$ 0,09 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(8.262)	-	(8.262)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	192.100	10.111	8.917	23.049	248	-	-	234.425
Saldos em 30 de junho de 2016	192.100	9.218	8.024	11.220	92	-	-	220.654
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	17.855	17.855
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	156	-	-	156
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas (Nota 10)	-	893	893	11.829	-	(13.615)	-	-
Dividendos propostos (R\$ 0,04 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(4.240)	-	(4.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	192.100	10.111	8.917	23.049	248	-	-	234.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2º Semestre</u> <u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	17.855	34.791	29.329
Ajustes ao lucro líquido			
Provisão para contingências	(149)	(132)	139
Créditos tributários	(207)	(169)	(148)
Baixa do Imobilizado	-	-	3
Depreciação	36	73	64
Variações de ativos e obrigações			
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	158.358
Aumento em títulos e valores mobiliários	(20.783)	(32.184)	(182.996)
(Aumento) redução em outros créditos	6.749	4.944	5.025
Aumento (redução) em outras obrigações	873	7.198	2.553
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4.288)	(7.476)	(6.024)
Caixa líquido proveniente das aplicações nas atividades Operacionais	86	7.045	6.303
Atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	-	(11)	(234)
Intangível	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	0	(11)	(234)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	-	(6.960)	(6.058)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(6.960)	(6.058)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>86</u>	<u>74</u>	<u>11</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	<u>51</u>	<u>63</u>	<u>52</u>
Disponibilidades	51	63	52
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	<u>137</u>	<u>137</u>	<u>63</u>
Disponibilidades	137	137	63
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>86</u>	<u>74</u>	<u>11</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo		
Circulante	667.365	565.798
Disponibilidades	444	227
Aplicações financeiras (Nota 15)	332.237	282.380
Disponibilidade do grupo	39.441	31.022
Vinculadas a contemplações	292.288	250.985
Recursos grupos em formação	508	373
Outros créditos	334.684	283.191
Bens apreendidos ou retomados	704	144
Direitos junto a consorciados contemplados (Nota 14)	333.980	283.047
Compensação	2.696.037	2.266.541
Consórcio		
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	23.478	21.154
Contribuições devidas ao grupo	1.398.856	1.169.959
Valores e bens ou serviços a contemplar	1.273.703	1.075.428
Total do Ativo	3.363.402	2.832.339

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo		
Circulante/Exigível a Longo Prazo	667.365	565.798
Outras obrigações	667.365	565.798
Obrigações com consorciados	246.715	219.071
Grupos em formação	508	373
Valores a repassar	1.719	1.017
Contemplações a entregar	292.288	250.985
Recursos a devolver a consorciados	83.208	61.789
Recursos dos grupos	42.927	32.563
Compensação	2.696.037	2.266.541
Consórcio		
Recursos mensais a receber de consorciados	23.478	21.154
Obrigações do grupo por contribuições	1.398.856	1.169.959
Bens ou serviços a contemplar	1.273.703	1.075.428
Total do Passivo	3.363.402	2.832.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2º Semestre</u> <u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Disponibilidades no início do período	<u>310.672</u>	<u>282.607</u>	<u>219.756</u>
(+) Recursos coletados	<u>240.789</u>	<u>455.117</u>	<u>373.833</u>
Contribuições para aquisições de bens	185.452	350.116	289.321
Taxa de administração	25.718	48.426	39.791
Contribuição ao fundo de reserva	5.932	11.140	8.996
Renda de aplicação financeira	17.436	32.975	25.952
Prêmios de seguros	3.145	5.776	4.587
Outros	3.106	6.684	5.186
(-) Recursos utilizados	<u>218.780</u>	<u>405.043</u>	<u>310.982</u>
Aquisição de bens	174.136	321.188	247.620
Taxa de administração	25.928	49.026	40.307
Prêmio de seguros	3.154	5.778	4.587
Devolução a consorciados desligados	9.009	17.306	10.078
Outros	6.553	11.745	8.390
Disponibilidades no final do período	<u>332.681</u>	<u>332.681</u>	<u>282.607</u>
Depósitos bancários	444	444	227
Aplicações financeiras	332.237	332.237	282.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (“Administradora” ou “Banrisul Consórcios”) tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, conforme definido na legislação em vigor, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”) seu principal parceiro na comercialização de seus produtos.

Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, controladas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, específicas para empresas administradoras de consórcio e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as alterações estabelecidas pela carta circular 3.624/13.

As cartas circulares nº 3.147/04 e nº 3.192/05, do Banco Central do Brasil, alteram e consolidam as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcio, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

A diretoria da Administradora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 30/01/2017.

3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios

a) Da administradora

(i) Apuração do resultado - A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular nº. 2.381/93 do Banco Central do Brasil. As comissões de vendas das cotas de consórcio são pagas e registradas no resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

(iii) Títulos e valores mobiliários – Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil. São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento – Títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iv) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes) - Demonstrado pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.

(v) Imobilizado de uso - É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

(vi) Redução ao valor recuperável - O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

(vii) Demais passivos circulantes - Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, até a data do balanço.

(viii) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável ou risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

(ix) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados no grupo não circulante na rubrica “Outros créditos diversos” e refletidos no resultado do período. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

(x) Estimativas contábeis - As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido ativo e provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b) Dos Grupos de Consórcio - Ativos e passivos circulantes, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, estão representados principalmente pelas seguintes contas:

(i) Disponibilidades e aplicações financeiras - Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs 2.454/94 e 3.524/11 do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração. As aplicações financeiras são efetuadas em fundos de investimentos, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço.

(ii) Direitos junto a consorciados contemplados - Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

(iii) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados - Demonstrem a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

(iv) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições - Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas de assembleias de contemplações.

(v) Valores de bens ou serviços a contemplar - Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas de assembleias de contemplações.

(vi) Obrigações com consorciados - Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(vii) Valores a repassar - Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

(viii) Obrigações por contemplações a entregar - Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.

(ix) Recursos a devolver a consorciados - Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

(x) Recursos dos grupos - Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

4. Resumo das operações de consórcios

As operações de grupos de consórcio em andamento, conforme Circular nº 2.381/93, art. 13, parágrafo 2º do Banco Central do Brasil, apresentam as seguintes posições em:

	<u>Quantidade</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Grupos administrados	164	176
Consorticiados ativos	45.728	43.109
Bens entregues - no ano	7.699	6.790
Bens entregues - total	26.959	21.357
Bens pendentes de entrega	5.344	5.489
Desistentes/excluídos – no ano	1.756	1.522
Desistentes/excluídos - total	19.110	17.354
Assembleias a realizar	6.617	6.249

A taxa de inadimplência é de 3,31 % (2015 – 4,05%).

5. Títulos e valores mobiliários (Administradora)

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Para negociação	26.929	15.416
Disponível para venda	2.122	1.618
Mantidos até o vencimento	217.997	197.608
Total	<u>247.048</u>	<u>214.642</u>

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	<u>2016</u> <u>Custo/Curva</u>	<u>2016</u> <u>Valor de</u> <u>Mercado</u>	<u>2015</u> <u>Valor de</u> <u>Mercado</u>
Fundo Premium FI RF LP	19.727	19.727	4.826
Banrisul Master Fundo Invest RF DI LP (1)	7.202	7.202	3.983
CDB DI	-	-	6.607
Total	<u>26.929</u>	<u>26.929</u>	<u>15.416</u>

(1) Recursos dos Grupos Encerrados Contabilmente.

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para Venda

	<u>2016</u> <u>Custo/Curva</u>	<u>2016</u> <u>Valor de</u> <u>Mercado</u>	<u>2015</u> <u>Valor de</u> <u>Mercado</u>
Fundo de Investimento Imobiliário	1.745	2.122	1.618
Total	<u>1.745</u>	<u>2.122</u>	<u>1.618</u>

Em 31 de dezembro de 2016, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram um ganho de R\$378 (2015- R\$41), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, deduzidos dos efeitos tributários de R\$128 (2015- 14).

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

c) Títulos e valores mobiliários – Mantidos até o Vencimento

	<u>2016</u> <u>Custo/</u> <u>Curva</u>	<u>2016</u> <u>Valor de</u> <u>Mercado</u>	<u>2015</u> <u>Valor de</u> <u>Mercado</u>
CDB DI	17.287	17.304	96.338
Letras Financeiras	200.710	201.310	101.904
Total	<u>217.997</u>	<u>218.614</u>	<u>198.242</u>

As aplicações em Letras Financeiras foram realizadas com prazos de 730 e 731 dias à taxa de 107% do DI, e o CDB (Certificado de Depósito Bancário) com prazo de 361 dias e rendimento diário de 101,5% do CDI, aplicados junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. .

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento.

Para o cálculo da marcação a mercado são utilizadas as curvas de contratos futuros divulgadas pela BM&F.

6. Outros créditos – diversos (Administradora)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Circulante</u>		
Cotas de Consórcio Adquiridas	4.144	3.280
IRRF a Compensar	2.601	291
IRPJ e CSLL Antecipado	-	-
Outros	172	100
Total	<u>6.917</u>	<u>3.671</u>
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Realizável a longo prazo</u>		
Depósitos vinculados a processos judiciais	6.526	7.230
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	339	170
Bens retomados	1	6
Impostos e Contribuições a Compensar	232	237
Total	<u>7.098</u>	<u>7.643</u>

Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social referem-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias oriundas da provisão para passivos contingentes (ações cíveis), RV2 e campanha de vendas.

A expectativa de realização desses créditos é até 2021 e o valor presente, calculado com base nessa expectativa e pelo custo de captação, é de R\$ 299 (2015 - R\$ 121).

Os depósitos vinculados a processos judiciais são compostos por R\$ 211 (2015 - R\$111) correspondentes a cobranças judiciais pendentes de recebimento e R\$ 6.316 (2015 - R\$7.119) relacionados a processos judiciais movidos por diversos municípios requerendo o recolhimento de ISS sobre operações de arrendamento mercantil realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e a depósitos judiciais referentes a processos cíveis.

7. Sociais e Estatutárias (Administradora)

Os saldos de obrigações sociais e estatutárias estão assim representados:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Dividendos a pagar	8.262	6.966
Outras	20	13
Total	<u>8.282</u>	<u>6.979</u>

8. Obrigações fiscais e previdenciárias (Administradora)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos e contribuições sobre o lucro	7.461	4.785
Outras	1.002	693
Total	<u>8.463</u>	<u>5.478</u>

9. Provisão para contingências

(a) Provisão para contingências – Prováveis

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão para passivos contingentes cíveis	72	204
Total	<u>72</u>	<u>204</u>

(b) Provisão para contingências - Possíveis

A Banrisul Consórcios possui contingências tributárias e cíveis decorrentes de processos judiciais e autos de infração, principalmente processos relativos a cobrança de ISS movidos por diversos municípios sobre operações de arrendamento mercantil, realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e a processos movidos por consorciados, cuja perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível, no valor de R\$ 26.999 (2015 - R\$ 28.907) e R\$ 1.122 (2015-R\$ 1.781) respectivamente, para as quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi constituída provisão.

10. Patrimônio líquido (Administradora)

a) Capital Social - O capital social no valor de R\$ 192.100 é composto por 89.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, datada de 22 de abril de 2015, foi deliberado a integralização de capital social no valor de R\$ 17.000, com a utilização de recursos dos saldos de Reserva Especial de Lucros no valor de R\$16.906 e de Reserva Estatutária no valor de R\$94. O aumento de capital foi homologado junto ao Banco Central em 29 de junho de 2015.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, datada de 28 de abril de 2016, foi deliberado a integralização de capital social no valor de R\$ 19.500, com a utilização de recursos dos saldos de Reserva Especial de Lucros no valor de R\$ 19.429 e de Reserva Estatutária no valor de R\$ 71. O aumento de capital foi homologado junto ao Banco Central em 30 de junho de 2016.

b) Distribuição de Resultados - O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social,

(ii) 5% para constituição de reserva estatutária e (iii) os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, são retidos e terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Legislação Societária e do Estatuto Social.

A distribuição das Reservas de Lucros é estabelecida conforme determinação da Lei das S/A e estatuto social da empresa.

Os dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2016 podem ser demonstrados como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	34.791	29.329
Reserva legal (5%)	(1.740)	(1.467)
Base de cálculo dos dividendos	33.051	27.863
Dividendos propostos (25%)	8.262	6.966
Dividendos por ações em circulação – R\$	0,09	0,08

11. Outras despesas administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Convênio de prestação de serviços (Nota 13)	18.171	12.484
Despesas de serviços de terceiros	234	417
Despesas com administração e conselhos	596	561
Aluguéis	3	3
Manutenção	4	2
Outras despesas administrativas	1.617	1.004
Total	<u>20.625</u>	<u>14.471</u>

12. Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido-CSLL (Administradora)

Conciliação do resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado do exercício antes da tributação sobre o lucro	52.279	44.243
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – IRPJ	882	1.017
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – CSLL	882	990
(=) Base do IRPJ	53.161	45.260
(=) Base da CSLL	53.161	45.233
 Imposto de Renda (25%)	(13.171)	(11.182)
Contribuição Social (9%)	(4.750)	(4.032)
IR e CS – Outros	(7)	(45)
Deduções doações e patrocínios	440	375
 IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(17.488)</u>	<u>(14.884)</u>
 IRPJ e CSLL Corrente	(17.617)	(15.032)
IRPJ e CSLL Diferidos	129	148

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Saldo</u> <u>Inicial</u>	<u>Constituição</u> <u>(Realização)</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	1	(1)	0	1
Outras provisões temporárias	169	170	339	169
Total do ativo fiscal diferido	170	169	339	170
Obrigações fiscais diferidas	0	(168)	(168)	0
Crédito tributário líquido das obrigações diferidas	170	1	171	170

Expectativa de realização dos créditos tributários

	<u>Contribuição</u> <u>Social</u>	<u>Imposto de</u> <u>Renda</u>	<u>Total</u>
2017	76	211	287
2018	4	9	13
2019	4	9	13
2020	4	9	13
2021	4	9	13
Total 31.12.2016	92	247	339
Total 31.12.2015	46	124	170

13. Transações com partes relacionadas (Administradora)

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos e aplicações financeiras no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., podendo ser assim demonstradas:

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	137	-	63	-
Títulos e valores mobiliários	217.996	29.458	204.215	21.580
Outros créditos	(8.237)	-	-	-
Outras obrigações - sociais e estatutárias	-	-	(6.944)	-
Convênio prestação de serviços	-	(18.171)	-	(12.484)

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Os Administradores não possuem cotas de consórcios de nossa administração. As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Circular nº 3.463/09, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

14. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)

Direitos junto a consorciados estão assim representados:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Curso normal	331.002	280.775
Em atraso	1.679	1.723
Em cobrança judicial	1.299	549
Total	<u>333.980</u>	<u>283.047</u>

15. Aplicações financeiras (grupos de Consórcios)

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) correspondem ao valor de R\$ 332.237 (2015 - R\$ 282.380) e estão compostas em cotas de fundos referenciados DI.

16. Instrumentos financeiros (Administradora)

O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração. A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco por meio de modelos monitorando o comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificação, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 01 de fevereiro de 2017.

Vicente Jorge Soares Rodrigues
Presidente

Conselheiros

Arnildo Dutra de Miranda

Ronei Xavier Janovik

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (Banrisul Consórcios), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2016 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Consórcios em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2016 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Banrisul Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício e semestre anterior

As demonstrações contábeis da Banrisul Consórcios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 3 de fevereiro de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Banrisul Consórcios é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Consórcios continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Banrisul Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Consórcios são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de

auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 1SP014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

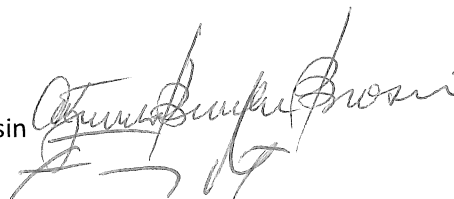
Secretaria da Fazenda
BANRISUL S/A ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

DIRETORIA

Irany de Oliveira Sant'Anna Júnior
Diretor-Presidente



Artemino Raimundo Rosin
Fernando Postal
Diretores



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Richiniti Hingel – **Presidente**
Erno Luiz Fleck – **Vice-Presidente**

Flavio Cezar Soares Rubim - **Conselheiro**
Sergio Antônio Severo dos Santos - **Conselheiro**


Kathia Helena Iahnke de Oliveira
Contadora - CRC RS - 061075/O-7

 **Banrisul**
CONSÓRCIO



KPMG Auditores Independentes

Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar

90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil

Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil

Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores e Acionistas da

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (Banrisul Consórcios), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2016 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Consórcios em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2016 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Banrisul Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

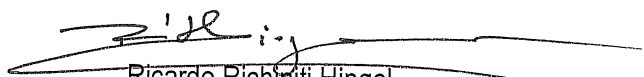
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

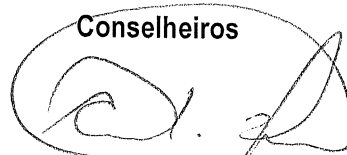
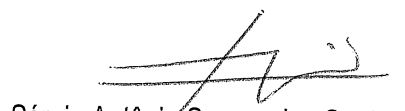
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Administradora de Consórcio, e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Com base em nossos exames, no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2017.


Ricardo Richiní Hingel
Presidente

Conselheiros


Erno Luiz Fleck
Flavio Cezar Soares Rubim
Sérgio Antônio Severo dos Santos

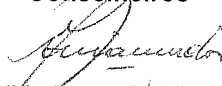
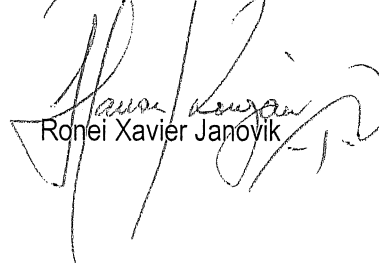
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificação, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 01 de fevereiro de 2017.


Vicente Jorge Soares Rodrigues
Presidente

Conselheiros


Arnildo Dutra de Miranda
Ronei Xavier Janovik

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: KATHIA HELENA IAHNKE DE OLIVEIRA CRIXEL
REGISTRO.....	: RS-061075/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 415.689.310-34

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 10.03.2017 as 13:38:37.

Válido até: 08.06.2017.

Código de Controle: 247426.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

